Descendo o Amazonas III

HIRAM REIS E SILVA

A têmpera de um herói, paisagens amazônicas e reportagens empolgantes. Heróis são homens de coragem, homens capazes de se sacrificar por uma causa; não são homens comuns. Pouquíssimos homens ousariam, por mais que desejassem, realizar por dias e dias tal esforço físico e enfrentar as tensões e os perigos que lhe exigiriam atenção total.

Sem dúvida isto é tarefa para alguém com tempera de herói, mas por que Hiram o teria realizado? Por que descrever tudo num livro? O que será que queria com isto? Hiram conhecia o passado. Sabia que as nações não surgiram em um passe de mágica. Sem exceções, todas conquistaram seu território em guerras, tenha sido de conquista ou de independência.

Com frequência também necessitaram de novos heróis para manter, seja seu território, seja sua posição no mundo. Mas um País há muito sem guerras e sem ambições imperialistas ainda necessita de heróis? – Haverá quem pense que não, mas além da segurança, heróis são indispensáveis para outras missões às vezes onde o perigo é idêntico ao dos combates e o sacrifício exigido chega a ser maior.

(Coronel Gélio Augusto Barbosa Fregapani)

Vendaval
(Fernando Pessoa)

Ó vento do Norte, tão fundo e tão frio,
Não achas, soprando por tanta solidão,
Deserto, penhasco, coval ([1]) mais vazio
Que o meu coração!

Indômita praia, que a raiva do oceano
Faz louco lugar, caverna sem fim,
Não são tão deixados do alegre e do humano
Como a alma que há em mim!

Mas dura planície, praia atra ([2]) em fereza,
Só têm a tristeza que a gente lhes vê
E nisto que em mim é vácuo e tristeza
É o visto o que vê.

Ah, mágoa de ter consciência da vida!
Tu, vento do Norte, teimoso, iracundo ([3]),
Que rasgas os robles – teu pulso divida
Minh'alma do mundo!

Ah, se, como levas as folhas e a areia,
A alma que tenho pudesses levar –
Fosse pr'onde fosse, pra longe da ideia
De eu ter que pensar!

Abismo da noite, da chuva, do vento,
Mar torvo do caos que parece volver –
Porque é que não entras no meu pensamento
Para ele morrer?

Horror de ser sempre com vida a consciência!
Horror de sentir a alma sempre a pensar!
Arranca-me, é vento; do chão da existência,
De ser um lugar! [...]

---

[1] Coval: catacumba.
[2] Atra: tenebrosa.
[3] Iracundo: furioso.

O Novo Argonauta I
(José Agostinho de Macedo)

De um feito ilustre, a perenal Memória
Vale mais que um tesouro, e mais que o Mundo;
É da Virtude o prêmio, é recompensa;
E é dos grandes Heróis a palma e louro,
Com que do Fado e Morte as leis quebrantam.

Mas quem digno será de um nome eterno?
Quem tem jus à memória, e jus à fama?
Acaso o raio da sanguínea guerra,
Assombro dos mortais e seu flagelo,
Que, no extermínio, nos estragos busca
Seu nome eternizar, subir ao Templo
Da Glória e da Virtude, enquanto a Terra
De sangue deixa e lágrimas coberta?

Dos homens na lembrança existe o nome
De Alexandre, e Pompeu, de Mário e César;
São lembrados dos séculos, quais lembram
Dilúvio assolador, Contágio horrível,
Que fez de Reinos e Províncias, ermos.

Não são dignos da fama esses que o Mundo
Trazem na confusão, no horror, no susto;
A quem louca ambição deslumbra e cega,
E cujas plantas os vestígios deixam,
Que deixa a tempestade e o raio aceso,
Quando rompendo acasteladas nuvens
Em pomposo edifício o fogo entorna,
Onde se erguiam pórticos soberbos,
Onde vastos salões, doirados tetos
Descobre a vista atônita e confusa,
Entre sulfúreo fumo, ardentes cinzas.

Nas mesmas cinzas sepultar-se deve
O nome infausto dos Heróis da guerra. [...]

Agradecimentos

À Vanessa, Danielle e João Paulo, meus filhos queridos que, mesmo diante de todas as dificuldades pelas quais estamos passando com o problema de saúde de minha esposa inválida e consequentes dificuldades financeiras, sempre me apoiaram e incentivaram;

Aos amigos Mário Elder Guimarães Marinho capitão da embarcação Delta e seu fiel escudeiro Marcos Teixeira Guimarães que nos apoiaram nessa derradeira jornada;

Ao meus irmãos, Luiz Carlos Reis e Silva e Carlos Henrique Reis e Silva, amigos de todas as horas, o apoio irrestrito e oportuno à minha família;

Aos Professores *Sérgio* Pedrinho Minúscoli e Major R/1 *Eneida* Aparecida Mader, do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), que realizaram uma criteriosa revisão deste livro.

À minha querida parceira *Rosângela* Maria de Vargas Schardosim, de Bagé, artífice do Blog "*desafiandooriomar.blogspot.com*", que incansavelmente contribuiu nas pesquisas, sugestões, divulgação de artigos relativos ao Projeto-Aventura e a questões amazônicas em diversos periódicos nacionais, além de assessorar no planejamento e coordenação da captação de recursos;

Ao caro amigo e Ir∴ Coronel Leonardo Roberto Carvalho de *Araújo*, esteio fundamental na divulgação do Projeto e conselheiro, criterioso, nas minhas entrevistas e artigos;

A meus amigos, irmãos e mestres Cristian <u>*Mairesse*</u> Cavalheiro e Daniel Luís Costa <u>*Scherer*</u> nossos primeiros e mais fieis colaboradores que continuam apoiando nossas jornadas;

Aos professores e alunos do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) pelo incentivo e apoio integral ao nosso Projeto;

E a todos os que, de uma forma ou de outra me apoiaram antes, durante ou mesmo depois da execução do empreendimento. Estejam certos de que vossa contribuição foi um patriótico investimento.

Amigos Investidores

Amigo
(Roberto Carlos)

Você meu amigo de fé, meu irmão camarada
Amigo de tantos caminhos e tantas jornadas
Cabeça de homem mas o coração de menino
Aquele que está do meu lado em qualquer caminhada
Me lembro de todas as lutas, meu bom companheiro
Você tantas vezes provou que é um grande guerreiro
O seu coração é uma casa de portas abertas
Amigo você é o mais certo das horas incertas

Às vezes em certos momentos difíceis da vida
Em que precisamos de alguém pra ajudar na saída
A sua palavra de força, de fé e de carinho
Me dá a certeza de que eu nunca estive sozinho

Você meu amigo de fé, meu irmão camarada
Sorriso e abraço festivo da minha chegada
Você que me diz as verdades com frases abertas
Amigo você é o mais certo das horas incertas [...]

Quero, aqui, deixar gravado o nome de cada um dos amigos que, ao contribuir com recursos financeiros, passagens e equipamentos, permitiram–nos cumprir mais esta etapa do Projeto Aventura Desafiando o Rio–mar – Navegando no Rio Tapajós. Não fosse a colaboração voluntária de cada uma das senhoras e dos senhores, jamais teríamos conseguido dar continuidade ao nosso Projeto de Soberania.

Investidores: A.D.T., Adão Maciel, Ademir Bisotto, Aderbal Domingos Tortato, Adriano Pires Ribas, AHIMTB, Alberto Moreira Costa, Alberto Mota Porto Alegre, Alfredo José Coelho dos Santos, Altino Berthier Brasil, Álvaro Nereu Klaus Calazans, Álvaro Pereira, Aman – Tu 75, Amarcy de Castro e Araújo, Américo

Adnauer Heckert, Ana Elizabeth Noll Prudente, André Luiz Oliveira Conceição, André Tiago S., Ângelo Toppan, Antônio de Pádua Sousa Lopes, Antônio Fernando Rosa Dini, Antônio Loureiro, Arnalberto Jacques Nunes Seixas, Batalhão de Engenheiros — Província de São Pedro, Cacinaldo Gomes Kobayashi, Carlos Alberto Da Cás, Carlos Henrique Reis e Silva, Carlos Humberto Furlan, Carlos Vilmar da Silva, Centro de Estudos Themas, César Cajueiro, César Eduardo Pinto Trindade, Cícero Novo Fornari, Círculo Militar de Campinas, Clayton Barroso Colvello, Cristian Mairesse Cavalheiro, Daniel Luís Costa Scherer, David Daniel Carmem Prado, David Waisman, Décio José Dias, Deoclécio José de Souza, Edison Bittencourt, Edmir Mármora Jr., Edson M. Areias, Eduardo de Moura Gomes, Eduíno Carlos Barboza, Elias dos Santos Cavalcante, Eliéser Girão Monteiro Filho, Eneida Aparecida Mader, Enzo PI, Ernesto Jorge Alvorcem Neto, Everton Marc, Félix Maier, Floriano Gonçalves Filho, Francisco B. C., Gelio Augusto Barbosa Fregapani, Geraldo de Souza Romano, Gerson Luís Batistella (Rotary Barril), Getúlio de Souza Neiva, Gilberto Machado da Rosa, Gisele Pandolfo Braga, Glaucir Lopes, Hélio M. Mello, Hiram de Freitas Câmara, Humberto R. Sodré, Ítalo Fortes Avena, Jacinto Rodrigues, João Batista Carneiro Borges, Johnson Bertolucci, Jorge Alberto Barreto, Jorge Alberto Forrer Garcia, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Jorge Luiz Ribeiro Morales, Jorge Mello, Jorge Vieira Freire, José Augusto Mariz de Mendonça, José de Araújo Madeiro, José Gobbo Ferreira, José Luiz Dalla Vechia, José Luiz Poncio Tristão, José Santiago Magalhães, Joviano Alfredo Lopes, Leandro Enor Danelus, Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, Levy Paulo da Silva Falcão, Linelson de Souza Gonçalves, Luciano Martins Tavares, Luciano S. Campos, Lúcio Batista Guaraldi Ebling, Luís

Andreoli, Luiz A. Oliveira, Luiz Caramurú Xavier, Luiz Carlos Bado Bittencourt, Luiz Carlos Nunes Bueno, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Roberto Dias Nunes, Luiz Roberto J., Mães da AACV (CMPA), Magnus Bertoglio, Manoel Soriano Neto, Marcelo Augusto S. Barros, Marco Antônio Andrés Pascual, Marcos Coimbra, Marcus Antônio Balbi, Maria de Vargas Schardosim, Maria Helena Gravina, Marino J. Tedesco, Mario Monteiro Campos, Milton B. Viana, Moacir Barbosa, Olavo Montauri Silva Severo Jr., Osmarino Borges, Patrícia Buche, Paulo Augusto Lacaz, Paulo Emílio Silva, Paulo Ricardo Chies, Paulo Roberto Viana Rabelo, Pedro Arnóbio de Medeiros, Pedro da Veiga, Pedro Eduardo Paes de Almeida, Pedro Fernando Malta, Pedro Meyers, Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, Pedro Santana, Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, R.S.F., Renato Dias da Costa Aita, Renato Dutra de Oliveira, Renato Pozolo, Rogério Amaro, Rogério João Baggio, Rogério Oliveira da Cunha, Roner Guerra Fabris, Roney Bento Alves Ribeiro, Rosângela Maria de Vargas Schardosim, Sérgio Tavares Carneiro, Sidney Charles Day, Stelson Santos Ponce de Azevedo, Tibério Kimmel de Macedo, Tullio Enzo Pinto Perozzi, Turma 82 (Eng-AMAN), Turma C Infor Nr 3 (atual 1ª CTA), Uirassú Litwinski Gonçalves, Valmir Fonseca Azevedo Pereira, Valmor Nazareno, Venesiano de Brito Almeida, Virgílio Ribeiro Muxfeldt, Vitor Mário Scipioni Chiesa e Wanrley dos Anjos Perazzo.

Meu muito obrigado a cada um de vocês, amigos investidores, e que o Grande Arquiteto do Universo os abençoe, ilumine e guarde.

O Novo Argonauta II
(José Agostinho de Macedo)

[...] Parabéns, Portugal, que entre teus filhos
Nunca a progênie dos Heróis se acaba:
Os mesmos ainda são, que outrora as Quinas
Foram erguer no Indo, erguer no Ganges.

Os mesmos ainda são, que o Mar e o vento,
As tempestades, os tufões venceram:
Que, não cabendo nos confins do Tejo,
Ilustres Cidadãos do Mundo, foram
Seu Reino dilatar até donde surge
Do berço apavonado a roxa Aurora.

Os mesmos ainda são, que as mais remotas
Nações, com laço estreito, unir souberam.

A quem não pode obstar do turvo Oceano
A medonha extensão e o cego abismo;
Que em Lenho nadador dobrar souberam
A insuperável meta, em que se opunha
À força dos mortais a Natureza.

Sagres ([4]), tu viste o vencedor primeiro
Do hórrido Bojador deixar teu porto,
Ir em frágil Batel vencer-lhe a fúria.

Argonauta Gil Eanes, se teu berço
Fora a grande Albion, que Estátua e Busto
As mais soberbas praças lhe adornaram!

A Holanda a levantou ao que primeiro
Foi pescador do pequenino Arenque.

E como a História, a Poesia "houveram"
Levado o nome teu da Fama ao Templo! [...]

---

[4] Sagres: em Sagres começaram as primeiras tentativas dos espantosos descobrimentos que eternizam e abençoam a memória do Infante D. Henrique. Estenderam-se primeiro pela costa Ocidental da África até ao Cabo Não e Bojador. Julgava-se como impossível a sua passagem, e tinha dado lugar ao ditado: "*Quem passar o 'Cabo Não', ou tornará ou não*". O "*Cabo Não*", atual Chaunar, situa-se na costa atlântica do Noroeste Áfricano, ao sul de Marrocos, entre Tarfaya e Sidi Ifni. Considerado, até ao século XV, intransponível.

Mensagens

Cel BM QOEM Sérgio Pastl

Prezado amigo Cel Hiram

Como se vê na cópia abaixo, nosso preclaro amigo Cel Freitas, Md Ch EMBM da BM, fez a gentileza de contatar nossos Coirmãos do Norte, da gloriosa PMPA para apoiar V. Sa. nessa intrépida jornada. Votos de saúde e prosperidade com um fraterno abraço.

Pastl

Cel PM QOEM Alfeu Freitas Moreira

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR – EMBM

Porto Alegre, 10 de Julho de 2014.
MD N° 1.604/Sec Exec/EMBM/14
Do Ch do EMBM
Ao Exm° Sr Cmt da PM de Belém do Pará
Assunto: Apoio a Oficial do EB – Itinerário Santarém/ Belém – Solicitação

Ao cumprimentar V. Exc.ª, considerando as relações de camaradagem que temos com o Cel Eng R1 HIRAM REIS E SILVA, do Colégio Militar de Porto Alegre [CMPA], solicitamos a possibilidade de apoio ao referido Oficial, o qual irá percorrer trechos fluviais de Santarém à Belém, conforme programação em anexo.

O Cel HIRAM, juntamente com seus pares, tem sido amigo da nossa Brigada Militar, além de ser docente importante na preparação da juventude, pelo que acreditamos ser de suma importância o apoiarmos na medida do possível. Outrossim, informo o telefone para contato do Oficial é [051] 992342378, além do que ficamos à disposição para eventuais contatos necessários sobre o evento. Limitado ao acima exposto, aproveito a oportunidade para renovar nossos votos de admiração e apreço.

ALFEU FREITAS MOREIRA – Cel QOEM

Chefe do Estado Maior da Brigada Militar

General Álvaro Nereu Klaus Calazans

Caro Hiram:

De início, muito obrigado pela remessa da matéria. Lisonjeia-me estar no rol dos recipiendários da sua "*produção*". Prosseguindo, digo-lhe que, sem desmerecer as remessas anteriores, que não foram poucas, e sempre ricas, esta foi a que mais me "*tocou*".

Ainda procuro saber o porquê desta minha reação. Pela absoluta novidade que foi Monte Alegre e seus arredores? Pelas características [forma, constituição, etc] da Pedra do Pilão? Pelas inscrições [fantásticas!] na Gruta?

Com certeza, pelo conjunto de tudo isso. Tento imaginar o que você o Teixeira sentiram "*in loco*" na presença de tamanha demonstração de força e diversidade da natureza, a par da cordialidade e acolhida dos locais.

Com os meus cumprimentos por mais uma jornada excepcional vivida e um abraço,

Gen Calazans

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias

Homenagem

[...] *Joaquim Caetano da Silva, com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil... (ABREU)*

Antes de doutorar-se em medicina, já seu nome era conhecido na Europa, porque já se havia bacharelado em Letras pela Universidade Francesa e, pertencendo a duas associações importantes na Europa, lecionava francês na França; ensinava-o a franceses! (BLAKE)

Antes de reproduzir a biografia de Joaquim Caetano da Silva, nosso homenageado nesta jornada pelo Rio-mar desde Santarém, PA, até Macapá, AP, apresentada pelo Dr. José Alexandre Teixeira de Mello, em sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 26.11.1880, e publicado na Revista do mesmo Instituto no Tomo 492, Páginas 361-372, em 1886, faço uma breve e necessária apresentação do ilustre Dr. Teixeira de Mello. Fugindo das descrições, por demais acadêmicas, das maçantes e emboloradas biografias, vamos reportar as palavras usadas pelo Escritor, Educador e Jornalista paraense, um Imortal e principal idealizador da Academia Brasileira de Letras – José Veríssimo Dias de Matos, na sua "*História da Literatura Brasileira*", editado em 1906:

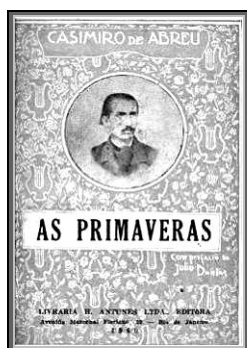



Imagem 01 – As Primaveras – Casemiro de Abreu

Teixeira de Mello, cujas "*Sombras e Sonhos*" precederam "*As Primaveras*" de Casimiro de Abreu, e que era um quase conterrâneo do poeta da alma triste, era também, como ele, de seu natural melancólico. A sua tristeza nativa e o seu estro ([5]) sofreram a influência de Gonçalves Dias, mas por sua vez o seu lirismo não deixou de influir no de Casimiro de Abreu, em que se encontram imagens e expressões de poemas das "*Sombras e Sonhos*", e que epigrafou com versos destes poemas as suas "*As Primaveras*".

Sombras e Sonhos
(Teixeira de Mello)

São as flores das minhas primaveras
Rebentadas a sombra dos coqueiros.

Mas Teixeira de Mello, com desenganados queixumes métricos da vida, cedo abandonou a poesia e burocraticamente, fazendo bibliografia e erudição, viveu septuagenário. Como poeta, além de ser um legítimo e estimável representante da poética da sua geração, foi um dos mais corretos versificadores dela, devendo-lhe a arte do verso aqui as melhorias de um alexandrino mais perfeito do que antes dele se fizera e de nas estrofes de quatro versos rimá-los sempre alternadamente, o que antes só excepcionalmente se fazia. (MATOS)

[5] Estro: gênio criativo.

Biografia dos Brasileiros Distintos

Por Teixeira de Mello

Nome feito na República das letras, tendo deixado de si um rastilho luminoso, que o tempo cada vez ampliará mais, formado pela dupla irradiação do talento e do caráter. Ninguém mais digno de um pedestal de eterno bronze ou de alvíssimo mármore neste augusto "*Panthéon*" das glórias nacionais, que o Instituto Histórico tem destinado aos que souberam, pelo próprio merecimento elevar-se acima dos seus contemporâneos, do que o Dr. Joaquim Caetano da Silva, que não tive ocasião de conhecer senão pelas obras e pela fama.

Não se dirá mais com justiça que o Instituto esquece um dos seus filhos mais ilustres. Se bem que pago em parte pela pena mais desautorizada dos seus membros, não será menos sincero nem menos valioso o tributo de veneração e saudade que ora se presta à sua memória, arquivando-se nestas páginas os títulos do seu incontestado merecimento.

Já o Dr. Joaquim Manuel de Macedo no seu "*Anno Biographico Brazileiro*", sob a data de 29 de agosto, lhe delineara o retrato moral, memorando ([6]), diante do sepulcro recentemente aberto, os fatos mais importantes da sua vida.

Nas "*Ephemerides Nacionaes*" não omiti o seu nome e os dados capitais da sua biografia. Na de 27.02.1873, lê-se com efeito a seu respeito a seguinte referência, a que a natureza daquele trabalho não permitia dar-se mais largas proporções:

[6] Memorando: digno de memória.

> Falece na cidade de Niterói o erudito Dr. Joaquim Caetano da Silva, nascido, a 02.09.1810, na Povoação da Guarda do Cerrito, Freguesia do Espírito Santo de Jaguarão, Província do Rio Grande do Sul.
>
> Formara-se em Medicina na Faculdade de Montpellier, em França, para onde fora aos dezesseis anos de idade completar os seus estudos preparatórios e onde fez a mais brilhante figura como estudante. De volta para o Brasil exerceu o professorado no Colégio de Pedro II no Rio de Janeiro, lecionando Gramática Portuguesa, que sabia a fundo, Retórica e Grego. Sucedeu em 1839 ao Bispo de Anemuria no cargo de Reitor daquele Colégio. Em 1851, foi nomeado Encarregado de Negócios do Brasil na Corte dos Países Baixos. Em Paris publicou ele, no ano de 1861, a sua importantíssima obra – "*L'Oyapock et l'Amazone: Question Brésilienne et Française*" –, em dois volumes, obra que por si só seria suficiente para decidir em nosso favor a secular Questão de Limites do Império com a França, pelo lado das Guianas, se muitas vezes o interesse não obscurecesse a razão e o direito nos mais ilustrados governos do mundo, e a força não suplantasse muitas vezes a justiça. Quanto a nós, o Dr. Joaquim Caetano pronunciou a última palavra nesta melindrosa controvérsia internacional, que assoberbara o talento de um dos nossos mais inteligentes homens de Estado.

Perfilhando a opinião do autor do "*Anno Biographico Brazileiro*", acrescentava eu:

> Como histórica, geográfica e diplomática, essa obra bastaria para a glória do Dr. Silva; mas exalta-se ainda nela o alto merecimento do sábio brasileiro, que a escreveu em francês como se ufanaria de a ter escrito o mais provecto literato da França.

E concluía:

> Da sua obra "*Mechanismo da Língua Grega*", na qual era fama que se mostrava um helenista profundo, nunca mais houve notícia.

As datas extremas que, como se vê, dava eu então para o seu nascimento e morte, foram colhidas no citado "*Anno Biographico Brazileiro*", não tendo na ocasião outras fontes de consulta, como ainda não tenho agora, que me satisfaçam de todo. Ultimamente, porém, acontece que, no seu número de 28 de fevereiro, publicou "*O Paiz*" uma notável e desenvolvida notícia biobibliográfica do nosso benemérito consócio que me parece digna de registrar-se nas páginas da Revista da Associação que ele tanto honrou. Nesse valioso escrito, que o autor deixou de firmar, não só se consigna o dia 28, e não 27, de fevereiro para seu falecimento, como também o mês de outubro, e não o de setembro, para o seu nascimento, datas que estão em desacordo com as do "*Anno Biographico Brazileiro*", e portanto com as minhas nas "*Ephemerides Nacionaes*".

O "*Diccionario Bibliographico Portuguez*", monumento literário que nunca perderá do seu valor real, que é enorme, é omisso a esse respeito, e o Sr. Pedro Wenceslau de Brito Aranha, digno continuador de Inocêncio Francisco da Silva, bebeu nas mesmas fontes.

Procurando, porém, agora nas publicações diárias do tempo, deparei no "*Jornal do Commercio*", de 01.03.1873, com a notícia do óbito de Joaquim Caetano, ocorrido na verdade no dia 28 de fevereiro. O próprio Dr. J. M. de Macedo, no elogio histórico dos sócios falecidos naquele ano, lido na Sessão Magna do Instituto, dá aquele dia para aquele fato.

> Abatido, diz ele, depauperado de forças, anunciou todavia ao seu Médico assistente que morreria de uma congestão cerebral, e a **27** de fevereiro deste ano, quando o julgavam em grande melhora de padecimentos, a profecia realizou-se, a congestão cerebral pronunciou-se; e "*no outro dia*" [**28**] o Dr. Silva deu a alma a Deus.

Assim pois, liquidada fica esta data. A do nascimento porém, como deslindá-la? Segundo Inocêncio, o Dr. Joaquim Caetano fora colaborador da "*Minerva Brasiliense*" e há artigos seus no "*Bulletin de la Société Géographique de Paris*".

A sua "*Memória Sobre os Limites do Brasil com a Guiana francesa*", conforme o sentido exato do Artigo 8° do Tratado de Utrecht, inserida no Tomo XIII [páginas 421 a 512] da nossa Revista (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), correspondente, como observa Inocêncio, ao ano de 1850, posto que só fosse apresentada em 1851, anda também reproduzida no Tomo II "*Corographia Histórica, Chronographica, etc., do Império do Brasil*" do Dr. Mello Moraes.

O Paiz, n° 58
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 28.01.1886

Beneméritos Esquecidos

Não é sem certa comoção que vemos despertar na alma da geração atual o sentimento de gratidão por alguns beneméritos servidores da Pátria e glórias da nossa nacionalidade, olvidados nos túmulos desconhecidos onde repousam há tantos anos. Essa reparação nacional equivale ao resgate de uma grande dívida e serve para atestar o nobilíssimo sentimento de que se acha possuída a geração presente, procurando honrar de certo modo a memória dos grandes patriotas, perpetuando os seus nomes e a sua lembrança em símbolos materiais que, ao menos, indiquem aos pósteros em que humilde cova descansam os restos daqueles que trabalharam pela felicidade e pela grandeza da Pátria. Dessa imensa dívida nacional vamos pouco a pouco persolvendo-nos ([7]).

[7] Persolvendo-nos: Saldando.

São Paulo vai finalmente erigir um modesto monumento sobre a campa de José Bonifácio. Outros predecessores ilustres reclamam igualmente, se não seu quinhão de glória, ao menos uma parcela do reconhecimento público. E folgando de assinalar entre esses beneméritos esquecidos aquele que foi em vida o Dr. Joaquim Caetano da Silva – o sábio ilustre que escreveu sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, uma obra que vale por cem mil homens alinhados nessa fronteira, é com prazer que abrimos espaço à seguinte rememoração dos seus serviços e trabalhos, esperando que os brasileiros não serão indiferentes à ideia de colocar sobre a humilde cova onde jazem os seus restos uma lápide modesta que seja o testemunho da gratidão dos pósteros.

28 de fevereiro de 1886

Faz hoje 13 anos que faleceu em S. Domingos de Niterói o sábio investigador do Rio Vicente Pinzón, o Dr. Joaquim Caetano da Silva, que possuía no mais elevado grau – modéstia, sabedoria e pureza de costumes.

Nascido, a 02.09.1810, na Povoação chamada Guarda do Cerrito, da Freguesia do Espírito Santo do Jaguarão, seu pai, o cirurgião do Exército Antônio José Caetano da Silva, aproveitando a vocação que ele mostrava pelos estudos, o encaminhou à Europa, partindo o jovem Rio-grandense para a França aos 16 anos de idade, e começando a estudar em Montpellier desenvolveu-se-lhe logo o seu gênio natural de profundo investigador em trabalhos a que se dedicava.

Fazendo parte de uma Sociedade Literária de brasileiros e portugueses, fundada por estudantes dessas nacionalidades, para cultivo da língua portuguesa, onde teve por companheiros Thomaz Gomes dos Santos, Fernando Francisco Lessa e outros, quando apenas contava 19 anos de idade, apresentou o jovem Silva em sessão de 21.06.1829 um trabalho, relativamente

importante, ao qual intitulou – "*lista de quatrocentos e noventa palavras*, *que Antônio de Moraes e Silva não aponta no seu Diccionario*" e de que ele mesmo se serve quando explica os significados de outras dicções; apresentada como memória do turno à "*Sociedade Litterária luso-Brasiliense de Montpellier*", a 21.06.1829, por Joaquim Caetano da Silva, Secretário da mesma Sociedade. Este trabalho, de que ainda se conserva o original, foi precedido de um discurso notável para a idade do apresentante, do qual copiamos o seguinte:

> Meus senhores – A vergonha de vos ver continuamente apresentar a esta Sociedade objetos da mais justa ponderação, sem me emparelhar convosco em tão gloriosa carreira, tem excitado em mim um zelo verdadeiro capaz de empresas não pequenas, se a ele se ajuntassem qualidades que me faltam. Se as minhas circunstâncias me não impusessem outras obrigações mais forçosas, [...]

Em 1832 novo trabalho apresentado à mesma Sociedade com o título "*Supplemento ao Diccionario de Moraes*". Este foi mais profundo. Eram quatrocentos e tantos vocábulos de obras de clássicos portugueses não lembrados pelo lexicógrafo Moraes [o Suplemento abrangia termos tirados de autores como Garção, Diniz e Francisco Manoel do Nascimento].

Em 1836, continuando sempre com o seu gênio incansável, conquistou do "*Cercle Medical de Montpellier*", a 11 de fevereiro, o diploma de seu membro titular com o trabalho – "*Fragment d'une mémoire sur La chute dés corps*". Estudante em País estrangeiro, sem recursos e dispondo apenas de uma pensão insignificante [seu pai era pobre], Joaquim Caetano da Silva obtinha alguns recursos lecionando a língua francesa a estudantes franceses; lecionando a língua de Racine e de Molière.

A 29.08.1837 sustentou publicamente na Faculdade de Medicina de Montpellier sua tese sobre ideias de

filosofia médica e com ele obteve o grau de Doutor em Medicina. Já nessa época era Secretário particular do "*Cercle Medical de Montpellier*" e membro correspondente da "*Sociedade Real de Medicina de Gand*".

Voltando para o Rio de Janeiro, foi nomeado, a 21.02.1838, Professor de Gramática Portuguesa, Retórica e Grego do Colégio de Pedro II.

Em 1839, foi nomeado Professor do Liceu de Angra dos Reis para ensinar Retórica e Grego, mas não aceitou esta nomeação, sendo logo nomeado Reitor do mesmo Colégio Pedro II em 26 de junho do dito ano. Sempre com seu gênio investigador, atirou-se a trabalhos sobre os limites do Brasil com a Guiana francesa e, já como membro do Instituto Histórico Brasileiro, leu em sessões de 26 de setembro, 10 e 24 de outubro de 1851, uma extensa memória sobre esses limites, conforme o sentido exato do Artigo 8° do Tratado de Utrecht.

A 14.11.1851, o Governo nomeou-o Encarregado de Negócios junto ao Governo dos Países Baixos e, a 17.02.1854, Cônsul Geral do Brasil no mesmo Reino. Dr. Silva não cruzou os braços com estas duas nomeações e se até então os interesses vitais dos limites de sua Pátria o preocupavam, daí em diante ainda mais o preocuparam, pois para o Dr. Silva, acima de tudo a sua Pátria – o seu Brasil. Trabalhou o incansável investigador e trabalhou com o fervor que possuía aquele coração de verdadeiro brasileiro, e com tanto amor pela Pátria, que levantou um baluarte inexpugnável, com o qual tornou infecundas as pretensões da França sobre o território da Guiana na América.

Publicou em dois grossos volumes "*L'Oyapock et l'Amazone*", a última palavra, irrespondível, incontestada, sobre o direito e a justiça do Brasil na renhida Questão do Oiapoque. É uma obra monumental, que só ela bastaria para firmar os merecimentos do notável sábio brasileiro Dr. J. C. da Silva, que a escreveu em puríssimo e correto francês.

Não parou. As "*Questões Americanas*" vieram surpreender aos que julgavam o Dr. Silva em descanso. Em 1863, ocupou a atenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a leitura dos apontamentos com os quais procurou esclarecer vários pontos obscuros.

"*A Antilia*" e o "*Brasil*", que A. de Humboldt não aprofundou bem. São dois artigos que equivalem a dois monumentos, principalmente o intitulado "*Brasil*".

Foi Inspetor Geral da Instituição Pública da Corte, por nomeação do Ministro Conselheiro José Bonifácio, em 1863. Nesse cargo não cessou de propor medidas em benefício da instrução, as quais eram quase sempre contrariadas pelo Ministro que sucedeu àquele Conselheiro, e que no primeiro Relatório que apresentou declarou em conclusão que na Instrução Pública havia:

- Aparato grande;
- Despesa grande;
- Resultado pequenino.

Apóstolo da liberdade do ensino, queria que se alargasse o círculo mais que acanhado em que encontrou a instrução. Lutou, mas não conseguiu. Os desgostos que lhe causaram tantas contrariedades aumentaram-lhe as acabrunhações ([8]) daquela alma e o moral cada vez mais se sentiu enfraquecer, vindo a falecer em fevereiro de 1873, quando ocupava o cargo de Diretor do Arquivo Público.

Em seu pobre e laborioso viver de 63 anos conheceu os verdadeiros amores de esposa e filha. Foi casado com D. Suzana Clotilde de Moinac, tendo lugar o casamento em França, aos 24.11.1837. Deste casamento teve uma filha, a quem adorou em vida. Falecendo em S. Domingos de Niterói, sepultou-se em Marui ([9]).

---

[8] As acabrunhações: os tormentos.
[9] Marui: cemitério Marui Grande – Niterói, RJ.

> Sobre sua modesta sepultura repousa o esquecimento do sábio brasileiro, do lexicógrafo e purista da língua portuguesa, do helenista consumado, do incansável investigador das coisas da Pátria, do investigador do Rio Vicente Pinzón – o Oiapoque e o Amazonas. Nem sequer a posteridade lhe levantou um altar no templo da memória, de sorte que a glória de brasileiro tão sábio, tão profundo, tão honesto, não reflete senão nos corações dos seus mais íntimos. (O PAIZ, N° 58)

Completando a notícia de "*O Paiz*", ajuntarei:

Era o Dr. Joaquim Caetano da Silva Cavaleiro da Ordem de Cristo do Brasil, Comendador da mesma Ordem de Portugal e Oficial da Imperial Ordem da Rosa. Fora sócio da "*Sociedade de Medicina de Gand*", membro correspondente de 1ª Classe do "*Instituto de França*", sócio da "Sociedade Geográfica de Paris e do "*Cercle Medical de Montpellier*".

A propósito do monumento que, diz a notícia supracitada, vai erguer-se na campa de José Bonifácio, direi de passagem que em abril do corrente ano o Sr. Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, então Presidente da Província de São Paulo, encarregou de arquitetar túmulo condigno do imortal Patriarca ao laureado cinzelador do "*Cristo e a Madalena*", o Sr. Rodolpho Bernardelli.

Como se sabe, José Bonifácio jaz na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Cidade de Santos, onde não há ainda muitos dias lhe visitou a campa singela o Imperador, ajoelhando-se, segundo referem os "*noticiaristas*" da excursão imperial, diante do que resta do seu venerando tutor.

Voltando ao Dr. Joaquim Caetano, lembrarei que o nosso infatigável consócio, o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, se refere aos primeiros e promissores trabalhos do nosso filólogo na sua erudita memória "*Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo o atual reinado*" [páginas 265 a 327], impressa na "*Revista do Instituto*" do ano passado ([10]), II Parte, página 287.

Devo ainda relembrar o serviço importante que o Dr. Joaquim Caetano prestou não só ao Instituto como à História Pátria, copiando no Arquivo Público de Haia, entre os anos de 1850 e 1853, documentos preciosos ali existentes, relativos ao período histórico do domínio batavo; serviço de maior valia que o Sr. José Higino, nosso consócio hoje, acaba de completar com zelo e patriotismo superiores a todo o encômio ([11]).

Por diploma datado de 29.12.1838 teve o Dr. Joaquim assento no nosso Instituto como seu Membro Correspondente; a 15.04.1839 passou à efetividade do título e a 08.07.1859 foi elevado à alta categoria de Membro Honorário, predicamento que a nossa associação nunca barateia.

Da relação inédita das suas obras, que me foi cavalheiramente franqueada pelo nosso digno

[10] Ano passado: 1885.
Em 1828 ou 1829 fundaram Joaquim Caetano da Silva e outros estudantes brasileiros em Montpellier a sociedade literária Luso-Brasileira para cultivo da língua portuguesa. Em sessão de 21.06.1829 apresentou Joaquim Caetano, que contava 19 anos de idade, uma lista de quatrocentas e noventa palavras, que Moraes esquecera no seu dicionário, e das quais, aliás, se servira explicando os significados de outras dicções. (RIHGN, 1885 – II Parte)

[11] Encômio: aplauso.

consócio o Sr. Dr. Sacramento Blake, transcrevo o seguinte, que servirá como que de recapitulação dos produtos da sua atividade intelectual e do seu patriotismo.

Escreveu, Dr. Joaquim Caetano da Silva, o "*Supplemento ao Diccionario de Antonio de Moraes Silva*" apresentado à "*Sociedade Literária Luso-brasileira*" criada em Montpellier para a instrução mútua da Língua Portuguesa, relação de 490 nomes que haviam escapado a Moraes.

Neste suplemento acham-se mencionados esses nomes, e mais quatrocentos tirados de outros autores, como Garção, Diniz, Francisco Manuel do Nascimento, etc. O manuscrito desta obra acha-se em poder do Sr. João Antônio de Oliveira, genro do autor.

- ✧ "*Fragment d'une mémoire sur la chute des corps*", présentée au Cercle médicale de Montpellier de 11.02.1836.

- ✧ "*Quelques idées de philosophie médicale*", presentées et publiquement soutenues à la Faculté de Médicine de Montpellier le 29.08.1837, pour obtenir le grade de docteur en médicine.

- ✧ "*Memória Sobre os Limites do Brasil com a Guiana Francesa Conforme o Sentido Exato do Artigo 8° do Tratado de Utrecht*". Publicada na Revista do Instituto histórico, Tomo XIV, de páginas 421 a 512, depois de lida em sessões de 26 de setembro e 10 e 24.10.1851. Esta Memória foi laureada pelo Instituto. Reproduziu-a o Dr. Mello Moraes na sua "*Corographia Histórica do Império do Brazil*", como já foi dito.

- ✧ "*L'Oyapock et l' Amazone: Question brésilienne et française*", Paris, 1861, 2 volumes.

✧"*Questões Americanas*". Com este título, diz o autor, empreendo apurar vários pontos que Alexandre d'Humboldt deixou indecisos no seu "*Exame crítico da história da geographia do novo Continente*".

✧"*Grammatica Portugueza*" – Inédita.

✧"*Mechanismo da língua grega*" – Inédita. Nesta obra, acrescenta o Sr. Dr. Blacke, se revela o autor um perfeito helenista, segundo me informa pessoa competente que a viu.

A moléstia de olhos, que lhe sobreveio por esse tempo e lhe arrebatou a vista, não lhe consentiu que passasse de duas Memórias: "*Antilia*", publicada na Revista do Instituto, Tomo XXVI, 1863, das páginas 269 a 300; e "*Brasil*", lida em sessão perante o Instituto. Revelam ambas, como pondera o Dr. J. M. de Macedo, estudo descomunal:

> na última, porém, na que trata da origem do nome "*Brazil*", que ficou ao Império americano, maravilham o critério, e abismo de averiguações, e a profunda ciência que o elevou à Orientalista aplaudido pelos Orientalistas mais célebres da França.

Existem outros escritos seus de menor tomo espalhados em revistas nacionais e outras e alguns inéditos. No Tomo XV, 1852, da Revista Trimestral do Instituto vem o seu:

✧"*Appendice*" ao parecer do Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar sobre o "*Índice Chronológico*" do Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Neste escrito apresenta o autor quarenta e oito dúvidas às asserções de Diogo de Bivar.

✧"*Sobre a Gravidade*". Publicado no Tomo I, páginas 66 a 68, da "*Minerva Brasiliense*".

✧"*O Oyapok*", memória apresentada à Sociedade de Geographia de Paris. Vem reproduzida na "*Revista Popular*" [Rio de Janeiro, B. L. Garnier], Tomo I, páginas 37 a 42, 163 a 167, 224 a 232 e 39 bis a 45.

Eis o que me ocorre dizer sobre este venerando morto.

Fica assim resgatada a dívida que o Instituto tinha em aberto para com a memória do seu tão ilustrado quanto virtuoso consócio, que soube, como Thomaz Gomes dos Santos, honrar na mocidade o nome brasileiro na terra estrangeira e glorificá-lo na idade provecta no seu próprio País, pelo cultivo assíduo e sério das boas letras, até lhe bater a hora do sono derradeiro. (MELLO)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

O Novo Argonauta III
(José Agostinho de Macedo)

[...] Senão meter-te no profundo abismo,
Levar-te a seu sabor a um clima estranho,
Onde teu nome sepultado fique,
Nome tão digno de existir na Terra?
Não vás, não vás, Herói, que em grandes feitos
Basta a vontade, para ser eterno.
Já deste nome à Pátria, a Lusa História,
Ao tempo que é por vir, dirá que existe
Olhão, que o berço dera ao Gênio ilustre,
Que ousou dizer aos homens assombrados
Que em pequeno Caíque ao Mundo iria,
Por tanto tempo incógnito aos humanos,
Onde se esconde o Sol, onde o Monarca,
Que as fúrias iludiu do infausto Monstro,
Que hoje ([12]) o Danúbio com as volúveis ondas,
Já prostrado uma vez, anseia e aperta,
Conserva a independência, a Pátria, o Trono.

Suspende-te, não vás, tens feito tudo:
É tua a Glória, eterno o teu renome.

Acaso és César ([13]) tu, que julga nada
O que tem feito com o valente braço,
Se alguma ação heroica inda lhe resta?
Acaso tu supões, qual ele outrora,
Quando em pequena barca o Mar talhava,
Que d'alta Hespéria ([14]) o Ilírico ([15]) divide,
Que a Fortuna a teus pés presa conservas?
Nada suspende um ânimo constante. [...]

---

[12] Hoje: 25 de junho de 1809, anunciou-se na Gazeta de Espanha a derrota do exército francês junto a Viena e a retirada de Bonaparte a uma Ilha do Danúbio. Este acontecimento marca a época desta composição. [O contrário se viu depois].

[13] César: "*Nihil actum reputans, si quid superesset agendum*" [Caesarem vehis] – Nada foi feito se algo continua por se fazer [Segundo César].

[14] Hespéria: entardecer.

[15] Ilírico: Illyricum, Província do Império Romano.

Um Projeto Arriscado!

Da vontade fizeram renúncia como da vida...
Seu nome é sacrifício. POR OFÍCIO DESPREZAM A MORTE E O SOFRIMENTO FÍSICO [...]
A gente conhece-os por militares [...] por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai CORAGEM, e à sua direita a DISCIPLINA.
(Jornalista Guilherme Joaquim de Moniz Barreto – Carta a El-Rei de Portugal, 1893).

Sempre procurei mostrar àqueles com quem convivo que jamais devemos estar satisfeitos com o que somos; que devemos, sempre e sempre, buscar o aperfeiçoamento em todos os níveis, seja espiritual, físico, mental ou intelectual. Com o passar dos anos, uma natural acomodação é capaz de nos conduzir à mesmice, à estagnação. Devemos combater essa tendência, com todas as forças, com autodisciplina, superação, estabelecendo metas perfeitamente definidas. Não devemos ter receio de tentar, medo de fracassar. O perdedor é o que não arrisca e não o que falha tentando. No palco da vida, devemos procurar sempre procurar assumir o papel de protagonistas e não o de meros coadjuvantes.

Projeto-Aventura Desafiando o Rio-mar

Há mais pessoas que desistem
do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Foi com esta convicção, minha paixão extrema pela esposa enferma, minha fé inquebrantável no Grande Arquiteto do Universo e na sua capacidade de operar milagres, meu amor pela Amazônia e pelas águas, que nasceu o "*Projeto-Aventura Desafiando o Rio-Mar*".

O projeto tem como objetivo fundamental despertar a juventude brasileira para que exerça, desde já, uma pressão cidadã, no sentido de reverter as nefastas ações que afligem nossa Hileia, exigindo das autoridades providências que contemplem o meio ambiente e os povos da floresta sem, contudo, negligenciar a soberania nacional.

Experiência e Respeito à Natureza

A proposta original consistia em descer o Solimões/Amazonas (Tabatinga, AM – Belém, PA) de caiaque durante 4 meses, reconhecer seus principais afluentes, observar a fauna, flora, hidrografia, relevo, entrevistar pesquisadores, autoridades locais e representantes dos povos da floresta.

A escolha do caiaque se baseou em dois requisitos fundamentais – "*experiência*" como canoísta profissional e "*respeito à natureza*".

A "*experiência*" já havia sido consagrada nas águas do Mato Grosso, São Paulo e Mato Grosso do Sul quando conquistei o campeonato Sul-Mato-Grossense de Canoagem em 1989, singrando águas brancas, quedas d'água e provas de longa distância do nosso fabuloso Pantanal mato-grossense.

Numa época em que tanto se exalta o "*respeito à natureza*", o caiaque sintetiza o meio de transporte ideal para ser usado na "*Terra das Águas*". Seu deslocamento silente não afugenta, não atemoriza a fauna; as remadas firmes e cadenciadas seguem o ritmo da natureza sem agredir a flora e a ausência de motores a combustão não polui, não macula os Rios.

Óbices

Quando surge um problema,
você tem duas alternativas –
ou fica se lamentando,
ou procura uma solução.
Nunca devemos esmorecer diante das dificuldades.
Os fracos se intimidam.
Os fortes abrem as portas
e acendem as luzes. (Dalai Lama)

Infelizmente, as organizações a que o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) estava diretamente subordinado, que eram respectivamente a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), entenderam, na época (2008), que o projeto não era de interesse do Sistema Colégio Militar do Brasil e por isso não autorizaram a realização do mesmo.

Como militar não me cabia julgar as decisões dos superiores hierárquicos e parti em busca de uma alternativa. A solução, finalmente encontrada, com o apoio irrestrito de nosso Comandante, Coronel Paulo Contieri, foi a de pedir rescisão do contrato com o CMPA nos meses de dezembro e janeiro e tentar a recontratação a partir de fevereiro de 2009.

As mudanças no projeto ocorreram tendo em vista que eu não podia passar quatro meses sem os vencimentos de professor sem comprometer as despesas relativas ao tratamento médico de minha esposa. Por estas razões, o Projeto foi, então, limitado a dois meses (dezembro-janeiro), com saída prevista de Tabatinga em 01.12.2008 e chegada a Manaus em no final do mês de janeiro.

Novos Ares, Novas Esperanças

Vento Xucro
(Jayme Caetano Braun)

Vento xucro do meu Pago
Que nos Andes te originas
Quando escuto nas campinas
O teu bárbaro assobio,
E sinto o golpe bravio
Do teu guascaço selvagem
Eu te bendigo a passagem,
Velho tropeiro do frio. [...]

Também sei que tu repontas
Das velhas plagas Andinas
As tradições campesinas
Entreveradas por diante,
E como um centauro errante
Vagueias no continente
REMEXENDO A CINZA QUENTE
DA NOSSA HISTÓRIA DISTANTE.

Em 2012, depois de ter navegado 5.504 km pelos Rios Solimões, Negro, Amazonas (de Manaus até Santarém) e Madeira, novos e salutares ventos permearam e arejaram os corredores e gabinetes das Organizações Militares que tratam "*efetivamente*" dos assuntos afetos ao Ensino e à Cultura de nosso Exército.

O "*Vento Xucro do meu Pago*" rompeu as fronteiras rio-grandenses e decidiu arejar as instituições de ensino da Força Terrestre, mostrando a todos que apenas "*remexendo a cinza quente da nossa História distante*" podemos crescer como Nação e, para que isso aconteça, temos de nos valer dos pesquisadores.

Na descida inédita dos quase 4.000 km do Juruá, desde a fronteira peruana (Foz do Breu) até Manaus, AM, nosso projeto foi tratado como uma pesquisa de interesse da Força Terrestre e, por isso mesmo, minha contratação como Prestador de Tarefa (PTTC) mudou de "*Professor*" do CMPA para "*Pesquisador*" do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx).

O DECEx, na época, se encontrava sob a liderança dinâmica e esclarecida dos Generais Ueliton José Montezano Vaz e Antonio Hamilton Martins Mourão, meu colega de turma da AMAN/75. Contamos, graças a eles, e à intervenção oportuna e decisiva do General Ítalo Fortes Avena – um gaúcho de boa cepa e Irmão maçom, com o efetivo apoio do "*Braço Forte e a Mão Amiga*" de nossas unidades da Força Terrestre sediadas na calha do Juruá e Solimões. Como por ocasião de nossas jornadas pelos Rios Amazonas e Tapajós, serviu-nos de esteio o Grupo Fluvial do 8° BEC, sediado em Santarém, PA.

Profissão de Risco?

Os Lusíadas
Canto X – 153
(Luís Vaz de Camões)

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Aníbal escarnecia,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia.

A disciplina militar prestante
Não se aprende, senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

Neste ano de 2014, em agosto, marcamos a última descida, Santarém-Belém, encerrando nossa 7° jornada, depois de termos percorrido, a remo, 10.910 km pelos amazônicos caudais. Infelizmente, fomos informados de que o General Oswaldo de Jesus Ferreira, comandante do Comando Militar do Norte, não iria nos apoiar em virtude de se tratar de uma operação que envolve "*RISCO*".

Achei interessante essa colocação pois, na década de setenta, o então jovem aluno Reis, do Colégio Militar de Porto Alegre, quando optou pela Carreira das Armas, foi justamente porque elas apresentavam desafios e eventualmente "*RISCOS*".

Hoje, Coronel da Reserva do Exército, do alto de meus 63 anos volvo os olhos para o não tão longínquo pretérito e constato que os tempos estão mudando e, infelizmente, para pior.

Derradeira Descida pela Amazônica Bacia (2015)

Decidi, então, realizar a Descida de Santarém a Belém, em março deste ano sozinho, sem qualquer tipo de apoio institucional federal.

Contarei, certamente, mais uma vez, com a sempre amável receptividade da valorosa Polícia Militar, Prefeituras e ribeirinhos paraenses e amapaenses.

Em outubro, aceitei, entusiasmado o convite do Dr. Marc Meyers para participar da descida do Rio Roosevelt, em homenagem à Expedição Roosevelt-Rondon.

No final do ano realizaremos a inédita Circunavegação da Lagoa Mirim, RS, de caiaque.

Mapa 01 – Santarém, PA – Monte Alegre, PA

Mapa 02 – Monte Alegre, PA – Ilha Jurupari, PA

Santarém, PA – Monte Alegre, PA

Quando eu e o Coronel Flávio André Teixeira desembarcamos no aeroporto de Santarém, uma viatura do 8° Batalhão de Engenharia de Construção (8° BEC – Batalhão Rondon) aguardava-nos para conduzir-nos até o porto onde estava ancorada, além das embarcações fluviais do 8° BEC, a Delta, um pequeno barco regional de 14,0 m, de propriedade do Cabo de Engenharia Mário Elder Guimarães Marinho que nos apoiaria em mais uma jornada pelos amazônicos caudais.

O Sargento Adailson da Costa Branches nos recebeu com a costumeira cortesia dos discípulos de Villagran Cabrita. Nossos pertences foram rapidamente levados para a embarcação de apoio onde conhecemos o Marcos Teixeira Guimarães, tio da companheira do Mário, que se revezaria com ele na condução da nau.

Depois de um refrescante banho, fomos até o restaurante Raiana onde degustamos um saboroso pirarucu antes de nos recolhermos para o pernoite na balsa Rondon.

03.03.2015 – Santarém – Comunidade Cueiras

Acordamos às 05h00 e partimos antes do alvorecer. A escuridão era total, por segurança coloquei minha lanterna de cabeça e fui margeando a costa santarena.

Quando o Mário parou para comprar gelo, segui em frente procurando ganhar tempo. No meu planejamento inicial eu calculara que sob condições ideais eu conseguiria vencer os 120 quilômetros que me separavam de Monte Alegre em apenas um dia.

Santarém, a pérola do Tapajós, estava totalmente envolta pelo manto escuro da noite e embalada pelos braços preguiçosos do deus alado Morfeu. O cadenciar silente do remo rompendo a superfície das belas águas do Tapajós me extasiava e eu avistava entusiasmado as águas do Rio-mar à minha frente.

Era difícil de crer, mas eu estava, definitivamente, prestes a finalizar a maior e a mais desafiadora missão de minha vida, uma missão autoatribuída engendrada em 2007 e que se iniciara em 1° de dezembro de 2008 em Tabatinga.

A embarcação de apoio alcançou-me quando eu já singrava as águas tumultuárias do Rio das Amazonas. Os quinze quilômetros iniciais transcorreram sem qualquer inconveniente, mas a partir daí as chuvas acompanhadas pelos fortes ventos alísios e ondas frontais que ameaçadoramente varriam o convés do caiaque Argo acompanharam-me sem dar trégua. A cheia submergira grande parte das praias e era necessário escolher cuidadosamente os locais de parada.

Os grandes pingos das torrenciais chuvas tropicais mais pareciam lágrimas de uma Amazônia que se despedia lamuriosa de seu dileto filho adotivo. Um lamento que percutia uma melancólica sinfonia no casco de minha frágil embarcação ao mesmo tempo em que seus fluídos e mornos braços envolviam carinhosamente meu corpo fatigado pelo repetitivo esforço.

Por volta das 16h30, avisei à equipe de apoio que seria impossível alcançar Monte Alegre e que deveríamos doravante ficar atentos e buscar um lugar seguro para ancorar a Delta e montar acampamento.

Depois de remar por 80 km, aportamos na Comunidade de Cueiras – coordenadas 02°16’03,15” S/ 54°05’18,82” O – em um braço de acesso ao Lago Grande de Monte Alegre. As águas do Amazonas afluíam velozmente para o interior do Lago.

Enquanto tomava meu banho e lavava a roupa que usara durante o dia, o Mário e o Marcos foram pescar, sem sucesso. O Pôr do Sol e a lua cheia deram um toque especial a este primeiro dia de nossa derradeira jornada. O Lago Grande com aproximadamente 35 km de largura é um verdadeiro “*Mar de Dentro*”. Encontram-se ainda, na margem esquerda do Amazonas, os piscosos Lagos do Socoró, Acari, Panacun, Paituna e Jacaré da Capa.

04.03.2015 – Com. Cueiras – Monte Alegre, PA

Partimos cedo rumo a Monte Alegre. A viagem transcorreu sem incidentes, as praias, agora totalmente submersas, formavam rápidos (maresias, banzeiros) e as ondas brotando de todos os quadrantes chocavam-se contra o casco do caiaque oceânico modelo Cabo Horn que as transpunha fleumática e arrojadamente. As belas paisagens dos igapós, cenas de ribeirinhos pescando, navegando ou ocupando-se de sua faina diária sucediam-se humanizando e alegrando minha derradeira jornada. O Amazonas na altura da Ilha de Gurupatuba, situada a Leste de Monte Alegre, atinge uma largura de 9.000 m em uma região pontilhada de ilhas e canais.

Por volta das 11h30 avistamos, desde o Amazonas, Monte Alegre que dominava sobranceira um outeiro ao longe e logo depois penetramos no sinuoso Rio Gurupatuba que margeia a altaneira povoação.

Despachei a embarcação de apoio para que tivessem mais tempo de escolher um local para estacionar e o Coronel Teixeira pudesse contatar nossos amigos da Polícia Militar. Quando cheguei, depois de remar 35 km, o Mário já tinha aportado a Delta à jusante do Porto (02°00’34,50” S / 54°04’11,10” O) e o Coronel Teixeira já havia desembarcado.

Imediatamente iniciei minha sistemática rotina – banho, lavar roupas, “*almojantar*” e baixar as fotos tiradas pelo Mário para o computador.

Tivemos muita sorte com o apoio da Polícia Militar em Monte Alegre, almoçamos, por volta da 14h00, com o Tenente-Coronel Emerson da Paixão Barbosa, Comandante do 18° BPM e o Sargento PM Edilson Antônio Bezerra do Nascimento, Comandante do Destacamento Policial da Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP). O Sgt Bezerra, devidamente autorizado pelo seu Comandante, prontificou-se a nos acompanhar nos reconhecimentos à Pedra e Gruta do Pilão. O Sargento Bezerra insistiu para que ficássemos alojados no quarto de hóspedes da sua confortável residência.

A total falta de apoio por parte do Comando Militar do Norte (CMN) foi sobejamente compensada pela cordialidade e hospitalidade demonstrada, mais uma vez, por nossos caros amigos da Polícia Militar do Estado do Pará.

O Sargento Bezerra nos levou até a Secretaria de Turismo do Município onde pude conhecer pessoalmente o Roberto de Deus. Em julho do ano passado estabelecera contato com o Roberto que se prontificara em nos receber e mostrar as belezas naturais de sua cidade.

O Roberto nos aguardara ontem no porto como havíamos combinado, mas como meu telefone celular havia entrado em pane em Santarém não pude, infelizmente, avisar-lhe do adiamento inevitável. Ficou combinado que amanhã, de manhã, iríamos no carro do Sgt Bezerra até o seu Destacamento na CANP ([16]) e de lá, na viatura da PM, nos deslocaríamos até Serra do Pilão.

05.03.2015 – Monte Alegre, PA

Depois de saborear um delicioso desjejum preparado pela Sra. Marlene Janaina Nunes do Nascimento, mais conhecida como Branca, esposa do nosso caro amigo e Ir∴ Bezerra, acompanhado por seus amáveis filhos João e Antônio fomos buscar o Roberto de Deus e o Cb Mário Élder antes de partirmos para a CANP.

---

[16] CANP (Colônia Agrícola Nacional do Pará): O Distrito Inglês de Souza, instalado em 26.04.1928, em Monte Alegre, PA, e administrado pelo engenheiro agrônomo Álvaro Cavalcante de Albuquerque. Durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas foi criado um grande projeto de integração nacional denominado "*Marcha para o Oeste*". O projeto tinha por objetivo ocupar e desenvolver o interior do Brasil diminuindo os desequilíbrios regionais através da migração e estabelecia como metas: a reforma agrária, a criação de colônias agrícolas, a construção de estradas e o incentivo à produção agropecuária. A criação das Colônias Agrícolas Nacionais [CAN's] foi uma das principais ações dessa política migratória. Em 30.01.1942, o Distrito Inglês de Souza foi transformado em Colônia Agrícola Nacional do Pará – CANP, permanecendo sob a administração de Álvaro C. de Albuquerque. O governo copiava a experiência bem sucedida da Companhia de Terras Norte do Paraná responsável pela colonização da região Oeste daquele Estado, nas décadas de 1920 e 1930, implantando pequenos loteamentos rurais. Na realidade o projeto alcançou sucesso na maior parte de suas propostas, pois durante seus 40 anos de implantação fundou mais de 40 vilas e cidades, construiu 19 campos de pouso, contatou mais de 5 mil índios e percorreu mais de 1,5 mil quilômetros de picadas e Rios. Em 1951, a CANP passou a subordinar-se ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização [INIC] com a denominação de Núcleo Colonial de Monte Allegre.

No deslocamento para a CANP, podíamos observar os curiosos "*Campos de Monte Alegre*" onde a típica vegetação de cerrado apresenta variações características regionais variando conforme o relevo e o tipo de solo. A vegetação predominante é formada por arbustos e gramíneas, o solo é arenoso e o relevo muito plano. Estávamos percorrendo a região conhecida como o "*Domo de Monte Alegre*" ([17]). O Roberto de Deus mencionou, durante a viagem, algo sobre as águas sulfurosas que procuramos aqui ampliar através de um artigo publicado, em 30.01.2015, no Portal de Notícias Tribuna da Calha Norte (site tcnnews.com.br).

Revitalização da Sulfurosa em Monte Alegre

> Uma equipe da Defesa Civil juntamente com a Secretaria de Turismo do Município de Monte Alegre realizaram um levantamento topográfico em toda a área do terreno da Sulfurosa, distante cerca de 13 km da cidade de Monte Alegre. As medições topográficas servirão para avaliar os custos de uma futura revitalização da Sulfurosa, para poder voltar a funcionar como ponto turístico e medicinal no Município de Monte Alegre. A Sulfurosa fica localizada na planície do Ererê, distante cerca de 13 km da cidade, é uma área onde se detectou a presença de uma fenda da crosta terrestre que expele águas termais. O local é de fácil acesso pela rodovia PA 255, hoje asfaltada. [...] (tcnnews.com.br)

[17] Domo de Monte Alegre: O Domo de Monte Alegre consiste de uma estrutura elipsóide com diâmetros que oscilam de 15 a 25 km e altitudes que vão dos 50 m chegando a ultrapassar, eventualmente, os 400 m. O Domo é formado por serras isoladas como a do Ererê, Itauajurí, Maxirá e Paituna e apresenta duas falhas, uma ao Norte – Serra do Itauajuri, e outra a Sul – Serras do Ererê e Paituna. Os pontos culminantes da área de várzea do Rio Amazonas estão localizados nas serras do Ererê e Paituna.

No Destacamento, por volta das 10h00, embarcamos na viatura policial, conduzida pelo Soldado PM Porfírio, com destino à Serra do Pilão. No deslocamento fizemos algumas paradas providenciais para admirar as curiosas formações rochosas e dentre elas uma em especial – a Pedra da Tartaruga. Uma árvore caída forçou-nos a buscar um caminho alternativo, felizmente o Roberto conhecia a região como a palma de sua mão e logo chegamos ao pé da Serra onde está localizada a Pedra do Pilão.

A íngreme subida forçava-nos a realizar algumas paradas estratégicas para descansar e admirar a beleza invulgar da paisagem. A Pedra do Pilão é o monumento natural mais característico do Município e a visão do gigantesco monólito é imediatamente associada à cidade de Monte Alegre.

Independentemente do ponto de vista do observador, seja inferior (Imagem 09), lateral (Imagem 10 e 12) ou superior (Imagem 11), de qualquer quadrante sua magnífica imagem não perde a imponência ou a beleza.

Da Pedra do Pilão fomos para a Gruta do Pilão. Desde a estrada de acesso verifica-se o descaso de alguns populares com este fantástico patrimônio cultural da humanidade.

O lixo e o vandalismo patrocinado por motoqueiros irresponsáveis comprometem seriamente este cenário histórico. As marcas de derrapagem dos pneus traseiros das motos podem ser encontradas inclusive no interior da gruta bem como restos de fogueiras que cobrem de fuligem as seculares pinturas rupestres.

Felizmente o Roberto vem fazendo visitas periódicas com crianças da rede escolar para que as mesmas tenham condições de aquilatar e valorizar este patrimônio que transcende as fronteiras nacionais. Quando adultas elas certamente lutarão para preservá-lo e respeitá-lo.

Apesar disso a Gruta também é magnífica, documentei algumas de suas inscrições, fotografei as raízes de fícus que se lançam desde as fissuras superiores como verdadeiras cortinas temporais e seus colossais salões, observei assustados morcegos que se mantêm curiosamente dependurados no teto da caverna apoiados, além das patas traseiras, também pelas garras das asas. Retornamos à cidade plenamente satisfeitos e recompensados com a visita.

06.03.2015 – Monte Alegre, PA

No dia seguinte, pela manhã participamos de uma confraternização em homenagem ao dia da mulher no 18° BPM que incluía, também, uma referência aos aniversariantes do mês e à despedida de uma das policiais militares. A parte mais hilária da alegre comemoração foi a despedida da Sgt PM Dolores:

Dolores
(2° Sgt PM Jorlando da Conceição Alves)

Hoje nos reunimos aqui
Para uma pessoa homenagear
Uma grande profissional
Que em breve vai nos deixar.

Nascida na Vila da CANP
Na humildade do seu lar
Sétima filha querida
Na família exemplar. [...]

Desempenhou suas atividades
Utilizando de maestria
Fez de tudo nessa vida
Até escrivã de delegacia.

Lá conheceu o amor de sua vida
Seu Chico foi seu namorado
Mas o destino lhe pregou uma peça
O homem fugiu meio cismado
Mas a morena é muito forte
E aqui achou o refugiado.

Mas seu Chico é cabra da peste
Sempre agiu com sinceridade
Justificou sua repentina saída
Que se tratou de uma fatalidade
E a morena se atrapalhou
Custando-lhe a virgindade.

Fez parte das nossas fileiras
No ano de noventa e quatro
Já no seio da Força
Pegou seu Chico no ato
Casaram-se e vivem felizes
Agora no fino trato. [...]

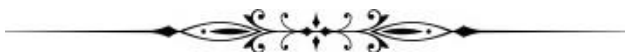
Dividimos com ela um dilema
Enxaqueca que quase a deixa louca
E depois de muitos exames
Era só um dente torto na boca.

Entrou na Força Soldado
Foi Cabo com condição
Hoje é Sargento PM
Com fibra e galardão
Carinhosamente conhecida
Ministra da Educação.

A mulher é um estouro
De postura e coisa e tal
Trata todos com respeito

Mas que não lhe faltem a moral
Porque se pisarem seu calo
Ouve do Soldado ao General.

Sentiremos sua falta
Mas sabemos que seria assim
Vivemos vários momentos
Pena que vai ter fim
Seja feliz na sua vida.

Para que não fiquem dúvidas
E não paire errados rumores
Estamos aqui falando
Da nossa Sargento Dolores.

Depois dos eventos patrocinados pelo 18° BPM, fomos até a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cristã Paz cuja diretora Ivanilde Cordeiro Lobato proporcionou-nos a oportunidade de apresentar aos pequeninos um pouco de nossa saga amazônica e responder a algumas de suas indagações.

Foi uma experiência extremamente gratificante, embora lecione desde julho de 2000 para crianças do 7° ao 9° ano no Colégio Militar de Porto Alegre, a espontaneidade, curiosidade e afetividade das crianças sempre me surpreendem e encantam. A escola faz parte do Projeto do Roberto de visitação aos sítios arqueológicos.

No final da tarde, acompanhados pela família Bezerra e do Roberto fomos de barco visitar o Museu e Biblioteca Professora Sinhazinha administrado por Mary Lins e José Lins. No Museu particular encontramos um pouco da história e diversos artefatos antigos que pertenceram aos cidadãos da cidade.

Fomos brindados ao final da visita com generosas e deliciosas porções de sorvetes de frutas regionais.

A visita em Monte Alegre foi coroada de êxito graças ao apoio irrestrito do amigo e Ir∴ maçom Sargento Bezerra e do Roberto de Deus. Infelizmente a Prefeitura passa por sérias dificuldades que culminaram com a cassação do ex-Prefeito e não nos pode apoiar substancialmente. Guardaremos, para o resto de nossas vidas, o carinho e atenção da família Bezerra e, quem sabe, um dia possamos retribuir nas plagas sulistas.

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

O Novo Argonauta IV
(José Agostinho de Macedo)

[...] Nada sabe temer quem busca a glória,
Pelos caminhos da Virtude austera.
Forra-lhe o peito triplicado bronze
Impérvio ([18]) ao susto que se apossa d'alma
Em ver do mar azul o campo imenso
Em altas serranias transformado.
Chega o momento, a recurvada praia
Toda de povo atônito se cobre,
Qual de Restelo ([19]) pela mole areia
Da Real Olissipo ([20]) o imenso povo
Noutras eras se viu, quando o terrível
Gama, largando a vela ao solto vento,
Foi demandar da Aurora o berço intacto,
As retorcidas âncoras suspende
Com a não trêmula mão, da branca vela
Ele as prisões soltou, e imóvel sempre
Aos olhos nem sequer lhe assoma o pranto.

O ligeiro Baixel ([21]) já corta as ondas,
Um longo e branco sulco atrás deixando,
Pôs no escuro Ocidente a altiva proa.

E quando à vista se roubou de tudo,
E os fitos olhos de o buscar cansaram,
Nem já, qual ponto escuro, aparecia
No horizonte do Mar, que amargo choro
Se ouviu soar nos montes sobranceiros
À líquida planície! As Mães e Esposas,
Desgrenhando o cabelo, aos Céus alçaram
Mavioso grito, que a Celeste Guarda
Em socorro chamou. [...]

---

[18] Impérvio: sereno.
[19] Restelo: no momento da partida de Vasco da Gama se observou na praia do Restelo [hoje Belém] um espetáculo de todo novo na Europa.
[20] Olissipo: nome romano de Lisboa.
[21] Baixel: barco de pequeno porte.

Monte Alegre, PA

Hino de Monte Alegre
(Acylino D'almeida Lins e Wilson Dias Fonseca)

Monte Alegre feliz e altaneiro
De montanhas e prados sem fim,
És pedaço do chão brasileiro
És sublime e encantado jardim.

Em teus Lagos, Rios e florestas
Onde os filhos com passo seguro,
Em perene alegria de festas,
Arquitetam teu grande futuro.

Teu clima suave e ameno,
Teus imensos horizontes
Fazem de ti um encanto,
Sob o céu sempre sereno.

As belas canções das tuas fontes
Afastam a dor e o pranto

Pecuária e lavoura em boa terra,
Águas ricas de farto pescado,
Mais fontes que o Sol encerra,
São presentes que vem do passado.

Saberemos levar-te pra frente.
Monte Alegre, com força viril,
Confirmando o valor de tua gente
Que te quer integrado ao Brasil. [...]

Desconhece-se, com precisão, a data da fundação do Município, localizado à margem esquerda do Rio Amazonas na confluência com o Rio Gurupatuba, Baixo-Amazonas. Segundo alguns cronistas, os Padres da Piedade teriam criado um núcleo com os índios da Aldeia de Gurupatuba.

O relatório do Bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, de 1751, que inspecionou as Missões da Amazônia, afirma, porém, que a Povoação foi fundada pelos Capuchos de São José, da mesma Ordem Franciscana dos Padres da Piedade.

Foi assim construída a Freguesia de São Francisco de Assis e, mais tarde, elevada a Vila, com a denominação portuguesa de Monte Alegre. (IBGE)

Cronologia Histórica

1758 – Em 27.02.1758, o Governador e Capitão-General do Grão Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado outorgou-lhe categoria de Vila, cuja instalação ocorreu no mesmo dia.

1765 – Graças ao bom clima ali existente, Monte Alegre desenvolveu-se celeremente no período colonial. O Tenente Manoel Lobo d'Almada, Diretor da Vila, contribuiu para isso construindo, em 1765, uma olaria que fabricava telhas e tijolos.

1873 – Foi criada a Comarca de Monte Alegre.

1880 – A sede do Município adquiriu categoria de Cidade e sede municipal com a denominação de Monte Alegre, pela Lei n° 970, de 15.03.1880.

1911 – Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município é constituído somente do Distrito sede.

1930 – Pelo Decreto n° 6, de 04.11.1930, o Município de Monte Alegre adquiriu o extinto Distrito de Almeirim. Pelo Decreto Estadual n° 16, de 24.11.1930, é desmembrado, do Município de Monte Alegre, o Distrito de Almeirim, novamente elevado à categoria de Município. Pela Lei Estadual n° 78, de 27.12.1930, o Município de Monte Alegre incorpora o extinto Município de Prainha.

1933 – Na divisão administrativa, o Município é constituído de 2 Distritos: Monte Alegre e Prainha.

1935 – Pela Lei Estadual n° 8, de 31.10.1935, é desmembrado do Município de Monte Alegre o Distrito de Prainha que foi elevado à categoria de Município.

1936 – Na Divisão Territorial de 31.12.1936 e 31.12.1937, o Município fica constituído de dois Distritos: Monte Alegre e Maicuru.

1938 – No anexo ao Decreto lei n° 2.972, de 31 de março, Monte Alegre aparece formado apenas pelo Distrito sede de Monte Alegre. No Decreto lei n° 3.131, de 31.10.1938, parte da zona de Tapará, que pertencia a Santarém, foi incorporada a Monte Alegre, apresentando-se na divisão territorial, em vigor no período de 1939-1943, com um único Distrito composto de três zonas: M. Alegre, Maicuru e Costa do Tapará.

1943 – O Decreto Lei n° 4.505, de 30.12.1943, estabeleceu, para o período de 1944-1948, que o Município seria constituído apenas do Distrito sede.

1960 – A divisão territorial datada de 01.07.1960 determina que o Município fica sendo constituído apenas do Distrito sede.

2005 – Ratifica a divisão territorial estabelecida em 1960.

Aspectos Físicos e Geográficos

O Município paraense de Monte Alegre está situado à Latitude 02°00’28” S e Longitude 54°04’09” O, a uma altitude de 38 m. Segundo o censo de 2000, possuía uma população 61.334 habitantes. Possui uma área de 20.066,39 km². (IBGE)

Relatos Pretéritos – Monte Alegre

José Monteiro de Noronha (1768)

53. Da saída sobredita até estar defronte da Vila de Monte Alegre são oito léguas. Esta Vila está situada na margem Oriental, e duas léguas distante da Barra do Rio Gurupatuba, que deságua na margem Setentrional do Amazonas. Da paragem acima dita fronteira a Monte Alegre até a Boca do Rio Curuá, que fica no fim das barreiras chamadas de Cussarí são três léguas. Este Rio desce do Sul, e é habitado de muitas nações de índios; a saber; Juruna, Guaruará, Cuçarí, Curiueré, Jacipuia, e outras. Há nele muito Pau-cravo ([22]) e óleo de copaíba. Da sua Barra até a do Rio Tapajós são 9 léguas. (NORONHA)

[22] Pau-cravo: Dicypellium caryophyllaceum.

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)

MONTE ALEGRE: Vila criada em 1758 e assentada sobre a planície do viso de uma montanha, que jaz na esquerda do Rio Gurupatuba em distância de duas léguas da sua garganta, a qual está na margem esquerda do Amazonas. Aldeia de Gurupatuba era o nome com que se qualificava esta povoação antes do referido ano, ela era missionada pelos Padres da Piedade. Compõem-se a população de 1.780 vizinhos brancos e indígenas, e de 290 escravos. Os principais moradores são proprietários de fazendas de criação e de grandes plantios de cacauzeiros, os quais eles principiaram no ano de 1784. Só a criação do gado vacum não há tido aumento, porque às vezes sofre a perseguição dos morcegos. Os indianos ([23]) são de préstimo na extração da salsa e do cravo, na pesca, e noutros trabalhos. As mulheres são laboriosas na costura, fiam algodão, fazem redes, fabricam e pintam com graça e delicadeza bacias e gomos de argila branca, cuias e taquaris. Quase todas as casas são telhadas com folhagem.

A matriz é dedicada a São Francisco de Assis, ela foi um bom edifício, limpo e decente, atualmente trata-se da sua reedificação. Há mais duas pequenas igrejas, das quais uma serve de Matriz. Nas partes da Vila, que entestam com o nascente, oferece-se à vista a perspectiva de altas serras e nas partes fronteiras ao Sul veem-se numerosos e amplos Lagos formados pelo Amazonas e as coleadas voltas que, ao longe, vai fazendo o mesmo Rio, realçando vistosamente aquele alegríssimo País. Pertence à jurisdição desta Vila a fronteira margem Austral do Amazonas, nela há um sítio chamado Barreiras de Cuçari perto da Boca do Rio Curuá, cujo sítio tem moradores indianos e as suas mulheres são (BAENA)

---

[23] Indianos: índios.

Alfred Russel Wallace (1848)

CAPÍTULO VI – SANTARÉM E MONTE ALEGRE

Na margem Setentrional do Amazonas, até umas duzentas milhas de distância, há fileiras de montanhas baixas, as quais, bem como a região intermédia, são em parte desnudas e em parte cobertas de relvas e capões de mato. Variam de trezentos a mil pés de altura e avançam, terra adentro, indo provavelmente ligar-se às montanhas das Guianas. Depois destas, não veem-se dali do Rio outras montanhas, a não ser duas milhas além, quando se alcançam as cadeias mais baixas dos Andes. São denominadas "*Serras de Paru*" e terminam nas "*Serras de Monte Alegre*", perto da pequena Vila de Monte Alegre, cerca de mil milhas abaixo de Santarém.

Após ter estado em luta algum tempo, ali, com considerável perigo de vida, ganhamos águas tranquilas, alcançando, após a navegação de duas horas num Rio muito sinuoso, a Vila de Monte Alegre. Os barrancos eram, na sua maior parte, devastados, abertos, cobertos de relvas e meio encapoeirados, com grupos de árvores em intervalos. Perto da Vila, vê-se uma cadeia de altos morros, de uma linda cor amarela ou vermelha, que verificamos depois serem de simples argila, em alguns lugares muito dura, em outros mole e friável, revestidos de matos nos seus cumes, tendo um aspecto muito pitoresco. A Vila de Monte Alegre está situada num planalto, distante cerca de um quarto de milha da flor da água.

O seu acesso, do Rio até lá, faz-se em uma ravina baixa, onde o caminho é coberto inteiramente de uma alta camada de areia movediça, que torna a caminhada um tanto penosa.

De cada lado, veem-se exemplares de enormes cactos, da forma ramificada de candelabros, tendo de vinte a trinta pés de altura. Crescem em moitas enormes, com grandes caules lenhosos, tão grossos como o corpo de um homem, dando novo aspecto à paisagem.

A própria Vila forma um espaçoso quadrado, no qual o que há de mais importante é o arcabouço de uma grande e notável igreja, de pedras escuras, que foi começada há cerca de vinte anos, quando o lugar era mais populoso e próspero, antes das revoluções que causaram tantos danos à Província, havendo pouca probabilidade, por isso mesmo, de ser ela algum dia acabada.

A atual igreja é um edifício baixo, coberto de folhas de palmeiras, como se fosse um celeiro e, como a maior parte das casas é, igualmente, de aspecto muito pobre. As casas não têm jardins ou quintais limpos, nada, a não ser capinzal e imundície, que se veem por toda parte, tendo algumas apenas uns cercados de paus roliços e podres, que servem de curral para o gado.

O comércio deste lugar é o de cacau, potes e gado. O cacau é plantado nas terras baixas, ao longo das margens dos Rios. E cultivado aqui em terrenos limpos, plenamente banhados pelo Sol, e parece que não prospera tão bem como quando à sombra da floresta parcialmente derrubada, que é a maneira [como já havíamos visto] adotada no Tocantins.

Quando um índio consegue formar uma plantação de uns dois mil pés de cacaueiros, passa uma vida ociosa, calma e contente. Tudo que ele tem a fazer, na roda do ano, se resume em dar umas duas ou três capinas, por baixo das árvores somente, e colher e secar as sementes.

O fruto do cacaueiro é de uma forma oblonga, tendo cerca de cinco polegadas de comprimento, com listas escuras, longitudinais. É de cor verde, mas torna-se amarelo quando amadurece, crescendo no caule e galhos mais fortes, por intermédio de um curto e Forte talo, nunca porém nos galhos mais fracos ou tenros. A casca externa, de que se cobre, é dura e um tanto consistente ou lenhosa. Dentro dela, ficam as sementes, que são as nozes de cacau, cobertas de uma polpa branca, que tem agradável sabor subácido e, quando raspadas e adoçadas com água, constituem uma bebida agradável e muito apreciada. No preparo do cacau, não se lhe lava a polpa, sendo somente posta ao Sol, para secar. E isto requer muita vigilância e muito cuidado, para que não se molhe com a chuva ou com o orvalho; do contrário, ele mofa e apodrece. Nas grandes plantações de cacau, costuma-se secá-lo em grandes tabuleiros, que deslizam sobre roletes, de modo que podem ser puxados facilmente para o interior de um rancho, todas as noites, ou à aproximação de chuva. O preço do cacau é de cerca de 3 shillings por arroba [32 libras de peso].

Dos peixes, os principais são os pirarucus, que se encontram em todos os Lagos e dão bastante ocupação aos índios, na estação da seca, para pescá-los. As fazendas de criação de gado estão situadas na base das serras adjacentes, onde as pastagens são fracas e poucas, mas, na estação seca, os lugares pantanosos que se estendem ao longo do Amazonas, oferecem boas pastagens.

As cabaças ou cuias são fabricadas ali em grandes quantidades, e são exportadas para Belém e para outros mercados do Amazonas. São caprichosamente acabadas e finamente polidas. São estanhadas com um escuro brilhante, ou pintadas e douradas com cores muito vivas.

Os desenhos são admiráveis, com alguns motivos de pássaros e de animais, dispostos com muito gosto e muita regularidade. As tintas são preparadas, pelas índias, de vários sucos vegetais, ou de terra amarela, tintas essas tão fixas, que os vasos podem molhar-se constantemente, ou ficar durante muito tempo expostos à umidade, sem se desbotarem. Em nenhum outro lugar, em todo o Amazonas, existem vasos pintados e feitos com tanto gosto e tão rico colorido, como os de Monte Alegre.

Trazíamos uma carta de apresentação para o Sr. Nunes, um francês, de Caiena, que era proprietário de pequena loja na Vila de beira Amazonas. Logo deu ele jeito de arranjar-nos uma casa desocupada, para a qual transportamos todas as nossas bagagens. A casa tinha duas salas e pequenos quartos de dormir, além de grande varanda e de um pátio fechado, na frente.

Fomos informados de que os mosquitos eram muito incômodos ali, e isso não demorou muito a ser verificado. Logo após o crepúsculo, eles afluíram em nuvens, incomodando-nos muitíssimo e obrigando-nos a procurar abrigo em nossos quartos de dormir, que haviam sido conservados fechados com antecedência, e com todo o cuidado. Ali, tivemos um pouco de sossego, durante algum tempo; mas eles logo acharam entrada pelas fendas e buracos das fechaduras, fazendo-nos passar o resto da noite desassossegadamente, inconfortavelmente. Após a permanência de uns poucos dias ali, verificamos que eles se tornaram mais atormentadores do que nunca, impossibilitando-nos de ficar assentados ou de escrever, depois do crepúsculo. Aqui, toda gente costuma queimar bosta de vaca às portas das casas, para enxotar a "*praga*", como muito bem soem denominá-los, sendo aquele o único recurso que produz algum efeito mais eficaz para afugentá-los.

Havíamos arranjado um índio para os serviços de cozinha, e todas as tardes o mandávamos fazer uma boa provisão de tão útil quão necessário artigo. Pouco antes de escurecer, acendíamos fogo, à porta dos nossos quartos, na varanda, num pote de barro, que enchíamos de estrume, a fim de fazer tanta fumaça, quanto fosse possível; e por essa maneira, andando em torno, era como podíamos passar sossegados uma hora mais. À tarde, em todas as casas e choupanas, vê-se uma panela de barro com bosta de vaca, a qual fica a arder, desprendendo cheiro um tanto desagradável. Como há nas proximidades da cidade muitas reses, tal preciosidade é sempre muito procurada, especialmente para o dito propósito.

Verificamos que a região, aqui, é uma planície arenosa, ondulante, vendo-se alguns lugares cobertos de densas moitas de arbustos e, em outros, de árvores mais altas e mais espalhadas.

Ao longo das margens dos Rios, há lugares planos, e de barrancos escarpados, todos, porém, densamente cobertos de mato, enquanto a uma distância de dez ou doze milhas do Rio ficam algumas bonitas elevações rochosas, em uma das quais havia curiosa e interessante coluna de rocha, tendo no alto outra pedra, do feitio de uma touca, apoiando-se sobre ela, sendo o conjunto algum tanto semelhante a um enorme cogumelo.

Os cactos, já referidos, abundam por toda parte, formando-se às vezes enormes grupos, muito interessantes e admiráveis, e que atingem a grande altura. Em estado nativo, encontram-se também ananases, que se grupam em extensas fileiras, nos matos, encontrando-se também cajueiros.

Nos aclives rochosos dos barrancos dos Rios, veem-se numerosos lagrimais, que brotam da úmida elevação, onde crescem fetos, musgos e outras plantas rasteiras.

O nosso melhor campo para coleta de insetos era nesses bosques sombrios. Encontramos, pela primeira vez, nestes lugares, a linda borboleta Calithea Leprieurii, de asas azuis, cor de anil, que se encontrava pousada nas folhas, à sombra e, depois, abundantemente, nos troncos de árvores, dos quais minava uma seiva esbranquiçada e resinosa. Ali também se encontravam muitos trogônidas e jacamares e um curioso pássaro da ordem dos trepadores [Dendroncolaptes Sp.], com um bico comprido, bem semelhante a uma pequena foice.

Desejávamos muito visitar as serras, as quais cada dia se tornavam mais tentadoras e convidativas; pelas informações, que depois tivemos, de que ali existem várias inscrições indígenas, mais ainda se nos aguçava a curiosidade.

Para esse propósito, alugamos uma pequena montaria do Sr. Nunes, porquanto tínhamos de percorrer umas cinco ou seis milhas por água, para chegar a uma fazenda de criação de gado, situada no sopé da montanha. A canoa era provida de um mastro e de uma vela, esta feita de tiras da casca de uma enorme planta aquática.

Logo após deixarmos a Vila, fomos rapidamente impelidos para muito longe. Nesse trajeto, porém, tivemos grande incômodo, porque, com qualquer golpe de vento mais Forte, sendo a vela muito pesada, a canoa chegava a ficar excessivamente inclinada. Viam-se inúmeros mergulhões e flecheiros, que nadavam no Rio ou, então, ficavam pousados sobre as árvores das margens.

Tentamos atirar nalguns deles, várias vezes; mas sempre sem resultado. Essas aves, na água, são muitíssimo espertas e, mesmo feridas, mergulham e nadam por baixo da superfície tão rapidamente, que se torna inútil toda e qualquer tentativa para capturá-las.

Em seguida, ganhamos uma parte mais estreita do Rio, pela qual fomos avançando, com muita dificuldade, pois logo verificamos que o leito estava obstruído por plantas aquáticas, que ali crescem, formando extensos leitos flutuantes. Não tínhamos mais nenhum vento e, por isso, foi-nos preciso recorrer aos remos. Mesmo assim, em alguns trechos onde as ervas flutuantes chegavam a obstruir completamente o leito do Rio, fomos impedidos de prosseguir. Os índios, então, saltando em terra, cortaram duas compridas varas, com forquilhas nas extremidades e, com o auxílio delas, puxávamos a canoa, que assim se ia deslocando lentamente, deslizando sobre aqueles grandes leitos de ervas flutuantes, as quais tão grossas e resistentes são, que servem de seguro apoio para esse propósito.

Aqui e ali, de trecho em trecho, encontrávamos águas limpas. Assim, podíamos de novo reatar entre lindas Utricularias e Pontederias. Caímos, de novo, nos leitos de plantas aquáticas e de altas relvas, que tapam completamente o canal, ficando mais altas do que a nossa cabeça, através das quais quase desesperávamos de poder abrir caminho. Além disso, as relvas chegavam a cortar-nos as mãos, quando estas roçavam nelas. Nas margens, estendiam-se largos tratos de campos planos, meio água, meio terra, onde vicejam ervas, e que, na estação das chuvas, se transformam num verdadeiro Lago. Após grande e penoso trabalho para abrir caminho, o que por espaço de várias milhas foi assim, alcançamos, finalmente, a fazenda de criação de gado, onde fomos

bondosamente recebidos pelo seu proprietário, para o qual levávamos uma carta de apresentação. A casa estava situada próxima ao grande trato ([24]) de terrenos pantanosos, que se estendem do Amazonas às serras. Era construída de barro, tendo dois ou três cômodos e um alpendre aberto, nos fundos, que servia de cozinha, e onde dormiam os índios.

O curral, – uma área quadrada, cercada de pau a pique, para fechar o gado, – estava situado perto da morada. Nos fundos dela, estende-se o campo, num terreno inclinado, em direção às serras. Tudo ali em roda era campo aberto, interceptado por algumas moitas de cerrados e pitorescos tufos de cactos, que crescem em todas as direções. Fizemos um passeio pelos arredores, um pouco antes de escurecer, tendo atirado em dois lindos periquitos, de penas azuis e vermelhas nas asas, de uma das menores espécies que habitam a região. Dali voltamos para casa, onde nos foi oferecido leite fresco. Em seguida, ficamos sentados em frente à porta da casa, tendo ensejo, então, de observar os esquisitos apetrechos de alguns vaqueiros, que estavam naquele momento saindo a cavalo para outra parte da fazenda, bem distante dali. Com os seus rústicos e curiosos selins, fabricados de madeira, e enormes estribos, e com os seus compridos laços, sacos de couro, onde guardam provisões, espingardas de compridos canos, polvorinhos ([25]) feitos de chifres de formidáveis dimensões, eram umas figuras espantosas; e tornavam-se ainda muito mais pitorescos, por serem mulatos bem escuros. Após o pôr do Sol, os mosquitos começaram a afluir em nuvens. Logo as portas tiveram de ser fechadas, ficando uma panela de estrume a queimar-se fora e uma lamparina acesa no interior da casa.

---

[24] Trato: espaço de terra.

[25] Polvorinhos: recipientes onde o caçador guarda ou leva a pólvora.

Algum tempo depois, o jantar foi anunciado e nós então nos sentamos no chão, em torno de uma esteira, e tivemos excelente jantar de tartaruga, que havia sido trazida do Amazonas, pouco antes.

Em seguida, fomos para as nossas redes, que se achavam armadas por quase todos os cantos do quarto, em todas as direções. A casa, de fato, estava já bastante cheia de gente, desde antes de chegarmos ali, de modo que agora estávamos mais apertados ainda. Um brasileiro nada pensa, entretanto, sobre isso, estando acostumado a dormir assim, todos juntos. As portas e janelas ficavam bem fechadas e, embora ali dentro sentíssemos um pouco de calor, não sofríamos tanto o incômodo dos mosquitos, ao qual qualquer outro é preferível.

No dia seguinte, pela manhã, fizemos os preparativos para a nossa Expedição à montanha; e, como não sabíamos se teríamos de passar a noite lá, levávamos, para o caso de assim ser preciso, provisões suficientes, e bem assim um grande odre de borracha, para carregar água. Caminhamos algumas milhas, ao longo da margem de um pântano, onde se viam curiosas aves aquáticas, até que chegamos a uma choupana abandonada, onde paramos, para almoçar e, dali por diante, prosseguimos por um caminho que se estendia através de matos. Vencida essa etapa, chegamos ao sopé de escarpado declive, onde se viam enormes blocos de pedra, dispersos na maior confusão, e entremeados de moitas de lírios comuns e de arbustos, que nos tornavam extremamente penosa aquela ascensão.

Lá bem no alto, via-se justamente o curioso pilar, que já havíamos lobrigado ([26]) da Vila, e que agora estávamos dispostos a observar de perto.

---

[26] Lobrigado: avistado.

Após dificultoso e penosíssimo acesso sobre os blocos de pedra e suas inumeráveis fendas, alcançamos uma plataforma, que fica por baixo da massa colunar, que se ergue a prumo trinta ou quarenta pés, e dali se inclina sobre o seu topo, arqueando-se, da maneira mais curiosa e arrojada, de jeito a causar-nos medo. A sua origem percebe-se claramente. O pilar é de uma rocha friável, de camadas horizontais, que se estão gastando constantemente, pela ação contínua das intempéries. No seu topo, há um extrato de duríssima rocha cristalina, que tem resistido à ação do Sol e das intempéries, e tem agora o mesmo diâmetro que teve primitivamente o pilar que a suporta.

Havíamos pensado, olhando assim de baixo para cima, que podíamos andar com facilidade pelo alto da serra, até atingir-lhe à ponta mais afastada, onde se encontram a caverna e as inscrições. Somente agora, vimos, entretanto, que o alto da serra é também cheio de numerosos e enormes blocos de pedra e da mesma vegetação ruim, os quais, na nossa subida, foram tão difíceis de vencer. Muito maiores seriam estas dificuldades, se tivéssemos de andar algumas milhas sobre terreno assim acidentado. Esta ideia foi logo posta à margem. O nosso único recurso, portanto, era descer de novo para o outro lado da montanha, a fim de ganhar a planície arenosa, que se estende ao longo da base da serra.

Antes de descermos, entretanto, lançamos ainda um olhar em torno, lá bem do alto, sobre o panorama que se descortinava dali, – uma ondulante e imensa planície, coberta de árvores e de arbustos, tendo, porém, o solo uma cor amarelada, e a vegetação uma cor parda. Adiante dessa planície, via-se estirada, no longínquo horizonte, uma sucessão de montanhas mais baixas, de forma oblonga ou cônica, que circundavam completamente a planície distante.

Não se via dali uma casa sequer. Pelo seu aspecto, tivemos desde logo uma impressão pouco favorável a respeito da fertilidade da região ou da beleza do cenário tropical. Fizemos rapidamente a nossa descida da serra. Ora serpenteando pelas fendas, ora rojando ([27]) por baixo das rochas, ora dependurando-nos pelos galhos e raízes das árvores, chegamos afinal cá abaixo, ganhando terreno plano, onde se podia caminhar à vontade. Vimos, então, todo o flanco da montanha, talhado desde o cume, até em baixo, em numerosas colunas, de feição muito rude, em todas as quais se percebia a ação da atmosfera sobre os diferentes "*strata*" de que elas se compõem. Conforme o grau de dureza das camadas, que se alternam, tais colunas aumentam ou diminuem de espessura. Em alguns lugares, têm o aspecto de enormes globos repousando sobre pedestais ou, então, cabeças e corpos de enormes gigantes. Não parecem ser prismáticas, e sim resultantes de sucessivos abalos dos terremotos, que produzem "*cracks*" verticais, em direções contrárias e, pela ação do Sol e das chuvas, se lhes vão alargando então as fendas, formando-se assim colunas completamente destacadas. Caminhamos ao longo de um solo arenoso. O calor era intensíssimo. A água do nosso odre já havia acabado e não sabíamos onde podíamos arranjar outra, para matar a sede. Os índios, então, informaram-nos que ali perto havia uma nascente, na subida da montanha, um pouco adiante do local onde nos encontrávamos, porém que, provavelmente, nela não se encontraria água, porquanto a estação seca estava agora no seu máximo de rigor.

Caminhando mais uns poucos passos, demos logo com a vista no referido local, onde havia um grupo das palmeiras Mauritias, que geralmente crescem em

[27] Rojando: rastejando.

sítios úmidos. Viam-se também alguns trechos de terrenos cobertos de relvas, o que nos deu logo alguma esperança de conseguir o que pretendíamos. Chegando junto das palmeiras, verificamos que o solo era úmido, meio pantanoso, filtrando-se dele pequena quantidade de água, que corria por entre as relvas. Gastamos aproximadamente meia hora para encher o odre.

Nessa ocasião, vimos, bem próximo de nós, o outro tufo verdejante de relvas e de arbustos, junto à base das mais altas rochas, que se erguiam muito a pique, e donde parecia que a fonte deveria manar ([28]). Para ali nos dirigimos, e ficamos muito satisfeitos de encontrar um filete de água deliciosamente fresca e pura, a correr sob a sombra das árvores. Aproveitamos o ensejo para descansar e fazer a nossa merenda. Dali, em seguida, fomos até ao local onde o nosso guia supunha que estava situada a caverna. Há tempos já que ele havia estado na dita gruta, aonde fora somente uma vez e, agora, não pôde encontrá-la, pois que ela fica escondida por entre confusos blocos de rochas, os quais, em vários lugares, pareciam ser aberturas, porém, pesquisando ali, verificamos ter sido enganada a nossa vista. Após várias tentativas inúteis, para descobri-la, resolvi voltar para casa e arranjar outro guia melhor, noutro dia.

De volta, passamos por um alto penhasco, no qual havia algumas das inscrições que eu há muito desejava ver. Elas foram executadas com tinta vermelha, em traços que pareciam feitos esfregando-se pedaços de outra rocha, que em alguns lugares tem aquela cor. Tais desenhos pareciam ser muito recentes, e não estavam de forma alguma estragados pelas intempéries.

---

[28] Manar: brotar.

Ninguém sabia coisa alguma a respeito da antiguidade deles. Consistiam em representações de várias figuras, rudemente traçadas; algumas representavam animais, como jacarés e pássaros; outras, coisas semelhantes a utensílios domésticos; e outras, círculos e demais figuras geométricas; havia ainda algumas de formas as mais complicadas e fantásticas. Todas estavam regularmente dispostas sobre a rocha, a uma altura de cerca de dez pés acima do solo. O tamanho da maior parte dessas figuras era de um a dois pés.

A tarde tornara-se úmida e fria. Como nada tínhamos com que nos agasalhar, se ficássemos ali para dormir; haveríamos de passar muito mal. Assim, voltamos para casa, onde chegamos cerca das oito horas da noite, muito cansados; caímos, por isso, em nossas redes, com muita satisfação. No dia seguinte, o Sr. Nunes resolveu ir conosco, para ele próprio nos mostrar a caverna e algumas inscrições mais, que estavam situadas em outro ponto da serra. Desta vez, porém, fomos a cavalo e, como nos acontecera anteriormente, não foi possível encontrar a caverna, tendo sido necessário mandar um dos índios à procura de um velho, que morava dali a algumas milhas, e que conhecia bem a gruta.

Enquanto isso, o Sr. Nunes nos fez andar ali por perto, para tentarmos descobrir as outras inscrições, o que se conseguiu, após fatigante caminhada. Estavam elas dispostas numa rocha a pique, que se erguia lá bem no alto de uns desfiladeiros alcantilados. Quase não tive ânimo de subir, pois estava muito cansado e com muita sede, e ali não se encontrava água. Contudo, tendo vindo para vê-las, resolvi perseverar no meu propósito e, então, fomos até ao local. Estas inscrições eram muito maiores do que as outras, que eu havia visto, e estavam desenhadas a maior altura.

Os desenhos, por sua vez, eram também completamente diferentes, consistindo principalmente em grandes círculos concêntricos, denominados pelos nativos de "*Sol*" e de "*Lua*", e várias outras formas mais complicadas, com três ou quatro pés de altura. Entre estes desenhos, viam-se duas datas, do ano de 1770, em algarismos nítidos e muito bem feitos. Não tenho dúvida de que essas datas foram feitas por viajantes que por ali passaram e que desejaram comprovar, assim, que sabiam de que maneira foram executados tais desenhos e para recordar a época da sua visita àquele local.

Junto de alguns destes desenhos, bem no alto, viam-se duas ou três impressões de mãos, da mesma cor e da mesma tinta, distinguindo-se perfeitamente a palma e os dedos, como se a pessoa que executou os desenhos houvesse permanecido de pé sobre os ombros de uma outra, tendo então apoiado uma das mãos na rocha, lambuzando esta com a cor vermelha, enquanto desenhava com a outra. Tirei algumas cópias das inscrições deste lugar, as quais são de grande tamanho, e bem visíveis a considerável distância, e são geralmente mais conhecidas do que as outras. Estavam afastadas do caminho e, provavelmente, não haviam sido visitadas por qualquer viajante europeu, antes de mim mesmo.

Em seguida, caminhamos um pouco para diante, à procura de água, antes de seguirmos em direção à caverna. Ali chegando, verificamos que os nossos guias nos haviam precedido e estavam à nossa espera: eles nos levaram ao longo de um caminho escarpado, pelo qual fomos subindo em demanda da gruta, que atingimos logo. A entrada de tal caverna é tão bem dissimulada pelos arbustos e árvores, que não era, de fato, para admirar o malogro que tivemos para descobri-la, nas anteriores tentativas.

Na sua boca, há uma rude arcada, de quinze a vinte pés de altura, e ali o que há de mais curioso é uma delgada laje de rocha, que a atravessa de um lado para o outro da entrada, cerca de quinze pés acima do solo, como se fosse um tosco e irregular pranchão. Esta pedra, na sua atual posição, não caiu ali; é apenas uma porção de sólida rocha, mais resistente do que o resto dos outros materiais que se achavam acima e abaixo, e que tem resistido à força que os desagregou. No interior da caverna, há uma grande abóbada, irregularmente arqueada. O solo é plano e arenoso. Nos fundos, veem-se outras aberturas, que se comunicam com outras câmaras; como, porém, não havíamos trazido luz, não nos foi possível explorá-las. De notável, nada mais havia na cava, a não ser a rocha transversal à sua boca de entrada. A vegetação, nos seus arredores, não era de maneira alguma pujante, encontrando-se poucas flores que mereçam alguma referência. Na verdade, muitas de nossas cavernas dos distritos calcários da Inglaterra são muito mais pitorescas e mais interessantes.

Eu ouvira falar, aqui, acerca de uma planta que cresce nos brejos e terrenos pantanosos, e estava convencido de que deveria ser a vitória régia. O Sr. Nunes informara-me que esta era abundantemente encontrada perto de sua casa e, na manhã seguinte, muito cedo ainda, mandou que um índio fosse buscar um espécime. Após alguma demora, trouxe-nos o homem uma, que estava com a flor meio aberta. A folha era de cerca de quatro pés de diâmetro. Muito me regozijei de ter tido oportunidade de ver, afinal, a célebre planta. Como, entretanto, ela já se tornou coisa relativamente muito vulgar na Inglaterra, não é necessário que eu aqui a descreva. Encontra-se ela em todos os distritos do Amazonas, raramente, porém, no leito do Rio. Parece deliciar-se nas águas mansas, crescendo nas enseadas, Lagos ou braços

mais tranquilos do Rio, plenamente expostos à luz do Sol, vicejando também nas lagoas e terrenos pantanosos das vazantes.

Em julho, as águas do Rio saem de vinte a trinta pés. Desta sorte, as hastes de suas folhas e as pétalas de suas flores devem aumentar rapidamente de comprimento, enquanto as águas sobem pois, ao que parece, não são muito compridas. Guardei a folha, para secar-lhe algumas porções. Ela é denominada de Uaupé Japona [forno de jaçanã], pelos índios, por causa da semelhança de sua folha e pela sua grande concavidade com os fornos de barro que se usam para fazer farinha.

Como desejávamos regressar naquele dia, despedimo-nos do nosso bondoso hospedeiro. Tivemos que varejar outra vez, para abrir caminho por sobre as ervas e relvas, que obstruem o leito do pequeno Rio, pelo qual estávamos descendo. Agora, entretanto, não foi tão tedioso para vencer, como o fora por ocasião da nossa subida. E, assim, ganhamos logo o Rio largo. Passando ao longo de uma praia arenosa, os índios perceberam sinais de que poderiam encontrar ovos de tartaruga. Saltando em terra, logo começaram a cavar e remover a areia, voltando dentro de pouco tempo com um chapéu cheio de ovos da pequena tartaruga chamada "*tracajá*". Um pouco mais para baixo, havia uma velha árvore, que fazia sombra convidativa, e para lá nos dirigimos. Em seguida, fazendo fogo, cozinhamos os ovos, que, juntamente com o café, farinha e carne, que trazíamos, nos deram excelente almoço.

Prosseguindo a nossa viagem, encontramos muitos jacarés, de grande tamanho, que nadavam em todas as direções. Alvejamos alguns deles, porém só conseguimos fazê-los mergulhar rapidamente para o fundo. Os nativos, quando vão banhar-se no Rio,

nunca se aventuram até muito longe da praia, pelo receio, que têm, de ser atacados por esses animais. Em outro lugar, onde poucos dias antes nos havíamos banhado, vimos-lhes os rastos na areia da praia. De então por diante, decidimos tomar, igualmente, o maior cuidado, pois todos os anos algumas vidas se perdem ali, por falta da necessária precaução.

Após alguns dias de estada na Vila, resolvemos fazer uma excursão a uma roça de mandioca, dali distante algumas milhas, em direção ao interior, onde há uma considerável extensão de terras de floresta, e onde, por isso mesmo, esperávamos encontrar muitos insetos. Fomos a pé, levando as nossas maqueiras, espingardas, redes de capturar insetos e algumas provisões, para passar lá uma semana. Chegando ao referido local, encontramos a única acomodação que ali havia, que era um pequeno rancho, muito baixo, coberto de folhas de palmeira, com um espaço que era a conta somente para estendermos as nossas redes. Ali moravam uns quatro ou cinco negros, os únicos habitantes do lugar. Tomamos logo conta do rancho. A nossa pequena cafeteira, dentro em pouco, supriu-nos com essa infalível e refrescante bebida, que é o café. Nos matos, encontramos algumas raras espécies de borboletas, que eram pouco abundantes ali. E dentre essas capturamos uma nova espécie de Catagramma, que nós no Pará somente muito raramente encontrávamos. Comumente se nos deparavam os trogônidas e tânagras, não havendo ali, porém, grande variedade, tanto de insetos, como de pássaros.

Voltando à Vila, meu irmão sofreu a luxação de uma perna, que ficou logo muito inchada, formando-se um abscesso para cima do joelho, que o impossibilitou completamente de locomover-se, durante cerca de quinze dias. Com alguma dificuldade, con-

segui comprar uma pequena canoa, na qual pretendia voltar para Santarém, e nela, em seguida, prosseguir viagem, Amazonas acima, até Barra do Rio Negro.

Antes de deixarmos a povoação, celebrou-se ali uma festa. [...] Nós mesmos tivemos que preparar as nossas refeições, pois o índio, que era o nosso cozinheiro, tomou também parte na festa. Ele era um exímio tocador de viola e julgou que seria desnecessário pedir permissão para se ausentar por uns dias. Os índios dos arredores estavam a chegar ali diariamente e eu comprei deles algumas bonitas cabaças pintadas, de cuja manufatura este lugar tem boa fama. Logo após, regressamos para Santarém, onde encontramos a nossa casa ocupada; porém, não tardamos a arranjar outra, de dois cômodos, e com um pátio nos fundos. (WALLACE)

Henry Walter Bates (1849)

A vinte e cinco milhas de Monte Alegre aparecem novamente as terras altas, mas desta vez na margem oposta do Rio. É esta a porção que limita o extremo Norte do maciço brasileiro, como as montanhas de Monte Alegre marcam o limite Sul da Guiana. Em nenhuma outra parte do Rio as terras altas das duas margens estão tão próximas. (BATES)

Domingos Soares Ferreira Penna (1854)

Monte Alegre não é somente um lugar alegre e enriquecido de panoramas graciosos; é sobretudo importante por sua temperatura menos elevada do que em qualquer outro ponto do Amazonas, por sua atmosfera pura, por sua salubridade enfim, concorrendo muito para isto a pureza de suas águas nativas, circunstância tanto mais preciosa quanto é isto um fenômeno raro nas margens do grande Rio.

CONDIÇÕES LOCAIS – Os acidentes do terreno dão também um caráter especial ao lugar; quando se está em Monte Alegre figura-se que se está numa região inteiramente oposta à do Amazonas. Este precioso concurso de circunstâncias locais não pode deixar de exercer uma influência benéfica sobre os indivíduos. A experiência ensina que os habitantes dos lugares montanhosos diferem sempre dos das planícies.

No pouco tempo que estive em comunicação com os habitantes de Monte Alegre, pude apreciar, ainda que ligeiramente, algumas dessas modificações, produzidas pela disposição do terreno, que aliás não são tão diversas do resto da região que deem uma diferença completa. Notei nos moradores maior atividade do que em outros da Província, notei principalmente a sua destreza na arte, ou, para ser mais exato, no hábito da equitação, sua afeição muito pronunciada ao torrão natal, e uma altivez ou independência pessoal que é, para assim dizer, como um tipo do caráter local.

Desgraçadamente em Monte Alegre não há instrução alguma para o povo. Se a dessem, aquelas qualidades se enobreceriam mais, tornar-se-iam mais sensíveis entendendo-se ao sentimento moral. A Província teria então muito a ganhar com isso.

RESENHAS DIVERSAS – A Vila contém um grande número de casas, todas cobertas de telha e, em geral, bem tratadas, quer no exterior, quer no interior, onde não há mobílias de luxo, mas simplesmente decência e asseio. Não se vê porém isto nos pequenos casebres que se encontram em alguns pontos da Vila, nem na Cadeia, pequeno quadrado com grossas grades de pau, em forma e com aspecto de um curral de gado, ou jaula de feras.

Da casa da Câmara só vi a sala que está mobiliada com decência; é tão acanhada que poderá dificilmente prestar-se às sessões da municipalidade e sobretudo do júri.

A igreja Matriz, obra que faz muita honra aos monte-alegrenses e ao seu espírito religioso, não está ainda concluída; falta-lhe uma pequena parte do arco cruzeiro, a coberta e as obras de ornato. Desde muitos anos serve de Matriz uma pobre ermida particular que tem na frente um alpendre maior do que ela, obstruindo uma parte da Praça. O cemitério está no extremo Oeste da Vila; é espaçoso e está bem fechado.

A população da Vila é calculada em 750 habitantes. A instrução pública consta de duas escolas de ensino elementar da infância. No ano findo, a escola de meninos foi frequentada por 22 e a de meninas por 24. (PENNA)

Luís Agassiz e Elizabeth Cary (1865-1866)

MONTE ALEGRE – Caracteres da paisagem e do solo.

25 de agosto (1865) – É meio-dia quando chegamos em frente dessa pequena Vila, situada na margem esquerda do Amazonas, na embocadura do afluente Gurupatuba, e o calor está tão Forte que não desejo descer em terra antes do cair da tarde.

Monte Alegre está assentada no alto duma encosta que se afasta das margens do Rio em declive suave, e tira o seu nome dum morro situado a quatro léguas ao nordeste. O terreno é mais acidentado e irregular do que o tem sido até agora; mas, apesar disso, o local não me parece merecer a denominação que lhe foi dada.

O aspecto desse Distrito se me afigura antes um tanto triste; o solo é todo areia, a floresta baixa, interrompida de quando em quando por campinas baixas e pantanosas cobertas de ervas grosseiras. A areia assenta sobre o mesmo depósito avermelhado, cheio de seixos rolados de quartzo, que encontramos constantemente em nosso caminho. Aqui e ali, esses seixos estão dispostos em linhas onduladas como se uma estratificação parcial se tivesse operado; porém, em outros pontos, tudo indica que o orifício foi revolvido pelas águas, embora não esteja de todo estratificado.

Durante o dia, vou fazer um passeio até o cemitério do lugar; tem-se, desse ponto, a mais linda vista da redondeza. O campo dos mortos está cercado por uma paliçada; ao centro, uma pesada cruz de madeira rodeada de cruzes menores que assinalam as sepulturas. Está bem descuidado; em todos os lugares em que a areia não é bastante dura, cresce o mato, a que parece estar abandonado o solo ingrato por toda a vida. Pouco mais adiante, a colina é talhada a pique e, do alto, se descortina uma grande planície coberta por floresta baixa que se estende até o monte a que a Vila deve o seu nome. Voltando-nos para o Sul, temos em frente uma série de Lagos, separados uns dos outros por terras de aluvião muito pouco elevadas que formam esses campos pantanosos de que acima falei.

Monte Alegre é um dos mais antigos estabelecimentos da Amazônia; mas devido a todas essas circunstâncias desfavoráveis, a sua população diminui em vez de aumentar. No meio da Praça pública estão as quatro paredes duma Catedral começada há quarenta anos e até hoje inacabada. As vacas pastam o capim nas partes baixas do edifício que se poderia tomar por um triste monumento destinado a atestar a miséria dessa localidade.

Aceitamos a hospitalidade que o Sr. Manuel teve a bondade de nos oferecer. Ele não ignora que os mosquitos vão cair em nuvem espessa sobre o navio e convidou-nos a passar a noite sob seu teto.

Esta manhã, tomamos uma embarcação, demos uma volta pelas imediações, um pouco para termos a oportunidade de pescar. Estivemos parados um par de horas numa fazenda de criação, situada perto do Rio, e donde se levará para bordo um certo número de bois e vacas destinados ao mercado de Manaus. Parece que uma das principais indústrias da localidade é a criação de gado; com a salga do peixe, a venda de cacau e borracha, constitui o comércio da praça. [...]

MONTE ALEGRE. **26** de janeiro (1866) – Deixamos Santarém terça-feira e, sexta-feira de manhã, estávamos aqui; recebemos a mais amável acolhida em casa do Sr. Manuel. Agassiz e o Sr. Coutinho fizeram uma excursão geológica na serra do Ererê. É uma série pitoresca de colinas que fecham os campos, isto é, a planície arenosa a Noroeste da cidade. Eles tomaram por caminhos diferentes. Em companhia do Capitão Faria e de mais alguns amigos, o Sr. Coutinho foi a cavalo pelo campo, enquanto que Agassiz fez a viagem de canoa. Reunir-se-ão ao pé da serra e passarão dois ou três dias em explorações. Sabe-se ainda muito pouco a respeito da estrutura geológica das serras amazonenses de Santarém, Monte Alegre e de Almeirim. Geralmente têm sido consideradas como prolongamentos ou do planalto das Guianas, ao Norte, ou do planalto brasileiro, ao Sul. Agassiz pensa que não pertencem nem a um nem a outro e que a sua formação se liga diretamente à do próprio vale. É a solução deste problema que ele procura na atual excursão; o Sr. Coutinho, que se muniu de barômetros, propõe-se mais especialmente determinar a altura daqueles morros.

Quanto a mim, passo alguns dias aqui aplicando-me em nada perder duma paisagem que, com razão, passa por ser a mais pitoresca das margens do Amazonas. Não somente contemplam-se vastos panoramas, como também a natureza friável do solo, que se decompõe facilmente, permitiu que as fortes chuvas formassem um número tão grande quanto variado de formosas ondulações, cobertas de Rochedos, ensombradas pelas árvores, no fundo das quais brotam as fontes d'água com frequência. Uma destas, sobretudo, me encanta. É escavada profundamente em forma de anfiteatro, e as suas paredes pedregosas são coroadas por uma densa floresta de palmeiras, mimosas e outras espécies que projetam como que um véu sombrio sobre o solo. Uma fonte desce do alto da colina com alegre murmúrio e as empregadas negras e índias vêm encher nela os seus jarros. Trazem muitas vezes consigo as crianças confiadas a seus cuidados e veem-se os pesados cântaros inclinados para apanhar água, enquanto que, na pequena bacia por baixo, patinham, pés descalços, os garotinhos escuros ou morenos claros.

Embora a vegetação seja baixa no campo, e o solo parcamente coberto de mato grosseiro, a floresta, em certos lugares, se apresenta em toda sua beleza; nunca nos foi dado ver mimosas maiores e mais luxuriantes; são às vezes de um verde tão rico e intenso, a sua folhagem é por tal forma cerrada que se custa a acreditar, vendo-as a distância, que essas massas compactas sejam formadas pelas leves folhas penadas duma planta sensitiva. As palmeiras também são numerosas e elegantes e há várias espécies que ainda não conhecemos.

Excursão nas vizinhanças de Monte Alegre. **28** de janeiro (1866) – Ontem, o nosso excelente hospedeiro organizou um passeio campestre para me ser pessoalmente agradável.

Era desejo seu que eu visse alguma coisa dos atrativos de Monte Alegre. Dois ou três vizinhos reuniram-se a nós mais algumas crianças, um bando alegre de gente miúda para quem tudo o que sai dos hábitos regulares de cada dia é festa. Partimos a pé para uma bonita Aldeia indígena chamada Surubiju. Devíamos almoçar aí e, depois do almoço, a volta se faria num desses pesados carros puxados por bois, única condução possível para mulheres e crianças, numa terra em que estradas de rodagem e sela para senhoras são coisas igualmente desconhecidas. O passeio foi encantador, ora no meio da mata, ora através dos campos, e, como era muito cedo, não tivemos que implorar por sombra quando as árvores faltavam. Íamos remanchando pela beira dos caminhos, as crianças parando para apanhar frutos selvagens, muito abundantes, ou para me ajudar a herborizar; já eram quase nove horas quando alcançamos a primeira palhoça. Paramos nela um pouco para descansar; faz muito tempo que não constitui mais novidade para mim uma habitação de índios, mas, assim mesmo, sinto sempre prazer em visitá-las. Fomos cordialmente acolhidos nesta a que me refiro: a melhor rede no canto menos quente, e a cuia d'água fresca foram num instante preparadas para nós. Em geral, as palhoças dos índios são mais bem tratadas do que as casas dos brancos, e possuem um certo atrativo pitoresco que conserva sempre a mesma sedução. Depois de um ligeiro descanso, retomamos o nosso passeio pela aldeia. Os sítios são dispersos, separados por grandes distâncias e tão completamente cercados de árvores que parecem absolutamente isolados no seio da floresta. Dizem que os índios são preguiçosos! São positivamente fantasiosos, incapazes de se submeterem aos hábitos regulares de trabalho; entretanto, em quase todas as suas habitações, sempre se encontra, em via de execução alguma ocupação característica.

Em duas ou três delas, as mulheres teciam redes; numa, um rapaz preparava folhas de curuá para fazer uma coberta em sua embarcação; a roda do oleiro girava em outra, noutra, enfim, uma mulher, afamada nas vizinhanças pela sua habilidade em tal arte, estava empenhada em pintar cabaças. Vi, em casa dela, pela primeira vez, as tintas que se preparam com certa argila fornecida pela serra. Estamos presentemente em pleno carnaval, e todas as brincadeiras são permitidas; por isso, não nos deixaram sair sem que travássemos com as tintas da rústica artista um conhecimento mais íntimo do que desejaríamos: quando nos despedimos, ela se atirou sobre nós com as mãos cheias de tinta, vermelha e azul. Uma "*tomahawk*" ([29]) que ela tivesse brandido, não nos teria desbaratado mais surpreendente e apressadamente, foi um salve-se-quem-puder de todo o nosso bando, e cada qual tratando de ganhar o mais depressa possível a ponte que vai ter à palhoça.

Devi à minha condição de estrangeira o ser poupada, mas nem todos tiveram essa felicidade e, entre as crianças muitas guardaram por todo o dia manchas azuis e vermelhas. O mais lindo desses sítios da floresta se acha no fundo de um pequeno vale muito escondido; chega-se aí descendo uma estreita picada que serpenteia por magnífica floresta cheia de palmeiras. Infelizmente, se o aspecto dele é encantador, a aparência doentia das crianças e a reputação de insalubridade que lhe dão, testemunham suficientemente que esse recanto aprazível, porém baixo e úmido, não convém à habitação.

---

[29] Tomahawk: pequeno machado usado sobretudo pelos ameríndios. Os tomahawks eram empregados normalmente como ferramentas pelos nativos norte-americanos e colonos europeus, e, eventualmente, como armas na luta corpo-a-corpo ou de arremesso. O cabo de madeira dos tomahawk media em torno de 60cm e sua cabeça pesava entre ¼ kg e 1 kg, com um lado cortante de cerca de 10 cm.

Após umas alegres voltas pela mata, voltamos para almoçar na primeira choça em que estivéramos, e, decorrida uma hora, retomamos o caminho da Vila no carro de bois que viera nos buscar. Esses carros consistem numa tábua estreita colocada sobre pesadas rodas de madeira que guincham barulhentamente e cujas formas maciças e primitivas fariam acreditar que foram as primeiras que o homem inventou. Por cima dessa prancha, estenderam um trançado de junco, fincaram-se varaus para sustentar uma coberta, e, ao cabo de alguns minutos, o veículo primitivo se pôs em movimento no meio dos risos de alegria e bom humor que só pararam às portas da nossa moradia.

EXCURSÃO À SERRA DO ERERÊ. Agassiz chegou ontem à tarde de sua excursão à serra do Ererê. Extraio de suas notas uma curta narração desta viagem e algumas observações sobre o aspecto geral da região, a vegetação e os animais. A exposição sumária dos resultados geológicos dessa pequena exploração se achará num capítulo à parte, no final de nossa viagem ao Amazonas. Parti antes do alvorecer; desde que a aurora começou a colorir o céu, vi voar em direção à floresta bandos de patos e gansos amazonenses; aqui e ali, um alcatraz permanecia solitário sobre um tronco seco, ou então um martim-pescador voejava sobre as águas, espreitando a sua presa; nas margens do Rio, grande número de gaivotas, reunidas em bandos, cobriam as árvores; os crocodilos deitados no lodo, mergulhavam ruidosamente à nossa aproximação; às vezes, um boto saía da água, mostrava-se e desaparecia de repente; outras vezes, nós assustávamos um bando de capivaras em repouso perto da margem; uma vez mesmo, descobrimos, pendurada nos ramos duma embaúba, uma preguiça, verdadeiro retrato da indolência, enrolada na atitude que lhe é peculiar: os braços passados por trás da cabeça.

Grande parte das ribanceiras é formada por terras baixas de aluvião cobertas dessa bela gramínea original, chamada capim. Essa erva dá excelentes pastagens para o gado e sua abundância nesta região torna o Distrito de Monte Alegre muito próprio para a criação. Em vários pontos, a argila vermelha do solo eleva-se acima d'água, e uma pequena coberta de palha aparece por sobre a ribanceira rodeada por algumas poucas árvores. A pequena cabana é quase sempre um sítio de criação de gado e veem-se numerosos rebanhos pastando nos prados em torno. Ao longo das margens, onde quer que o campo se mostre limpo, e o terreno baixo e pantanoso, a única palmeira que se encontra é a marajá ([30]).

Durante algum tempo, percorremos o Rio Gurupatuba, depois tomamos à direita e penetramos num estreito curso d'água que tem o aspecto dum Igarapé na sua parte inferior, mas que, no seu curso superior, recebe as águas da parte da planície compreendida entre as serras de Ererê e Tajuri e se converte num ribeiro; dão-lhe o mesmo nome daquela serra, isto é, Rio Ererê. Esse filete d'água, estreito e pitoresco, muitas vezes tão cheio de vegetação que a canoa custa a prosseguir o seu caminho, passa através duma magnífica floresta de palmeiras com folhas em forma de leque, as miritis ([31]), que se estende por várias milhas de distância e abriga à sua sombra, como num berço de verdura, uma porção de árvores menores e arbustos, alguns dos quais dão flores brilhantes e notáveis pela sua beleza. Isso me produziu um efeito estranho: uma floresta de plantas monocotiledôneas dominando uma de plantas dicotiledôneas, plantas inferiores protegendo e abrigando assim outras de organização

---

[30] Marajá: Geonoma.
[31] Miritis: Mauritia flexuosa.

mais elevada. Toda essa massa de vegetação estava emaranhada por incontáveis lianas e plantas trepadeiras, no meio das quais distinguiam-se principalmente as begônias com a sua corola aberta em forma de trompa. O capim de um verde tenro misturava-se às flores da malvácea que abundava no meio do capinzal, e a aninga, essa espécie de arum aquático de folhas grandes, formava-lhe uma como que moldura.

AVES AQUÁTICAS. Horas a fio, a nossa canoa deslizou lentamente sob as árvores dessa floresta, em que a vida animal rivalizava com a vegetal em variedade e riqueza. O número e a diversidade das aves me enchiam de espanto. O conjunto das ervas espessas e dos juncos, nas duas margens, se mostrava coalhado de aves aquáticas. Uma das mais comuns era uma pernalta pequena de cor acastanhada – o jaçanã [Parra] – cujos longos dedos, em desproporção com o volume do corpo, permitem correr sobre a superfície da vegetação ribeirinha como sobre um terreno sólido. Estamos em janeiro, é para ela a época dos amores; a cada bater do remo n'água, fazemos voar os casais amedrontados, cujos ninhos chatos, inteiramente abertos, contêm em geral cinco ovos cor de carne com ziguezagues castanho-escuro. Os outros pernaltas eram uma garça cor de neve, outra pardo-acinzentada, algumas espécies menores, e uma grande cegonha branca. As garças cinzentas andavam sempre aos pares; as brancas andavam sozinhas, solitárias à beira d'água ou meio escondidas no capim.

As árvores e as moitas estavam coalhadas de passarinhos semelhantes às nossas toutinegras, e que seria difícil classificar; para um observador comum, apenas lembrariam aqueles pequenos cantores de nossos bosques, porém, dentre as espécies observadas, uma chamou especialmente

minha atenção por causa do grande número de indivíduos que notei e também pela arquitetura de seus ninhos, a mais extraordinária que vi até hoje, relativamente ao tamanho do construtor. Os habitantes da terra lhe dão dois nomes, e chamam-lhe ora "*pedreiro*" ora "*forneiro*" ([32]), duas palavras que fazem alusão, como se vai ver, à natureza de sua morada. Esse ninho singular é construído de argila, é duro como pedra e sua forma é a de um forno arredondado, no qual os habitantes da região preparam a caçava ou farinha extraída dos tubérculos da mandioca; mede cerca de um pé de diâmetro e é enganchado sobre o galho ou na forquilha dos ramos.

Entre as pequenas espécies, observei ainda tanagras de brilhantes cores e uma espécie que se assemelha aos canários; havia também lavandeiras, pardais de penas brancas e pretas e de cauda caída, japiins como são aqui chamados, cujos ninhos pendem em forma de sacos, e o bem-te-vi tão comum. Os colibris, cuja ideia se associa, em nosso espírito da vegetação tropical, eram muito raros; só vi alguns poucos deles.

Os tordos e as rolas eram mais numerosos. Notei também a presença de quatro espécies de pica-paus, depois muitos papagaios; estes últimos levantando voo em quantidade incontável diante de nossa canoa, voavam em bandos cerrados por cima de nossas cabeças e cobriam todos os demais ruídos com o barulho do seu grasnar. Algumas dessas aves causaram-me uma impressão profunda. Coisa notável: em todas as regiões, por mais longe que esteja da pátria, no meio duma fauna ou duma flora inteiramente novas, o viajante é subitamente surpreendido com a vista de uma flor ou o canto de

---

[32] Pedreiro ora forneiro: barreiro ou João de Barro.

um pássaro que lhe são familiares. É transportado de súbito até os bosques de sua terra natal, em que cada árvore é para ele como um velho amigo. Parece realmente que existe no trabalho da natureza algo daquilo que, pela experiência de nosso espírito, chamamos reminiscências ou associação de ideias.

As combinações orgânicas tudo fazem para ser distintas nas regiões ou em climas diferentes, não se excluem nunca inteiramente uma à outra. Cada província zoológica ou botânica conserva algum laço que a prende a todas as outras e dela faz um elemento da harmonia geral, o líquen do Polo Norte, se encontra vivendo à sombra da palmeira, sob os rochedos das serras dos trópicos; o canto do tordo, a bicada do pica-pau se misturam aos gritos agudos e dissonantes dos papagaios.

As aves de rapina não faltam aqui. Uma havia do tamanho do nosso milhafre, chamada "*falcão-vermelho*", tão pouco desconfiada que, mesmo ao passar a nossa canoa por baixo do galho pouco elevado em que estava pousada, ela não levantava o voo. Mas de todos esses grupos, porém, o mais curioso de ser comparado aos grupos correspondentes da nossa zona temperada, aquele que mais distintamente comprova o fato de que cada região tem o seu mundo animal à parte, é o dos galináceos. Nesta região, a mais comum das aves dessa ordem é a cigana, que se vê em bandos de quinze a vinte indivíduos, empoleirados nas árvores cujos galhos pendem sobre o Rio, e neles procurando frutos para comer.

Durante à noite, empoleiram-se aos casais, mas, durante o dia, andam sempre em numerosa companhia. Existe no seu aspecto exterior alguma coisa que participa ao mesmo tempo do faisão e do pavão, e no entanto não se parecem nem com um nem com outro.

É um fato singular que, com exceção de alguns galináceos que lembram as nossas perdizes, todos os representantes dessa família no Brasil e, especialmente, no vale do Amazonas, pertencem a tribos que não existem em outras partes do globo. Não se encontram aqui nem faisões, nem tetrazes, nem galinhola, mas em seu lugar abundam o mutum, o jacu, o jacamim, o unicorne [Grax, Penelope, Perdrix, Psophia, Palamedea]; são todos de tal sorte afastados do tipo galináceo, que se encontra mais para o Norte, que se aproximam tanto das abetardas, e das aves tendo a forma do avestruz, como da galinha e do faisão.

Diferem também das nossas galinhas do Norte por uma maior uniformidade na plumagem dos dois sexos. Em nenhuma delas se vê do macho para a fêmea essas diferenças de plumagem tão notáveis no falcão, no tetraz ([33]), e nas aves dos nossos galinheiros. No entanto, a penugem dos filhotes tem a cor amarela que, nessa família, distingue as fêmeas da maior parte das espécies.

Se as aves eram assim abundantes, os insetos eram quase raros. Vi apenas algumas pequenas borboletas e muito poucos coleópteros. As libélulas, porém, mostram-se frequentemente: umas têm o corpete de cor púrpura, a cabeça negra, as asas castanhas; outras, o corselete volumoso, verde e atravessado por listas azuis. Só observei uma lesma, arrastando-se sobre os caniços e, entre as conchas fluviais, colhi somente algumas espécies pequenas de ampulárias.

Quando, depois de ter subido o Rio, encontrei-me próximo da serra, desembarquei e atravessei os campos a pé. Penetrei, então, numa região inteiramente diferente, uma planície seca e descoberta,

---

[33] Tetraz: aves galiformes da família Phasianidae.

onde a vegetação era rara. As plantas mais notáveis eram as moitas de cactos e tufos de palmeira curuá, uma espécie sem caule, baixa, de folhas largas e elegantes que saem do solo e formam uma urna graciosa.

Nesses campos secos de areias, que se elevam gradualmente em direção à serra, observei nas ravinas cavadas pelas chuvas copiosas a argila folhosa que por toda parte forma as bases dos estratos amazonenses. Ainda aqui ela apresentava tão bem o caráter dos xistos argilosos comuns que acreditei me encontrar enfim diante duma formação geológica antiga.

Em lugar disso, porém, obtive nova prova de que, causticando-as, o Sol abrasador dos tópicos produz nos folhetos argilosos de origem recente o mesmo efeito que os agentes plutônicos produziram sobre as argilas antigas [isto é, pode transformá-las em folhetos metamórficos].

Ao me aproximar da serra, repetia para mim mesmo como, nas circunstâncias as mais diversas, traços semelhantes podem por toda a parte se reproduzir na natureza.

Deparou-se-me de repente uma pequena angra orlada da habitual vegetação dos cursos d'água sem grande profundidade; nas margens estava uma galinhola que abriu o voo com a minha chegada, soltando o seu grito peculiar tão parecido com o que todos conhecem entre nós que, só em ouvi-lo, eu teria reconhecido a ave sem a ver.

Após uma hora de marcha sob o Sol causticante, não deixei de sentir satisfação de me achar enfim na palhoça de Ererê, quase no sopé da serra, e de me reunir aos meus companheiros.

Foi talvez a única vez, durante toda a minha viagem pela Amazônia, que passei um dia inteiro no puro gozo da natureza, sem o trabalho de fazer coleções, trabalho realmente penoso neste clima quente em que os exemplares reclamam atenção imediata e permanente.

Aprendi também quanto é rico em impressões um só dia neste mundo maravilhoso dos trópicos, por menos que se abram os olhos para os tesouros da vida vegetal e animal. Algumas horas assim passadas no campo, simplesmente a olhar os animais e as plantas, ensinam mais sobre a distribuição da vida de que um mês de estudos de gabinete, pois, em tais condições, as coisas se mostram na completa harmonia de suas relações.

Infelizmente não é fácil traçar um quadro de conjunto; todas as nossas descrições escritas dependem mais ou menos da nomenclatura e os nomes locais são mal conhecidos fora da região a que pertencem, enquanto que os nomes sistemáticos não falam senão a um número muito restrito de pessoas. (AGASSIZ)

Charles Hartt (1870-1871)

Estabeleci-me com meus companheiros na povoação indígena de Ererê. E lá fiquei um mês examinando com todo o cuidado possível, toda a vizinhança acessível a pé. Naquele mês não andei menos de 250 a 300 milhas. Achamos muitas localidades de fósseis e descobrimos muitas espécies novas. Percorri as faldas da serra procurando e copiando as pinturas indígenas que aí existem numa abundância extraordinária. Infelizmente o meu artista, moço muito trabalhador caiu doente de sezões e voltou com meu infatigável Smith para os Estados Unidos.

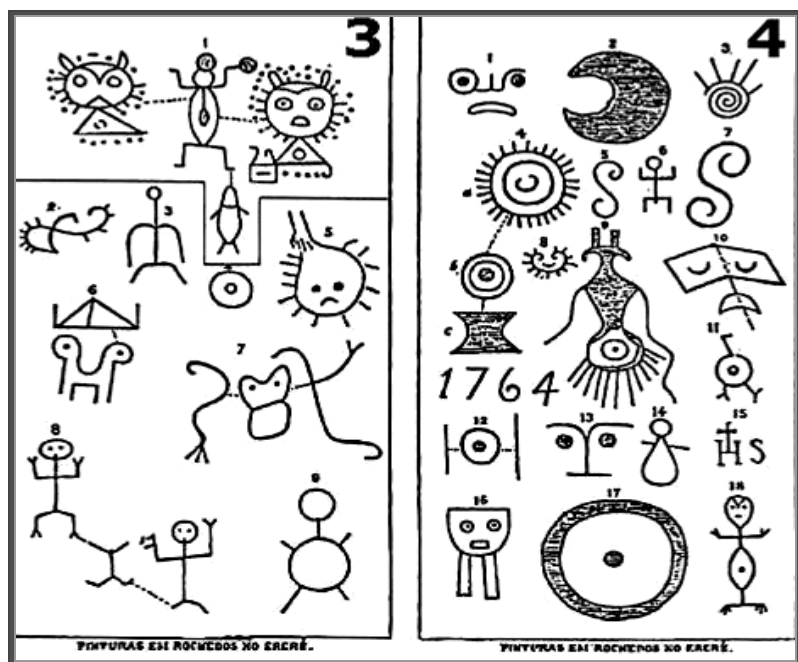



Imagem 02 – Inscrições Rupestres 3 e 4 – Ererê (Hartt)

Tenho feito muito empenho em aprender a língua geral e colher informações sobre os indígenas do Brasil. Das figuras pintadas sobre as paredes ou gravadas nela, já tenho um número muito grande; estas com outras, acompanhadas de notas que o Sr. Penna teve a bondade de me oferecer hão de constituir uma contribuição importantíssima à etnologia do país. A Serra do Ererê é situada ao Norte do Vale do Amazonas, em distância de quinze ou mais milhas do Rio principal porém perto do Rio Gurupatuba e a Oeste da Vila de Monte Alegre. É uma cordilheira estreita, muito irregular, de cerca de 800 pés ([34]) de altitude, na direção aproximada de Este a Oeste e tendo de extensão cerca de quatro a cinco milhas. É composta de grés, de camadas muito densas, que se inclinam para Sudoeste.

[34] 800 pés: 243,84 metros.

Esses grés formam uma linha truncada de penhascos, que correm ao longo do lado Ocidental próximo ao cume, abaixo do qual a rocha apresenta um declive muito irregular. Sobre essa espécie de muralhas de rocha, na extremidade Ocidental da Serra e perto dela, ora junto à sua base, ora no alto, em posição saliente e de difícil acesso, existe grande número de caracteres e figuras grosseiras, na mor parte pintadas de encarnado, umas isoladas, outras em grupos. Algumas superfícies da rocha estão cobertas de um sem número delas, sendo muitas lavadas pelas chuvas e desfiguradas pelo fogo, a ponto de não se poder reconhecê-las, e outras claras e frescas: o que indica que não foram todas executadas ao mesmo tempo. Justamente adiante da linha de penhascos, a alguma distância ao Oriente da extremidade Ocidental da Serra, eleva-se uma massa de grés semelhante a uma torre, pintada não somente na base como no alto e em cada lado, enquanto que os penhascos, tanto atrás como de ambos os lados, estão cobertos de figuras. Todas essas localidades são muito salientes e algumas em tão grandes proporções que se avistam na distância de mais de uma milha. Não longe da extremidade Oriental da Serra existe amontoada uma enorme massa isolada de grés, restos de uma camada quase inteiramente removida, a qual é distintamente visível da planície que lhe fica abaixo, do lado do Norte. A muralha irregular que forma essa massa de grés, na sua parte Ocidental, é coberta de figuras. Os desenhos do Ererê compreendem diversas classes de objetos. Dentre estes os mais importantes parecem representar o Sol, a Lua e as Estrelas. Na extremidade Ocidental do Ererê, no penhasco próximo ao cume, existe uma grosseira figura circular [estampa 4, figura 17], de perto de dois pés ([35]) de diâmetro. A sua cor, em geral, é de um amarelo pardacento.

---

[35] Dois pés: 0,61 m.

No centro há uma grande mancha de ocre encarnado, ao passo que em torno da circunferência corre uma larga orla da mesma cor. Alguns dos índios civilizados do Ererê chamam a isto o Sol, outros a Lua. Sobre um penhasco muito proeminente, a alguma distância a Leste da massa de grés acima descrita, há outra figura semelhante, de cerca de três pés ([36]) de diâmetro. No centro desta vê-se uma mancha de um vermelho cor de tijolo, em seguida uma larga faixa de um amarelo decomposto, acompanhada de outra vermelha também como tijolo, fora da qual existe uma igualmente de um amarelo de ocre alterado. À direita desta, observam-se duas figuras circulares menores, em cuja parte superior as linhas e o centro são vermelhos, sendo a faixa interior de uma tinta amarela já desfeita. Essas figuras estão situadas a alguns 10 pés da base do penhasco. Desenhos semelhantes compostos de 2 ou mais círculos concêntricos, com ou sem a mancha central, divisam-se, em grande número, no Ererê. Estou inclinado a pensar que se teve em vista representar a Lua, visto como eles são desprovidos de raios. Uma figura [estampa 4, figura 02], existente no penhasco da extremidade Ocidental da Serra, representa, sem dúvida, esse corpo celeste. Além das formas, acima descritas, há uma grande quantidade de figuras raiadas. Algumas vezes elas consistem num círculo só ou em diversos círculos concêntricos, sendo apenas raiado o exterior; porém, do lado da grande rocha do cume da Serra, há uma figura de um pé ([37]) de diâmetro [estampa 5, figura 10] muito distinta, formada de dois círculos concêntricos, cada um provido de grandes raios, em forma de dentes. Parte dessa figura está obliterada. Na mesma localidade há outra que consiste num círculo com raios semelhantes aos dentes de uma serra e uma só mancha no centro.

[36] Três pés: 0,91 m.
[37] Um pé: 0,30 m.

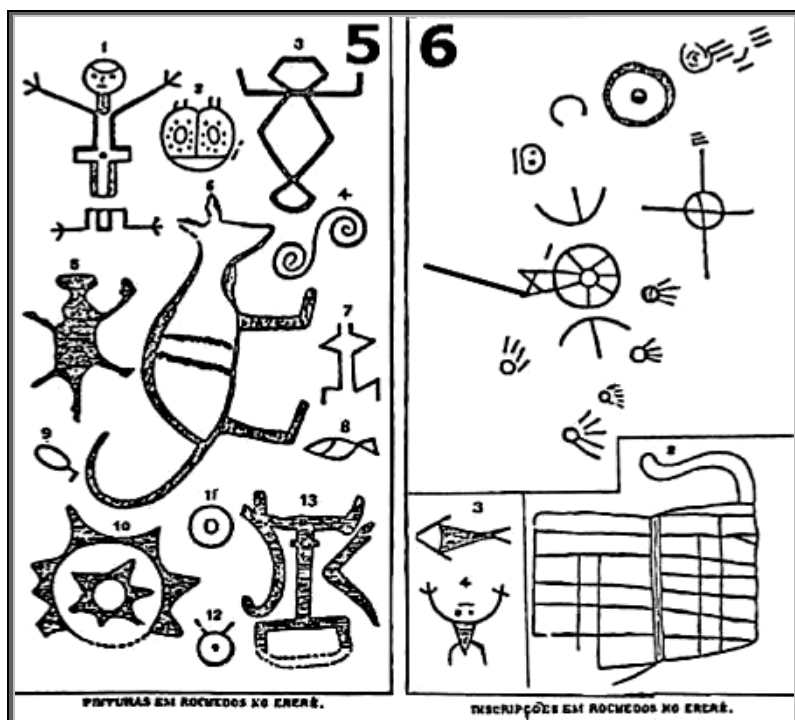



Imagem 03 – Inscrições Rupestres 5 e 6 – Ererê (Hartt)

Não raro sobre a rocha pintada da extremidade Ocidental da Serra, ocorrem círculos, simples ou duplos, algumas vezes com um núcleo, que contém raios somente na parte superior [estampa 5, figura 12; estampa 6 figura 01]. Há também espirais raiadas [estampa 4, figura 03].

Algumas destas parecem representar estrelas. Ou são desenhadas ou impressas. Em alguns casos vê-se que a palma da mão e os dedos foram cobertos de tinta ainda úmida e calcados sobre a rocha. Há dúvida sobre se essas figuras representam sempre estrelas. Na extremidade Ocidental da Serra, existe uma curiosa cabeça, cheia de raios e ornada, no alto, de alguma cousa que se assemelha a uma cauda, parecendo indicar um cometa.

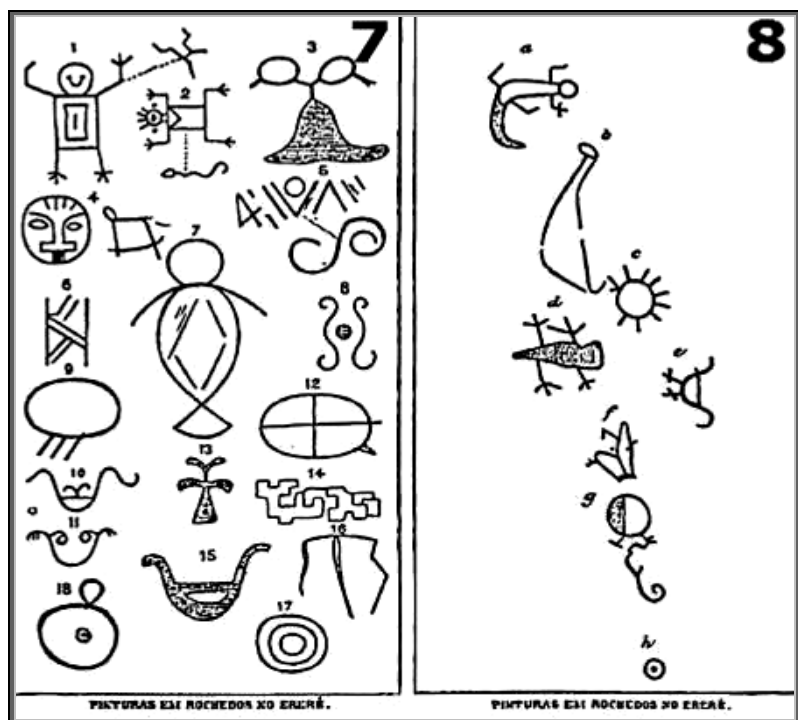



Imagem 04 – Inscrições Rupestres 7 e 8 – Ererê (Hartt)

Na mesma localidade é notável a figura 09 da estampa 4, de 3,5 pés ([38]) de altura, a qual dir-se-ia representar a personificação do Sol. Justamente a Oeste da massa de grés em forma de torre, está coberta a face da rocha de um grande número de figuras, que parecem de corpos celestes. Elas são representadas na figura 01 da estampa 6; são de grandes proporções e distintamente desenhadas. Todo o grupo tem uns seis ou sete pés ([39]) de extensão. De objetos animados são a forma e a face humana as que frequentemente se veem delineadas. Todas elas são muito grosseiras e parecem-se exatamente com as figuras que os meninos gostam de desenhar.

---

[38] Três pés e meio: 1,06 m.
[39] Seis ou sete pés: 1,83 ou 2,13 m.

Algumas vezes o corpo e os membros são representados por uma só linha, como as figuras 03 e 08 da estampa 3. É notável que as figuras humanas não sejam nunca desenhadas de perfil, como costumam fazê-lo os índios da América do Norte [George Catlin]. Só os olhos e a boca são de ordinário representados, sendo muitas vezes um dos olhos menor que o outro. Quase sempre não se representa o nariz ou então desenha-se sobre os olhos uma curva em forma de "*V*", cujo ápice, projetando-se mais ou menos entre eles representa o nariz, como na figura 01 da estampa 3 e figuras 13 e 18 da estampa 4. Em alguns objetos de louça antiga, que deverão ser descritos em futura publicação, observa-se a mesma particularidade na representação da cabeça humana, formando as sobrancelhas e o nariz um risco proeminente em forma de "*T*". Como a maior parte dos bustos de terracota mostra a cabeça achatada de diante para trás, poder-se-ia supor que os índios que fizeram os desenhos do Ererê e a louça de Marajó tivessem achatado a cabeça, como fazem hoje os Omáguas e Cabeças Chatas, e que dessem às sobrancelhas uma proeminência maior do que nos crânios regularmente conformados. É interessante a posição rígida e angular dos braços e pernas das figuras; notando-se que os braços estão em angulo reto com o corpo e o antebraço em ângulo igual e quase sempre para cima. As pernas são muito separadas uma da outra e frequentemente a coxa estende-se direta para fora do corpo. As figuras de ordinário estão eretas, porém uma, a figura 02 da estampa 7 e que se vê na extremidade Ocidental da Serra, é representada como se estivesse deitada de lado. Abaixo desta acha-se figurada uma cobra; parecendo tudo comemorar a morte de alguém a quem ela tivesse picado. Algumas cabeças são raiadas, como a figura 01 da estampa 3. Estas podem talvez representar o Sol ou a Lua.

Desenhos grosseiros da face humana são feitos nas projeções angulares da rocha, como a figura 10 da estampa 4, onde a extremidade aguda representa o nariz. Outra face é formada pelo traçado de linhas, em roda de duas depressões contíguas circulares, figurando os olhos, e abaixo delas por uma linha reta, que traça o nariz. É interessante observar que as mãos e os pés são sempre representados por linhas que se irradiam; sendo de ordinário desenhados somente três dedos para cada mão e cada pé. Tanto quanto tenho observado, o número de dedos raras vezes chega a quatro e nunca a cinco. A explicação disto está talvez em que muitas tribos do Brasil não podem contar além de três ou quatro. Dos animais inferiores são representados diversos, porém de modo tão grosseiro que, na maioria dos casos, é difícil determinar-lhes a espécie. O índio que me servia de guia chamava mucura, uma espécie de opossum ([40]), a grande figura 06 da estampa 5 e jacarés aos animais de quatro pernas e cauda comprida da figura a da estampa 8.

Raramente são representados os pássaros. Na estampa 10, há duas figuras, b e d, que talvez representem esses animais. Há diversos desenhos da yuarauá ou vaca marinha ([41]), figura 14 da estampa 4, figura 03 da estampa 5, figura 07 da estampa 7. De peixes existem dois pelo menos, as figuras 08 da estampa 5 e figura 03 da estampa 6. É notável que não apareçam desenhos do cão, do boi ou do cavalo; sendo que eu não tive ocasião de ver nenhuma figura de plantas. O Sr. Penna, em um M.S., diz que algumas vezes são representadas árvores juntamente com "*canoas, remos, bancos e outros objetos de uso comum*", porém nunca vi tais figuras no Ererê, embora possam aparecer em outros lugares.

---

[40] Opossum: gambá.
[41] Vaca marinha: peixe boi.

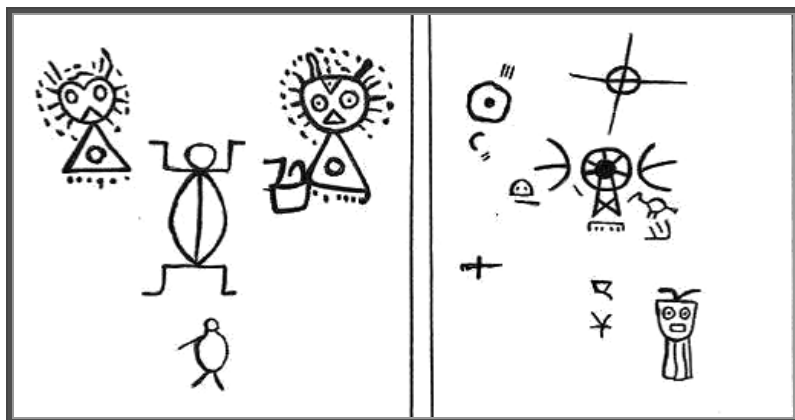



Imagem 05 – I. Rupestres – Ererê (J. A. Fonseca)

Nas estampas, anexas a este trabalho, apresento muitos exemplares de desenhos de significação duvidosa. A espécie de voluta ([42]), figura 05 e 07 da estampa 4, figura 04 da estampa 5, depara-se frequentemente e também o desenho da figura 08 da estampa 7, que varia alguma coisa em diferentes esboços. A complicada figura retilínea, figura 02 da estampa 6, é pintada no lado da massa de rocha isolada do cume da Serra e tem cerca de dezesseis polegadas ([43]) de altura. As gregas ocorrem uma ou duas vezes no Ererê e são muito frequentes na louça de Marajó. A tinta encarnada, usada nas inscrições, é, segundo creio, annatto ([44]), e talvez também argila. Ela é mui toscamente besuntada na superfície grosseira do grés, algumas vezes quando está ele inteiramente seco. Há desenhos, em que se estendeu a tinta, como se se houvesse banhado ligeiramente a rocha. Julgo que a pintura foi em grande parte executada com os dedos. A rocha conserva ainda manchas nos lugares em que os índios serviam-se das mãos para subirem. A cor amarela foi preparada com a argila.

---

[42] Voluta: espiral.
[43] Dezesseis polegadas: 0,40 m.
[44] Annatto: urucum – Bixa orellana L.

Os desenhos do Tocantins e do Ererê estão cuidadosamente copiados. As figuras das estampas passaram diretamente dos meus esboços originais para a madeira. Não tenho a pretensão de exigir para elas a exatidão fotográfica; porém estou certo que traduzem fielmente a ideia que os índios tiveram em vista representar. As inscrições originais são mesmo mais grosseiramente acabadas do que se pôde inferir das estampas. No Rio Uaupés [Wallace], aparecem figuras exatamente semelhantes às do Tocantins e do Ererê, as quais foram cavadas sobre a dura rocha granítica [gnáissicas]. [...] É indubitável a antiguidade das pinturas e esculturas existentes nas rochas da parte Oriental da América do Sul e elas são mencionadas por muitos dos antigos escritores, bem como por Humboldt e outros em épocas mais recentes. Conhece-se perfeitamente que os desenhos do Ererê e os de Óbidos, que tentamos descrever, existem há mais de duzentos anos. Não pode haver dúvida de que eles são anteriores à civilização do Amazonas e, com toda a probabilidade, alguns, pelo menos, foram feitos anteriormente à descoberta da América. No Ererê encontra-se o símbolo I.H.S.[45] [figura 15 da estampa 4], meio obliterado, e a data 1764, que evidentemente foram feitos pelos Jesuítas. Essas últimas inscrições são muito recentes e pintadas de um encarnado mais claro sobre a superfície enegrecida pelo líquen, ou esbranquiçada, de modo a escurecerem as inscrições mais antigas.

---

[45] I.H.S. é a abreviação do nome de Jesus em grego ou da escrita latina do nome como se usava na Idade Média: Ihesus.Trata-se de um trigrama cristológico propagado no século XIV pelo pregador São Bernardino. No século XVI, foi retomado com a significação de "*Jesum habemus socium*", que quer dizer, em português, "*Temos Jesus como companheiro*". Depois de S. Francisco, Santo Inácio de Loyola foi quem mais contribuiu para a difusão do monograma. O fundador da Companhia utilizou o símbolo no início de suas principais cartas e escritos. Em forma impressa, usou o IHS como carimbo das principais publicações – por exemplo, na primeira edição do livro dos Exercícios Espirituais e, também, no carimbo oficial da Ordem. (www.jesuita.org.br)

Tenho como mais provável que as pinturas e esculturas em rochas foram executadas por tribos que habitaram o Amazonas antes da invasão dos Tupis.

Suponho que as esculturas são mais antigas que as pinturas. Creio que esta é também a opinião do Sr. Penna. Para mim as figuras do Ererê têm uma profunda significação. Um povo que se deu ao árduo trabalho de desenhar figuras do Sol e da Lua sobre os penhascos dos cumes das montanhas, deve ter dado grande importância a esses objetos naturais e julgo que tais figuras exprimem uma adoração do Sol pelas tribos que as executaram. A aglomeração das inscrições em lugares proeminentes e especialmente sobre e na vizinhança da rocha do Ererê, que se assemelha a uma torre, parece-me indicar que esses lugares tinham um quer que fosse de caráter sagrado, e que eram muito frequentados.

Várias figuras dir-se-ia caprichosamente feitas por visitantes, como, por exemplo, as faces humanas desenhadas sobre as projeções angulares da rocha. Algumas das formas animais podem ter tido um caráter sagrado. (HARTT, 1895)

Frederich Katzer (1933)

Um grande bloco isolado de arenito, com a superfície lisa, encontra-se no ângulo norte da serra, por cima das escarpas rochosas abruptas, o qual está, principalmente do lado Leste, cheio de inscrições e desenhos indígenas. Representa um monumento sepulcral, visto ter-se encontrado uma ossada humana numa cavidade, por baixo dele.

Para Leste, ainda se ergue uma coluna de arenito que leva desenhos semelhantes. Parece que ali jazem sepultados chefes indígenas. (KATZER)

Virgílio Correa Filho (1939)

BOSQUEJOS CONTEMPORÂNEOS – [...] os artefatos indígenas, salvas de palhinha, epacarás, de Santarém, as cuias pintadas, de Monte Alegre, as redes de Óbidos, as louças de Faro, o isqueiro dos índios, ou itatá-potaba-reru, o instrumento que usam para tornar o tabaco paricá, de tudo aponta quanto baste para a identificação dos espécimes colecionados. (FILHO)

Manfred Rauschert (1955)

1. VIAGEM ATÉ A SERRA DA LUA E A SERRA DO SOL

Nas serras mencionadas, encontram-se diversos desenhos indígenas antigos, às vezes em paredes a céu aberto e outras em pequenos abrigos. Fotografei e desenhei. Os símbolos representados combinam em parte com os que, em geral, se encontram entre os índios atuais. Finalizei minha viagem visitando paisagens e grutas da região serrana de Paituna. Consegui comprar alguns arcos e flechas representativos da cultura nativa. (RAUSCHERT)

Abguar Bastos (1987)

Puçanga [remédio caseiro], geralmente admitida como feitiço, também dá nome à camada de areia regada de urina choca e onde as índias de Monte Alegre [Pará] colocavam de borco, e depois convexamente, as cuias recém-preparadas. Serve o vapor alcalino para fixar mais o fundo preto e lustrar o verniz do cumati. O cumati é uma árvore da qual os índios tiram a casca, põem-na em infusão, batem-na até perder toda a goma, continuando a infusão. Retirado, o líquido é recolhido a um pote e serve para umedecer as cuias [pulverizadas de tisna]. (BASTOS)

Victor Zappi Capucci (1987)

CERÂMICA DE ERERÊ

Em 1876, informa-nos Hartt, acharam Orville Derby e Freitas, nos campos do Ererê, a sudoeste da serra de Tajuri ([46]), fragmentos de louça muito interessantes. Os campos do Ererê se situam ao Norte da cidade de Monte Alegre, no estado do Pará. Os fragmentos representavam um número considerável de vasilhas, mas estavam tão quebrados que impossibilitaram a reconstituição da forma antiga.

O material ali colhido, diz-nos Hartt, assemelha-se ao da louça dos moradores dos altos, mas a ornamentação é diferente. Em virtude das frequentes queimas dos campos, os fragmentos acham-se muito estragados pelo fogo e muito gastos pela influência do tempo. Muitas das vasilhas foram de grande tamanho. Todas parecem ter sido destinadas para usos domésticos e não para enterrar mortos. A base de alguns objetos conserva ainda a impressão de um pano ou esteira grossa, sobre a qual a vasilha tinha sido fabricada. (CAPUCCI)

Edithe Pereira (2003)

PERÍODO IV – OS ANOS 80 E A PESQUISA ATUAL

Em 1983, integrantes do Grupo Espeleológico Paraense visitaram as Serras de Monte Alegre, localizando pinturas rupestres em grutas – Gruta Itatupaoca e Gruta do Pilão – e a céu aberto – Serra da Lua, Pedra do Mirante e Painel do Pilão. As informações sobre estes sítios foram apresentadas no Capítulo Sexto do Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paituna [Monte Alegre – Pará].

[46] Tajuri: Itauajuri.

Em 1986, o arqueólogo Mário Consens visitou alguns sítios com pinturas rupestres na região de Monte Alegre, Pará, com o objetivo de avaliar o potencial arqueológico dessa região. Em seu relatório, Consens [1988-1989] tece comentários gerais relacionados à técnica, superposição, conservação e aos aspectos diacrônicos das pinturas rupestres. [...] Consens [...] registrou seis sítios com pinturas rupestres [Pedra do Mirante, Serra da Lua, Gruta Itatupaoca, Painel do Pilão, Gruta do Pilão e Gruta do Diabo].

Entre os anos 1991 e 1992, a arqueóloga Anna Roosevelt escavou um sítio com pinturas rupestres na região de Monte Alegre, a Gruta do Pilão. A decisão de escavar esse sítio estava relacionada com a hipótese da existência de um período de ocupação antiga, denominada paleoíndio.

Entre os anos 1990 e 1993, direcionei minha pesquisa para o levantamento dos sítios registrados na região do Baixo Amazonas. Em Monte Alegre, além dos sítios mencionados por Silveira et aL. [s.d.], Consens [1988, 1989] e Maurity et al. [1955], localizei oito sítios novos com pinturas rupestres [Pereira, 1992].

Até o momento foram inventariados na região das Serras de Monte Alegre catorze sítios com pinturas rupestres. A localização dos sítios, suas características gerais e a imagem das pinturas neles existentes.

Dessa forma e conhecendo a existência de pinturas rupestres na região de Monte Alegre e de artefatos líticos provenientes do Baixo Amazonas, Roosevelt optou por procurar nas grutas com pinturas rupestres as evidências que comprovassem a existência de um período paleoíndio na Amazônia.

> A data de 11200 anos B.P., obtida a partir da relação estabelecida entre as pinturas rupestres e a escavação, demonstrou existir semelhanças entre a composição química dos pigmentos encontrados nos níveis antigos da escavação com os das pinturas situadas na parede. Essa data parece marcar o início da atividade gráfica na região, mas ainda não é possível provar que todas as pinturas rupestres da Gruta do Pilão são antigas. (PEREIRA)

Os estudos de Anna Roosevelt na Pedra Pintada permitiram-lhe a avaliar a ocupação humana na floresta amazônica por volta de 11.500 anos atrás. Os resultados colhidos levaram-na a apresentar um modelo teórico da ocupação da América, que foi batizado de "*Clóvis em Contexto*".

Stefan Rinke (2012)

> Origens e Pré-culturas – o continente americano é um território de migrações. Na atualidade se toma como provado o fato de que seus primeiros habitantes eram migrantes, pois os despojos mortais encontrados até data recente pertencem apenas ao "*Homo sapiens*". A data concreta da chegada dos imigrantes, de onde vieram e qual caminho percorreram é cientificamente, como sempre, discutível. Aceita-se hoje, em grande parte, a tese de que a imigração se passou durante a Idade do Gelo, da Sibéria para o Alasca por via terrestre no Mar de Bering. Os achados arqueológicos, como pontas de lanças, flechas e facas, feitas de pedra ou ossos, de perto da cidade de *Clovis*, hoje situada no Novo México, foram por muito tempo considerados a mais velha prova da existência humana.
>
> Tais achados datavam de 11500 a.C. Se essa tese estiver correta, uma parte dos imigrantes movimentou-se mais tarde rapidamente para o Sul

do continente e alcançou a Terra do Fogo nos mil anos seguintes. Essa relativamente rápida ocupação de todo o continente é motivo de controvérsias. Desde 1997 predomina a tese de acordo com a qual o primeiro povoamento na América Latina aconteceu antes da presença humana em *Clovis*. Os defensores de tal tese nunca apresentaram nenhuma prova concreta para fundamentá-la. Contudo a datação dos achados arqueológicos de Monte Verde, no Chile, que são do ano de 12500 a.C., confirmou, em essência, tal tese. Isso significa que as imigrações aconteceram milhares de anos antes da "*Cultura de Clovis*" ou houve mais uma via de imigração para o continente. Esta última versão é corroborada pela tese de que o povoamento deve ter ocorrido por via marítima a partir do sudeste asiático e da Oceania.

Porém, permanece a pergunta, se os primeiros americanos tinham origens diversas, ou se não se tratava de um único grupo de imigrantes, do qual se desenvolveram diversas populações e culturas no decorrer dos milênios. Até agora não há uma resposta definitiva. Os primeiros habitantes da América eram caçadores e coletores que viviam, sobretudo, da caça de animais selvagens. Esses, porém, desapareceram no fim da Idade do Gelo a partir de aproximadamente 10.000 a.C. A alimentação baseada em carne era primordial, pois a caça era bem menos arriscada do que a busca de plantas comestíveis.

Por outro lado, a caça reduziu a quantidade de animais disponíveis, e os grupos eram obrigados a deslocar-se para outras paragens. A tese de que os grupos humanos tenham sido a causa do extermínio da fauna devido ao excesso de atividades de caça é atualmente, no geral, rejeitada. De acordo com a pesquisa contemporânea, as causas das extinções foram principalmente mudanças climáticas e alterações da vegetação. (RINKE)

As Saudades
(Domingos José Gonçalves de Magalhães)

[...] Quem não respeita o Gênio? Quem não sente bater-lhe o coração inopinado, quando escuta os angélicos acentos do ser misterioso, que a Natureza inspira? [...]

Eis em campo o guerreiro; como brioso marcha, quando troa a bélica trombeta! Patrióticos hinos entoando, sente para o valor estreito o peito. Entre selvas de lanças, e de espadas, coberto com uma abóbada de fumo, através de pelouros sibilantes, assoberbando a morte, vai nos braços da glória arvorar os pendões vitoriosos!

Na guerra hinos guerreiros, na paz canções de amores! Tanto, oh música, podes sobre os homens, que em toda parte imperas! Sim, que os Anjos, os céus, o sol, os mares, os vales, as montanhas, as florestas, aves, brutos, e homens, e essas centenas de milhões de mundos, que cadentes vagueiam no infinito, é um sistema harmônico, perpétuo, em glória do Supremo Ser dos seres! [...]

Tudo o que te rodeia manifesta teu imortal renome. Altares te ergueria a prisca Grécia, se a prisca Grécia te embalasse o berço. Da própria filha tua a voz canora, voz que tão alto sobe, e já promete outro novo milagre de harmonia, também te louva, e exalta; que se o nome dos pais herdam os filhos, a glória filial os pais sublima. [...]

Longe da Pátria o viajor saudoso bem raras vezes o prazer encontra. De cidade em cidade andado tenho, reinos atravessei, cantões, e vilas, vinguei gelados Alpes, e Apeninos, vales desci sombrios, subi torres, sempre com a Pátria minha na lembrança; como a andorinha que de teto em teto salta, sem que se esqueça de seu ninho. Tudo da Pátria a ideia me revive, mas nada me consola; em parte alguma não achei ainda um coração de pai, de mãe, de amigo, que vendo-me partir, pesar sentisse, e ao menos me dissesse: – Deus te guie. [...]

Imagem 06 – Lago Grande de Monte Alegre

Imagem 07 – Deslocamento para a Serra do Pilão

Imagem 08 – Pedra da Tartaruga – Serra do Pilão

Imagem 09 – Pedra do Pilão – S. do Pilão – M. Alegre

Imagem 10 – Pedra do Pilão – S. do Pilão – M. Alegre

Imagem 11 – P. do Pilão – Inscrições da Gruta do Pilão

Imagem 12 – Pedra do Pilão – S. do Pilão – M. Alegre

Imagem 13 – Igreja de S. Francisco de Assis

Imagem 14 – Vista aérea da Igreja de S. Francisco

Imagem 15 – Capela do Bom Jesus – M. Alegre

Imagem 16 – Rio Gurupatuba – M. Alegre

Monte Alegre, PA – Prainha, PA

Tínhamos cumprido todas as metas propostas graças aos Ir∴ Ten Cel PM Emerson e Sgt PM Bezerra e ao nosso caro amigo, o extremamente dinâmico e empreendedor, Roberto de Deus da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Monte Alegre.

O Bezerra levou-nos de sua residência até o local onde aportara a Delta. Nossa fiel e competente tripulação formada pelo Cb Mário e o Marcos estava pronta para continuar a jornada, desta feita um pouco mais curta do que a de Santarém a Monte Alegre, seriam, desta vez, pouco mais de 70 km até nosso destino permitindo-nos sair, sem pressa, depois da alvorada.

07.03.2015 – Monte Alegre, PA – Prainha, PA

Os dois tripulantes colocaram o caiaque n'água, despedi-me do dileto amigo e Ir∴ Bezerra, embarquei no meu veterano Cabo Horn e parti célere, às 07h45, rumo ao Amazonas. Naveguei a favor da correnteza no Rio Gurupatuba até o Amazonas onde a viagem transcorreu com tranquilidade e sem muita maresia (banzeiro).

A etapa de Monte Alegre fora por demais produtiva e eu me sentia totalmente revigorado. Os banzeiros, no Pará chamados de maresias, provocados pelas praias ora submersas não eram páreo para o meu valoroso Cabo Horn.

O Mário ancorou, por volta das 16h45, à jusante do Porto em frente ao Destacamento da PM de Prainha

(01°48’31,43” S / 53°28’51,92” O) para onde o Teixeira se dirigiu imediatamente enquanto eu ingeria o meu “*almojanta*” preparado pelo nosso versátil Comandante. Procuro ingerir apenas frutas durante minhas remadas e só almoço e janto (almojanta) após o estacionamento definitivo.

Eu tinha navegado durante nove horas incluindo os 40 minutos de paradas para descanso, uma viagem serena e bastante agradável de apenas 70 km, com uma média sofrível 8,4 km em decorrência da influência da maré que freava a amazônica torrente.

Antes mesmo de partirmos de Monte Alegre o nosso bom amigo e Ir∴ Sargento PM Bezerra já fizera contato o Sargento PM Jean, Comandante do Destacamento da PM de Prainha, para que este conseguisse, junto à Prefeitura de Prainha apoio à nossa Expedição. Enquanto tomava banho e almoçava eu acompanhava, do barco, as tratativas do Teixeira com os PMs já que o Destacamento Policial estava localizado exatamente à frente de onde ancoráramos.

A Deth (Waldilza Aires Araújo), assessora da Prefeita Patrícia Barge Hage, acionada pelos PMs foi até o Destacamento e autorizou, sem maiores burocracias, nossa hospedagem no Hotel Ágape combinando conosco que uma viatura da Polícia Militar passaria mais tarde no Hotel para nos conduzir até a Danceteria do Iá onde a Prefeitura estava promovendo um evento em homenagem ao Dia da Mulher.

Banho tomado e roupa trocada nossos prestativos policiais militares levaram-nos até a Danceteria onde fomos apresentados às senhoras presentes e tivemos a oportunidade de assistir a um alegre show.

Mais tarde, pedimos licença à Deth para ir verificar aonde o Mário tinha estacionado a Delta tendo em vista que o Porto de Prainha era assolado pela forte correnteza.

Verificamos que o Mário já tinha conseguido um local um pouco melhor à montante do porto e voltamos mais tranquilos para o evento onde acordamos com a Deth que o motorista de um ônibus fretado pela Prefeitura passaria no Hotel para nos pegar na manhã seguinte para participarmos de outro evento em homenagem ao Dia da mulher, desta feita em Vista Alegre do Cupim. Fomos, depois, para o Hotel descansar.

08.03.2015 – Prainha – Vista Alegre do Cupim

Três horas depois do horário marcado, graças ao nosso já conhecido e irremediável "*TRA*" ("*tempo de retardo amazônico*"), partiu a comitiva, comandada pela Diretora de Cultura do Município – Maria do Socorro Lima de Souza. A Diretoria de Cultura está subordinada à Secretaria Cultura, Turismo e Esporte capitaneada pela Sr.ª Oneide da Silva Farias que havia nos hipotecado total apoio.

O séquito formado pelo pessoal da Prefeitura estava acrescido de cabeleireiros e manicures que iriam prestar um serviço gratuito às senhoras interessadas assim como acontecera, no dia anterior, na Danceteria. O deslocamento foi alegre e descontraído com muita música e brincadeiras.

A estrada corta um terreno arenoso que sofre por demais com a ação das chuvas do "*inverno*" amazônico exigindo muita perícia dos motoristas. A falta de manutenção constante e a despreocupação

com a drenagem superficial canalizam as águas das enxurradas criando verdadeiros Igarapés que correm pelo leito da estrada comprometendo e até impedindo, em algumas ocasiões, o tráfego.

No deslocamento cruzamos por uma tropa de gado nelore que estava sendo levada pelos vaqueiros desde a várzea para a terra firme. Esta rotatividade é realizada tendo em vista que o pasto na terra firme, normalmente não consegue suprir a necessidade do rebanho. Quando inicia o período da vazante o gado é levado novamente, então, para a várzea, onde engorda ingerindo o pasto que foi adubado pela cheia.

Na escolinha do "*Cupim*" a equipe rapidamente iniciou os preparativos para a confraternização, a decoração foi providenciada, as cadeiras para a assistência arrumadas, o local do tratamento de beleza montado e na cozinha foram tomadas as providencias para a confecção dos lanches e refeições, que seriam servidas aos participantes da festa e organizadores.

A animação era contagiante, eu e o Teixeira estávamos assistindo a tudo entusiasmados e curiosos quando fomos convidados a participar de um churrasco promovido por alguns gaúchos em um bar próximo. Foi muito bom encontrar alguns destemidos e valorosos conterrâneos em tão longínquas plagas. O alegre grupo, além dos gaúchos Jorge Luís, Auro, Cacilda e Chico Gaúcho, era formado também por paraenses que saboreavam um delicioso porco assado que era servido, quase que ritualisticamente, pelo Ministro católico Elcimar Rodrigues da Silva. As histórias de vida de cada um eram análogas às de seus bravos antepassados que cruzaram corajosamente o Atlântico para marcar sua viril presença na América.

A gentileza dos novos amigos nos emocionou e fomos aos poucos nos sentindo em casa. Nossa querida amiga Maria do Socorro veio nos chamar avisando que a Prefeita Patrícia Hage iria fazer um pronunciamento e queria nos apresentar às damas de Vista Alegre do Cupim. A simpatia da Prefeita era contagiante e nos encantou. Feitas as devidas apresentações agradecemos à Prefeita a calorosa acolhida em Prainha e voltamos, mais tarde, ao churrasco deixando que a festa dedicada exclusivamente às mulheres transcorresse sem a intervenção masculina.

O Sol já começava a deitar-se no horizonte quando retornamos a Prainha. Passando por Jatuarana a Maria do Socorro determinou uma parada estratégica para contatar um guia que nos levaria, no dia seguinte, até as gravações do Sítio Arqueológico de Jatuarana.

09.03.2015 – Prainha – Jatuarana

De manhã, por volta das 10h00, embarcamos na viatura da Prefeitura, dirigida pelo Marquinho (Marco Antônio Otoni Bento), com a amiga Maria do Socorro rumo ao Sítio Arqueológico de Jatuarana mencionado pela arqueóloga Edithe Pereira.

Apanhamos, em Prainha, o Sr. Nivaldo Furtado da Silva e nos dirigimos à Vila de Jatuarana onde embarcou, também o guia Mário César Barroso Marreiros. Como a viatura estivesse lotada fui para a caçamba acompanhado do nosso guia Mário Cesar. O sítio fica relativamente próximo da Vila, estacionamos sob uma torre de alta tensão próxima à uma ponte sobre o Igarapé Jatuarana e o Mário César seguiu por uma trilha em busca do local.

O Mário César tinha visitado a região quando esta era ainda formada por pasto e agora a mata secundária, que tomara conta de tudo, dificultava sua orientação. Permanecemos em um local designado por ele enquanto o mesmo tentava achar o sítio.

Uma meia hora depois, o Mário César apareceu sorridente, ele havia encontrado, finalmente, o Sítio Arqueológico de Jatuarana. A Grande pedra estava totalmente tomada pelas interessantes gravações.

Seu fácil acesso deveria ser levado em conta pela Prefeitura que deveria demarcar-lhe a trilha de acesso, tombar a área, cercá-la, eliminar a vegetação que compromete sua integridade e promover visitações dos estudantes à área, assim como faz nosso bom amigo Roberto de Deus em Monte Alegre.

O conhecimento e a valorização da cultura ancestral certamente estimularão as crianças a preservar o histórico patrimônio. No nosso encontro com a Prefeita Patrícia Hage relatamos-lhe nossa preocupação com a degradação da área e ela assentiu que iria colocar em prática as providências sugeridas.

Após a visitação tomamos um revigorante banho no Igarapé Jatuarana e fomos depois conhecer o belo Lago Geral encerrando, temporariamente, nossa passagem por Prainha.

Prainha, PA

Histórico

O Município teve sua origem na margem do Rio Urubuquara, e possuía a denominação de Outeiro. Dado seu difícil acesso, seus moradores o transferiram para as margens do Rio Amazonas.

Foi elevado à categoria de Freguesia, em 1758, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. E, com a Lei Provincial n° 941, de 14.08.1879, recebeu o predicamento de Vila elevando seu território a Município, sendo instalado a 07.01.1881. Em 27.12.1930, através do Decreto n° 78, o Município de Prainha foi extinto e seu território anexado ao de Monte Alegre. Mas a Lei n° 8 de 31.10.1935, lhe restabeleceu a autonomia. Com as Leis 5.435, de 05.05.1988 e 5.438, de 06.05.1988, Prainha sofreu desmembramento em seu território para a criação dos Municípios de Uruará e Medicilândia. Atualmente, é constituído de dois distritos: Prainha e Pacoval. (IBGE)

Cronologia Histórica

1758 – Distrito criado com a denominação de Prainha, em 1758.

1879 – Elevado à categoria de Vila com a denominação de Prainha, pela Lei Provincial n° 941, de 14.08.1879, desmembrado do Município de Monte Alegre.

1881 – Instalado em 07.01.1881.

1911 – Neste ano a Divisão Administrativa do Município divide-o em 7 Distritos: Prainha, Guajará, Joauri, Outeiro, Paranaquara, Tamuataí e Uruará.

1930 – O Decreto Estadual n° 78, de 27.12.1930, extingue o Município de Prainha e anexa seu território ao Município de Monte Alegre.

1933 – Na Divisão Administrativa deste ano, o Distrito de Prainha está incorporado ao Município de Monte Alegre.

1935 – A Lei Estadual n° 8, de 31.10.1935, eleva, novamente, à categoria de Município com a denominação de Prainha.

1936 – Na Divisão Territorial, de 31.12.1936, o Município é constituído do Distrito sede.

1937 – Na Divisão Territorial, de 31.12.1937, o Município é constituído de 2 Distritos: Prainha e Tapará.

1938 – Pelo Decreto Lei Estadual n° 2972, de 31.03.1938, é extinto o Distrito de Tapera e seu território é anexado ao Distrito de sede de Prainha. Pelo Decreto Lei Estadual n° 3131, de 31.10.1938, é criado o Distrito de Pacoval com terras desmembradas do Distrito sede de Prainha.

1944 – Na Divisão Administrativa para vigorar no período de 1944-1948, o Município

continua constituído de 2 Distritos: Prainha e Pacoval.

1960 – Na Divisão Territorial de 01.07.1960, o Município continua constituído de 2 Distritos: Prainha e Pacoval.

1984 – Pela Lei Estadual n° 5202, de 10 de dezembro, é criado o Distrito de Medicilândia e anexado ao Município de Prainha.

1988 – Em divisão territorial datada de 18.03.1988, o Município é constituído de 4 Distritos: Prainha, Pocoval, Medicilândia e Uruará. A Lei Estadual n° 5435, de 05.05.1988, desmembra o Município de Prainha do Distrito de Uruará que é elevado à categoria de Município. A Lei Estadual n° 5438, de 06.05.1988, desmembra do Município de Prainha o Distrito de Medicilândia que é elevado à categoria de Município.

1991 – Em divisão territorial de 17.01.1991, o Município é constituído de 2 Distritos: Prainha e Pacoval.

2005 – Permanece a Divisão Territorial de 2005. (IBGE)

Aspectos Físicos e Geográficos

Localiza-se na Latitude 01°48’00” S e Longitude 53°28’48” O, estando a uma altitude de 70 m. Sua população estimada, em 2004, era de 30.060 habitantes. Possui uma área de 13.895,79 km². (IBGE)

Eventos

Em agosto a Festividade de Nossa Senhora das Graças. (IBGE)

Gentílico

Prainhense. (IBGE)

Relatos Pretéritos

José Monteiro de Noronha (1768)

52. Da entrada do canal de Uruará até sair à costa fronteira ao Rio Urubuquara na margem Setentrional do Amazonas aonde está situado o lugar de Outeiro, oito léguas pelo Rio acima, e na margem Oriental dele, são sete léguas. (NORONHA)

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)

OUTEIRO: lugar criado em 1758, e assentado na planura do viso ([47]) de uma montanha com ladeira de molesta subida, que já na margem direita do Rio Urubucuara sete léguas acima da sua garganta, a qual está sita na margem esquerda do Amazonas acima do Rio Paru. Aldeia de Urubucuara era o antigo nome deste lugar, que é dependente da jurisdição da Vila de Monte Alegre. Quando tinha a primitiva denominação, os Padres de Santo Antônio da Província da Estremadura a missionavam. Ela recebeu o nome do Rio em que foi plantada: Rio, que é um Braço do Amazonas lançado pela terra dentro ao Noroeste, e na distância de seis horas de voga, derramado em vários Lagos sobre uma vasta planície jacente nas abas de umas serras pertencentes à cordilheira do Paru: cujos Lagos em os períodos

[47] Viso: alto.

pluviosos se convertem em um sobremaneira amplo, profundo, e habitado de jacarés, de cobras enormes, e de copioso peixe de toda a variedade que o Amazonas produz.

Em meia ladeira da montanha, há um penhasco do qual jorra uma fonte de água muito diáfana e saborosa e muito diurética segundo afirmam. Do viso em que está a povoação, esta tem para a banda do Norte e Leste a vista de várias serras, e para a banda do Sul a de bosques, Lagos, e planícies, cujo complexo faz um prospecto deleitável. A população consta de 194 pessoas livres, e de 20 escravos. A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Graça: abrange breve espaço, e tem teto de palha. As casas dos moradores são todas caiadas, colocadas em terreno limpo, e telhadas com folhagem: e não obstante o incêndio, que em 1649 quase destitui de casas a povoação, continua a mesma construção de madeira e palha. As matas são fartas de cacau, de salsaparrilha, de caça volátil e quadrúpede. (BAENA)

Robert Avé-Lallemant (1859)

Às 11h00, de 21.06.1859, chegamos à Prainha, a primeira localidade do Rio Amazonas que pude ver de dia, a 374 milhas inglesas do Pará e 123 de Gurupá, distante 120 milhas inglesas de Breves. Prainha foi fundada recentemente. Antes se erguia aí [e existe ainda] mais para o interior, uma capela com algumas casas, chamada Nossa Senhora do Oiteiro. Uma pequena ligação por água, um Igarapé, levava até lá, pois Oiteiro tinha um pequeno comércio. Desde, porém, que os vapores começaram a circular, e fizeram naquela zona uma estação para abastecimento de lenha, a população de Oiteiro ou Outeiro mudou-se para a margem e fundou Prainha. Uma pequena clareira na floresta, um renque de casas subindo, em cujo alto se levanta uma capela

muito pobre, de barro, coberta de telhas, um cruzeiro em frente, e por trás, muitos ranchos de barro, cobertos de palha, num chão firme e enxuto, alguns pés mais alto, habitados por gente pacífica, poucos inteiramente brancos e muitos de cor – eis mais ou menos Prainha, um lugarejo humilde. Entre grandes troncos flutuantes, viam-se diversos barquinhos e canoas, indicativos de alguma atividade comercial. Uma canoa grande, carregada de lenha, encostou no "*Marajó*" e uma turma de tapuias pardos descarregou-a, sem pressa, para dentro do nosso vapor, enquanto os passageiros visitavam a povoação.

O que mais prendeu minha atenção em terra foi a quantidade de urubus, abutres pretos, carúnculas cinzento-escuros no pescoço. A matança de gado nas povoações ribeirinhas do Amazonas, os despojos das tartarugas, que são comidas em grande quantidade, os restos de peixe, as sobras da salga do pirarucu e todos os outros resíduos, atraem-nos em numerosos bandos. [...] Prainha vive de pesca e salga do pirarucu, da preguiça e d'um pequeno negócio de cuias pintadas, essas escudelas da casca do fruto da "*Crescentia cujeto*", já tantas vezes descritas. Compram-se essas escudelas chinesas – pois são pintadas em estilo chinês – muito barato em Prainha. Fariam certamente sucesso na Europa como genuínos produtos naturais do Amazonas e da arte tapuia. (AVÉ-LALLEMANT)

Luís Agassiz, e Elizabeth Cary (1865)

Esta manhã de 25.08.1865, ao raiar do dia, paramos alguns instantes, sem descer em terra, no pequeno estabelecimento de Prainha; depois nos pusemos a caminho de Monte Alegre onde devemos passar um dia e meio. (AGASSIZ)

Francisco Bernardino de Souza (1873)

FREGUESIA DA PRAINHA

Esta Freguesia, outrora denominada Outeiro, acha-se situada à margem esquerda do Amazonas, fronteira ao Rio Uruará, para onde foi transferida em 1830. Contrista a alma do viajante o espetáculo que apresenta essa antiquíssima povoação, digna sem dúvida de melhor sorte. As casas, em sua quase totalidade, apresentam um aspecto ruinoso ou de iminente desmoronamento, entretanto que a mata próxima e por assim dizer invadindo a povoação e as trepadeiras cobrindo o teto das casas, denunciam ao viajante admirado a incúria e o desleixo dos habitantes. A causa de todos esses males dessa decadência a que parece condenada aquela localidade é, sem dúvida, a peregrinação que a maior parte da população faz todos os anos para os sezonáticos ([48]) e mortíferos seringais dos Rios Jarí e Tamataí, onde vai à extração da borracha, seduzida por fabulosos e imaginários lucros, voltando meses depois pobre, carregada de dívidas e cheia de enfermidades adquiridas nesses lugares paludosos, mefíticos ([49]), insalubres... e entretanto não desiludida! E tanto é mais censurável e repreensível essa peregrinação dos habitantes da Prainha para os seringais, quanto é certo que as suas férteis campinas, muito apropriadas para a criação, existem cobertas de grandes rebanhos de gado vacum, cujo número se eleva de 14 a 16.000 cabeças. Entretanto, apesar dos recursos que ali há para a criação do gado, e do subido lucro, que esta indústria deixa aos criadores, ainda assim a seringa lhe é preferida. A lavoura parece ser ali completamente desconhecida, posto que o terreno seja em extremo fértil. (SOUZA)

---

[48] Sezonáticos: lugares sujeitos a habituais surtos de febres.
[49] Mefíticos: fétidos.

José Velloso Barreto (1878)

PRAINHA: Prainha é uma pequena Vila, ainda que antiga e pouco edificada, situada na imagem esquerda do Rio Amazonas, em Latitude Sul 01°48'44" numa ponta de terra geral do "*Goyana*". É uma lindíssima posição, muita saudável, seu Distrito abunda em pequenas fazendas de criação de gado vacum e cavalar de muito boa qualidade. Colhem algum cacau e peixe, sendo seus terrenos magníficos para café, anil, algodão, etc. Podem aproveitar muita madeira [cedro] que desce pelo Amazonas em grande quantidade. (BARRETO)

Edithe Pereira (2003)

O Município de Prainha, localizado no Baixo Amazonas, é dividido em sua parte Centro-Norte pelas águas do Rio Amazonas. A área de concentração de arte rupestre, denominada Prainha, corresponde aos terrenos da margem esquerda do Rio Amazonas, nesse Município. A sede municipal, originalmente denominada Outeiro, estava localizada às margens do Rio Urubaquara [hoje Rio Outeiro]. A dificuldade de acesso à cidade e os problemas advindos dessa situação forçaram sua transferência, em 1805, para as margens do Amazonas, quando então passou a ser denominada Prainha. O fato de ter estado durante tanto tempo fora da rota de viajantes e naturalistas explica as poucas referências feitas a essa cidade na literatura sobre a região. Entre elas, destacamos aquelas feitas pelo Padre João de São José, Spix & Martius, Padre Francisco Bernardino de Souza, Domingos Soares Ferreira Penna e Frederich Katzer. No entanto, nenhum desses autores fez qualquer menção à existência de pinturas ou gravuras rupestres em Prainha. As informações sobre esses vestígios arqueológicos são recentes e provêm de relatos orais e de alguns poucos artigos de jornais.

Foi considerando essas informações que inclui Prainha no projeto que visava à prospecção de sítios com arte rupestre do Baixo Amazonas.

OS SÍTIOS COM ARTE RUPESTRE DA REGIÃO DE PRAINHA

Na região de Prainha foram documentados sete sítios arqueológicos com arte rupestre – seis com gravuras e um com pinturas. Os sítios estão situados nas seguintes áreas: no Alto Maior – está o sítio Serra da Careta; na Fazenda Boa Vista, situada na Ilha Boa Vista, no Igarapé Cajueiro – está o sítio Boa Vista; na Serra do São Roque – estão os sítios Pedra do Noé, Ponta do Cipó e Pedra do Padre; na Serra do Caracará encontra-se o sítio Estrela; e nas proximidades da Vila de Jatuarana está o sítio com o mesmo nome.

N°	Sítio	Localização	Técnica
1	Pedra do Noé	Serra do S. Roque	Pintura
2	Ponta do Cipó	Serra do S. Roque	Gravura
3	Boa Vista	Rio Cajueiro	Gravura
4	S. da Careta	Alto Maior	Gravura Pintada
5	Jatuarana	Jatuarana	Gravura Pintada
6	Estrela	Serra do Caracará	Gravura Pintada
7	Pedra do Padre	Serra do S. Roque	Gravura

Até o momento, apenas no sítio Pedra do Noé foram encontrados, exclusivamente, figuras pintadas. As pinturas têm como suporte um grande bloco de arenito a céu aberto, situado próximo a um terreno periodicamente inundado pelas águas de Rios e Lagos. Uma única figura pintada – aparentemente um grafismo puro – foi observada. Essa figura apresenta-se parcialmente comprometida pela ação da intempérie e de raízes. As gravuras rupestres encontram-se nas paredes de abrigos naturais e em blocos rochosos a seu aberto. As gravuras da Serra da Careta encontram-se a céu aberto, em um bloco de arenito situado no cume de um pequeno monte, enquanto, nos sítios Estrela, Jatuarana, Pedra do Padre e Boa Vista, as gravuras encontram-se em abrigos naturais. No sítio Ponta do Cipó, as gravuras aparecem situadas tanto nas paredes de um pequeno abrigo quanto em um paredão a céu aberto.

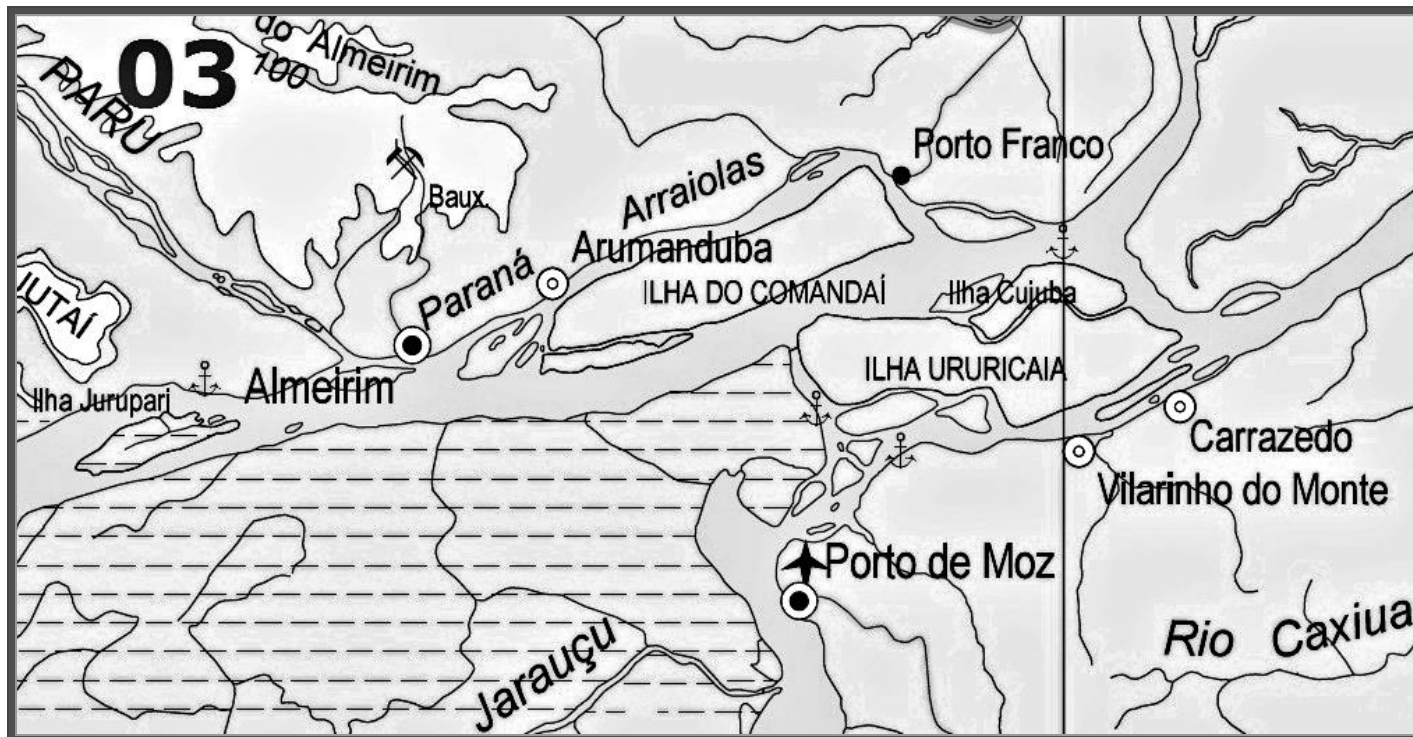
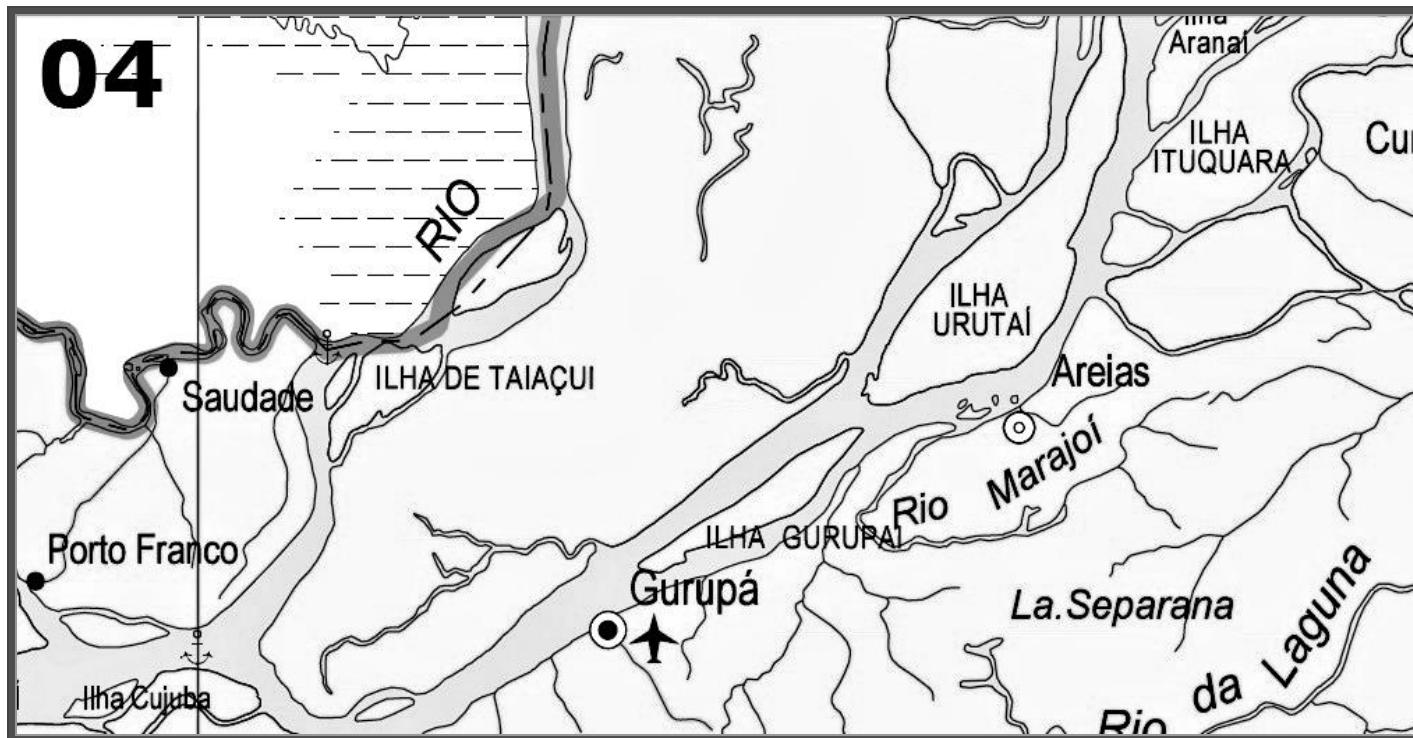
A maior concentração de gravuras pintadas registrada até o momento encontra-se em Prainha. A conservação das pinturas está relacionada à sua localização no interior dos abrigos, o que favorece a sua proteção, principalmente, da intempérie. O principal tema representado entre as gravuras de Prainha são os antropomorfos, que aparecem tanto na sua forma completa – com cabeça, tronco e membro – como na representação exclusiva da cabeça. Em ambos os casos, os traços do rosto estão representados expressando diferentes fisionomias. Os zoomorfos e os grafismos puros aparecem em número reduzido, comparativamente aos antropomorfos. (PEREIRA)

Mapa 03 – Almeirim, PA – Porto Franco, PA

Mapa 04 – Porto Franco, PA – Rio Cajari, AP

Imagem 17 – Parada para Descanso – Rio Amazonas

Imagem 18 – Igarapé do Cupim – Prainha, PA

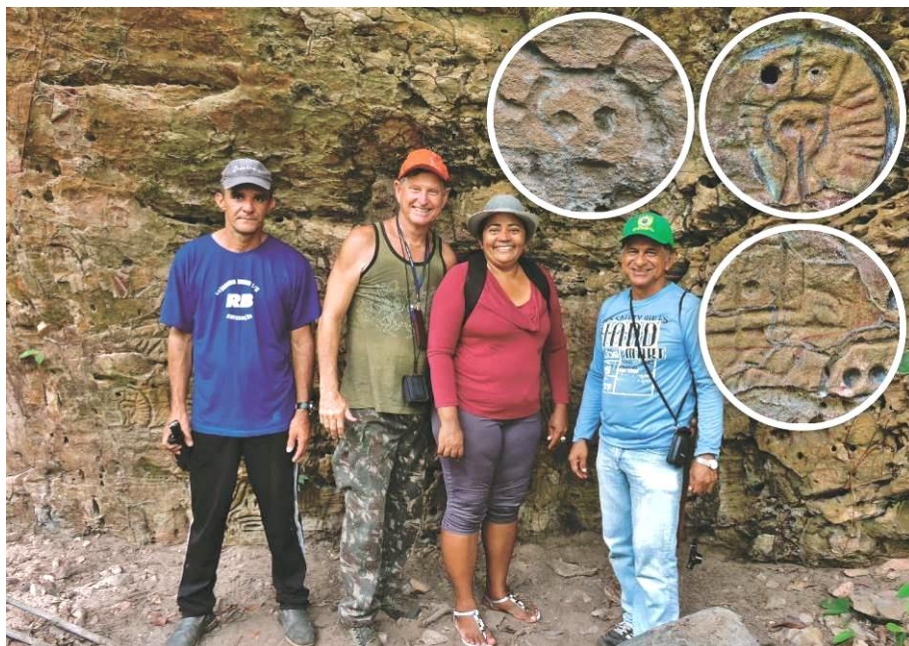



Imagem 19 – Mário, Teixeira, Socorro e Nivaldo

Imagem 20 – Sítio Arqueológico de Jatuarana, Prainha

Imagem 21 – Sítio Arqueológico de Jatuarana, Prainha

Imagem 22 – Sítio Arqueológico de Jatuarana, Prainha

Imagem 23 – Lago Geral – Prainha, PA

Imagem 24 – Lago Geral – Prainha, PA

Prainha, PA – Almeirim, PA

Acordamos cedo, o Cb Mário tinha aportado a Delta à frente do Destacamento da PM, logo que subi a bordo o caiaque foi baixado, coloquei minha lanterna de cabeça, embarquei no Cabo Horn e parti, às 05h45, em jejum, antes do alvorecer, sem aguardar o barco de apoio ultimar seus preparativos. Não havia tempo a perder eu tinha uma longa jornada de 113 km pela frente.

10.03.2015 – Prainha, PA – Almeirim, PA

Somente depois de remar por mais de meia hora fui alcançado pelo pessoal de apoio. As Paisagens e cenas domésticas que se sucediam tinham um gosto amargo de saudade, um acre sabor de quero mais. As dificuldades a serem superadas foram muito grandes, não as encontradas ao longo dos quase 11.000 km percorridos sob Sol escaldante, chuvas torrenciais, banzeiros traiçoeiros, picadas de insetos excruciantes e dores musculares lancinantes mas as criadas por alguns chefes militares que não foram capazes de aquilatar a seriedade e grandiosidade de nosso projeto.

Em Almeirim as informações a respeito das pinturas rupestres eram por demais vagas e localizadas no longínquo Paru de Leste, afluente do Paru de Oeste que por sua vez é afluente do Paru, tínhamos consciência disto graças aos relatos da arqueóloga Edithe Pereira no seu livro Arte Rupestre na Amazônia, editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Porém, uma coisa era certa, íamos passar sob a Linha de Transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus e avistar as duas maiores torres de alta tensão do mundo as torres n° 238 e 241 ambas com 295 m de altura.

A previsão inicial era de que as mesmas tivessem a altura da torre Eiffel, em Paris, atualmente com 325 metros (considerando a altura das antenas de rádio).

Eu havia programado apenas duas paradas de descanso, a segunda delas, por volta das 15h30, foi nas cercanias da Ilha Jurupari. Era uma parada providencial, a chuva torrencial vinda de Leste encobria quase que totalmente as duas magníficas torres.

Recuperei-me embarcado na Delta que aguardava estacionada a passagem da terrível borrasca. Às 15h45, depois de ter enfrentado uma jornada de dez horas de navegação parti para percorrer os derradeiros 29 km que me separavam de Almeirim.

Extasiado eu admirava aquelas belas obras da engenharia moderna. O "*Linhão*" atravessa o Rio Amazonas da margem direita (Meridional) para a esquerda (Setentrional) em dois lances, um de 1,6 km que vai da margem direita do Amazonas até a torre 238 ancorada na praia Setentrional da Ilha Jurupari (hoje alagada pela cheia), e o outro, de 2,2 km, que vai da torre 238 até a torre 241, construída na Serra da Velha Pobre, margem esquerda do Rio Amazonas, permitindo integrar toda Calha Norte ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Duas obras monumentais que impressionam pela sua grandiosidade e desafio técnico. No platô, que sustenta a torre 241, foi construído um muro de contenção de concreto de 17 m de altura e a plataforma monumental que sustenta a torre 238 possui 390 estacas com tubulações de metal, concreto e ferro cujas fundações atingiram os 30 m de profundidade.

Quando nos aproximamos da Foz do Rio Paru, determinei que a equipe de apoio fosse à frente para que o Coronel Teixeira estabelecesse os devidos contatos com a polícia militar e, através dessa, com a Prefeitura de Almeirim.

Acompanhei, à distância, a movimentação da Delta ao longo da costa de Almeirim até identificar o local onde ela aportou. Aproei diretamente para lá onde cheguei exatamente às 17h45, depois de remar 113 km, durante 12 horas, com duas paradas que totalizaram 40 minutos. A maré baixa facilitou a progressão neste meu último lance, desde a Ilha do Jurupari, e consegui manter uma média de 14,5 km/h.

A média geral da jornada, de 10 km/h, foi provocada pela ação das marés que a partir de Prainha freavam nitidamente minha progressão. O Rio Amazonas percorre uma planície onde o desnível desde Tabatinga a Manaus mantém uma média de 4 cm/km, de Manaus a Óbidos em torno dos 2 cm/km, passando a partir de Óbidos, para 2 cm a cada 3 km. Até agora a influência da maré cheia refletia-se tão somente na velocidade da correnteza do Rio-mar que diminuía sensivelmente quando a maré começava a subir e chegava a neutralizá-la quase que totalmente no seu pico.

A Polícia Militar entrou em contato com o Secretário Municipal de Educação Cultura e Desportos de Almeirim, Sr. Wardson Mendes Pereira, que nos franqueou um Hotel próximo à Praça Central e ao prédio da antiga Prefeitura Municipal além de agendar um horário para nos encontrarmos com a Sr.ª Ana Riccelly Fonseca Águila do Departamento de Cultura instalado no prédio da Prefeitura Velha.

11.03.2015 – Almeirim, PA

Na manhã seguinte, fomos até o prédio da antiga Prefeitura, onde funciona a biblioteca e o Departamento de Cultura, encontrar a Sr.ª Ana Riccelly. Durante a manhã, a Ana discorreu sobre diversos eventos promovidos pela Prefeitura de Almeirim sendo que um deles despertou, em especial, nossa atenção – a Feira de Arte e Cultura de Almeirim (FEARCA). No período de 22 a 24 de agosto do ano passado, aconteceram apresentações de diversas bandas nacionais, artistas locais e um Rali (Rally ou Rallye) de Motocross. A Ana agendou uma visita à residência da tradicional família Castro no período da tarde.

Família Castro
(Ray Neves)

Dão, dão, dão, zum, zum, zum
Família Castro vem descendo o Rio Paru [...]

Tinha procissão e meia lua,
Uma no Rio outra na rua e o povo a caminhar
Barco enfeitado e o Santo navegando
Nosso povo acompanhando o padroeiro do lugar.

Ainda moleque ficava meio assustado
Com medo tanto gado e as promessas a pagar,
Hoje acabou a tradição e a leiloada,
Mas o forró continua, pois, os Castros vêm tocar.

Acompanhados pela Ana Riccelly fomos recebidos gentilmente pelos Castro. Depois de conversarmos durante um longo tempo a Professora Orcina Castro nos apresentou alguns vídeos muito interessantes que mostravam os famosos irmãos apresentando-se em uma série de eventos culturais.

Nascemos fazendo isso, o Gambá foi passado de geração em geração e a partir da década de 80, passamos a nos apresentar em público, antes disso nos apresentávamos somente durante as festividades. (Orcina Castro)

A centenária Família Castro residia à margem direita do Rio Paru, em Almerim e promovia em julho a festividade de São Benedito. Os Castros mantiveram viva a tradição através de sua maior expressão folclórica, o Gambá, uma dança de origem africana cujo nome, segundo a Professora Orcina, foi inspirado no seu instrumento musical mais importante o tambor, cujo som lembra o chiado do animal.

Instrumentos

São usados três tipos de instrumentos musicais – os tambores, os raspadores e os milheiros. Os tambores são, geralmente, manufaturados com troncos ocos de cuiarana (buchenavia grandis). Numa das extremidades do tronco é colocado um couro de animal selvagem ou de boi. O tambor maior é chamado de "*tamboro grande*", o médio de "*tamboro*" e o menor de "*tamborine*". O raspador é um reco-reco artesanal feito de bambu com talhos transversais que se toca raspando com um pauzinho (cuba cheirosa). O milheiro ou xeque-xeque também feito de bambu em que se colocam no seu interior grãos de milho.

Ritmos

O Gambá apresenta diversos ritmos como a Marandangueira, a Desfeiteira, o Xote, a Valsa, o Puladinho, o Samba, etc. A Marandangueira é inspirada na briga entre uma pomba e um gavião. Os casais dançam separados formando um círculo, executando

coreografias variadas. O cavalheiro é quem comanda os passos e a evolução e a música para quando o gavião captura a pomba.

Outro ritmo interessante é a Desfeiteira onde a dança é interrompida por diversas vezes para que os pares declamem versos. Aqueles que não conseguirem declamar são vaiados por todos e, por esta desfeita, pagam uma prenda, ficando assim "*desfeiteado*".

A Professora Orcina Castro, visivelmente emocionada, confidenciou-nos que a bela tradição cultural dos Castros estava condenada a desaparecer já que as novas gerações não pretendiam dar continuidade ao legado de seus antepassados.

Depois da visita retornamos ao Hotel. A Riccelly, a nosso pedido, já havia agendado com o Ricardo Costa Netto (ricardoc.netto@hotmail.com), para que na manhã de quinta-feira, fizéssemos uma visita à Cachoeira do Panãma no Rio Paru.

12.03.2015 – Cachoeira do Panãma, Rio Paru

Chegamos, por volta das 07h00, na rampa que fica a jusante do hidroporto de Almeirim onde tínhamos combinado com o Ricardo, nosso guia e piloteiro, a tempo de assistirmos a um alvorecer fantástico. A Ana chegou logo em seguida e juntos aguardamos o Ricardo ultimar os preparativos para a visita à Cachoeira do Panamá.

Às 07h45, partimos rumo ao Paru. Na Boca do Paru, na sua margem esquerda, foi instalada, em 2003, a Serraria Almeirim Industrial Ltda. sobre um sítio arqueológico importante.

A delimitação realizada pela empresa é contestada por diversos moradores com as quais tivemos contato que afirmam que, certamente, grande parte do acervo arqueológico foi totalmente dilapidado.

Montanhas

A orientação geral deste belo Rio de águas claras até a Cachoeira Panãma é NNO. As curiosas elevações que predominam na margem Setentrional do Amazonas, e que ora nos encantam, não despertaram a atenção apenas dos navegadores hodiernos mas de todos que pelustraram pela majestosa Bacia do Rio-mar desde o seu descobrimento. Comentou Domingos Soares Ferreira Penna nas suas Resenhas, publicadas em 1869:

> As montanhas, porém, alteram e mudam essa fisionomia; são elas que por sua elevação, por seu contato ou aproximação às margens, por seu aspecto variado, vem atenuar e mesmo extinguir a monotonia fatigante e aflitiva que se sente, quando se viaja pelo Amazonas ao longo dessa planície interminável e de uma igualdade desesperadora.
>
> Nas margens ou mui próximo às margens do Rio, elas começam a aparecer, do lado da Guiana, a Este da Foz do Paru, desaparecem em vários pontos, tomam proporções majestosas em Monte-Alegre e suas imediações e vão mostrar-se de novo junto a Óbidos, mas já reduzidas a simples colinas.
>
> As da margem direita são muito inferiores em número e altura; as principais aparecem na junção do Curuá com o Una, avançando até as imediações de Santarém, de onde lançam para a Foz do Tapajós uma colina, e desaparecem acompanhando de longe o curso deste Rio no rumo SSO. (PENNA)

Rio Paru

Rio da Guiana brasileira: nasce na Serra da Velha, e dirigindo-se para o Sul, rega a freguesia do Desterro e a Vila d'Almeirim, e vai desaguar no Amazonas, entre os confluentes dos Rios Urubuquára e Jari. Nas margens deste Rio, que foi antigamente chamado Jenipapo, fez o Governador Bento Maciel as bárbaras excursões com que adquiriu o apelido de verdugo dos índios. Os Rios que deságuam no Paru são quase todos auríferos, e suas margens, que são ótimas para o cultivo do tabaco, abundam em salsaparrilha. (SAINT-ADOLPH)

O Rio Paru nasce, com o nome de Paru do Leste, na serra de Tumucumaque, fronteira do Brasil com o Suriname, nas proximidades do Pico Ricardo Franco ([50]) de 585 m, e à nascente do Rio Cuminá que fica mais a Oeste. O Paru atravessa o Município de Almeirim em toda a sua extensão seguindo uma rota geral SSE, até desaguar na margem esquerda do Rio Amazonas.

O Paru é um belo Rio de águas claras em cujas margens se verifica um relativamente denso povoamento baseado fundamentalmente na criação de gado nelore e bubalino. Neste período de "*inverno amazônico*" observamos várias moradias desabitadas.

Depois de três horas de viagem, e 115 km de deslocamento, sendo 6 deles pelo Amazonas até a Foz do Paru, aportamos em uma praia, no meio do Rio cercada pela Cachoeira Panãma que estende suas quedas longamente à margem direita, embora as quedas mais importantes e mais bonitas fiquem na

[50] Pico Ricardo Franco: assim denominado pelo General Rondon, no dia 10.12.1928, quando este, como Chefe da Comissão de Inspeção Fronteiras, realizava pessoalmente o reconhecimento do Rio Cuminá.

margem esquerda e no centro do Rio Paru. A paisagem é singular, as formações rochosas, a vegetação aquática de uma coloração extremamente intensa, troncos de árvores torneados com esmero pela mãe natureza, arbustos que se equilibram temerariamente sobre os abismos rochosos e a areia de uma alvura sem precedentes se encarregam de tornar o ermo cenário fantasticamente belo.

As quedas apresentavam rochas cobertas por três tipos distintos de vegetação que emprestavam um belo tom esverdeado às águas revoltas. Uma destas espécies era muito interessante, com folhas de quase trinta centímetros semelhante em textura à vitória amazônica ([51]) embora, ao contrário daquela, a face espinhenta seja a superior já que a inferior colada às rochas fica totalmente protegida de ataques. As bordas destas curiosas folhas possuía delicadas filigranas que resistiam estoicamente à violência das águas que as açoitavam.

Voltamos para Almeirim totalmente satisfeitos com o esplêndido passeio pelo formoso Rio Paru e sua maravilhosa Cachoeira Panãma.

13.03.2015 – Almeirim, PA – Lago Branco

De manhã embarcamos, novamente, na voadeira do Ricardo com destino ao Lago Branco. Novamente passamos pelas gigantescas torres 238 e 241 e pela Serra da Velha Pobre. Entramos pelo estreito Rio Aramum, passando por belos Igapós, e margeando pequenas e interessantes comunidades antes de adentrarmos definitivamente no Lago Branco.

---

[51] Vitória amazônica: antiga vitória régia.

As águas do Aramum foram alterando progressivamente sua cor à medida que nos aproximávamos do Lago. A água é matizada pelo silte claro encontrado nas margens que circundam o Lago Branco.

Na volta para Almeirim aportamos para almoçar na fazenda do Ricardo e mais tarde paramos na plataforma da torre 238 para poder observar de perto os detalhes da formidável obra de engenharia. A grandiosidade, a perfeição e a solidez do empreendimento são capazes de emocionar aos espíritos mais fleumáticos. Documentamos fartamente, através de fotografias, a portentosa construção.

Foi mais um dia proveitoso na cidade de Almeirim de onde levaremos gratas lembranças dos amigos Ana, Ricardo e da família Castro além dos belos lugares que tivemos o prazer de visitar e desfrutar ainda que por breves momentos.

Além disso é preciso, por dever de justiça, fazer referência a dois outros amigos a quem tivemos o privilégio e a honra de conhecer Manoel Freitas Correa e sua esposa Izaneide do Socorro Souza Correa. Fizemos todas as nossas refeições em Almeirim na Pizzaria La Saborosa e degustamos, a título de sobremesa, o sorvete servido da sorveteria Kerobizz também de propriedade do simpático casal de empresários Manoel e Izaneide.

O casal contou-nos que antes de se radicar em Almeirim tinham tentado, sem muito sucesso, outros empreendimentos em Belém. Em Almeirim iniciaram com outro tipo de negócio também sem alcançar êxito. Certa feita, tentaram experimentar um sorvete servido em uma das Praças da cidade e nenhum membro da

família gostou do produto, o desafio estava lançado. Manoel fez um providencial curso de sorveteiro transformando seu produto no que eu considero o melhor que já tive a oportunidade de saborear em toda a minha vida.

Tanto a Pizzaria como a Sorveteria, tem um corpo de funcionárias que atende seus clientes com uma cortesia que não se verifica, normalmente, nestas plagas. Despedimo-nos dos amigos de Almeirim com uma saudade contida já que deveríamos estar de volta em aproximadamente uma semana.

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

O Novo Argonauta V
(José Agostinho de Macedo)

[...] Prendem-se os ventos,
Brilha sereno o Céu, calam-se as ondas.
Seja-lhe o Mar propício e as fúrias guarde,
Guarde a morte as horrísonas ([52]) tormentas
Para os monstros cruéis que nutre a Gália,
Que enchendo a Terra de fatais estragos,
'Inda a cega ambição pequena a julga
Para teatro do sanguíneo Marte:
E entre as ondas buscar vai novo campo,
Onde entregue mais vítimas à morte,
Pondo-se frente a frente em curvos lenhos,
Com as negras bocas imitando, ousados,
No estampido o trovão, no golpe o raio.

Este Herói leva a paz, não leva estragos,
Vai enxugar as lágrimas de tantos:
E no seu coração conduz a Pátria
Das almas nobres, nobre eletricismo,
Nome de um Povo Rei, que ao Tibre outrora
Fez curvar de respeito o turvo Oceano,
Da mortal vida o círculo alargando
Ações obrou, que a humanidade ilustram.

A Princesa do Mar, que a altiva fronte
De vicejantes pâmpanos ([53]) coroa,
Se mostra ao longe ao Nauta não turbado;
Leva o ignoto Baixel prodígios dentro,
Que d'alto assombro os Íncolas ([54]) encheram
Da viçosa Madeira. As praias correm
Arqueado o sobrolho, a boca muda,
O grão prodígio extáticos admiram.

Mal o confuso espírito acredita
A nova cena que descobre a vista. [...]

---

[52] Horríssonas: que soam horrivelmente.
[53] Pâmpanos: vinhos da Madeira.
[54] Íncolas: habitantes.

Almeirim, PA

Histórico

A origem histórica do Município de Almeirim apresenta duas versões diferentes. A primeira indica como marco histórico a construção de um Forte pelos holandeses em uma aldeia denominada Paru e a segunda atribui a origem do Município aos frades capuchos de Santo Antônio que construíram a aldeia do Paru como zona de catequese para os índios da região.

Em 1758, a aldeia adquiriu categoria de Vila, passando a chamar-se Almeirim. Entretanto, na época da Independência, veio a ser extinta. (Fonte: Prefeitura Municipal de Almeirim – PMA)

Cronologia Histórica

1758 – Elevado à categoria de Vila com denominação de Almeirim ex-Povoado, em 22.02.1758, por ato do Governador e Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, desmembrado de Gurupá.

1835 – Foi palco do Movimento da Cabanagem, que assolou o interior da Província, quando foi invadida e quase totalmente destruída.

1890 – Recuperou a categoria de Vila pelo Decreto Estadual n° 109, de 17 de março, que havia perdido, no final do período colonial.

1911 – Na divisão administrativa, o Município é constituído apenas do Distrito sede.

1930 – A Vila de Almeirim foi, novamente extinta, por Decreto Estadual n° 6, de 04 de novembro, sendo seu território anexado ao Município de Monte Alegre. Elevado novamente à categoria de Município com a denominação de Almeirim, por Decreto Estadual n° 16, de 24 de novembro, desmembrado de Monte Alegre.

1933 – Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Município é constituído do Distrito sede.

1935 – A Lei Estadual n° 8, de 31.10.1935, que menciona todos os Municípios do Pará, cita entre eles o de Almeirim.

1936 – Em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937, o Município aparece constituído de 4 Distritos: Almeirim, Boca do Braço, Santana do Cajari e Santo Antônio de Caracuru.

1938 – Pelo Decreto Lei Estadual n° 3131, de 31.10.1938, é criado o Distrito de Arumanduba criado com território do extinto Distrito de Santana do Cajari. Sob o mesmo Decreto extintos os Distritos Boca do Braço e Santo Antônio de Caracuru e anexado ao Distrito de Arumanduba.

1944 – Na Divisão Territorial que vigorou no período de 1944-1948, o Município é constituído de 2 Distritos: Almeirim e Arumanduba.

1960 – Em Divisão Territorial datada de 1° de julho, o Município é constituído de 2 Distritos: Almeirim e Arumanduba.

1983 – Pela Lei Estadual n° 5075, de 02 de maio, é criado o Distrito de Monte Dourado e anexado ao Município de Almeirim.

1988 – Em Divisão Territorial datada de 18.08.1988, o Município é constituído de 3 Distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado.

2005 – A Divisão Territorial ratifica a de 1988 e permanece assim desde então. (PMA)

Aspectos Físicos e Geográficos

Com uma área de 72.960 km^2 [IBGE, 2005], Almeirim localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Almeirim. A sede municipal está entre as coordenadas geográficas 01°31'15" S e 52°34'45" O. Almeirim é limítrofe ao Norte com o Suriname e Estado do Amapá, a Leste com o Amapá e o Município de Gurupá, ao Sul com os Municípios de Porto de Moz e Prainha, e a Oeste com os Municípios de Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

CLIMA

Segundo classificação de Köppen, o clima de Almeirim é do tipo Am quente e úmido [ZEE-PA, 2009], com média mensal de temperatura mínima superior a 18°C, estação seca de pouca duração, umidade elevada, amplitude térmica inferior a 5° C e disponibilidade de água no solo (SEPOF, 2008).

A precipitação varia de 1.900 a 2.300 mm [ZEE-PA, 2009], com distribuição irregular durante o ano. A estação chuvosa vai de dezembro a junho, sendo que as chuvas são mais intensas no mês de março, já o verão equivale de julho a dezembro com valores de pluviosidade inferiores a 60 mm.

HIDROGRAFIA

Destacam-se dois afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas, os Rios Paru de Este e Jarí. O primeiro atravessa o Município desde a sua nascente até a sua foz. À montante do Município, grande parte do seu curso apresenta trechos encachoeirados e a jusante, penetram em áreas sedimentares até desembocar no Amazonas.

Seus afluentes principais são os Rios Citaré, Itapecuru, Tucuranã, Paicuru e Urucurituba, todos pela margem direita. O Rio Jarí, por sua vez, de curso paralelo ao Paru, nasce nos limites do Estado com o Suriname, e seu curso também segue a direção NW-SE.

À montante, atravessa trechos encachoeirados de áreas cristalinas e é o divisor natural entre o Estado do Pará e o Estado do Amapá. Apenas seus afluentes da margem direita pertencem ao Município, o Igarapé Paruzinho, Ipitinga e Carecaru. À jusante, entra em contato com as rochas sedimentares até a sua embocadura no Rio Amazonas. Este último destaca-se no Sul do Município, onde, em sua margem esquerda, se encontra a sede municipal e limites com os municípios de Porto de Moz e Prainha. Para este Rio, convergem os Rios Tuaré, Jataí e Paranaguara que limita com Prainha, todos pela margem esquerda. (Fonte: Prefeitura Municipal de Almeirim – PMA)

Eventos

As manifestações culturais do Município caracterizam-se, principalmente, pelas realizações de festividades religiosas em homenagem a diversos santos, com maior destaque à festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, realizada em dezembro, e de São Benedito, realizada em junho. Os dois eventos são praticados pela sociedade almeiriense com muita devoção, com a realização "*de novenas, procissão e arraial*.

Destacam-se também a dança do "*gambá*", realizado pela família Castro a mais de 100 anos, que são remanescentes de quilombos residentes no Município.

Além disso, o Município se destaca regionalmente como berço musical, artístico e futebolístico. Todos os anos, em agosto, é realizada a Feira de Arte e Cultura de Almeirim – FEARCA [XXIV – FEARCA, 22 a 24 de agosto de 2014], sendo a maior festa do Município, atraindo milhares de visitantes de toda a região. Duas outras importantes datas comemoradas são os aniversários do Distrito de Monte Dourado e do Município sede de Almeirim, que coincide com a realização da FEARCA.

A cultura agrícola e extrativista é bem preservada, sendo que a segunda é mais representativa, [...] as comunidades rurais mantêm a tradição de importantes eventos, que são os festivais da castanha, dourada, camarão e do acari. (Fonte: Prefeitura Municipal de Almeirim)

Gentílico

Almeiriense. (PMA)

José Monteiro de Noronha (1768)

49. Saindo de Aquiqui, se avista logo, ainda que confusamente, na margem Setentrional do Amazonas, a Fortaleza do Paru, e no mesmo sítio a Vila de Almeirim. E se veem também distintamente os altos montes, que em distância de uma até duas léguas pela terra dentro formam a dilatada Cadeia, ou cordilheira de Guiana, seguida de Oeste a Leste até as vizinhanças do Rio Orenoco.

Nestes montes ou nos vales e planícies que há entre eles se colhe anualmente muito cacau e boa salsaparrilha. Pouco acima da Fortaleza e Vila de Almeirim está o Rio Uacarapi, aonde houve uma povoação de índios que se uniu à Vila de Almeirim. (NORONHA)

Frei Caetano Brandão (1789)

§31. Dia 23 – Eram quatro horas da tarde, quando chegamos à Vila do Paru ou Almeirim, onde só nos demoramos até a madrugada seguinte, por se achar muito pouca gente na Povoação; efeito do descuido do Pároco, que tanto nisto, como em tudo o mais, deixou ver o pouco abalo, que lhe causava a presença do Bispo. Crismei as crianças, e os adultos, que se achavam dispostos; e dadas algumas providências precisas, nos recolhemos às canoas alta noite. Todos estes lugares da parte Setentrional do Amazonas desde Monte Alegre até Arraiólos, por onde agora nos encaminhamos, foram já visitados por mim na primeira digressão. Por este motivo me demoro pouco neles e também por não estar ainda livre da moléstia do peito. (BRANDÃO)

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)

ALMEIRIM: Vila plantada na margem esquerda ou Setentrional do Amazonas sobre terra alta e limpa. Deu-se esta graduação em 1758 à Aldeia do Paru a qual denominaram assim por demorarem detrás dela as serras do Paru em disposição de cordilheira; cuja denominação de Paru toma aquela costa até a perder na de Macapá.

Um semicírculo de palhoças e no centro uma pequena igreja de pedra e cal coberta de telha, que dedicaram a Nossa Senhora da Conceição, formam esta Vila, cuja população é indiana e composta de 350 indivíduos de ambos os sexos. Número pouco aparente, e assaz desconforme daquele que verossimilmente hoje deveria existir em consequência do suplemento de população, que recebera nos tempos passados com os índios transferidos do Rio Uacarapi, onde em distância de 2 léguas da sua foz eles tinham feito assento.

Estes índios de Almeirim são fartos de peixe, de boa farinha, e de caça; têm cacau sem cultivo e nas serras bastante produção de salsa, cravo e breu. Junto do porto e à borda d'água houve um Forte de pedra e barro, que mandou fabricar a despesas suas o Governador da Fortaleza de Tapajós Manoel da Mota e Siqueira para dar ao país a maior proteção possível, segurar aquela parte da navegação interna e facilitar os movimentos defensivos dos moradores.

As ruínas deste Forte que se acham debaixo de arvoretas emaranhadas, que a própria terra brotou de si, ainda mostram a situação dele, e indicam ter sido desenhado e construído por pessoa, que da arte de fortificar tinha alguma luz por uso. (BAENA)

Luís Agassiz, e Elizabeth Cary (1865)

COLINAS DE ALMEIRIM. **24** de agosto (1865) – Ontem à tarde, avistamos na margem Setentrional do Amazonas, as primeiras elevações um pouco consideráveis que se encontram subindo este Rio. Eram as singulares colinas de Almeirim, achatadas na parte superior. São cortadas vivamente nessa parte superior e parece terem sido niveladas à plaina e separadas umas das outras por largas brechas, cujas vertentes se houvessem assim talhado de forma a não deixar a menor desigualdade.

Os geólogos muito se têm ocupado com essas estranhas colinas, porém nenhum fez delas ainda um estudo sério. Von Martius esteve próximo e determinou-lhes a altura, 800 pés ([55]) mais ou menos acima do nível do Rio; exceto isso, ninguém sabe mais nada sobre a sua verdadeira natureza. Representam-na geralmente como os arcos de sustentação dos altos planaltos da Guiana.

PÔR-DO-SOL. A tarde deste mesmo dia foi a mais agradável de quantas já passamos no Rio Amazonas. Estávamos sentados na proa do navio, sob a coberta, quando o Sol flamejante baixou no horizonte.

Sua grande imagem de um vermelho-fogo, refletindo-se n’água, cedeu lugar rapidamente aos pálidos e trêmulos raios do crescente lunar; mas, mesmo depois de desaparecido, largas faixas róseas, elevando-se até o zênite, atestavam ainda o seu poder e emprestavam algo do seu brilho à massa enorme de nuvens brancas que enchiam o Oriente; estas, refletindo a luz sobre o Rio, transmutavam em pura prata a superfície amarelo-sujo de suas águas, enquanto que, por cima das colinas de Almeirim, o

[55] 800 pés: menos de 250 metros.

azul profundo do céu parecia ainda mais forte no meio desses clarões. [...]

ALMEIRIM. Novas observações geológicas. Passamos hoje ([56]) em frente das colinas de Almeirim. Da última vez em que as vimos, mostravam-se todas iluminadas pelo Sol poente. Agora as nuvens deixam cair sobre elas os seus bordos recortados e a sua massa sombria a custo se destaca sob os vapores plúmbeos de um céu chuvoso.

Para Agassiz foi um prazer, voltando a essa localidade, poder verificar que os fenômenos que o embaraçavam, quando subimos o Rio, agora são perfeitamente explicáveis depois que lhe foi dado estudar a geologia deste vale.

Quando, pela primeira vez, passamos por essas singulares colinas de cimo achatado, a sua estrutura e a sua idade foram igualmente enigmáticas, para ele. Seriam de granito, como se dizia, ou de grés ou de calcário? Seriam de formação primária, secundária ou terciária? A forma estranha delas tornava ainda o problema mais difícil de resolver. Agora, porém, ele vê que são simplesmente restos da planície, que outrora encobria todo o vale do Amazonas, dos Andes até o Atlântico, da Guiana até o centro do Brasil.

Desnudações ([57]) em escala colossal, até aqui desconhecidas dos geólogos, fizeram dessa planície um labirinto de Rios majestosos, e, aqui e ali, por toda parte em que a formação resistiu ao tumulto das águas, ficaram montanhas baixas e cadeias de colinas como um monumento da primitiva espessura do solo. (AGASSIZ)

---

[56] Hoje: 28 a 31.01.1866.
[57] Desnudações: desgaste do terreno pelos agentes erosivos.

Edithe Pereira (2003)

PEDRA PINTADA – HISTÓRIA DA PESQUISA

Esse sítio foi registrado em 1955 pelo antropólogo Protásio Frikel durante a viagem que realizou ao longo do Rio Paru de Leste. As informações sobre o sítio correspondem a notas e desenhos feitos em campo por Frikel, cujos originais pertencem hoje ao acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi. O sítio não foi cadastrado e o material permaneceu inédito até 1996, quando o divulguei pela primeira vez. As informações sobre o sítio são resumidas a seguir:

> **Frei Protásio Frikel**: Ele era amado pelos índios e venerado como um pai, principalmente pelos Tiriós com os quais estava em contato permanente por mais de 20 anos. Mas ele também os amava sobre tudo e adaptou-se completamente nas suas culturas. Nascido em Breslau no dia 24.03.1912, recebeu o nome de Günther na ocasião do batismo. Na Ordem dos Franciscanos deram-lhe mais tarde o nome de Protásio, com o qual tornou-se mundialmente conhecido na Ciência. Após a escola primária e secundária em Breslau, cursou o científico no ginásio dos Franciscanos em Bardel/Westfália. Já naquele tempo era o seu desejo ardente ir para o Brasil e trabalhar no meio dos índios. Em 1931, viajou com o navio para Recife e estudou, até 1937, em Olinda/Pernambuco e Salvador na Bahia, as ciências teologia, filosofia, sociologia, psicologia e história. Muito mais porém interessava-se pela etnologia brasileira, lendo toda a literatura a respeito. Já durante o seu tempo de estudos era fascinado pelos cultos afro-brasileiros, principalmente pelo Candomblé baiano. Após a sua ordenação, no ano de 1938, foi investido no Baixo Amazonas como sacerdote e manteve um contato estreitamente ligado ao Departamento de Antropologia no Museu Paraense Emílio Goeldi, em

> Belém do Pará, cujos cientistas agradeceram o seu grande interesse pelos índios, dando-lhes impulsos para pesquisas arqueológicas e etnológicas. No período de 1938 até 1955, conseguiu colecionar amplo material arqueológico nas "*Terras Pretas*" do Baixo Amazonas. Entre 1940 e 1942 analisou a Sambaqui nas Embocaduras dos Rios Jauari e Alenquer. O material achado e seus estudos escritos foram por ele entregues ao Museu Paraense Emílio Goeldi. [...] O País, no qual realizou as suas pesquisas, tornou-se a sua segunda Pátria e assim naturalizou-se, em 1963, permitindo então a entrada no Museu Emílio Goeldi como cientista no quadro dos funcionários, chegando a ocupar o cargo de Diretor-suplente da seção de antropologia. Desta forma também é compreensível que ele deixou a Ordem dos Franciscanos em plena coincidência com seus superiores para dedicar-se exclusivamente à pesquisa indígena, tanto no campo como no Museu. Sua esposa Marlene tornou-se sua colaboradora entusiasmada e confiante. (BECHER)

PEREIRA: O sítio Canal da Pedra Pintada está situado no Rio Paru de Leste. A localização precisa deste sítio não foi indicada no manuscrito de Protásio Frikel. Também não encontrei qualquer referência que permitisse localizar com exatidão o sítio. Procurei, então, a antropóloga Lúcia Hussak van Velthem, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi que estuda, desde 1975, a arte e a estética Wayana, e dei a ela uma cópia do manuscrito de Frikel, pedindo que tentasse saber, junto aos Wayana [índios que habitam atualmente a região], a localização exata do Canal da Pedra Pintada. A informação obtida permitiu apenas uma localização aproximada, pois, segundo os informantes Wayana, a Pedra está situada a jusante da Cachoeira Toré [Tulé ou Turé], no curso médio do Rio Paru de Leste.

Quando indagados sobre o lugar que Protásio Frikel chamou de Canal da Pedra Pintada, os Wayana

> informaram tratar-se de Timerimam [“*com pinturas*”] e que os desenhos ali gravados estavam relacionados com seus mitos de criação. Lúcia van Velthem reproduziu da seguinte forma a explicação dada por dois Wayana:
>
> > Mopó estava atarefado, trabalhando. Rasgava o leito do Rio Paru de Leste. Seus braços se agitavam por sobre as águas; fazia as Ilhas, os lajeados e pedras, as corredeiras. Criava, Criava. Atrás vinha sua esposa. Estava triste, chorando, lembrando dos parentes. Para amainar sua dor e para que estes a pudessem seguir, pintou o enorme lajeado.

O croqui elaborado por Protásio Frikel para o Canal da Pedra Pintada mostra um pedral com cerca de sessenta metros de comprimento na margem direita do Rio Paru de Leste.

Nele, encontram-se diversas figuras gravadas e agrupadas em painéis identificados por Frikel com números romanos e letras.

RIO PARU DE LESTE – HISTÓRIA DA PESQUISA

A existência de gravuras rupestres no Rio Paru de Leste foi observada por Jules Crevaux na viagem que realizou por esse Rio durante os anos 1878 e 1879. Essas informações, no entanto, carecem de detalhes que permitam identificar de forma precisa o local onde Crevaux encontrou as gravuras rupestres. A seguir, a transcrição do texto desse autor:

> No dia 23, seguimos caminho através das colinas que os índios chamam de Moreira e Tacaipou. O Rio, atravessando quartzitos análogos às que constituem a Pancada do Jari, faz curvas assustadoras entre muralhas abruptas. Descarregamos todas as bagagens e descemos das canoas, puxando-as da margem com grandes cipós à guisa de cordas.

Imagem 25 – Protásio Frikel, O Cruzeiro, n° 6, 1957

A certa altura, uma das amarras se rompeu e a canoa se quebrou contra os rochedos. Para o cúmulo da desgraça, durante a noite uma das canoas mal amarrada se foi Rio abaixo à deriva, e nos foi impossível reencontrá-la. Aportou, carregando as bagagens em meio às rochas perto da margem, viu sobre uma rocha granítica uma gravura de sessenta centímetros de comprimento e meio centímetro de profundidade, aproximadamente.

– Parece um homem ou talvez uma rã,

Disse meu patrão, muito tarde para que eu fosse tirar uma cópia através da tomada de impressão desta imagem.

CACHOEIRA TORÉ – HISTÓRIA DA PESQUISA

As gravuras rupestres existentes na Cachoeira Toré foram registradas em 1955 por Protásio Frikel durante a viagem que fez ao Rio Paru de Leste. A única informação publicada sobre esse sítio encontra-se em Simões & Costa e corresponde ao seguinte resumo:

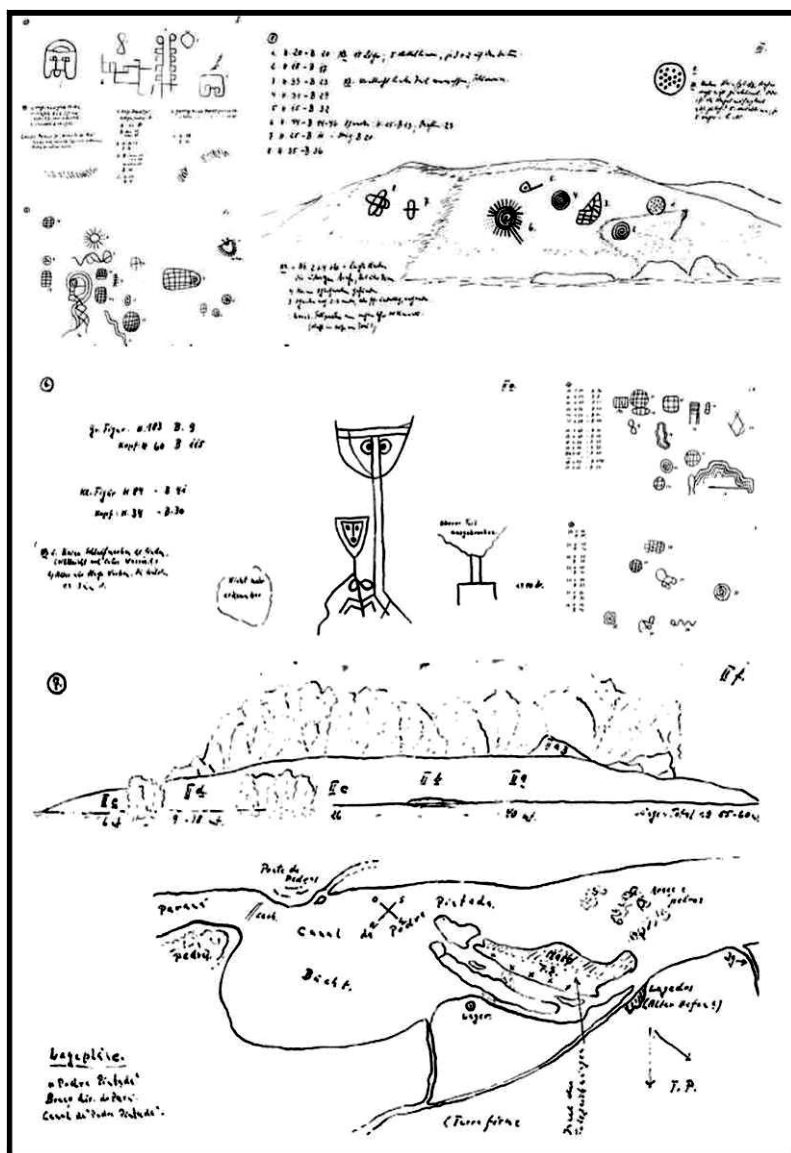



Imagem 26 – Anotações do Frei Protásio Frikel

PA-AM-5: Cachoeira Toré. Sitio, com sinalizações rupestres, localizado à margem direita do médio Rio Paru de Leste, junto à cachoeira Toré. Grande Lajedo com vários petróglifos. Visitado por Frikel em 1955. (PEREIRA)

Imagem 27 – Igreja N. Sª da Conceição – Almeirim

Imagem 28 – Prédio da Prefeitura Velha – Almeirim

Imagem 29 – Amanhecer – Almeirim

Imagem 30 – Rio Paru – Almeirim

Imagem 31 – Rio Paru – Almeirim

Imagem 32 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

Imagem 33 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

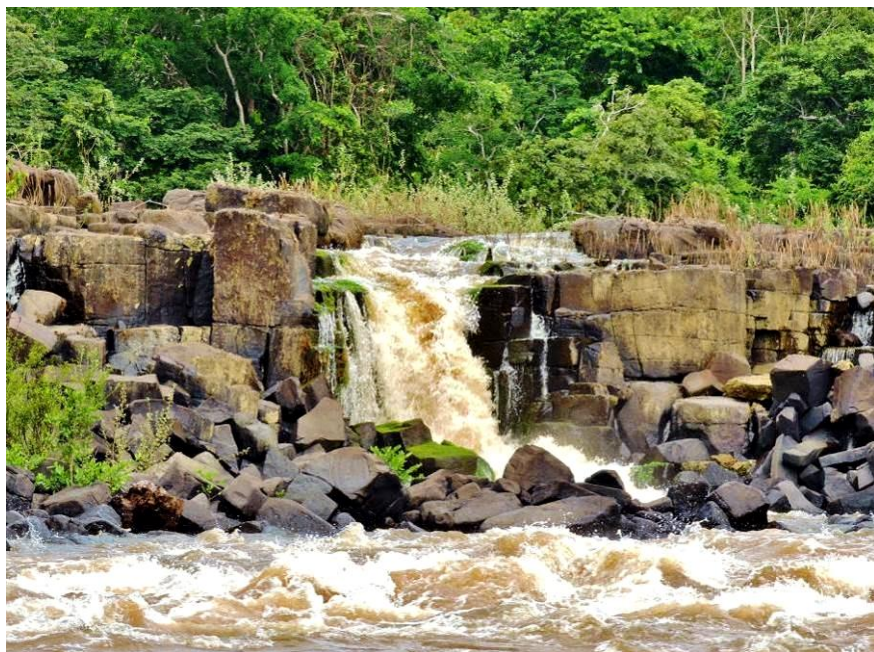



Imagem 34 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

Imagem 35 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

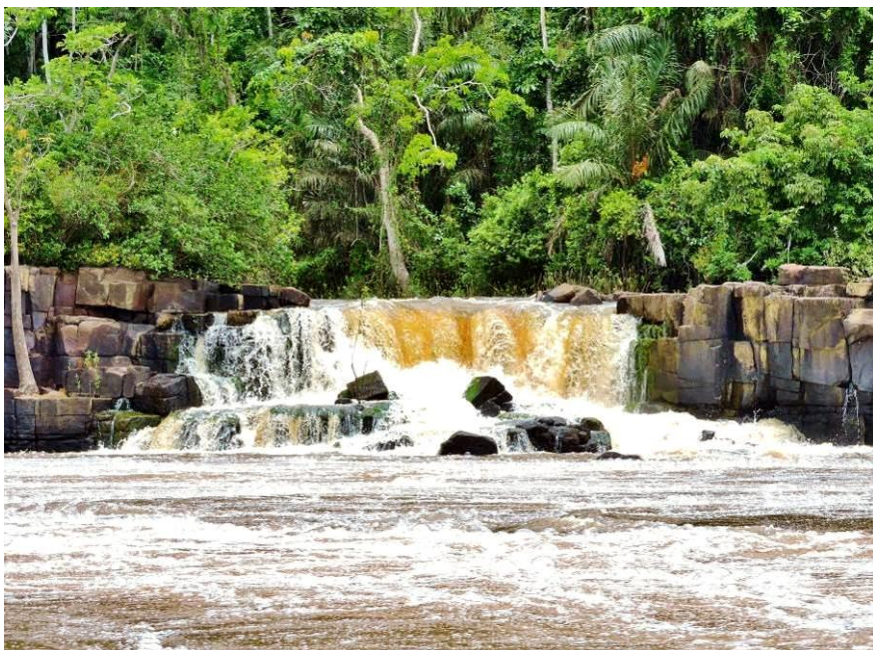



Imagem 36 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

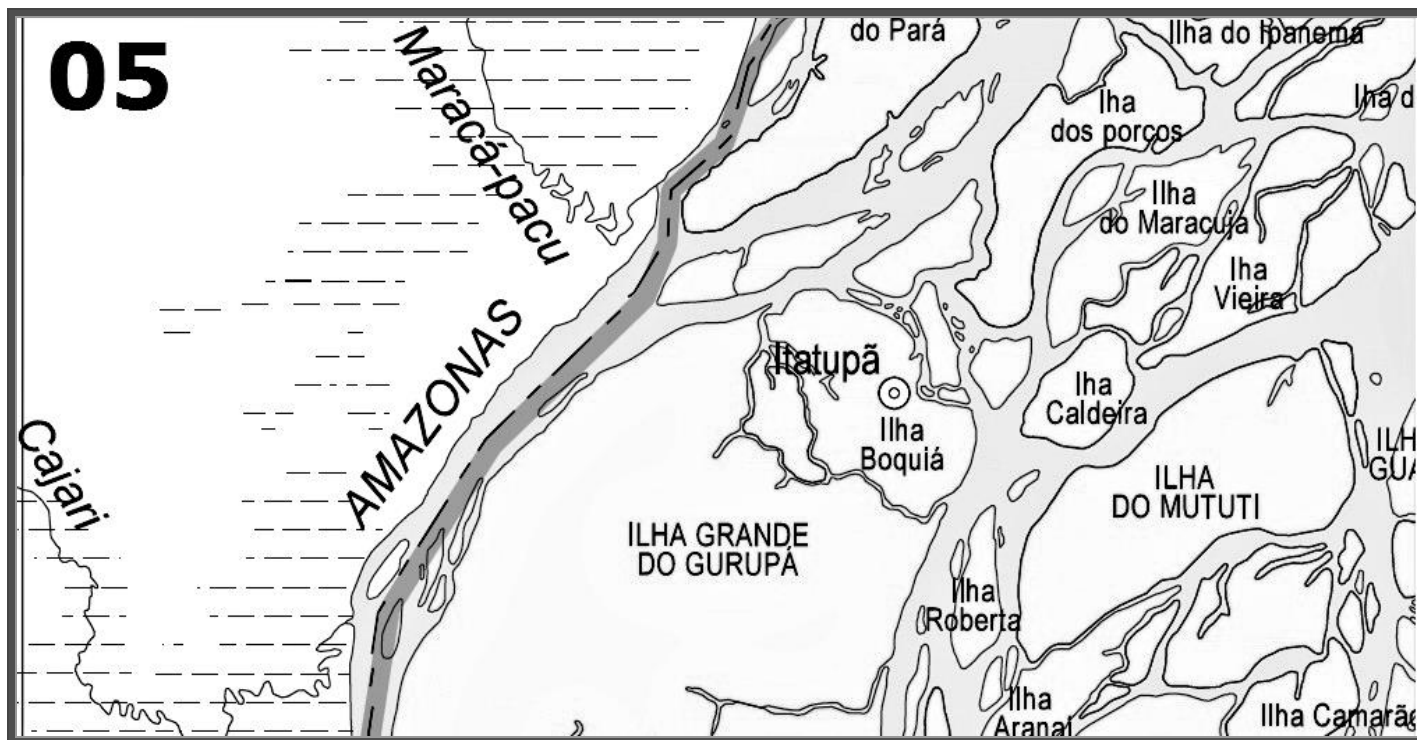
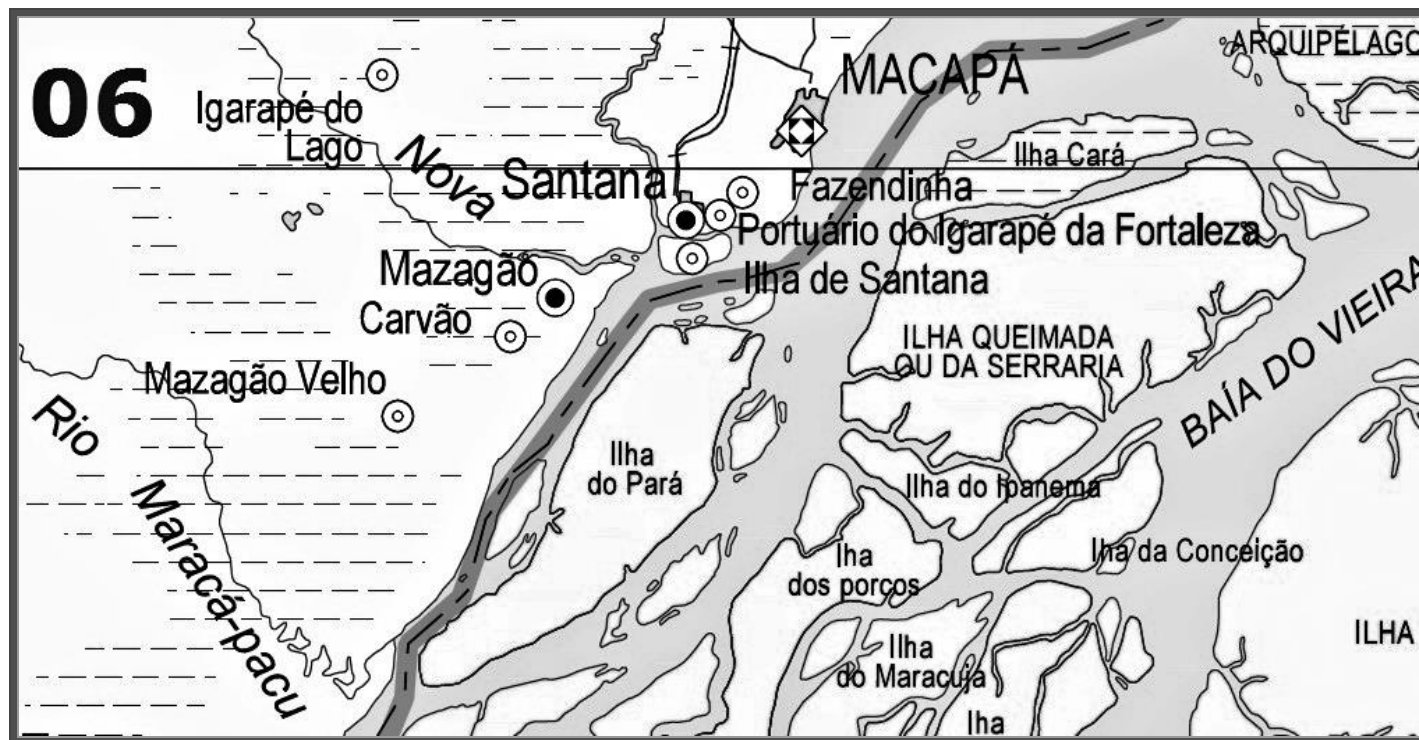
Imagem 37 – Cachoeira Panãma – Rio Paru – Almeirim

Imagem 38 – Rio Paru – Almeirim

Imagem 39 – Serra da Velha Pobre – Almeirim

Imagem 40 – Rio Aramum – Almeirim

Imagem 41 – Torre 41 – Ilha Jurupari – Almeirim

Imagem 42 – Torres 238 e 241 – Almeirim, PA

Mapa 05 – Rio Cajari, AP – Rio Maracá-pacu, AP

Mapa 06 – Rio Maracá-pacu, AP – Porto Santana, AP

Almeirim, PA – Porto de Santana, AP

Acordamos cedo, o Cabo Mário e o Marcos aportaram a Delta na rampa a jusante do hidroporto de Almeirim.

No meu planejamento inicial eu tinha previsto alcançar o Porto de Santana em 4 dias, mas agora eu estava resolvido a diminuir em um dia a jornada para recuperar um dos 2 dias que levara de Santarém a Monte Alegre.

De Almeirim a Porto de Santana teríamos de percorrer aproximadamente 271 km, impossível de serem superados em apenas dois dias, mas que poderiam, se as condições meteorológicas e marés permitissem, serem vencidos em três.

14.03.2015 – Almeirim, PA – AC do Palmital, PA

Mantivemos nossa espartana rotina, coloquei a lanterna de cabeça, e parti, às 05h30, inicialmente com a intenção de passar pela margem Meridional da Ilha do Comandaí.

A forte correnteza e a possibilidade de ter de enfrentar fortes banzeiros fizeram-me alterar a rota passando pela margem Setentrional da Ilha Comandaí no Paraná conhecido como Arraiólos, homônimo do Rio que desemboca na margem esquerda do Rio Amazonas.

A rota era tranquila e navegamos serenamente até avistar a Comunidade de Porto Franco a 52 km de Almeirim.

Continuamos nossa progressão e adentramos no Paraná da Velha em cujas margens avistamos as

gigantescas Aninga-açus ([58]). As raras flores da planta que avistamos pareciam enormes copos-de-leite ([59]) com espádice ([60]) e espata ([61]) totalmente brancos.

Fizemos nossa primeira parada, depois de remar 63 km, por volta das 12h30, na Boca de um Igarapé, na margem esquerda do Paraná da Velha onde estava sendo construída uma enorme residência de madeira. Segundo os carpinteiros a fazenda tinha sido adquirida recentemente por um investidor que residia em Macapá, AP.

O Mário entrara no Igarapé e na hora de partir verificou que a Delta encalhara. Aguardei sem remar, arrastado pela forte correnteza do Paraná da Velha, até que a Delta estivesse novamente em condições de navegar.

Na Boca de jusante do Paraná da Velha avistamos novamente o Amazonas que se bifurca depois de receber as águas do Rio Xingu formando, logo em seguida, o intrincado e ciclópico labirinto do Amazônico Delta formado por inúmeros Rios, Ilhas, Igarapés, Furos, Paranás, Lagos e Canais. Segui costeando a margem esquerda, durante algum tempo. Eu pretendia somente aproar para a margem direita quando me

---

[58] Aninga-açus (Montrichardia linifera): planta macrófita aquática encontrada nas margens dos Rios, Lagos, Igapós, Paranás, Furos e Igarapés. Suas folhas e frutos são usados como alimento pelos peixes e quelônios e mamíferos como o peixe-boi, capivara e gado bovino e bubalino.

[59] Copos-de-leite: Zantedeschia aethiopica.

[60] Espádice: tem o formato de uma pequena espiga que abriga minúsculas flores. Normalmente, a espádice acha-se envolvida por uma espata.

[61] Espata: suas formas e cores exóticas atraem os agentes polinizadores, tendo em vista que as verdadeiras flores que ela protege são insignificantes e são agrupadas na espádice.

aproximasse da Ilha Taiaçu onde o Canal convenientemente se torna mais estreito (1,6 km) e permitiria, graças a isso uma travessia mais segura. Como o vento e as ondas tivessem amainado seus ímpetos resolvi atravessar logo os poucos mais de 4 km que me separavam da margem oposta, achando com isso que a correnteza do talvegue me proporcionaria um adicional importante de velocidade.

Assim que atingi o talvegue do Canal, aonde a correnteza deveria ser mais favorável, os ventos fortes acompanhados por ondas de través frearam consideravelmente meu avanço.

Depois de me aproximar da margem direita do Canal procurei costeá-la com o intuito de buscar abrigo da ventania e águas mais serenas. Tinha sido uma jornada extremamente cansativa, chamei o pessoal de apoio e indiquei algumas casas adiante onde poderíamos procurar abrigo. No mapa do Google Earth podia-se identificar um pequeno canal junto às casas onde o Mário poderia, possivelmente, ancorar com segurança a Delta.

Quando aportei, às 15h00, depois de remar 90 km, o pessoal já tinha contatado o morador local que nos recebeu com a característica cortesia ribeirinha. Eu estava cuidando de meus afazeres quando o Mário subiu a bordo correndo noticiando que uma sucuri tinha pegado uma galinha. Fui correndo ver o que estava acontecendo e lá chegando deparei-me com uma cobra de seus 2,6 m com a boca cheia de penas e desfalecida com a paulada que lhe dera o ribeirinho. Resolvi preparar o ofídio para uma sessão de fotos, retirando-lhe cuidadosamente as penas da boca, e chamei o Teixeira.

Convencionei chamar este acampamento de "*AC do Palmital*" tendo em vista que o proprietário tentou aqui montar uma fábrica de palmitos retirados do açaí que não vingou.

As touceiras de açaizeiro possuem de 4 a 5 caules permitindo que a extração seja feita alternadamente. O intervalo ideal para a colheita é feito a cada 4 anos e a grande vantagem do açaí em relação a outras palmáceas é de que o açaizeiro rebrota após o corte.

15.03.2015 – Palmital, PA – Foz Rio Cajari, AP

Partimos, às 06h40, com a temperatura agradável e ventos amenos. Passamos pela Boca do Paraná Miruim e entramos no Paraná Taiaçu e logo que deixamos para trás a Boca de jusante do Taiaçu avistamos a costa do Amapá e à nossa retaguarda o Rio Jari, que faz a divisa dos Estados do Pará e Amapá e tem muita história para contar.

Rio Jari

O Rio Jari, afluente da margem esquerda do Rio Amazonas, tem aproximadamente 800 km de extensão, delimita os Estados do Pará e Amapá, nasce na Serra do Tumucumaque e desemboca no Amazonas na altura da Ilha Grande de Gurupá, a 2ª maior Ilha do Delta do Amazonas.

O Jari apresenta sérios obstáculos à navegação em decorrência do grande número de cachoeiras ao longo de seu curso. As principais são as cachoeiras da Pancada, do Desespero e a de Santo Antônio, na divisa com o Amapá. A hidrelétrica de S. Antônio do Jari opera a fio d'água, com um reservatório, de 31,7 km^2, localizado logo acima da cachoeira de S. Antônio.

A capacidade plena da usina é de 373,4 MW e sua potência firme 217,7 MW. Interligada ao Sistema Integrado Nacional e entrou em operação no dia 01.01.2015.

Reserva Extrativista do Rio Cajari

Retornando à nossa jornada – chegamos, por volta das 15h30, à Foz do Rio Cajari, depois de percorrer 72 km, e aportamos no trapiche da Comunidade Santa Ana área da Reserva Extrativista do Rio Cajari.

A Reserva foi criada pelo Decreto n° 99.145, de 12.03.1990, com 481.650 hectares e 5.000 habitantes. A população local dedica-se ao manejo da castanheira, da seringa, do açaí e da copaíba.

Essas terras pertenceram ao Coronel José Júlio de Andrade, que usou de sua influência política como Deputado Federal e Senador para registrar, através de ardilosas manobras cartoriais, um enorme latifúndio nos dois Estados.

16.03.2015 – Rio Cajari – Porto de Santana, AP

Faltavam apenas 109 km para encerrar o Projeto Desafiando o Rio-mar. Parti às 05h30, as águas do Cajari fluíam velozmente no sentido do Rio Amazonas, a maré baixa, que atingiria a sua cota mínima às 07h28, iria ajudar-me bastante durante grande parte da manhã.

Mantive a rota próxima à margem esquerda do Canal do Norte. A viagem transcorreu sem alterações pela manhã até que à tarde a força da maré cheia, com pico às 12h24, mudou o sentido das águas do Rio Amazonas.

Fiz minha única parada a bordo da Delta para evitar que a torrente fizesse meu caiaque retornar caso parasse de remar em pleno Rio. O maior Rio do Planeta Terra não era páreo para o Atlântico que subjugava o Rio-mar à sua vontade. Observar o gigantesco manancial retroceder sua torrente a mais de 150 km de distância do mar era uma experiência ímpar além de nos apresentar uma real noção da relatividade das coisas.

Um fato curioso deixou meus parceiros preocupados, eu estava progredindo ao longo da margem Setentrional de uma Ilha, bem longe deles, quando surgiu um enorme transatlântico subindo o Rio. Desviei várias vezes minha rota para Boreste e o navio continuava vindo na minha direção, resolvi, então, mudar a rota para bombordo evitando uma possível a colisão. Evidentemente, a minha tomada de decisão e a minha avaliação das velocidades do Rio e barcos estavam embasadas na minha experiência no Guaíba em Porto Alegre onde preciso constantemente cruzar o canal usado por grandes embarcações. Meus amigos, porém, ficaram preocupados achando que eu estava próximo demais da formidável nau e das enormes marolas por ela provocadas.

Aportamos no caótico Porto de Santana às 18h30, depois de remar durante 13 horas, e percorrer exatos 109 km. Uma média sofrível de 8,7 km/h, um pouco superior à que costumo fazer em lagunas e lagoas onde não existe correnteza para ajudar a navegação. O Cabo Mário teve de embarcar às 19h00 em uma lancha para Santarém onde precisava realizar os testes físicos que o habilitariam a pilotar embarcações maiores, o Marco permaneceu a bordo enquanto eu e o Teixeira fomos de táxi para Macapá nos hospedar em um hotel.

Imagem 43 – Aninga-açus – Paraná da Velha, Almeirim

Imagem 44 – Paraná da Velha, Almeirim

Imagem 45 – Paraná da Velha, Almeirim, PA

Imagem 46 – Hiram Reis – Paraná da Velha, Almeirim

Imagem 47 – Marco e Hiram Reis – Palmital – Almeirim

Imagem 48 – Foz do Cajari – Vitória do Jarí, Mazagão

Imagem 49 – Davi e Golias – Mazagão, AP

Imagem 50 – Cmt Mário – Mazagão, AP

O Lado Negro do Cajari

Zé Júlio

José Júlio de Andrade nasceu em, 1862, no Município de São Francisco de Uruburetama, hoje Itapajé, CE.

O Coronel José Júlio veio para a Amazônia, em 1879, e com apenas 17 anos no apogeu do ciclo da borracha e instalou-se na região do Jarí, em 1882, onde conseguiu, graças a tramoias políticas, dominar o comércio extrativista da região e transformar-se em um grande latifundiário tomando posse de uma área de aproximadamente 16.000 km^2 que tinha como principal via de acesso o Rio Jari.

Revolta no Jari

O Encantado Vale do Jari
(Compositores: Aureliano Neck e Nonato Soledade)

Às margens do Rio
O Beiradão surgiu
Era gente de todo lugar
Querendo explorar
Num sistema de semiescravidão
Trabalhavam sempre devendo ao patrão

Zé Cesário vendo a situação
Liderou a revolta da região
Os índios com medo
Dos novos habitantes
Fugiram para matas distantes. [...]

Em 1928, os extrativistas revoltaram-se contra o Coronel, tomaram um barco e foram até Belém denunciar as péssimas condições de trabalho e os crimes praticados pelo Coronel José Júlio e seus capatazes. Relata-nos o historiador Lúcio Flávio Pinto:

> A população de Belém só tomou conhecimento do inferno que era trabalhar no Jari quando dezenas de cearenses, liderados por Cesário Medeiros, sublevaram-se, tomaram um navio e obrigaram o dono da propriedade a aceitar a fuga em massa.
>
> Chegaram a capital aliviados: haviam conseguido abandonar o cativeiro disfarçado nas terras do Coronel José Júlio de Andrade. (PINTO)

Estas denúncias só surtiram efeito quando, após a vitória do movimento de 1930, o Governo Federal nomeou Joaquim de Magalhães Cardoso Barata como interventor do Pará (novembro de 1930 a abril de 1934). O Tenente Barata determinou a prisão do Cel José Júlio que resolveu refugiar-se no Rio de Janeiro.

Em 1948, Zé Júlio vendeu suas propriedades para um grupo de quatro comerciantes portugueses e um brasileiro, que deram continuidade ao sistema de extrativismo.

O Ceará, n° 935

Fortaleza, CE – Domingo, 22.07.1928

✧ A Escravidão dos Cearenses na Amazônia ✧

Nas Senzalas do Senador José Júlio – Os Horrores do Jari – A Revolta dos Escravos Brancos – Um Escravo De Arumanduba Fala ao "*O Ceará*"

Através de transcrições dos nosso brilhante colega "*O Estado do Pará*", que tivemos a oportunidade de publicar em mais de uma edição do "*O Ceará*", já se acha o público ao par da revoltante escravidão em que viviam, no extremo norte, centenas de homens, em sua grande maioria cearenses.

O que é mais doloroso nisso tudo é que o traficante de escravos nasceu no Ceará, terra da luz porque liderou com galhardia o movimento libertador.

É ele o senador José Júlio, filho da riquíssima zona cearense de Uruburetama.

Tendo partido muito moço para o Pará, ali fez grande fortuna, hoje calculada em cerca de 30 mil contos de réis sendo possuidor de numerosas propriedades em toda a região do Jari.

Entre essas propriedades destacam-se, pelo seu valor produtivo, as seguintes, localizadas no município de Alenquer: Santa Isabel, [...].

Tendo conseguido esta fortuna à custa dos mais condenáveis expedientes, fazendo escravos os conterrâneos que buscavam as suas terras para ganhar a vida, o Senador José Júlio de Andrade tornou-se um político influente naquele Estado.

Já conhecem os nossos leitores a revolta dos escravos do Jari, chefiado por José Cesário de Medeiros.

Sabendo que chegara à Fortaleza um dos escravos do senador José Júlio procuramos ouvi-lo.

Trata-se do sr. José Thomaz de Oliveira natural, de Mossoró, Rio Grande do Norte, com 37 anos de idade, solteiro, com a profissão de mecânico.

Estampamos, a seguir, a narrativa que nos fez José Thomaz.

> Em 1924, veio para Fortaleza, em busca de trabalho, o que conseguiu e por isso demorou-se aqui até princípios do corrente ano, quando a sua situação financeira piorou.
>
> Em virtude disso, resolveu embarcar para a capital paraense, por saber que o norte ia nadar em ouro, em consequências dos serviços a serem iniciados pela grande empresa Ford.
>
> Confiante na sua capacidade de trabalho, José Thomaz embarcou para Belém no dia 1° de fevereiro do corrente ano.
>
> Ali chegando foi hospedar-se na "*Pensão Colômbia*" tratando, desde logo, de obter informações sobre os serviços da empresa Ford. No dia imediato a sua chegada à capital paraense, travou conhecimento com Sebastião de tal, que lhe prometeu colocação na companhia Ford.
>
> No dia 7 de fevereiro, juntamente com 36 cearenses, embarcou num "*gaiola*" com destino a Santarém, conforme as promessas de um tal Dudu, que era o contratante de homens para os trabalhos da Ford, como informara Sebastião de tal.
>
> Logo que o "*gaiola*" começou a viagem, José Thomaz soube por um foguista que todos tinham sido iludidos e seguiam para Arumanduba, propriedade do Senador José Júlio, como escravos.
>
> A começo não quis acreditar em se semelhante informação, mas ao chegar o navio em Arumanduba, ficou convencido da veracidade do que lhe haviam dito.
>
> Naquela propriedade foram recebidos por Duca que, à primeira vista, mostra ser um homem despido de qualquer sentimento bom.

O senador José Júlio encontrava-se em Arumanduba e recebeu com alegria os seus novos escravos.

Os cearenses foram enviados para outras propriedades porque Duca, declarou preferi-los para serviços mais pesados por serem mais trabalhadores.

José Thomaz ficou ali, como mecânico.

Desde o começo, teve ciência do sistema de escravidão adotado nas propriedades do ricaço senador e viu logo que o regime da peia era um fato.

Poucos dias demorou José Thomaz nos serviços de mecânica, executados, aliás, numa bem montada oficina.

Duca retirou-o dali, passando-o para o trabalho no trapiche, onde trabalhava de 3 horas da madrugada, às 10 horas da noite, com meia hora para cada uma das refeições.

Depois de alguns dias desse exaustivo trabalho, José Thomaz reclamou a Duca contra esse absurdo, sendo, então, ameaçado de peia.

No dia seguinte, como um aviso, assistiu formidáveis surras aplicadas em dois homens, que ficaram no chão como mortos.

Diante disso, José Thomaz procurou o senador José Júlio, a quem comunicou o seu desejo de regressar à Belém.

O senador prometeu atende-lo, mas não deu o menor passo nesse sentido.

A situação era essa, quando em companhia de outra leva, passou em Arumanduba José Cesário de Medeiros, natural de Caicó, Rio Grande do Norte, que se destinava ao Jari.

José Thomaz, que já conhecia Cesário, informou-o do que se passava.

Cesário declarou que ia ver a coisa de perto e que se não se modificasse a situação, tentaria dar um jeito para melhorá-la.

Nessa ocasião Cesário declarou que estava disposto a arriscar a vida, para não ficar como escravo.

Cesário falava de modo tão enérgico, que José Thomaz viu renascer a esperança de, dentro de pouco tempo, livrar-se, com os seus companheiros, do cativeiro mais aviltante.

Em Arumanduba, como nas outras propriedades, onde o espírito de revolta já dominava a todos, faltando apenas um homem que tivesse a coragem, de chefiar o movimento, a situação piorou consideravelmente.

Os dirigentes dos serviços, notando o que se passava, pretenderam dominar o estado de coisas com maiores violências.

Os castigos corporais redobraram, as perseguições de toda sorte amiudaram-se.

Os homens eram separados das suas esposas, enviadas para lugares ignorados, as mocinhas eram sequestradas pelos "*ducas*" e assim por diante.

Em Jari, depois de mil sofrimentos, Cesário, arrostando contra todos os perigos, preparou a revolta, designando o dia 13 de maio último para o levante geral.

Naquele dia, com meia dúzia de companheiros, Cesário deu o brado de revolta e agiu com tanta energia, com tal desassombro que, dentro de poucos momentos, contava com a adesão de 358 homens.

Depois de haver aprisionado os dirigentes do serviço no Jari, não consentindo que os mesmos fossem violentados pelos amotinados, apoderou-se de um vapor.

Armou todo o pessoal e seguiu viagem com destino a Belém, fazendo parada nas outras propriedades do senador José Júlio, nas quais ia dando liberdade aos escravos.

O navio que conduzia os revoltosos chegou em Arumanduba pelas 2 horas da madrugada, com luzes apagadas.

Cesário desembarcou à frente de 200 homens devidamente armados e cercou as casas do senador José Júlio, de Duca e outros.

Todo o pessoal de Arumanduba saiu de suas barracas, ouvindo, então, a palavra de Cesário, que oferecia a liberdade a todos.

Não houve empregado que não aderisse ao movimento.

O barulho provocado pela aglomeração de tanta gente acordou o senador, que se entendeu com Cesário, tratando-o carinhosamente.

Com o fim de conquistar as simpatias do chefe do movimento libertador, o senador José Júlio fez mil ofertas a Cesário, entre as quais se destacavam a de dar-lhe 100 contos de réis em dinheiro e a direção geral de todas as suas propriedades.

Cesário, com altivez e no meio dos aplausos de todos os companheiros, repeliu energicamente as propostas, exigindo porém do senador José Júlio a importância de 250 contos de réis, quantia que calculava suficiente para indenizar o saldo de todos os trabalhadores.

O senador José Júlio, alegando não possuir aquela importância em Arumanduba, pediu a Cesário que esperasse o amanhecer do dia.

O chefe da revolta acedeu a esse pedido, garantindo. Também, que nenhuma danificação sofreriam as propriedades do algoz dos revoltados. Apenas a estação radiográfica de Arumanduba seria destruída, a fim de que o senador não pudesse armar uma cilada.

Quase imediatamente, a referida estação radiográfica foi totalmente arrasada.

Ao amanhecer o dia, o senador José Júlio comunicou a Cesário que ia tomar as providências necessárias para os duzentos e cinquenta contos serem pagos ao pessoal em Belém, visto não haver reunido aquela quantia em Arumanduba.

Em consequência disso, Cesário resolveu partir imediatamente, levando Ducha prisioneiro, como garantia do pagamento.

Como o navio em que viera do Jari não comportava todas as pessoas, homens, mulheres e crianças, que já se elevava a cerca de 900, Cesário apoderou-se de um navio maior, o "*Cidade de Alenquer*", também de propriedade do senador José Júlio e que se achava em Arumanduba.

Em seguida, depois de haver embarcado todo o pessoal com a maior ordem, Cesário fez o "*Cidade de Alenquer*" rumar para Belém.

Ao passar o navio em "Jararaca", todos a bordo notaram que o aviso de guerra "*Ajuricaba*", começara a segui-lo.

Sempre acompanhado pelo "*Ajuricaba*", o "*Cidade de Alenquer*" seguiu até Belém, onde, antes de entrar no porto, foi abordado por uma lancha da Polícia Marítima.

As autoridades foram a bordo, ouvindo as explicações de Cesário.

Depois de muitas delongas, foi ordenado o desembarque do pessoal, sendo todas as pessoas abrigadas no prédio do antigo quartel de polícia.

Durante alguns dias, o senador José Júlio mandou fornecer parca alimentação aos escravos do Jari, mas depois suspendeu, passando todos a serem socorridos pela caridade pública.

O senador José Júlio é político influente e, por isso, o governo cruzou os braços diante de tão grave situação.

Mais de vinte advogados do Foro de Belém foram procurados para defender a causa dos escravizados, visto como o senador José Júlio recusou a pagar os 250 contos de saldo dos seus escravos.

Afinal, por intermédio da classe estudantil, o ilustre advogado Dr. Pedro Guariba tomou a si a defesa daqueles infelizes.

Muitos deles já se retiraram de Belém, mas a ação de indenização no Foro da capital paraense corre os tramites legais. (O CEARÁ, N° 935)

Diário Carioca, n° 7

Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 24.07.1928

✧ A Emigração Forçada dos Trabalhadores do Extremo Norte ✧

Um Libelo Candente do Sr. Azevedo Lima, na Câmara, Contra o "*Regimen*" de Servidão nas Fazendas da Amazônia

O deputado Azevedo Lima comentou, ontem, o êxodo de trabalhadores, do extremo norte, revoltados contra o "*regimen*" de exploração do trabalho, ali dominante.

Damos aqui as tópicos principais do veemente discurso do deputado carioca:

Declara que tem recebido, nestes últimos dias, do extremo norte, do País, simultaneamente, cartas e jornais em que se, descrevem os horrores, verdadeiramente dantescos, sofridos nos cafundós do Jari, de Arumanduba, no baixo Amazonas, Estado do Pará, pelos trabalhadores dos feudos dos senadores estaduais José Júlio, José Porphírio e coronel Pereira Brasil. Essas notícias, profundamente pungentes, chegaram pelos últimos vapores do norte e deixam perceber que o desembarque dos trabalhadores, a 5 de julho último, de bordo do "*Cidade de Alenquer*", na capital do Pará, se realizou em condições do tal modo impressionantes que provocou um arrepio de sensibilidade na população de Belém.

> Nada menos de 787 trabalhadores, com as suas famílias, dirigidos por um caboclo do Rio Grande do Norte, cujo nome justo é um que fique estampado nos anais da Câmara – Cesário Medeiros, vieram corridos dos sertões do Pará, das terras e latifúndios de políticos do Estado, onde se entregavam ao penosa labor da extração da borracha e da colheita das castanhais, enxotados pela necessidade, pela miséria, pela fome e pelo chicote dos feitores dos políticos estaduais, que são, ao mesmo tempo, grandes proprietários de latifúndios e exploradores desumanos do trabalho alheio. Transparece nos depoimentos dos emigrados a súmula dos mais cruciantes sofrimentos que nem nos séculos da escravidão suportaram os negros e silvícolas brasileiros.

O sr. Pedro Borges aparteia, declarando que não conhece o senador José Júlio, mas que o sr. José Porphyrio é um homem honesto, probo e trabalhador. Faz outros elogios a esse político. Prossegue o sr. Azevedo Lima. Diz que não conhece as pessoas dos caciques estaduais ou dos organizadores dessa verdadeira escravidão nacional, aos quais se deve aquela cena tétrica da emigração forçada de trabalhadores brasileiros.

> O que sabe pelos jornais, principalmente pelo "*Estado do Pará*", e por cartas absolutamente fidedignas, que recebeu diretamente, é que esse espetáculo produzido em Belém, pela deserção em massa de 787 trabalhadores, desnutridos, envenenados pelos piuns, seviciados pelo tagante dos roedores ou dos capatazes, combalidos pela enfermidade e pela miséria, não é espetáculo singular nas regiões do nordeste ou do norte do Brasil. O que se verificou nestas legiões de escravos em êxodo, é uma síntese, apenas, do trágico sofrimento de trabalhadores nacionais ou estrangeiros, experimentados nos seringais, nos castanhais, nas terras em que se explora o coco babaçu, nas zonas do cacau, nas garimpos de Goiás, e, até mesmo, nas fazendas de café nos Estados de São Paulo e das Minas Gerais. Ainda não há muito tempo...

Continua o sr. Azevedo Lima.

> Atendendo aos reclamos de vários trabalhadores de fazendas do café, em S. Paulo, tive ensejo de exibir contas de pagamento e cadernetas de colonos de Sertãozinho, onde se verificou que, ao cabo do 5 ou 6 longos anos de trabalho, os italianos, iludidos pela propaganda falaz da lavoura brasileira nas metrópoles da Europa, ainda não haviam recebido um único vintém do salário, pois tudo que deviam ter ganho à força de trabalho se tinha consumido com a aquisição de víveres, de gêneros alimentícios e com a própria instalação da família nas plagas brasileiras.

> Os nacionalistas, os falsos patriotas, os que vivem enganando a opinião pública, no Brasil e no estrangeiro, procurando fazer crer que essa terra é edênica ou paradisíaca, se não cuidam, devidamente da felicidade dos estrangeiros para aqui atraídos pela cobiça dos latifundiários, deviam, ao menos, volver seus olhos piedosos para os pobres patrícios nordestinos, que, tangidos pelas calamidades periódicas das secas, vão buscar a desgraça irremediável nas novas senzalas da Amazônia, nas terras inóspitas do Pará, do Amazonas e do Acre. A exploração crudelíssima do trabalho, de conformidade com o "*regimem*" agrário que frisa pela brutalidade horrorosa do feudalismo, desde o método de recrutamento desses nossos patrícios nas cidades assoladas pelas secas até o sistema de exploração de seu trabalho, em pleno sertão, onde domina o baraço ([62]) do senhor e onde se exerce a justiça senhorial, dá aos brasileiros cultos a impressão de que o País ainda não atingiu o grau de civilização industrial contra o qual já se queixam até os sociólogos e os filantropos da velha Europa.

Passa o deputado carioca a criticar os parlamentares que tem negado a existência da questão social, da luta de classes no Brasil:

> Como se fosse possível banir do nosso movimento político um fenômeno inerente a todas as formas de governo, a todos os estados da civilização. O que nos depara, ao contrário, no Brasil, é a forma rudimentar, primária, de exploração de trabalho; é a opressão sistemática, é o desconhecimento completo dos direitos do cidadão, é o esquecimento, é a relegação ao desprezo de todos os sentimentos de solidariedade humana.

Depois de outras considerações, diz sr. Azevedo Lima fazer questão de que se consigne nos anais da Câmara, pela sua voz:

---

[62] Baraço: corda para enforcar.

Um protesto veemente contra a situação a que se expuseram os trabalhadores nacionais e que se desminta peremptoriamente, de uma vez por todas, o boato assoalhado por alguns membros, senão ingênuos, pelo menos simplórios da Câmara dos Deputados, para os quais não existe a questão social no Brasil, a cujo entender não passa a luta de classes de simples ficção de demagogos e exploradores da opinião pública. A fuga dos escravos do Jari é um paradigma da situação social dos trabalhadores nacionais, tão torturados pelo agrarismo brasileiro como os "*coolies*" chineses nas feitoria do Imperialismo europeu. O Brasil precisa conhecê-lo. Enquanto os deputados das zonas agrárias da Federação não se propuserem à benemérita missão de revelar, também, os sofrimentos, a miséria, a penúria e a lazeira de seus concidadãos explorados pela forma mais selvagem de um "*regimem*" agrário primitivo, ficará o fenômeno do Jari, figurando nos "*Anais*" da Câmara, como atestado vivo da nossa incapacidade administrativa, como prova completa da impossibilidade de se conciliarem os interesses dos latifundiários feudais com os elevados interesses da liberdade humana. E diga-se, pela voz dos sociólogos de bobagem, que não existe a luta de classes entre a massa brutalizada dos trabalhadores do sertão e os ricos senhores medievais dos cafundós do Amazonas! (DIÁRIO CARIOCA, N° 7)

A Manhã, n° 808

Rio de Janeiro, RS – Quarta-feira, 01.08.1928

✧ O Inferno Verde do Rio Jari ✧

Comprando Jornais e Emprestando Dinheiro ao Governo Paraense, o Senador José Júlio Obtém o Privilégio de Manter a Escravidão em seus Domínios

O gesto de independente altivez daquele caboclo Cesário de Medeiros, arrancando, dos domínios do senador José Júlio, 737 companheiros, e reconduzindo-os a liberdade, sem, ter, nem consentir que qualquer desses homens tivesse, um movimento do vindita contra seus antigos algozes, é do uma beleza moral absoluta.

José Júlio e seu estado-maior, acovardados ante o número dos sublevados, comandados pôr Cesário Medeiros, rogaram que os não matassem, e, não obstante serem autores de um sem número de assassínios, suas vidas foram poupadas.

Logo, porém, que se viram livres do risco próximo voltaram à pratica dos mesmos crimes, de sempre, em seu vasto feudo doa rios Jari e Cajari, onde não entra ninguém de fora, e de onde não sai ninguém que lá entra. Basta dizer-se que o serviço de capitania dos portos fluviais desses dois rios é superintendido por um tal Raymundo Neno, primo de "*Duca*", o terrível lugar-tenente de José Júlio. Simples aparelho nas mãos do Senador e de sua gente, Raymundo Neno retira de bordo dos navios os homens com quem os capitães dos navios não simpatizam, e manda-os para o cativeiro.

Mas, mais grave que tudo isso, é o fato seguinte: o navio "*Cidade de Alenquer*", em que Cesário Medeiros e sua gente desceram para Belém, de volta ao Jari, só pode subir até ao lugar chamado São Francisco da Jararaca, sobre o Muauá. Ali, sem que a Capitania do Porto do Pará tivesse a mínima audiência no caso, o comandante do "*Cidade de Alenquer*" "*cambou*" ([63]) sua tripulação para o "*Sobral*", que ali se achava de descida, e inteiramente tripulado por escravos do senador José Júlio.

---

[63] Cambou: trocou.

A tripulação de escravos foi por sua vez "cambada" para o "*Cidade de Alenquer*", e voltava aos domínios de seu amo, enquanto que o "*Sobral*", tripulado pelo comandante Carmo e pelos homens de sua equipagem, descia a Belém sem que a Capitania do Porto procurasse, sequer, saber dessa irregularidade, e ainda menos puni-la. O poderio do José Júlio no Estado é enorme. Com o dinheiro tirado do monopólio da escravidão no Brasil, José Júlio tem enriquecido fabulosamente e enriquece cada vez mais, sendo presentemente dono das seguintes propriedades, todas no Município de Alenquer: Cajueiro, Arumanduba, Santa Isabel [...]. Com todo esse dinheiro José Júlio compra jornais, como se deu com o "*Correio do Pará*", que ele adquiriu para dar de presente ao partido dominante, no Estado, e com a "*Folha do Norte*", a cujos diretores "*empresta-deu*", como se diz em gíria, duzentos contos do réis. Ao próprio Estado, o senador escravocrata tem emprestado grandes fortunas, e graças a isso é tão governo como o Sr. Dionysio Bentes, a cuja solidariedade deve todos os serviços de que carece sua gente para praticar no Jari, os crimes que deseja sem sofrer qualquer punição. E mais; é o próprio Cesário de Medeiros quem conta:

> Chegamos a Arumanduba na madrugada do 3 do corrente. Desembarquei com alguns homens, e com eles, tomei a povoação, cercando a casa de "*Duca*", a quem intimamos a levar-nos à presença do senador. Uma vez na presença daquele senhor relatei-lhe tudo o que se passava, contei-lhe os sofrimentos e os maus tratos que sofríamos, aos quais, estou certo, não é estranho. Depois pedi-lhe 20 contos para distribuir entre os retirantes. O senador lamentou que tivéssemos tomado tal atitude e pediu que voltássemos ao trabalho, prometendo providenciar, porém, diante das nossas afirmativas do propósito em que estávamos em vir para Belém, ofereceu, 15 contos.

Entretanto não nos deu essa importância, entregando a "*Duca*" uma quantia em moedas de níquel e prata, que disse ser quinze contos. Desse dinheiro tirei 200$000' que dei a uma viúva. Antes, porém, de entregar a "*Duda*" aquela importância pediu-me para que deixasse ali todos os meus companheiros, oferecendo-me dinheiro, que eu pedisse e o lugar de gerente dos negócios no Jari. Recusei a proposta e, dirigindo-me ao pessoal, disse-lhes: Quem quiser ficar, desembarque. Porém ninguém quis faze-lo.

Assim, naquele dia, partimos para Belém no vapor. "*Sobralense*" que nos foi oferecido pelo senador, por oferecer mais conforto que o "*Almeirim*", devido ao seu tamanho.

Pois bem, Dionysio Bentes, ao ver chegar ao Pará o administrador "*Duca*", que embarcou como estava em Arumanduba, de chinelos, casaco do pijama e chapéu do carnaubeira, não conseguiu que ele entregasse aos sublevados o dinheiro que trazia para distribuir por eles, não obstante JÁ HAVEREM PERECIDO DE FOME, nas ruas de Belém várias mulheres e crianças. E no dia da partida do "*Duca*", levando de volta para o Jari os quinze contos do senador José Júlio, Dionysio Bentes pôs na rua, sem lar e sem pão, os poucos desgraçados que ainda tinham abrigo por conta do Estado. (A MANHÃ, N° 808)

O Combate, n° 1.024

São Luís, MA – Sexta-feira, 03.08.1928

✧ As Violências Políticas ✧

"*O Combate*", Visitado Pelo sr. José Cesário de Medeiros, Ouve a sua Narrativa Sobre as Violências de um Chefe Político Paraense o Sobre o Povo da Comarca de seu Domínio

Com a calma peculiar às almas nobres, Cesário de Medeiros relatou-nos que, residindo no lugar Cachoeira, sob o domínio da comarca de Almerim, revoltado com as violências e os crimes do pessoal chefiado pelo senador José Júlio de Andrade, foi, a pouco e pouco, levantando o espírito do povo daquela vila, até conseguir um número regular de homens destemidos a fim de tentar uma justa revanche contra tão absurdas arbitrariedades.

Ainda em Cachoeira, prendeu quatro chefes obedientes ao famigerado senador, que ali executavam, friamente, as violências e os crimes que se praticavam em toda a comarca. De Cachoeira, acompanhado de quase toda a sua população, Cesário, seguiu, dias depois, quando houve viagem para descer o rio Jari, rumo de Arumanduba, quartel-general do senador José Júlio. Ai chegado, com o povo que levara e mais as adesões inúmeras que foi merecendo, procurou um entendimento direto com o algoz de toda aquela zona e seu alter-ego, um seu cunhado de nome Duca, homem de péssimos instintos, que diretamente transmitia e fazia executar toda a série de atos desumanos que escravizava o pobre povo de toda aquela zona.

Cesário intimou-os, corajosamente, a deixarem de tais violências, que há muito vinham impondo à população de toda Almerim.

Disse-lhes mais que, testemunha ocular de tantos e tão bárbaros crimes praticados, impunha, desde logo, o retroceder de tantas ignominias. Ao mesmo tempo que assim exigia, prendeu, sem usar de violências, todos os partidários de José Júlio, na vila da sua própria residencia e quartel general, impondo a esse novo Nero, que, sem força e decerto acossado pela sua própria consciência, não teve coragem para reagir, nem o seu cunhado Duca, contra a atitude

desassombrada daquele sertanejo altivo, corajoso e disposto a vencer ou morrer, na defesa da liberdade de tantas centenas de patrícios seus, vítimas de tantas violências e crimes.

Conferenciando com o senador, este prometeu a Cesário, considerável fortuna e posição de seu imediato, em toda a Comarca, para isso abandonando, o nobre libertador, a sua atitude contra o seu domínio. A despeito de tão grandes ofertas.

Cesário, de fronte erguida, desprezou-as, dizendo que somente a liberdade do povo, de todos aqueles lugarejos, ele almejava, no momento, custasse isso o sacrifício da sua própria vida. O povo, que acompanhava o seu libertador, formava já uma legião numerosa, investia, querendo, à viva força, castigar o Nero e seus comparsas.

E seria justo tal procedimento! Cesário, no entanto, diante da covardia demonstrada pelo senador tirano, foi generoso e não deixou que lhe dessem a lição tão merecida.

Por sua vez, o algoz de tantas violências, apelou para os bons ofícios de Cesário, pedindo-lhe garantias de vida. Suprema covardia! O destemido sertanejo, então, respondeu que, apesar de todos os seus crimes, ele ficasse descansado, pois nenhum de sua malta de criminosos, sofreria castigo, pois que ele e o povo ordeiro que o acompanhava somente queriam a liberdade naquelas plagas, onde todos viviam sob violências e sujeitos à crimes horríveis.

Continuando a sua sublime cruzada, Cesário intimou o comandante do gaiola "*Cidade de Alenquer*", a transportar ele e as vítimas do senador, assumindo, assim, o comando de fato desse vapor.

Rumou, então, até Belém, esse destemeroso homem de tão nobres sentimentos, levando consigo, preso, o famoso Duca, o cunhado e alter-ego do senador José Júlio e, também, todas aquelas vítimas salvas pela sua indômita coragem, tantas quantas coube no gaiola em que viajavam. Antes de sair de Arumanduba, o Nero da comarca de Almerim disse a Cesário que, para pagar os males de que era acusado, seu cunhado Duca levaria ordem franca para, em Belém, distribuir às suas vítimas, dinheiro necessário para o seu sustento. Deslavada mentira, a do violento senador, pois nem um real, em Belém, foi dispendido, sendo esse processo apenas um engodo do momento, determinado pela sua covardia.

Antes de partir, Cesário recebeu pedidos insistentes de José Júlio, no sentido de dar a liberdade ao Duca, pelo que pagaria soma fabulosa. A resposta recebida foi a de que, com a liberdade de Duca, seguiria consigo, então, o próprio José Júlio. Tanto bastou para que o covarde chefe político de Almerim, recuasse da tentativa de salvar o seu feroz ajudante de ordens.

Nos domínios do sr. José Júlio, disse-nos Cesário, na sua atuação violenta, o povo de toda aquela zona sofria, há dezenas de anos, os maiores rigores. A maioria da população, tão miserável vivia, que nem ao menos conhecia o dinheiro do seu País; não o conhecia porque jamais pode, com o trabalho, ganha-lo, pois a política de, José Júlio a tudo monopolizara.

As violências, eram as mais desumanas que que se possam conceber! E, no entanto, devido ao coração generoso de um rústico, de alma grande e sentimentos nobres, esse Nero falsificado não sofreu um castigo que bem merecera.

Cesário foi, inegavelmente, um verdadeiro enviado do poder supremo, na salvação de um povo escravizado e violentado pela política malsã e criminosa. E o que mais se admira nesse intemerato sertanejo é o ter vencido situação tão perigosa, sem violência, só pelo prestígio de sua coragem e valor da gente de que se soube cercar.

Chegando em Belém, Cesário procurou as autoridades competentes, relatando todos os fatos. Nenhuma providência legal contra os criminosos foi tomada, pois o senador José Júlio é político de prestígio. Duca, foi posto em liberdade e voltou para os domínios de seu feroz cunhado.

Felizmente, as inúmeras vítimas levadas até Belém por Cesário conseguiram não voltar aos, domínios de seu algoz, porque a isso se opuseram o próprio governador do Estado o seu chefe de polícia e o digno Capitão dos Portos, no Pará.

Eis os fatos que nos foram relatados por Cesário, homem honrado e pobre, que, para poder, agora, ir até Natal visitar sua família, sem meios e sem esperanças, encontrou a mão amiga e desinteressada do conceituado comerciante de Belém, sr. Francisco F. Coelho, que lhe proporcionou, numa espontaneidade absoluta, os meios dessa viagem e os recursos necessários para uma apresentação capaz, ao salvador da população da comarca de Almerim.

Eis, em rápido resumo, mais um atestado da política de violência que nos domina e nos faz relembrar os crimes que, entre nós, nos tempos que hoje correm, se praticam canibalescamente no nosso sertão, como os de Grajaú, Bacabal e outros. (O COMBATE, Nº 1.024)

Projeto Jari

Daniel Keith Ludwig

Ludwig adquiriu, em 1967, a Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda., possuidora de extensas propriedades na Amazônia. Instalando um complexo agroindustrial que produzia celulose e arroz, dedicava-se à criação de gado além de explorar recursos minerais como a bauxita e o caulim. Foi desmatada uma área de mais de 200 mil hectares de floresta, para o cultivo de espécies exóticas (gmelina – Gmelina arborea) – com a finalidade de produzir celulose. O milionário, invadiu territórios indígenas e ribeirinhos que viviam às margens dos Rios Paru e Cajari gerando sérios conflitos com os moradores locais. A partir da década de 1980, teve início a derrocada financeira do Projeto Jari que foi transferido para um grupo de empresários brasileiros, liderado pelo Banco do Brasil e pelo Grupo Caemi Mineração.

Grupo Jari

Em 1999, o Projeto foi adquirido pelo Grupo ORSA pelo valor simbólico de 1 dólar. A negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durou dois anos. O projeto passou a ter o nome de Grupo Jari, e os empresários firmaram compromisso em sanar os passivos sociais e ambientais.

A Revista Manchete publicou uma série de reportagens sobre o Projeto Jari que fazemos questão de repercutir pelo seu grande valor histórico:

Revista Manchete, n° 1.362
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 27.05.1978

A Fábrica Flutuante de Daniel Ludwig
[Nilson Pereira Lima e David Louis Olson]

A gmelina é uma árvore originária da Ásia, mas as sementes plantadas nas propriedades de Ludwig foram trazidas diretamente da Nigéria. O tipo de pinho cultivado no Jari é do Caribe. A empresa está construindo uma série de unidades habitacionais – "*silvivilas*" – dotadas da infraestrutura necessária à vida comunitária. Nestas "*silvivilas*" já estão alojadas cerca de 750 famílias. A empresa programa plantar 200 mil hectares e construir 10 dessas comunidades. O plano prevê também a preservação de uma faixa muito extensa de floresta nativa para evitar o desequilíbrio ecológico. O projeto global foi elaborado, em 1967, quando o Grupo Ludwig assumiu o controle acionário da Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda. A aquisição foi realizada pela Entrerios Comércio e Administração Ltda., "*holding*" brasileira do grupo.

A ocupação do vale do rio Jari teve início no município de Almeirim, no Pará, com a missão dos frades capuchinhos de Santo Antônio. A empresa de Ludwig vai transformar radicalmente os métodos de exploração da Amazônia, criando empregos diretos para mais de quatro mil pessoas. No município de Monte Dourado – polo central das atividades da Jari – os moradores dispõem de uma infraestrutura sócio sanitária bastante satisfatória, e recebem até assistência hospitalar gratuita. A absorção de uma mão-de-obra relativamente abundante representou excelente contribuição para o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia.

O homem mais rico do mundo realiza nova proeza: transporta pelo mar uma usina de celulose, do Japão para o rio Jari

Manchete

QUANDO, na semana passada, com a altura equivalente a um prédio de 17 andares e depois de ter percorrido 25 mil quilômetros, a fábrica flutuante de celulose conseguiu subir o rio Jari, um dos mais ousados projetos de Daniel K. Ludwig, o homem mais rico do mundo, entrava na reta final. Cortando a permanente visão do verde da selva e as sinuosas curvas dos afluentes do rio Amazonas, aquela insólita massa branca puxada por rebocadores representava uma etapa decisiva do Projeto Jari. E era o início do fim de uma viagem que começara três meses antes, em Kure, no Japão, e terminaria no porto industrial de Munguba, no rio Jari — a 400 quilômetros de Belém.

SEGUE

Reportagem de Nilson Pereira Lima
Fotos de David Louis Olson

A FÁBRICA FLUTUANTE DE DANIEL LUDWIG

Imagem 51 – Manchete, n° 1362, 27.05.1978

TRANSPORTANDO A FÁBRICA PELO MAR, LUDWIG ECONOMIZOU DEZ ANOS DE TRABALHO

Imagem 52 – Manchete, n° 1362, 27.05.1978

Os empregados da Jari consideram que a empresa abriu caminho aos pioneiros. Nos portos construídos pela firma aportam navios de até 55 mil toneladas. Os quatro aeroportos da empresa recebem uma média mensal de 2.500 passageiros. A Jari também está montando uma infraestrutura de exploração da pecuária em suas terras, onde já existem cinco mil búfalos e cerca de sete mil cabeças de gado.

Para 1990, prevê-se um rebanho de 25 mil cabeças. Os técnicos estão procurando "*racionalizar*" a floresta, que ainda contém cerca de 500 tipos de árvores economicamente não aproveitáveis. Mas toda a madeira considerada boa é explorada pelas duas serrarias da empresa que trabalham 24 horas ininterruptamente por dia. O solo não fértil fornece matéria-prima para a indústria de construção que consome uma média muito alta de pedra britada. O ritmo de construção das estradas nas terras da companhia – um milhão e trezentos mil hectares – está programado para uma média de 860 km por ano. Atualmente já existem 300 km de estradas principais, e 4.000 de estradas vicinais. A média de rendimento do pinho chega a 28 m^3 por hectare, fornecendo matéria-prima para a fabricação de móveis e celulose. A "*Gmelina arborea*" atinge até dez metros de altura no prazo de 2 anos, representando assim uma verdadeira fortuna para a empresa.

O regime de ocupação racional da Amazônia tem proporcionado à Jari algumas surpresas agradáveis como, por exemplo, a descoberta da maior reserva de caulim do mundo. O caulim é utilizado na fabricação de papel, na indústria farmacêutica e na produção de cerâmica. O Brasil, que era importador do produto, deverá passar brevemente à condição de exportador. A reserva de caulim —conhecido pelo nome científico de "Amazon 88" – está calculada em 50 bilhões de toneladas

Os técnicos brasileiros e americanos que trabalham em Monte Dourado estão procurando solucionar o problema da ocupação das várzeas inundadas da Amazônia. O projeto de produção de arroz irrigado – que recebeu plena aprovação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia [Sudam] prevê a cultura de 35 mil hectares.

As terras já atualmente cultivadas eram, até três anos atrás, simples pantanais abandonados. Nas culturas de arroz do Jari ocorre um fenômeno praticamente inédito no mundo, que é a dupla safra anual. O supervisor das culturas, o agrônomo holandês Arend Reedijk, explica que a empresa dispõe de equipamentos ultramodernos, utilizando seis aviões Ipanema adquiridos à Embraer, vinte e seis colheitadeiras automotrizes, seis tratores de 320 cavalos e outros vinte e quatro de 215. Há mais de dois mil empregados na plantação.

No ano passado, a empresa exportou 13 mil toneladas de arroz para a Itália e a produção de 1978 está calculada em 30 mil toneladas que deverão dar ao Brasil um total aproximado de 120 milhões de dólares de divisas.

A irrigação é garantida por um conjunto de bombas com capacidade para movimentar até um milhão de litros por minuto. Segundo os cálculos de Reedijk, a produção de arroz em 1981 deverá chegar a 350 mil toneladas. A experiência do transporte de uma fábrica moderna em plataformas flutuantes exigiu a criação de uma tecnologia inteiramente nova por parte de técnicos japoneses e canadenses altamente especializados. A construção da usina, nos estaleiros da Ishikawajima Harima, em Kure, no Japão, durou 2 anos e custou ao Grupo Ludwig o total de 250 milhões de dólares. O transporte das unidades por via marítima custou 3 milhões de dólares.

A linha integrada de produção de pasta kraft branqueada tem capacidade para fabricar 750 ton métricas por dia, e comporta equipamentos de todos os grandes países produtores do mundo. A implantação do projeto de Ludwig exigiu estudos extremamente minuciosos, pois representava um verdadeiro desafio para a técnica moderna.

Como implantar uma fábrica de celulose a 400 km de distância da foz do Amazonas, numa região que não dispõe de qualquer estrutura de apoio nem de outros tipos de recursos modernos?

Montar a usina trazendo as peças de fora seria, além de muito problemático, oneroso demais. A única solução era transportar por via marítima e fluvial uma fábrica já inteiramente montada. Ludwig teve a colaboração de um engenheiro naval de renome internacional, Elmer L. Hans, que durante os últimos 40 anos tem participado de todos os grandes empreendimentos marítimos dos mais diferentes países.

Considerado como "*o pai da construção dos navios modernos*", Hann, que exerce há 28 anos a função de supervisor de estaleiros no Japão, começou sua vida profissional logo depois da 2° GM, estudando um novo método de construção naval para os japoneses, que haviam perdido toda a sua frota. Daniel Ludwig arrendou estaleiros japoneses pelo prazo de dez anos e Elmer Hans introduziu técnicas ultramodernas para a construção dos superpetroleiros – setor em que Ludwig foi pioneiro.

Para o transporte da fábrica de celulose, Hann contou com os serviços de um dos diretores da Ishikawajima que figura entre seus mais fiéis alunos, H. Shinto. "*Com a colaboração de um técnico do gabarito de Shinto*", diz Hann, "*tudo teria que dar certo. O aluno ultrapassou seu antigo professor*".

Sentado num banco de madeira da Amazônia, Elmer Hann olha para a usina que se ergue como um imenso edifício sobre as águas e confessa que o transporte das unidades do Japão para a Amazônia foi a maior façanha de sua vida de técnico. (MANCHETE, N° 1.362)

Revista Manchete, n° 1.422

Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 21.07.1979

Isto Está Acontecendo na Amazônia

[Laércio de Vasconcelos e David Louis Olson]

Na maior floresta equatorial do mundo está nascendo o fantástico Eldorado de Daniel Keith Ludwig, o homem mais rico da Terra. Numa extensão de 37.000 quilômetros quadrados – mais do que o território de alguns países europeus – brotaram, de repente, hidrelétricas, minas, portos, fábricas e cidades. Estima-se que cerca de 700 milhões de dólares – equivalentes a uns 5% do total das exportações brasileiras – foram lançados por Ludwig na região. O milagre tem um nome: Projeto Jari.

O Jari é a obra brasileira mais assombrosa, depois de Itaipu e Brasília – recentemente um especialista da UNESCO que havia visitado a região com o propósito indisfarçável de criticá-la. Surpreendido em plena Amazônia por uma composição ferroviária que conduzia matéria-prima para a fábrica de celulose, o funcionário internacional subitamente desabafou: "*É um sonho ver sair da densa selva tropical aquela enorme locomotiva diesel arrastando os vagões de carga repletos de madeira*". De fato, o Projeto Jari conta com 46 km de ferrovias e 4.800 km de rodovias. Durante quase 14 anos, os idealizadores do Projeto Jari sofreram múltiplas acusações. Algumas delas: abuso do poder econômico, violação da soberania nacional, espoliação etc. Mas, em princípios de junho, quando o navio inglês "*La Pampa*" deixou porto de Munguba – também construído por Ludwig –, com um carregamento de 10 mil ton de celulose branqueada, os acusadores emudeceram.

Nem mesmo o ex-ministro o Planejamento, Roberto Campos, que, em 1964, atraiu atenção do excêntrico bilionário Ludwig para a potencialidade da Amazônia, poderia imaginar o que está acontecendo no Jari. A fábrica de celulose já está produzindo 50 toneladas diárias desse insumo essencial à produção o papel. É um tipo de celulose que o Brasil importava até recentemente. Ainda este ano serão exportados quase 100 milhões de dólares em celulose branqueada.

Para o interior da Amazônia foi trazida uma tecnologia altamente sofisticada, capaz de aproveitar completamente o cavaco da casca de gmelina, uma árvore originária da Ásia e adaptada para o terreno argiloso do Jari. Juntamente com o pinus, a gmelina permite a produção da celulose.

Uma comunidade de 30 mil pessoas vive em torno do Projeto Jari. Cerca de 7 mil têm empregos diretos no empreendimento. Apenas na capital, Monte Dourado, se encontram 10 mil pessoas e técnicos de 27 nacionalidades. Uma babel que se ocupa de atividades tão simples como a agricultura ou tão sofisticadas como a fabricação da celulose. No Eldorado de Ludwig já foram plantados 3.280 hectares de arroz, com uma produtividade excepcional: 9 toneladas de arroz por hectare. A criação de búfalos e gado bovino também inclui vastas áreas do projeto.

O Jari já Produz 140 mil Toneladas de Arroz em duas Safras Anuais

A grande meta inicial do Projeto Jari foi a produção de celulose. Mas os geólogos de Ludwig encontraram no Amapá a maior jazida de caulim do mundo, com reservas provadas de 50 milhões de toneladas.

Até a descoberta da mina, que poderá ser explorada durante 250, anos, o Brasil era dependente da importação desse insumo, vital para a produção de papéis especiais, produtos farmacêuticos etc. O tipo do caulim amazônico só é encontrado na Geórgia [EUA] e na Inglaterra.

O Potencial Hidrelétrico da Cachoeira de Santo Antônio, no rio Jari, vai ser Aproveitado. Está Prevista a Geração de 72 Mil Kwh/Dia. Mas as Novas Florestas Também Fornecem Madeira Para uma Usina de Força

Para utilizar racionalmente a matéria-prima da celulose – a madeira –, Daniel Ludwig se viu obrigado a reconstruir uma parte da floresta do Jari, dando-lhe homogeneidade. Em lugar das 200 espécies diferentes da floresta tradicional, foram plantados dois tipos de árvores capazes de oferecer melhor rendimento industrial e manter o equilíbrio ecológico na área: a gmelina arborea, originária do sudoeste da Ásia, e o pinus do Caribe. Uma área de 100 mil hectares já está recebendo as duas espécies e a meta do Jari é reflorestar 10 mil hectares anuais. Aliás, a fábrica de celulose funciona com a madeira extraída da gmelina e do pinus plantados no início dos anos 70 pelos técnicos de Ludwig.

A gmelina é uma árvore milagrosa. Plantada em espaçamento de 3,5 metros permite produzir 38,5 m^3 por hectare/ano. Ela também é muito resistente às doenças e pestes que atacam a flora nas regiões tropicais, constituindo-se, portanto, em poderoso fator de preservação da floresta. Partindo da premissa de que "*onde o homem chega, o homem polui*", os técnicos do projeto idealizaram um complexo sistema de defesa ecológica. Assim, toda a área desmatada é logo reflorestada, com exceção dos espaços necessários à urbanização.

Imagem 53 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.422)

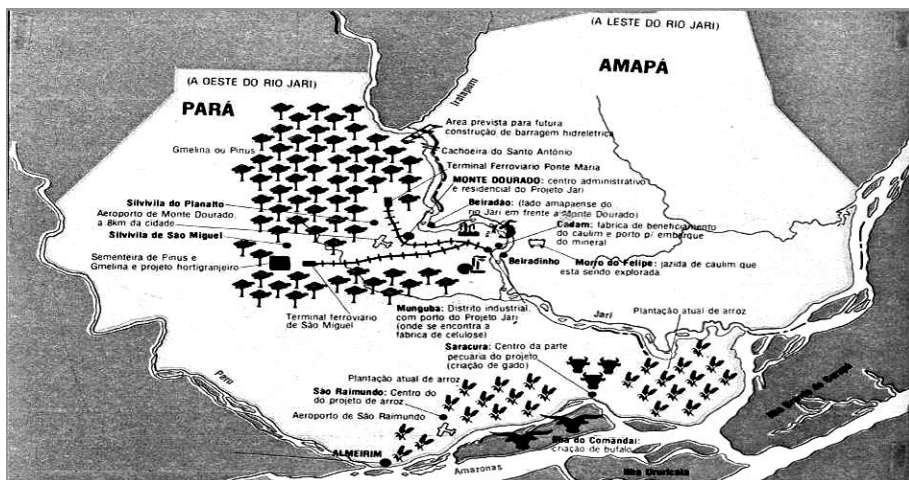



Imagem 54 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.422)

Para evitar a poluição, decorrente do cozimento dos cavacos de Madeira, os gases da combustão são queimados e reaproveitados. Uma lagoa de 160 hectares – uma boa parte da baía da Guanabara – recebe os detritos industriais que ali passam cerca de 16 dias em depósito e após uma redução biológica são lançados, através de um emissário, no rio Jari. Como disse um técnico do projeto, o excêntrico

Daniel Ludwig está demonstrando que, no Brasil, em se plantando, tudo dá. “*Falta agora que o bilionário plante petróleo para a Amazônia dar...*” E, de fato, é provável que dê.

Uma Lagoa Artificial Para a Estabilização Biológica Impede a Poluição da Bacia Amazônica. A Gigantesca Bacia – 1,6 Milhão m^2 – Permite a Decantação do Líquido Poluído e seu Lançamento, em Boas Condições, no Jari

Um rebanho de 7 mil cabeças de gado bovino e 5 mil búfalos assegura a autossuficiência de carne para as cidades do Jari. Na área também estão as sementeiras de pinus e gmelina, que vão formar a futura floresta homogênea, fornecedora de matéria-prima para a indústria de celulose. A capital do Jari, Monte Dourado, já é uma grande cidade com os seus 10 mil habitantes. Vários conjuntos residenciais oferecem moradia aos funcionários do projeto.

Há 40 anos Pesquisadores Alemães Estiveram na Área do Jari

Os repórteres de MANCHETE encontraram um pequeno cemitério no Jari. A cruz tombada, com uma suástica, estava no túmulo do alemão Joseph Greiner, morto em 02.01.1936, durante uma expedição científica germânica à região amazônica. O tempo e a chuva derrubaram a cruz, de madeira, o único marco da presença alemã na área do rio Jari.

Os Peões Saltaram da Caatinga Para o Supermercado

Qual o significado do Projeto Jari para o Peão Paulo Nonato, 33 anos, casado, pai de 5 filhos, nascido no estado do Maranhão? Ele conta: “*Eu sempre ouvi falar do salário, mas foi aqui que eu fui*

ver a cor dele". De fato, antes de viajar para o Jari, recrutado por uma empreiteira, o maranhense de Bacabal jamais havia recebido um salário mínimo. "*A gente nas grotas do Maranhão não ganha nem dinheiro*" – diz Nonato, que agora planta arroz em São Raimundo. Boa parte dos peões que trabalham no projeto Jari somente agora tomam conhecimento do sistema monetário. Em geral, eles saltaram da caatinga e do primitivo barracão, onde adquiriam mercadorias através de vales, para o supermercado, símbolo da economia mais sofisticada. "*É curioso que tenham vindo conhecer o supermercado aqui no coração do Amazonas*" diz um diretor do Jari. Daí que sejam poucos os que desejam regressar a seus estados. Quando o repórter perguntou a Nonato se voltaria ao Maranhão, ele respondeu taxativamente: "*Volto não, moço. Volto não*".

Daniel Ludwig
Aos 80 anos, seu Projeto mais Ambicioso

O menino Daniel K. Ludwig tinha nove anos de idade quando soube que um pequeno barco havia afundado num lago, perto da casa onde morava, em Michigan. Tomou uma decisão rápida: deu um pulo em casa, catou jornais velhos, vendeu-os a quilo numa mercearia, abriu o cofrinho onde guardava suas economias e arranjou 25 dólares. Com esse dinheiro, comprou o barco afundado.

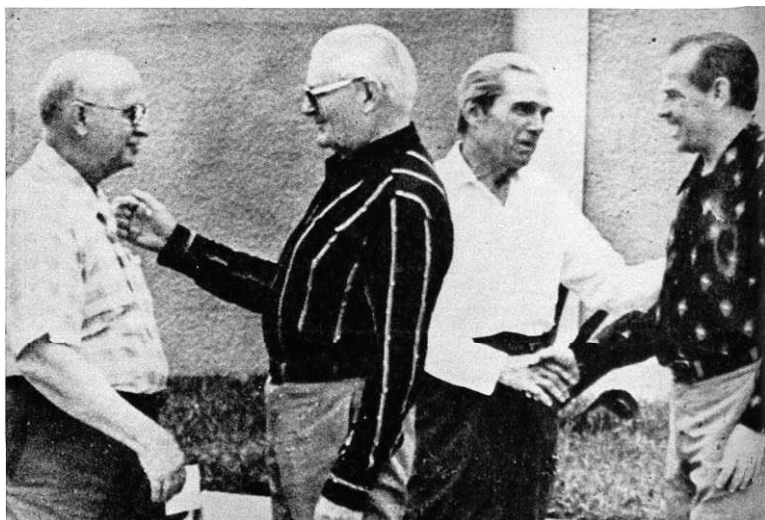
Trouxe-o à tona, sem muita dificuldade, pois outros meninos o ajudaram nessa "*brincadeira*". Durante três meses de um inverno, ele trabalhou no casco, tapando os buracos, calafetando as rachas e dando sucessivas mãos de tinta. Na primavera, o barco estava recuperado e ele o alugou a uma firma modesta que explorava passeios turísticos pelo lago. Na transação, ganhou seu primeiro capital.

Numa das suas últimas visitas ao Brasil, Daniel Ludwig [de camisa branca e mangas compridas] colocou o Presidente Ernesto Geisel a par de seus planos para a Amazônia.

Imagem 55 – Geisel e Ludwig (Manchete, n° 1.422)

Aos 25 anos, com a ajuda do pai, que lhe emprestou cinco mil dólares, comprou uma velha ruína navegável e com ela iniciou a sua frota marítima, transportando petróleo. Em breve, seria o maior armador dos Estados Unidos, só perdendo para os chineses I. K. Pao e C. Y. Tung. Mas sua frota de petroleiros é maior do que a de Onassis e Niarchos juntas. Ludwig aprendeu muito desde que gastou aquele inverno de sua infância trabalhando num velho casco.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, bolou um sistema de ampliar sua esquadra de petroleiros seus, sem fazer muita força e sem perda de tanto tempo visitava uma firma importadora ou exportadora de petróleo, firmava um contrato a longo prazo. De posse desse contrato, arranjava um financiamento dando como aval o próprio contrato. E assim, sem gastar um centavo, conseguiu construir os maiores superpetroleiros do mundo, ensinando o truque a Onassis e a Niarchos.

A legenda da Associated Press diz textualmente "Criando Problemas no Brasil – o poderoso homem de negócios Daniel K. Ludwig, ao centro, que é, talvez, o homem mais rico do mundo, está levando adiante o desenvolvimento de um vasto complexo de polpa de madeira e fabricação de papel na selva Amazônica, no Brasil, sem dar ouvidos aos rumores de que pode estar se excedendo no plano financeiro e às acusações de criar problemas sociais e ecológicos para o Brasil. Os dois outros não foram identificados.

Imagem 56 – Ludwig (Manchete, n° 1.422)

Que fizeram o mesmo mas sem a mesma performance brilhante. Ludwig nasceu predestinado a ser a maior fortuna individual do mundo – e chegou lá, com muita garra e senso de oportunidade.

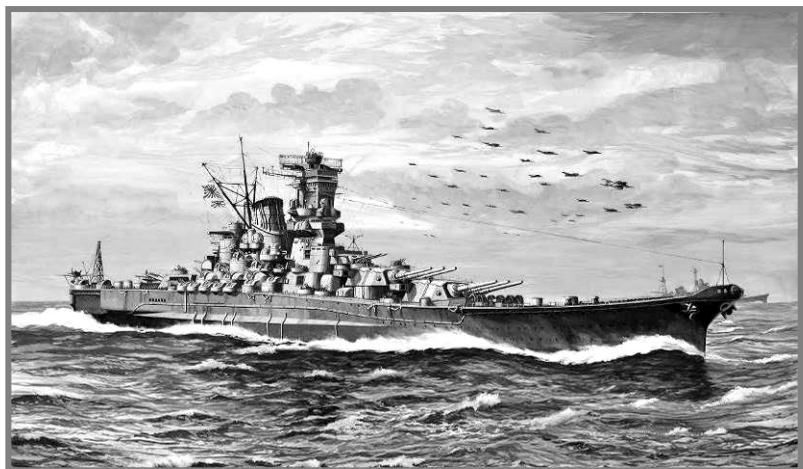



Imagem 57 – Encouraçado Yamato

Ainda durante a Segunda Guerra, Ludwig tomou conhecimento da potência dos estaleiros japoneses. A bomba atômica jogada em Hiroshima tinha um objetivo: destruir a cidade onde se abrigavam os operários e técnicos do melhor estaleiro do Japão, o mesmo que construíra as grandes belonaves imperiais que deram susto aos americanos, inclusive o célebre encouraçado "*Yamato*".

Logo depois da rendição japonesa, Ludwig conseguiu que o General Douglas Mac Arthur – que recebeu a rendição do Japão – o apresentasse aos dirigentes dos estaleiros de Kure. Ludwig se tornou amigo do principal técnico naval do Japão, Hisashi Shinto.

Este, em face da conjuntura desfavorável em que vivia – afinal, os japoneses haviam perdido a guerra –, aceitou um cargo na empresa de Ludwig. Tornaram-se amigos e até hoje Hisashi Shinto é o homem-forte de Ludwig no setor da construção naval. Lá construíram a fábrica de celulose que veio inteira do Japão para a floresta amazônica – uma das etapas mais ambiciosas do Projeto Jari.

Também de lá saiu a poderosa usina flutuante de 220 metros de comprimento que fornecerá 72 mil kw à fábrica de celulose. Tudo isso revela a tenacidade do responsável pelo mais audacioso plano econômico dos últimos anos. Daniel Ludwig está com 83 unos, sua saúde não é das piores mas também não é perfeita.

Ainda no ano passado, os médicos o proibiram de andar de avião, pois ele tem uma fratura nas costelas, devido a um acidente que sofreu há tempos, quando tentou salvar dois marinheiros de um de seus petroleiros. Houve uma explosão, os dois homens morreram e Ludwig foi atirado à distância. Salvou-se do incêndio, mas teve a espinha dorsal atingida, o que lhe dá, até hoje, um andar meio gingado e fortes dores lombares.

No início, muita gente não acreditou quando Daniel K. Ludwig decidiu comprar uma extensão maior do que a Bélgica em plena selva amazônica, para ali desenvolver um projeto que incluía desde a fábrica de papel até a criação de gado. É, sem dúvida, o maior latifúndio do mundo ocidental, com 37.000 quilômetros quadrados. Ele tinha, então, quase oitenta anos – e o projeto, para operar em sua plenitude, requisita pelo menos de cinco a dez anos de atividade. Evidente que se trata de uma personalidade muito peculiar. Com as mortes de Howard Hughes e Paul Getty, Ludwig não só herdou o título de maior milionário dos Estados Unidos como também a glória de ser o mais excêntrico. Não cultiva o mundanismo no estilo de Onassis, nem o pão-durismo de Paul Getty. Vive em surdina, opera em surdina, só fala o que é necessário. Viaja em avião de carreira, na classe turística, não por economia, mas por ser avesso a qualquer tipo do exibição.

Quando vem ao Rio, compra ternos em lojas populares, dessas que vendem ternos com duas calças e um paletó. Pelo que se sabe, nunca dei uma entrevista e se revela sempre fechado com a imprensa. Diz habitualmente que nada tem a dizer a ninguém. Ludwig age. E nisso é mestre: seus negócios abrangem 23 países, empregando mais de 20 mil pessoas e vários bilhões de dólares. Sua frota de petroleiros ultrapassa os 50 navios-tanques, operando sob a bandeira da Libéria e registrados no Panamá. Além disso, possui refinarias de petróleo, explora carvão com a United Pocahontas Coal Company, na Virgínia, com uma produção aproximada de um milhão de toneladas por ano, sendo que na Austrália possui outras minas, com produção calculada em 5 milhões de toneladas de coque.

Explora ainda, através de suas diversas empresas, a venda de sal, salinas, cítricos, imóveis [mais de 100 mil unidades habitacionais na América Latina, África do Sul e Estados Unidos], bancos, financeiras e seguradoras. Até aí, tudo bem. Daniel K. Ludwig era um bilionário típico da economia capitalista. O que o tornou notável foi justamente o Projeto Jari, numa idade em que os homens de fortuna já pensam em aproveitar a vida de outra forma. Ele se comprometeu com um tipo de projeto que requer, além de tempo, uma estrutura global que foge às suas características.

Pois Daniel K. Ludwig, como outros empresários bem-sucedidos, não gosta de delegar poderes e prefere resolver tudo sozinho. A complexidade do Projeto Jari revela em escala ampliada a complexidade do ser humano que o arquitetou. Casado duas vezes, Ludwig não tem filhos. Sua primeira mulher entrou recentemente na justiça, pedindo um reajuste de pensão.

Sem herdeiros para o seu império, ele está disposto a doar todos os seus bens para os institutos que pesquisam o câncer. E não sofre de insônia mesmo quando ouve as piores críticas à sua atuação na Amazônia. Além de estar plantando arroz na região, ele providencia o replantio com espécies que vêm da Ásia e das Caraíbas. (REVISTA MANCHETE, N° 1.422)

Revista Manchete, n° 1.516
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 09.05.1981

Jari uma Vitória na Amazônia
[Atenéia Feijó e Carlos Humberto]

Apesar de não haver mais mordomias – a fase do pioneirismo e das implantações terminou – a vida continua morna para os 35 mil habitantes do Jari. E ainda é possível, numa andança pelo mato, nos arredores da silvivila São Miguel, ouvir casos do tempo do Coronel José Júlio, o primeiro dono das terras e colonizador da região.

Dom João, um preto septuagenário de carapinha e barba brancas, por exemplo, não se faz de rogado para uma narrativa arrastada. Chegou em 1929 do Ceará para quebrar castanha, cortar seringa, fazer balata e tirar leite de maçaranduba para o afamado Coronel. Se chegava de barco, na mata "*virge*". Caboclo ficava trabalhando para o José Júlio que nem um filho. Passava cinco, seis anos. Se pedia as contas para ver a família no Maranhão ou Ceará, o mandavam para o Duca, no Paga-Dívida. Era morte contada. Tinha também um lugar para o castigo: um mourão muito bem feito, fincado na morada das vorazes formigas de fogo – onde o arigó era amarrado, para ser mordido por elas.

Por isso houve até uma revolução famosa no Jari – a revolta do Zé Cesário. Subverteu os trabalhadores, que se organizaram com seus rifles de caça e tomaram de assalto o navio que encostava por lá, uma vez por mês. Prenderam a ruindade do Duca Nena e o capataz surrador João Ferreira no porão da embarcação. Os revoltosos pegaram as palmatórias que os castigavam e fizeram um rosário para pendurar no pescoço do Duca. Dos "*Imbigos de Boi*" fizeram outro, para o do capataz. "*Imbigo*" era o testículo do boi esticado e seco para fazer de chicote. Cortava a pele e as entranhas da vítima.

Quando Dom João chegou nesse mundaréu do cão, uns cearenses o recepcionaram com a boa notícia: "*Oh rapaz, chegaste numa época boa. Aqui matavam gente*". A revolta tinha sido um ano antes. Mas os domínios ainda pertenciam ao Coronel José Júlio, que, em 1948, os vendeu, juntamente com seu gado, para uns portugueses, fundadores da Jari Indústria e Comércio Ltda. [a primeira Jari...]. Já nessa época, São Miguel Velho era um povoado com umas barracas de palha. Os negócios, entretanto, continuavam nas leis extrativistas e coletoras da selva. A mais, tinha os que começaram a roçar por conta própria: banana, mandioca, milho, macaxeira, abacaxi, essas coisas. Até que a velha Jari foi vendida, em 1967, ao americano Daniel Ludwig, e empregou os cinco filhos de Dom João.

"*A minha idade não permitia eu me empregar. Para pobre já tenho princípio, não preciso me afobar. Rico não fico, e novo piorou. Fiquei na minha casinha de pau e ninguém me molestou*". Como prova de ter se integrado à nova paisagem da região, plantou um pé de pinheiro ao lado do seu alpendre. A mata virgem está rasgada por 6.000 km de estradas [principais, de extração e vicinais], que se cruzam pelo projeto, onde roncam caminhões e máquinas pesadas.

E se escuta também, além do apito dos navios, o silvo do trem – a novidade que percorre 68 quilômetros de trilhos e transporta 800 mil toneladas por viagem, de toras de gmelina, pinus e árvores nativas para saciar o apetite da gigantesca fábrica de celulose. Mas os caminhos para se chegar ou sair do Jari ainda são os rios. Não há estradas estaduais, federais, nada. Em compensação já existe uma empresa aérea particular que faz a linha, diária, Belém–Monte Dourado, a Cr$ 4.514,00 a passagem.

Monte Dourado é a vila criada pelo projeto e que virou uma espécie de capital da região. E se por alguns anos esteve fechada, como propriedade privada, agora escancarou as portas. Qualquer turista pode passar uma temporada em Monte Dourado. No momento, é apenas uma questão de gosto. Existem táxis à vontade e um hotel que, além de oferecer uma panorâmica para o rio Jari, dispõe de 30 confortáveis apartamentos, com ar refrigerado e geladeira. Diária: Cr$ 1.500.00.

Com luz elétrica, esgoto, água encanada e coleta de lixo, a cidadezinha tem restaurante, banco, escola, supermercado, padaria, hospital e igreja ecumênica. As atrações, além da visita ao próprio Projeto, podem ser de passeios pelo rio, à cachoeira de Santo Antônio e ao Beiradão. O último é um curioso povoado sobre palafitas que já ganhou destaque internacional com a passagem de vários jornalistas estrangeiros.

Se Monte Dourado tem 10 mil habitantes, o Beiradão não faz por menos – tem outros tantos. E existe ainda a filial Beiradinho, defronte à fábrica de celulose, no porto de Munguba. Contrastantes, Monte Dourado e Beiradão se defrontam, separados apenas pelas águas jarilenses: o monte nos limites paraenses e o beirado no território do Amapá.

Na fase pioneira do projeto, o povoado sobre, palafitas também começava a se implantar. Seus primeiros atrativos foram a comida do Alarico, a canoa do Azul e a fama da Motosserra. Alarico servia tartarugas e jabutis. Azul é quem atravessava o pessoal – bastava piscar a lanterna na margem do rio. E a Motosserra era a cafetina do Brega... Hoje o Beiradão tem duas mil casas – a maioria de comércio – e nenhuma infraestrutura sanitária. Mas tem Polícia e Prefeitura. Entre os comentários locais, quem fala mais alto é o próprio prefeito, Valdemiro Alencarzinho: "*Beiradão é apelido, o nome é Vila Laranjal, distrito do município de Marzagão. Nossa produção de borracha, balata e castanha ficou reduzida a 30%. Todo mundo quis ir para a Jari. Emprego é bom enquanto dura*".

Sua bronca maior se refere à derrubada, segundo seus cálculos, de um milhão e 600 mil castanheiras, no Pará e Amapá durante a implantação do projeto: – "*E só entrar na nossa terra de Marzagão, ver quantas castanheiras tem por hectare e calcular as que foram derrubadas*". Seu empenho atual está em criar colônias agrícolas para atender a dois mil colonos. "*Os homens que nasceram e estão morrendo nessa região não têm um título de terra!*" Ele é um dos que acredita, ferrenhamente, que o verdadeiro plano de Daniel Ludwig era criar uma possessão americana em plena Amazônia brasileira. "*Para atravessar para o lado de lá ia precisar de passaporte*".

Mas o Ludwiguizinho do Beiradão – como já é conhecido Orlando Mendes Paes Barreto – dono do lojão que chegou a faturar Cr$ 4 milhões por mês, no ano passado, não se importa com o enclave imaginário. Porque ali, tudo gira em função do Projeto: as lojas de roupas, os prostíbulos, as boates, os retratistas, os protéticos, os ourives e as tracaias [barcos-táxi].

Inclusive os que vivem da coleta da castanha e do garimpo de ouro – seus compradores são os comerciantes. O ouro que tanto ouriçou as lendas em torno do Jari nunca foi segredo para a população nativa. Ao contrário, desde as primeiras décadas do século vem compondo o quadro de opções de sobrevivência de cada um. Atualmente, o garimpo mais próximo fica a três dias de viagem, sem chuva. É meio dia de carro até acima da cachoeira, dia e meio de barco e mais um dia a pé [48 quilômetros] dentro da mata, com os mantimentos nas costas. Garimpeiro velho diz que em qualquer lugar antigo, na Amazônia, tem ouro. Mas, antes, ele lava a terra na bateia e joga azougue [mercúrio]. Daí queima e aperta no pano. Nesse processo, o mercúrio evapora e o que ligar é ouro. Se valer a pena, começa a cavocar. Nos papos do Beiradão, a Serra Pelada já existia há muito tempo. Apenas o veio do ouro ainda não tinha sido descoberto. Um ex-funcionário da Jari, comprador na região, garante: "*Aqui tem muita gente transando ouro se o veio fosse descoberto no projeto não haveria como escondê-lo. Os garimpeiros vão no faro, e ninguém os segura*".

Entre as várias comitivas governamentais que inspecionaram o Jari havia sempre alguém que no final da visita dava o desfecho clássico: "*E o ouro?*" Uma das vezes a pergunta foi feita por um militar, já no aeroporto, diretamente a Daniel Ludwig – que também fazia suas inspeções. O empresário fez uma cara de espanto e caiu numa risada gostosa. Na verdade, o que brilha na Jari é a celulose Kraft, de fibra curta branqueada. Ano passado, foram exportadas 223 mil toneladas. Não houve lucro porque as despesas globais de investimento e infraestrutura [com Monte Dourado e três silvivilas] superaram a receita. Os planos incluíam várias indústrias integradas, que sofreram um retrocesso diante da situação indefinida da legalização das terras do Projeto.

Manchete

Atenéia Feijó e Carlos Humberto TDC contam como o projeto de Daniel Ludwig está enfrentando a nova realidade da conjuntura

Jari

Uma vitória na Amazônia

INSTALADO numa área superior a 1 milhão e meio de hectares, no lugar onde o Estado do Pará se confunde com o Território do Amapá, a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. tornou-se internacionalmente conhecida como um dos projetos mais audaciosos da atualidade. O programa inicial previa o desenvolvimento integrado de um conjunto monumental de indústrias. A crise mundial, de um lado, e, de outro, a própria conjuntura brasileira impuseram reduções. De qualquer maneira, o projeto marca uma época. Vale a pena rever alguns capítulos de sua história fantástica.

SEGUE

Imagem 58 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.516)

Em solo fraco a gmelina não vingou. Pinus e eucalipto aprovaram

NESTE ano, as sementeiras do Jari já produziram 22 milhões de eucaliptos, oito milhões de pinus e 300 milhões de gmelinas. Ronald Woessner, diretor dos serviços técnicos, está há seis anos à frente do projeto. Ele é engenheiro florestal com Ph.D. em Melhoramentos das Árvores: "A árvore ideal tem tronco reto, galhos finos, copa bem-formada, bom crescimento e ausência de doenças." Mas sua maior luta é contra as saúvas amazônicas.

SEGUE

Imagem 59 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.516)

Com o temperamento abrasileirado, o diretor florestal, Johan Zweede, sintetiza: "*Esse projeto nunca foi pensado para ser apenas uma fábrica de celulose... O que aconteceu? Investimos para construir um caminhão e fizemos um fusca!*" Além de outra fábrica de celulose, haveria produção de papel, mais serrarias e a exploração de uma mina de bauxita refratária.

A indústria de caulim em pleno funcionamento [18 mil ton/mês] estaria sem problemas, não fosse a recessão no mercado mundial. Na várzea do rio Amazonas – até onde vão os limites do Jari – a rizicultura de São Raimundo [nascida de um plano de subsistência] ainda está perseguindo seu ponto de equilíbrio econômico. Com duas safras anuais. São Raimundo colheu 25.600 ton em 1980. Esse arroz foi vendido para os mercados de Manaus e Recife. Mas nos seus domínios paraenses, a ordem do dia da Jari é arrochar os cintos, o máximo possível: centenas de carros já foram leiloados: seis aviões e um rebanho com 7.000 bovinos serão vendidos: o hospital, que atendia e fazia cirurgias gratuitas em doentes até de Macapá e Santarém, não é mais aquele. Passou a cobrar de pessoas estranhas ao Projeto. A boca livre acabou também nas escolas – de graça, apenas para os filhos dos funcionários da Jari. De acordo com os mais chegados à diretoria, a maré não está nem para os peixinhos.

Os custos diretos para 1981, envolvendo despesas com hospitais, educação, restaurantes para os empregados, operação comunitária, água, eletricidade, manutenção de estradas, transportes e aviação foram calculados num total de Cr$ 926 milhões. Com os salários de quatro mil e poucos empregados [a média salarial no Jari é de Cr$ 25 mil], este total deverá chegar a Cr$ 1.579.000.000,00. O ex-diretor de relações governamentais, Carlos Frazão, garante que "*o Jari está doido que o governo tome conta disso aqui. Os diretores sempre disseram: Nós não queremos administrar uma cidade, não queremos ser gestores públicos. Queremos produzir polpa de celulose e cuidar das outras atividades colaterais associadas*". Coerentes com a sua filosofia, entregaram ao Frazão – através de arrendamento – a antiga casa de hóspedes para que a transformasse em hotel.

Da mesma forma, agiram com o restaurante do clube "*staff*" de Monte Dourado, que passou para as mãos de Elisa, a esposa do hoteleiro. O casal Frazão se entusiasmou e investe nos novos tempos: turismo no Jari. Já está até entrando em entendimentos com agências, em Belém, para programar grupos turísticos que queiram visitar o Projeto. Há quem ainda suspire baixinho: "*Como era gostosa a nossa mordomia!*" Os próprios moradores de Monte Dourado contam que no início havia a ronda de várias kombis para prestação de serviços.

Por um código de bandeirinhas, a dona de casa fazia suas exigências: conserto de um aparelho eletrodoméstico, desentupimento de uma pia, refrigerantes, gás e condução. Havia voos diários para Belém que levavam madames às compras [da moda] e ao cabeleireiro. Sem falar na fase das frutas, bebidas importadas e nos banhos com água mineral. Afinal, na fase pioneira tudo era válido para compensar a aventura. Com o passar dos anos, o bom senso da maioria criticava certos exageros. Era demais... Mas a atual realidade não diminuiu a alegria bem-comportada dos que ficaram.

Entretanto, os casamentos continuam a se realizar, celebrados por Frei Juvenal. Americano radicado há 24 anos como franciscano na Amazônia, o Frei se mantém convicto na sua irreverência. Trata-se de um motoqueiro brincalhão, sempre de "*jeans*", camiseta e lencinho no pescoço. Ele reza para o povo de cá e de lá, do Beiradão. Desespero confesso é o de alguns jovens médicos e engenheiros do projeto, em relação ao patrulhamento externo. São acusados por parentes, amigos e universitários radicais de traidores, adesistas, vendidos e outras coisas no gênero. – "*Já cansamos de argumentar que isso aqui é um mercado de trabalho como outro qualquer.*

Para nós essas terras são brasileiras. Estamos participando da realidade nacional de uma forma atuante, testemunhando e até fiscalizando. O Brasil é capitalista, não adianta ficar dizendo besteiras do lado de fora, que só atrapalha". Quando a onça das demissões esturrou armando o bote, a médica Glória Colonnalli Pereira não teve medo. Se deixou engolir tranquilamente pela bicha, que já tinha devorado seu marido, Paulo Roberto, na fábrica de celulose. Pais de um garotão, nascido há três meses, o casal pretende ficar em Monte Dourado mesmo, como autônomos. Glória fazendo clínica particular e Roberto transando uma loja de fotografias. Tudo depende da Jari concordar em alugar a casa para eles. Se não der certo, tentarão partir para outro projeto: "*Talvez Tucuruí...*" Glória explica o fascínio destes grandes projetos. "*Ele vicia. A vida é calma, pagam bem e se pode fazer medicina exclusiva. Para quem gosta, trata-se de uma chance para se dedicar à profissão. Na cidade grande, com a correria, a necessidade de vários empregos, não sobra quase tempo para o doente. Numa cidade pequena, onde não haja o apoio de um bom hospital, também é arriscado*".

No centro de pesquisas florestais o clima é de tristeza: – das 50 pessoas que lá trabalhavam, sobraram 13. Nesse centro se testam novas espécies, inclusive nativas, capazes de utilização industrial. Estuda-se o comportamento do solo desde a retirada de floresta nativa à rotação da floresta artificial, para detectar os primeiros sinais de degradação. Faziam-se ensaios genéticos, de seleção de espécies e competição – um programa que já foi cortado e oferecido a Mauro Reis, diretor do IBDF. O engenheiro florestal Marcos Franco – 30 anos, casado e pai de três filhos nascidos no Jari – confessa que tinha vontade de pegar muita gente pelo braço, para mostrar as pesquisas que são realizadas para a Amazônia.

Uma xiloteca [coleção de amostras de madeiras] testada e catalogada por computador permite que se tenha, num instante, todas as informações sobre uma madeira: cor, dureza, peso especifico etc. Nesse trabalho foram selecionadas 108 espécies nativas para celulose e 285 para aplicação comercial [movelaria, dormentes, carpintaria].

Acompanha também um herbário, organizado com carinho por Nilo Tomás da Silva, conhecedor de 80% das árvores existentes na região. Velho amazonense de guerra, ele quase sussurra: "*Conheço as árvores da floresta como conheço as pessoas*". Conhecedor de pessoas e de outras terras, Howard King, o atual diretor executivo da Jari, tem como entretenimento favorito os cuidados de seu próprio jardim. Aos 58 anos, há um ano e meio no Brasil, ainda não fala português. Mas não estranha o calor da região.

Afinal ele veio do Irã, onde trabalhava num projeto governamental, que envolvia a exploração de mina de cobre. Com o sono anda tranquilo, embalado ao som dos forrós do Beiradão – sua bela casa de madeira fica à beira do rio, defronte ao povoado de palafitas – King conversa cautelosamente sobre a situação do Projeto Jari.

"*Nosso problema principal é reduzir os custos. A inflação, os gastos excessivos de operação e infraestrutura aliados ao baixo preço da celulose no mercado mundial, nos prejudicaram bastante. Num projeto pioneiro como esse, fora do comum, era muito difícil prever e contornar esse acúmulo de despesas. Daniel Ludwig já investiu 850 milhões de dólares aqui, e ainda não houve retorno. Estamos preocupados agora em implantar um Programa para usar somente os recursos de produção. Temos que direcionar a campanha neste sentido. Por isso, o projeto não será expandido até que a situação mude.*

Se nós soubéssemos, um ano atrás que as coisas chegariam a esse ponto, não teríamos construído mais ferrovias [para a bauxita refratária], nem desmatado áreas para novas plantações. O problema da legalização das terras também ainda não foi resolvido... As mudanças na situação do Brasil, em geral, afetaram o projeto. Não é uma crítica, é um fato econômico"

Mas a ferrovia que já está construída vai continuar sendo usada, transportando madeira para a fábrica de celulose. E as áreas desmatadas vão ser replantadas, de acordo com a lei, com eucaliptos. Essa plantação, mais tarde, poderá preencher futuras necessidades da fábrica. "*Se Ludwig morrer? Continuaria sem ele. Henry Ford morreu muitos anos atrás e tudo continua. A semente já foi colocada, agora ela cresce sozinha*". Robin McGlobn, ex-piloto americano, naturalizado brasileiro e radicado há muitos anos na Amazônia como proprietário de madeireiras, não abandona o hábito de visitar o Jari. Existe um motivo muito especial para isso, foi ele quem achou as terras para seu amigo Ludwig realizar um velho sonho – plantar papel e comida para ajudar o mundo. Robin McGlobn considera Ludwig um idealista.

"*Se fosse só para ganhar, sem risco, ficava em Nova Iorque, emprestando dinheiro a juros altos*". O velho amigo do excêntrico milionário americano defende a seguinte teoria: "*Nós não podemos ser nacionalistas. Deixa entrar o dinheiro estrangeiro. Esse foi o sucesso dos Estados Unidos. Prova disso também é São Paulo e o Sul do Brasil. Precisamos de mais sangue. O que temos a perder? Se um dia eu me aborrecer com o Brasil, vou botar o terreno nas costa e ir embora? Vão ficar as terras e o meu dinheiro aqui!*" (MANCHETE, N° 1.516)

Revista Manchete, n° 1.539
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 17.10.1981

A Luta Pela terra III
[Alexandre Garcia]

Na margem esquerda do Baixo Amazonas, na região dos rios Paru, Jari, Cajari e Preto, os problemas são os grandes latifúndios, com vazios demográficos, onde a unidade de medida é o milhão de hectares. Sobre essa região, volta-se a cobiça estrangeira, motivada pelo fabuloso potencial do subsolo. Por isso, o Presidente João Figueiredo criou, no início do ano passado, o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas [Gebam], vinculando-o ao Conselho de Segurança Nacional. Numa ação fulminante, o Gebam, em pouco mais de um ano de trabalho efetivo, impediu que 5,1 milhões de hectares – área superior à do Estado do Rio de Janeiro – se transformassem em enclaves estrangeiros na Amazônia. E já vai se saber por quê. Naquela região estão a Jari Florestal, que reivindicava para si 3,5 milhões de hectares; a Agroindustrial Amapá Ltda., que detinha 600 mil hectares; e a herança Barata, que totalizava 1 milhão de hectares.

A Jari está sendo praticamente ocupada pelo governo, e sua pretensão territorial caiu, por iniciativa própria, para 1,6 milhão de hectares: a Agroindustrial Amapá teve suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária; e a venda da herança Barata para uma multinacional foi sustada por ato ministerial. O governo descobriu a intermediação de uma empresa testa de ferro, que depois passaria as terras da herança, em Calçoene, para uma multinacional.

A ação rápida e eficaz do governo federal na região do Baixo Amazonas impede a instalação de enclaves estrangeiros naquela área

A luta pela terra (3)

Reportagem de Alexandre Garcia ● Fotos MANCHETE

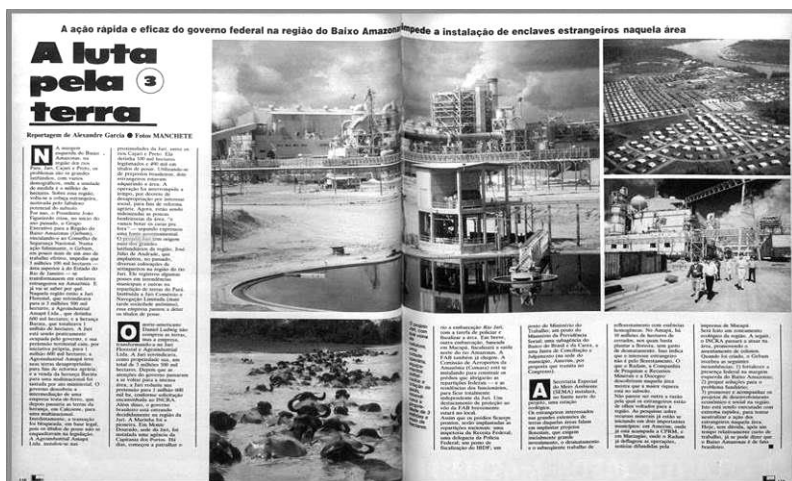



Imagem 60 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.539)

Imediatamente, a transação foi bloqueada, em base legal, pois os títulos de posse não se enquadravam na legislação. A Agroindustrial Amapá Ltda. instalou-se nas proximidades da Jari, entre os rios Cajari e Preto. Ela detinha 100 mil hectares legitimados e 490 mil em títulos de posse.

Utilizando-se de propostos brasileiros, dois estrangeiros estavam adquirindo a área. A operação foi interrompida a tempo, por decreto de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. Agora, estão sendo indenizadas as poucas benfeitorias da área, "*e vamos botar os caras pra fora*" – segundo expressou uma fonte governamental.

O projeto Jari tem origem num dos grandes latifundiários da região, José Júlio de Andrade, que implantou, no passado, diversas colocações de seringueiros na região do rio Jari. Ele registrou algumas posses em intendências municipais e outras na repartição de terras do Pará. Instituída a Jari Comércio e Navegação Limitada [depois S.A.], essa empresa passou a deter os títulos de posse.

O norte-americano Daniel Ludwig não comprou as terras, mas a empresa, transformando-a na Jari Florestal e Agroindustrial Ltda. A Jari reivindicava, como propriedade sua, um total de 3,5 milhões de ha. Depois que as atenções do governo passaram a se voltar para a imensa área, a Jari reduziu sua pretensão para 1,6 milhão de ha, conforme solicitação encaminhada ao INCRA. Além disso, o governo brasileiro está entrando decididamente na região da Jari. A Marinha foi a pioneira. Em Monte Dourado, sede da Jari, foi instalada uma agência da Capitania dos Portos. Há dias, começou a patrulhar o rio a embarcação Rio Jari, com a tarefa de policiar e fiscalizar a área. Em breve, outra embarcação, baseada em Macapá, fiscalizará a saída norte do rio Amazonas. A FAB também já chegou. A Comissão de Aeroportos da Amazônia [Comara] está se instalando para construir os prédios que abrigarão as repartições federais – e as residências dos funcionários, para ficar totalmente independente da Jari. Um destacamento de proteção ao voo da FAB brevemente estará no local. Assim que os prédios ficarem prontos, serão implantadas as repartições nacionais: uma inspetoria da Receita Federal, uma delegacia da Policia Federal, um posto de fiscalização do IBDF, um posto do Ministério do Trabalho, um posto do Ministério da Providencia Social, uma subagência do Banco do Brasil e da Cacex e uma Junta de Conciliação e Julgamento [na sede do município, Almeirim, por proposta que tramita no Congresso].

A Secretaria Especial do Meio Ambiente [SEMA] instalará, no limite norte do projeto, uma estação ecológica. Os estrangeiros interessados nas grandes extensões de terras daquelas áreas falam em implantar projetos florestais, que exigem inicialmente grande investimento, o desmatamento e o subsequente trabalho de reflorestamento com estâncias homogêneas.

No Amapá, há 10 milhões de hectares de cerrados, nos quais basta plantar a floresta, sem gasto de desmatamento. Isso indica que o interesse estrangeiro não é pelo florestamento. O que o Radam, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais e a Decegeo descobriram naquela área mostra que a maior riqueza está no subsolo.

Não parece ser outra a razão pela qual os estrangeiros estão de olhos voltados para a região, As pesquisas sobre recursos minerais já estão se iniciando em dois importantes municípios: em Almeirim, onde já está acampada a CPRM, e em Marzagão, onde o Radam já deflagrou as operações – notícias difundidas pela imprensa de Macapá. Será feito um zoneamento ecológico da região e a seguir, o INCRA promoverá o assentamento de colonos. Quando foi criado, o Gebam recebeu as seguintes incumbências:

1) Fortalecer a presença federal na margem esquerda do Baixo Amazonas;
2) Propor soluções para o problema fundiário;
3) promover e acompanhar os projetos de desenvolvimento econômico e social na região.

Isto está sendo executado com extrema rapidez, para tentar neutralizar a ação dos estrangeiros naquela área. Hoje, sem dúvida, após um tempo relativamente curto de trabalho, já se pode dizer que o Baixo Amazonas é de fato brasileiro. (MANCHETE, N° 1.539)

Revista Manchete, n° 1.550
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 02.01.1982

Empresários Nacionais vão Comprar o Projeto Jari

[Alexandre Garcia]

Daniel Ludwig quer Vender sua Propriedade Localizada na Amazônia e que Ocupa um Território Maior que o da Holanda

Até a iniciativa privada conseguiu furar o bloqueio: as Casas Pernambucanas, estão se instalando em Monte Dourado, território da Jari.

Pode-se supor que não seria bem esse tipo de infra-estrutura que Daniel Ludwig pedira ao governo, quando escreveu ao Planalto queixando-se da falta de apoio governamental. Carente de crédito, o projeto passou a acumular dívidas. Ludwig desejava que o governo assumisse a infraestrutura da cidade, de Monte Dourado, de 15 mil habitantes, que tinha erguido dentro do Jari, com todos os serviços urbanos por sua conta. Desiludido. Daniel Ludwig decidiu não investir mais dólar algum no projeto e autorizou o advogado carioca José Luiz Bulhões Pedreira a negociar o Jari.

O empreendimento seria vendido por 250 milhões de dólares [mais de Cr$ 31 bilhões], pagáveis em três anos, segundo se comenta. Consta que a Jari deve 170 milhões de dólares a bancos estrangeiros, a serem resgatados nos próximos três anos, além de 180 milhões de dólares pela compra da fábrica de celulose à Ishikawajima. Esta última dívida tem o aval do BNDE e é pagável em sete anos, em prestações semestrais. Já está vencida uma prestação de 17,8 milhões de dólares.

Por enquanto, o único nome brasileiro que aparece de modo firme, como interessado em adquirir a Jari, é o do industrial Augusto Trajano de Azevedo Antunes, 75 anos, líder de um grande conglomerado de mineração. Na quinta-feira, 17 de dezembro, o empresário foi a Brasília, explicar sua posição ao Presidente Figueiredo.

Daniel Ludwig quer vender sua propriedade localizada na Amazônia e ocupa um território maior que o da Holanda

Empresários nacionais vão comprar o PROJETO JARI

Reportagem de Alexandre Garcia

Imagem 61 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.550)

Como o Projeto Jari engloba, além da Jari Florestal e Agropecuária, a Caulim da Amazônia e a S. Raimundo Agropecuária, ainda não se pode saber se o Grupo Antunes ficaria com apenas uma delas, ou mais, ou agiria como líder de um conglomerado de outras empresas brasileiras daqueles ramos. Como já existe a disposição de Ludwig de se desfazer do Jari, resta a ação das outras partes. O governo quer deixar a iniciativa privada agir livremente no negócio, embora acompanhando com interesse o assunto. Os empresários brasileiros, por sua vez, aguardam algum estímulo oficial. A transação tanto pode ficar concluída já neste ano como estender-se para o ano que vem. De qualquer forma, antes mesmo de o negócio ficar concluído, os brasileiros já botaram firmemente seus pés no Jari. (MANCHETE, N° 1.550)

Revista Manchete, n° 1.555
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 06.02.1982

Daniel Ludwig – "*Minha Odisseia no Jari*"
[Loren Mcintyre]

Pela primeira vez, o famoso bilionário americano revela a história do projeto que agora está sendo comprado por empresários brasileiros

EXCLUSIVO

Manchete

Texto e fotos de
LOREN MCINTYRE

DANIEL LUDWIG
"Minha odisséia no Jari"

O bilionário Daniel Keith Ludwig em frente a uma de suas usinas no Jari. Ele trouxe pelo oceano duas fábricas inteiramente montadas no Japão. Depois de investir uma fábula de dólares, desistiu do projeto.

Imagem 62 – Projeto Jari (Manchete, n° 1.555)

Aos 70 anos, Daniel Keith Ludwig começou sua aventura amazônica numa idade em que a maioria das pessoas já se aposentaram ou estão mortas. Apostou um bilhão de dólares do seu dinheiro – mais do que alguém já apostou até hoje, em qualquer jogo. Seu entusiasmo pelo Jari era tão grande quanto o de um jovem pelo seu primeiro carro e com o primeiro grande encontro com a namorada. Agora, aos 85 anos, tudo indica que Ludwig perdeu sua aposta do Jari. Se assim for, trata-se de um fracasso de alto nível.

À sua maneira, realizou uma performance igual à de outros gigantes estrangeiros, que criaram sua reputação à margem do maior rio do mundo: o descobridor espanhol Francisco de Orellana, o explorador português Pedro Teixeira e o naturalista inglês Henry Walter Bates. A maneira de Ludwig foi um investimento total de dinheiro e tecnologia que se poderia esperar de governos nacionais, mas não de um homem sozinho.

A fama não era o seu objetivo. "*Em toda a minha vida, sempre me conservei discreto*" – declara ele.

Não se interessa pela publicidade e prefere que seu nome não seja citado em relação aos projetos que empreende. Não é um homem fechado, como a imprensa o descreve tão frequentemente.

Pelo contrário, é falador, agradável e se anima com facilidade. Mas é um tímido. Durante 40 anos, não se sentou para responder a uma entrevista. Contudo, muitas vezes me falou sobre o Jari, não ignorando que eu estava gravando as conversas, e me permitiu que eu o fotografasse uma centena de vezes em sua casa, no Brasil. Nunca me pediu que publicasse ou deixasse de publicar palavras e fotos, mas naturalmente ele supõe que eu vou honrar sua confiança.

Ele não ignorava que algum dia eu pretendia escrever sobre o Jari, e tudo o que me pediu foi que eu contasse a verdade. "*Fale sobre a beleza do lugar, descreva o alcance do projeto. É tão complexo que, às vezes, eu mesmo quase não o apreendo inteiramente. Mas que D. K. Ludwig vá para o diabo! Deixe-me de fora da sua história! Ninguém está interessado na minha pessoa*". Agora, no momento em que sua soberania no Jari está chegando ao fim, agora que ele se sente frustrado e está sofrendo, creio que chegou o momento de transmitir aos leitores de MANCHETE a minha maneira de ver esse homem que investiu um bilhão de dólares no Brasil e mudou a vida de – pelo menos – 100 mil brasileiros.

D. K. Ludwig nasceu a 24 de junho de 1897, em South Haven, Michigan, uma cidade que, diz ele, "*tinha 800 pessoas no inverno e cinco mil no verão*". Foi no ano em que Alberto Santos-Dumont instalou um motor num balão, na França. A República do Brasil tinha só oito anos e menos de 17 milhões de habitantes.

O Amazonas era então um rio cheio de mistérios e apenas poucos brasileiros já tinham ouvido falar do rio Jari. Em 1906, Ludwig recuperou um barco afundado e começou o seu negócio de navios. Tinha nove anos. Quarenta anos mais tarde, ele estava à frente da tecnologia avançada de petroleiros e superpetroleiros. Operava um gigantesco estaleiro japonês que pertencera à Marinha Imperial Japonesa durante a II Guerra Mundial. Milhões e milhões de dólares brotavam de sua frota de navios, uma das maiores do mundo. Investia em mineração, fazendas, hotéis, imóveis, empresas de poupança e empréstimo.

Fazia negócios em 15 ou 20 países. Sua fortuna chegava a aproximadamente três bilhões de dólares: Apesar disso, seu nome raramente aparecia nos jornais, e não havia um em cada dez mil americanos capaz de dizer quem era Ludwig. E ele continua desconhecido e não reconhecido.

Certa vez, perguntei-lhe: "*Por que o senhor recusa entrevistas? Poderiam ser úteis em termos de relações públicas*". Resposta: "*Não gosto de fazer propaganda de mim mesmo. A pior coisa que uma pessoa pode fazer é sair por aí se gabando, pois um dia pode quebrar a cara. Relações públicas? Não me venha com essa propaganda barata. Deixe os acontecimentos falarem por si mesmos*".

Quanto às fotos, observou: "*Não quero facilitar a vida de algum malandro, que poderia me reconhecer e sequestrar*". Pode parecer paranoia dele, mas depressa percebi que não tem qualquer complexo de perseguição. Depois de ter passado um dia inteiro assistindo a slides do Jari, e de um agradável almoço na sua casa de Beverly Hills, na Califórnia, por acaso levei para o meu hotel seu livrinho de endereços particular, parecido com o meu.

Nessa noite ele revirou cada canto de sua casa, na tentativa de encontrá-lo. Em vez de ficar furioso no dia seguinte, quando nos encontramos, ele gracejou a propósito do meu engano. Numa pausa, durante a sessão de fotos, arrastou-me para fora do seu palacete, com Los Angeles a seus pés, para que eu admirasse a cascata artificial que se precipita, através do jardim, para dentro de um tanque, pouco profundo. Mas nada aconteceu: o homem mais rico do mundo, o homem que inventou a complicada fábrica do Jari, não era capaz de acionar a sua pequena bomba de água.

Floresta, Água e Acesso ao Mar Formam o Jari

"*Acredito que neste mundo é preciso ter sorte*", dizia muitas vezes. "*Sorte, e certa dose de discernimento*". Ludwig me afirmou que nunca joga dados, mas que o Jari era uma variante desse jogo, e muito excitante, o maior de sua carreira. "*Lá pelos anos 50, eu cheguei a pensar numa fábrica flutuante, ou uma barcaça, para uma região ainda não desenvolvida – como uma fábrica para dessalinizar a água de um porto de mar na Arábia.*

E também imaginei que o rush das comunicações levaria ao colapso do papel, nos anos 80. Foi então que mandei especialistas à procura de árvores de crescimento rápido, que se prestassem à fabricação de pasta de madeira. Foi assim que descobrimos a gmelina [Gmelina arborea], uma árvore da Ásia. Desenvolvia-se de modo alucinado na Nigéria e no Panamá". Para concretizar todas essas ideias e tornar-se um grande produtor de alimentos e fibras nos anos 80, Ludwig precisava de unia grande extensão de floresta tropical, água em quantidade e acesso ao mar.

Foi então que encontrou o Jari. É um afluente sombrio, que se precipita das alturas desertas da Guiana em um curso cheio de quedas de água, alarga-se, se aprofunda e se funde no braço norte do Amazonas, antes que o mais poderoso dos rios chegue ao mar. Apenas alguns habitantes com sangue misto – de índios, colonizadores portugueses e escravos negros – viviam então nessa área às margens do rio Jari.

Durante séculos, eles extraíram a castanha-do-pará e a borracha das selvas nativas. A lei da região era estabelecida por uma sucessão de pequenos ditadores. O último deles foi o famoso coronel José Júlio de Andrade, cujo nome hoje é lendário. Os velhos colonos contam outras histórias a respeito dele: que Zé Andrade era um assassino e que ainda vive num palácio na Rua São Jerônimo, em Belém. O fato é que, em 1948, ele vendeu à Companhia de Comércio e Navegação do Jari uma pequena firma portuguesa que colhia castanhas e criava bois e búfalos.

Em 1967, a Jari foi comprada pela Universe Tankships Inc., uma empresa de Ludwig. Eu me admirei da audácia de Ludwig, há alguns anos, quando me encontrei pela primeira vez com Clayton Posey, uma sagaz guarda florestal, que, desde o começo supervisionou as plantações do Jari. Posey irradiava confiança mas parecia nada saber a respeito de se, quando, onde ou como essa tal gmelina se desenvolve, essa gmelina que, plantada pela primeira vez em 1969, seria mais tarde transformada em papel. Por essa época, Ludwig ainda não se tinha atirado com unhas e dentes ao Projeto Jari. Não ignorava que Henry Ford tentara criar seringueiras perto de Santarém. Tendo começado em 1927.

Ford enterrou milhões num projeto quase tão grande quanto o Jari, até que desistiu em 1945. Mas Ludwig, não. Suas equipes de cientistas continuaram experimentando. A gmelina se desenvolvia bem na terra barrenta de Jari, mas, na areia, definhava. Assim, para o terreno arenoso foi trazido o pinheiro do Caribe: e onde nem mesmo o pinheiro crescia a solução foi o eucalipto. "*O eucalipto é uma árvore milagrosa*" – exclamou Ludwig. "*Você acredita que ele começa com uma semente tão fina quanto um cabelo humano e 18 meses depois já mede oito metros de altura e tem 110 milímetros de diâmetro? É a solução para as nossas necessidades energéticas*".

Desde o nascimento do projeto. Ludwig se preocupava com o fornecimento de energia, pois a manufatura de polpa e de papel é uma das maiores consumidoras de energia da moderna indústria, e a pobreza do Brasil quanto a combustíveis fósseis chega a ser calamitosa. Seria tão demorado mandar construir uma usina hidrelétrica na Cachoeira Santo Antônio que a solução mais rápida parecia ser a madeira. Grandes extensões da mata nativa teriam que ser derrubadas para abrir espaço às novas plantações de árvores, e seguramente uma gigantesca quantidade de energia poderia ser aproveitada da floresta derrubada. Com George Weyerhauser, o rei dos madeireiros americanos, contribuindo com a verba, Ludwig tentou e fracassou, quatro vezes, projetar uma fábrica que extraísse energia de madeira seca, em custos compensadores. "*Finalmente chegamos a uma fábrica de queimar madeira que é espetacular!*", comentou Ludwig, dando uma gargalhada. "*Economizamos até 20 milhões de dólares por ano, queimando uma fonte de reservas que é diariamente recarregada pela energia solar*". A máquina queimava toras de madeira seca para gerar vapor – que fazia girar turbinas ligadas a geradores elétricos.

A Crise do Petróleo Iniciou as Dificuldades

"*Tudo o que eu queria pelo negócio eram os direitos para que o Brasil construísse e operasse a fábrica. Embora ela possa funcionar tanto com petróleo quanto com madeira, o Brasil simplesmente não tem como fazer face a despesas com um aumento na importação de petróleo*". Em 1973, o preço estabelecido pela OPEP obrigou Ludwig a cancelar alguns contratos de superpetroleiros. Ele pediu que o estaleiro japonês planejasse como construir uma enorme fábrica para queimar madeira, de acordo com suas especificações, e a instalasse numa barcaça capaz de resistir às tempestades no mar.

Também pediu um projeto que reduzisse o moinho para polpa de papel – a fábrica de celulose que normalmente ocupa um espaço de muitos hectares – às dimensões de um casco de navio. Ambas as barcaças seriam carregadas com maquinaria da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos. Os componentes seriam produzidos em 20 diferentes fábricas japonesas, situadas perto de portos de mar. Esses componentes seriam levados para Kure, onde seriam içados por um guindaste capaz de suspender mil toneladas

"*Enquanto isso, em 1976, embarquei 13 mil toneladas de gmelina do Jari para a Finlândia, para ser transformada em polpa, e depois em papel, com o objetivo de testar sua qualidade e possibilidade de comercialização. Ao atravessar o Equador, brotaram folhas em três troncos que tinham sido alojados no convés. Centenas de finlandeses vieram até o porto para ver o navio carregado de folhagem. Os estivadores recusaram-se a descarregar a gmelina antes que a carga fosse examinada, para ver se havia cobras! Enfim, o papel feito com a polpa da gmelina foi experimentado por toda a Europa. E revelou-se excelente*".

Chegou a vez, então, de Ludwig lançar os seus dados, entregando-se à tarefa de construir a usina de energia e o moinho de polpa: investiu nisso 269 milhões de dólares. As fábricas gigante foram instaladas em barcaças e bem amarradas para poderem enfrentar uma viagem por mar, que equivaleria à metade de uma volta ao mundo. "*Construí-las levou menos de um ano. Os japoneses são fantásticos, como construtores de navios. Não tínhamos como construir as barcaças no Brasil, nem mesmo nos EUA ou na Europa, nem que pagássemos o dobro, e deus sabe quanto tempo teríamos que esperar além de um ano.*

Algumas pessoas me criticaram, dizendo que eu deveria ter construído toda a fábrica na selva do Jari, desde o começo, usando mão-de-obra e materiais brasileiros. Mas como, num lugar onde não há cidade, nem infraestrutura, nem mão-de-obra, nem materiais, nada, a não ser a selva?

Penso que mostrei o modo como fábricas caras podem ser construídas e transportadas para qualquer porto de mar do mundo — nos prazos, e dentro do orçamento previsto". Durante os primeiros três meses de 1978, estes dois maciços complexos industriais – usina de energia e fábrica de celulose – foram rebocados do Japão, passando pelo mar das Filipinas e, através do Atlântico, chegaram ao Brasil.

"*A chegada desse fabuloso complexo fabril foi um momento inesquecível em toda a minha experiência no Jari. Voando sobre o Atlântico, eu e o piloto víamos embaixo um pequeno retângulo de prata puxado por um rebocador*". Era a usina de energia que tanto apaixonava Ludwig: uma caixa de aço com 30 milhões de quilos, maior do que dois campos de futebol, aberta em cima, com equipamentos que tinham a altura de um prédio de 20 andares.

Esse Leviatã consumiria 2 mil toneladas de madeira por dia e as transformaria em 55 megawatts de eletricidade. Cinco dias depois chegava a barcaça com a fábrica de celulose. Pesava quase tanto quanto a outra e era ligeiramente mais comprida, 230 metros. As barcaças foram suspensas em diques construídos com troncos de maçaranduba, que não apodrecem, a fim de ficarem acima do nível das margens.

Uma Operação que Nunca Fora Tentada Antes

Foi como aterrissar na Lua: não havia condições para testes e experiências. Quando os diques foram esvaziados, os dois cascos se fincaram nas estacas, em seco. Ligados por correias de transmissão aos equipamentos das margens, tudo dera perfeito. O alinhamento entre a parte de terra e a parte que viera flutuando teve a diferença de apenas seis milímetros!

"*Em 1979, a fábrica acendeu as caldeiras e suas milhares de peças começaram a se mexer no coracão do Jari. Se nunca parasse, poderia produzir, p[illegible] 750 toneladas de polpa [que nessa época valiam 300 mil dólares], o bastante para cobrir os custos com a derrubada da mata nativa, plantio de árvores e pagar às 30 mil pessoas cuja vida estava ligada a esse trabalho. Metade dessa gente – auxiliares, técnicos, pessoal da administração e famílias – vivia em novas cidades, criadas pela empresa. Todos, menos 60, eram brasileiros. Os estrangeiros constituíam uma Sociedade das Nações: canadenses, japoneses, finlandeses, peruanos, indonésios, americanos e argentinos, para só me referir a algumas nacionalidades*". O quartel-general ficava em Monte Dourado, mas Ludwig não gostava do nome porque não paravam de lhe perguntar onde ficava a mina de ouro, que naturalmente não existe.

A essa altura, ele tinha ali aplicado, durante 13 anos, 180 mil dólares por dia. E não tinha tirado nenhum lucro disso. Estava com 82 anos, ansioso de ver o projeto tornar-se rendoso. Para um homem que nunca jogou os dados, havia feito uma aposta elevada. – Por que é que o senhor fez isto? – perguntei-lhe um dia. – "*Por quê? Pelo sentido de realização*". – Não foi para ganhar dinheiro? – "*Não foi só por isso, de modo nenhum. Se o dinheiro fosse tudo o que eu desejava, teria comprado metais, ou diamantes, ou qualquer outra dessas coisas estúpidas que nada produzem, e sentaria o. rabo numa cadeira esperando que o seu valor aumentasse. Não. Eu tiro a minha satisfação daquilo que o dinheiro pode fazer*. *Por exemplo: fundar a cidade de Monte Dourado, que proporciona um modo de vida a 30 mil pessoas? Não sou um filantropo que, distribui dinheiro pelos brasileiros necessitados. Pago às pessoas para que me ajudem a pôr de pé um projeto que é válido apenas para o Brasil e abastecerá o mundo com o papel de que ele precisa*".

– Mas o senhor sente-se orgulhoso de levar a civilização a essa parte do mundo? – "*Nem orgulhoso nem humilde. É apenas parte da infraestrutura necessária. E tenho suado sangue para financiá-lo. Mas não me critique por Beiradão, aquele lugar em cima do rio. A ideia não é minha. Beiradão também não existia quando visitei o Jari pela primeira vez. É uma cidade que explodiu sem ser planejada, que brotou sobre estacas ao longo da margem e por cima do rio, partindo de Monte Dourado. É supervisionada pelo governo do Amapá. Poucas pessoas – exceto bandos de crianças – pensam no Beiradão como um lar. Mas sete ou oito mil emigrantes que ali chegaram de barco bebem, dançam, trabalham, rezam, compram, vendem, espiam. Alguns técnicos do Jari, com tendência a beber cachaça e fazer o que têm vontade de noite, moram em Beiradão.*

Um deles explicou: Sou do Rio. Não aguento as emanações de soda espocando de Monte Dourado. É um trabalho muito antisséptico, exceto quando você está doente e então, é claro, fica satisfeito com os cuidados com sua saúde que a cidade do Sr. Ludwig oferece juntamente com o emprego".

Beiradão não tem automóveis ou estradas: somente um passeio de tábuas. É ligada a Monte Dourado por um tráfego de 24 horas de barcos a motor e pirogas. Quando ofereci a Ludwig algumas fotos aéreas de Monte Dourado, ele escolheu aquelas que não mostravam Beiradão.

Está construído no pior lugar possível. É fossa sanitária sob um passeio de tábuas" – disse ele. Perguntei se já havia visitado Beiradão. Ele apenas comentou: "*No Brasil, você deve sempre deixar uma margem de árvores ao longo do rio. Quando o projeto estiver rendendo dinheiro, eu gostaria de construir uma nova cidade em nível mais alto, no lado do Amapá*".

Ludwig fica perplexo com as acusações de que o Jari está destruindo o meio ambiente. Homem nascido no século 19, líder da revolução tecnológica americana no século 20 que prevê um mundo de fome e necessidade no século 21, ele disse que "*somente estúpidos censurariam o uso de 3% da Bacia Amazônica para prover alimento e papel para o futuro*". Ludwig estranha a frase "*surpreendentemente frágil ecossistema*", que é frequentemente usada em descrições da selva amazônica. Sempre acreditou, juntamente com a maioria dos habitantes da região, no velho ditado que diz: "*Enquanto você está tirando a selva de sua porta, ela está entrando pelas janelas*". "*Gastei cinco milhões de dólares por ano apenas para derrubar a vegetação selvagem que nasce entre nossas árvores plantadas*".

A Campanha dos Ecologistas Contra Ludwig

Ele cria gado de corte entre os pinheiros para pisar e comer ervas daninhas. "*Algum dia produziremos o quilo mais barato de carne no Brasil, numa terra que todo mundo considerava sem valor. Isso não é nenhum sonho impossível. Já provamos que podemos fazê-lo. E, na metade da década de 80, espero prover o Brasil com suficiente arroz para exportar*".

Em 1972, fiz fotos aéreas de uma cultura experimental de arroz. Seis anos depois, a várzea de 200 mil hectares sem árvores na parte sul do Jari tinha sido tratada com canais, diques e bombas d'água. Vi 4 mil hectares sendo cultivados. "*Semeamos de avião e colhemos com máquinas*" – diz Ludwig. "*Tivemos duas colheitas por ano, dez toneladas por hectare, um rendimento elevado, em padrões mundiais*".

O objetivo dele era 140 mil toneladas por Ano. "*Os motoristas das segadeiras são extremamente talentosos se considerarmos que eles nunca dirigiram nada maior do que uma canoa. Jogamos fora seus remos e os pusemos nas máquinas. Em duas semanas, eles fizeram um bom trabalho. Estou certo que se alguns gerentes fossem tão rápidos para aprender quanto eles tudo seria melhor. É muito difícil fazer um bom trabalho com más ferramentas. A dificuldade é que ninguém quer viver no Jari. Muito longe do brilho das luzes de uma grande cidade. Mas o clima é adorável!*"

Certa vez, fui com Ludwig visitar magnífica plantação de pinheiros, onde as árvores são plantadas em fileiras pares, como ele imaginou muito tempo atrás. "*Sempre quis plantar árvores como* fileiras *de milho. Não há motivo para que isso não possa ser. Feito*". Mencionei as preocupações dos ecologistas de que

ele era o típico predador, envolvido num esforço para destruir a grande floresta primitiva brasileira, o que ocasionaria negativa repercussão mundial. "*A erosão obstruiria rios – dizem eles – e um número incontável de plantas, animais e indígenas morreria*".

Outros predizem mudanças arrasadoras no clima por causa da queimada: o aumento de dióxido de carbono na atmosfera aumentará a temperatura, derreterá o gelo polar e os oceanos, aumentados de nível, inundarão as cidades. "*Diabos, foi só isso que fiz de errado? Alguns brasileiros me acusaram de ter roubado um pedaço de seu país, estabelecendo um império particular e criando meu próprio exército. Mas isso não é nada.*

Uma revista norte-americana disse que eu sou o grande mercador da morte na Amazônia, metralhando os índios do Xingu e enterrando aldeias com meus tratores. Esses idiotas não sabem nem me situar no rio certo. É uma distância danada de grande do Jari até o Xingu! É claro que esses idiotas jamais mencionariam o hospital do Jari, mesmo se estivessem informados sobre ele. Começamos com 1 médico e 4 pacientes. Agora temos 22 médicos e os pacientes estão chegando de todos os brejos do Pará e do Amapá. Fazemos o melhor que podemos por eles".

Refleti sobre os problemas de saúde do próprio Ludwig. Só consegue ficar em pé à custa de grande esforço; sente sempre muitas dores, e recusa drogas. Teve a espinha atingida na explosão de um navio há muitos anos, e o mal está piorando. Quando viaja de avião, compra três ou seis assentos na traseira da aeronave, a fim de que possa deitar-se e esticar o corpo – daí a lenda de que Ludwig é tão pão-duro que só viaja na classe turística. Tem muita fé nos médicos.

Infelizmente, eles estão sempre lembrando-lhe a idade e dizendo-lhe para ir devagar. Os médicos convenceram-no também de que, uma vez que não tem herdeiros, deveria deixar sua fortuna para a pesquisa do câncer. Apesar de eu não ter nada com isso, uma vez mencionei a Ludwig minha crença no maior merecimento da pesquisa de outras doenças. A do câncer já é maciçamente patrocinada e progredira muito pouco na década passada. Ele replicou que sua decisão foi guiada pelo fato de que a maior parte de seus velhos amigos morrera de câncer. Repentinamente, dei-me conta de quão solitário ele devia ser. A mulher dele já passou dos oitenta anos e recentemente quebrou um lado da bacia, e depois o outro.

A Necessidade de Novos Investimentos

Em 26.10.1979 Ludwig entrou na grande fábrica de celulose pela primeira e última vez. Ele me encontrara lá antes do amanhecer para tirar retratos em frente da usina de energia. Dormira apenas duas horas, parecia exausto e suas costas o estavam matando de dores, apesar disso mostrou-se cortês e bem-humorado. Enquanto esperávamos pela luz do dia, perguntou-me se eu me incomodava caso ele fugisse uns dez minutos para dar uma olhada na usina.

Ele chegara ao Brasil ano e meio atrás, mas nunca entrara lá.Quando retornou, perguntei-me em voz alta por que ele nunca tinha inspecionado aquela enorme estrutura, que era de longe o projeto mais caro de toda a sua vida. – "*Bem, a conquista é que é excitante. Uma vez conseguido, há que esquecer e preocupar-se com o futuro. Mas se Deus for bondoso e eu não morrer, nem ir à falência, e o dinheiro não acabar... em mais dez anos este projeto estará trazendo um bom dinheiro para o Brasil*". – Por que não mais cedo? – "*Não estamos livres de embaraços.*

Não consigo uma definição legal dos limites de nossas propriedades. Não consigo permissão da Eletrobrás para construir uma hidrelétrica rio acima. Pior que tudo, não consigo autorização para trazer do Japão uma fábrica flutuante de papel. Com isso conseguiremos fabricar nosso próprio papel aqui, com a nossa própria matéria-prima. Poderíamos utilizar outra fábrica de papel. Se eles não me deixarem terminar o projeto, não sei como conseguirei dar a volta por cima. Sou otimista. Mas, neste mundo de Deus, o único meio de fazer com que isto vá para frente é trazer outra plataforma do Japão.

Para construir uma similar no Brasil, segundo os cálculos, precisaríamos de um mínimo de 6 anos e os custos seriam 200 por cento mais elevados. 200% a mais! Seis anos!" – O senhor se arrepende de ter entrado nesse negócio? – "*Bem, se não tivéssemos topado a parada, não teríamos aprendido nada. Se eu, pessoalmente, não puder tirar proveito da experiência, o Brasil poderá, por exemplo, explorar algumas das novas madeiras que tentamos vender na Europa. Temos 400 espécies diferentes de essências em nossas terras. Sou como a garota que teve de ficar grávida para ver o que era gostoso. Simplesmente, espero não ter que abortar*". Ao pôr-do-sol, tirei uma fotografia dele na usina e penso que se sentiu tão orgulhoso quanto ousava sê-lo. Saímos e chegamos a um lugar onde os trabalhadores estão queimando os restos de uma velha ponte. Ludwig mandou o carro parar, saltou e retirou uma tábua do fogo.

"*Olhe aqui*" – gritou ele para o feitor. "*Esta tábua é de mogno brasileiro. É a madeira mais maravilhosa que existe no mundo. Faça alguma construção com ela, venda-a, mas não a desperdice queimando-a desta maneira!*" O Sol estava desaparecendo.

Ele diminuiu novamente a marcha do carro e se virou para mim. – “*Não é verdade que o Jari é o lugar mais bonito que você já viu, em toda a sua vida?*” A última vez que vi Ludwig ele estava indo para o trabalho, como de costume, em seu escritório de Nova Iorque. Recuperava-se de uma operação e andava com duas bengalas e uma enfermeira ao lado. Eu tinha ouvido dizer que estavam vendendo o Jari e fiquei imaginando que outro projeto ele estaria planejando para o futuro. Lembrei-me de nosso breve encontro na floresta de pinheiros do Jari.

Ludwig ficou sem dizer nada e eu tinha fotografado a nova floresta de celulose que substituíra a velha mata do Jari. Fiquei pensando que tudo aquilo era a consequência do rush das comunicações, da atual demanda de papel e do programa elaborado por Ludwig para dar uma resposta a esse desafio do século 21. Acabei dizendo: Esses ecologistas que querem derrubá-lo deveriam pensar que toda essa celulose torna possível a publicação de suas críticas. Por que eles não culpam Gutenberg e sua descoberta da imprensa? – “*Quem é o diabo desse Gutenberg?*”, perguntou D. K. Ludwig. – “*Um amigo seu, por acaso?*” Será que ele estava brincando? Jamais poderei saber. (MANCHETE, N° 1.555)

Revista Manchete, n° 1.555
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 06.02.1982

Economia
[Allan Caruso]

Projeto Jari
A Nacionalização Feita por Empresários

A maior transação empresarial brasileira dos últimos anos, comportando maciços investimentos do setor privado, foi finalmente concretizada após reunião, em São Paulo, de representantes de 23 empresas nacionais, para acertar as bases de compra do tão questionado Projeto Jari – um enorme empreendimento agropecuário, erguido [...] pelo bilionário americano Daniel Keith Ludwig [...].

Os Números do Projeto Jari

Há cerca de 15 anos Daniel Ludwig lançava às margens do rio Jari quase 1 bilhão de dólares para a realização de um projeto presumidamente inigualável. Com a mais sofisticada tecnologia, ele implantou em meio à densa selva tropical:

- ✰ Uma fábrica de celulose;
- ✰ 100 mil hectares de floresta marginal para abastecê-la;
- ✰ A maior plantação continua de arroz do mundo;
- ✰ Uma fábrica de beneficiamento de caulim;
- ✰ 4,6km de ferrovia e 4 mil e 800 de rodovia;
- ✰ Uma serraria;
- ✰ Um porto de navios de até 40 mil toneladas;
- ✰ Um rebanho de 7 mil bovinos e 5 mil búfalos;
- ✰ 3 vilas; e,
- ✰ 2 cidades modernas e confortáveis, onde vivem, direta ou indiretamente ligadas ao projeto, aproximadamente 50 mil pessoas.

Apesar do volume de dinheiro investido, a realização desse projeto, que se transformou na primeira experiência de ocupação do solo amazônico, não pode na realidade ser avaliada friamente, em termos de preço, em face da incalculável relação custo/benefício que a implementação completa da iniciativa iria produzir. Isto porque os planos do projeto não se encerravam naquela realidade fantástica já construída na Amazônia.

Outro bilhão de dólares iria ser investido a médio prazo na construção de uma hidrelétrica; na exploração da bauxita; numa fábrica de alumínio e em um grande complexo industrial para a fabricação de papel. Entretanto, há indícios de que esses seriam apenas os primeiros passos de uma outra caminhada, a ser dada a longo prazo, objetivando um projeto bastante mais ousado: a busca de soluções para a crise de energia e insumos básicos no mundo ocidental. A utilização racional da carboquímica, por exemplo, que poderá transformar a madeira na maior fonte de riquezas do mundo moderno.

Do Sonho ao Pesadelo

Foi apenas uma questão de tempo. Quando, em 1967, o empreendimento começou a ser executado numa enorme faixa de terra entre o Pará e o Amapá, Ludwig pensava em um projeto integrado economicamente e autossuficiente em tudo.

Seriam construídas cidades de porte médio, dentro dos padrões paraenses, para mais de 50 mil habitantes. Ao mesmo tempo estariam sendo desenvolvidos e implementados o reflorestamento, a silvicultura, o cultivo do arroz, bauxita refratária, compensados e papel, além de uma hidrelétrica para 600 mil kW.

Esses planos, contudo, ficaram apenas no início. A falta de racionalidade e os erros cometidos seguidamente por altos executivos de confiança de Ludwig começaram a preponderar. Os gastos supérfluos foram se tornando uma constante. Projetos considerados factíveis mostraram-se inviáveis logo após a sua implementação. O do arroz foi um deles. Neste ano já deveriam estar sendo colhidas 140 mil toneladas, numa área de 16 mil hectares.

No entanto a produção foi inferior a 17 mil toneladas, porque até agora, a área plantada não chega a 3.500 hectares, deixando, por consequência, completamente ociosa uma moderna usina de beneficiamento, com capacidade para 80 mil toneladas. A todos esses fatores negativos, de ordem técnica, administrativa e climática adversa, juntaram-se outros, de ordem conjuntural, como o da economia mundial em crise e o dos custos financeiros excessivamente elevados, que levariam o empreendimento a um colapso total se não fossem encontradas soluções alternativas para os graves problemas que começaram a surgir com a operacionalização inadequada de todo o projeto.

Com o correr dos anos os prejuízos foram se avolumando e os déficits crescendo. Somente nos três últimos anos a Jari Florestal e a Agropecuária acumularam prejuízos reais superiores a 36 bilhões de cruzeiros. Para se ter uma ideia melhor da situação atual, basta dizer que o déficit de caixa mensal do Jari, incluindo custos financeiros, é de 6 milhões de dólares. Os prejuízos de 5,6 bilhões de cruzeiros, em 1979, se elevaram para 11 bilhões de cruzeiros, em 1980, devendo atingir a casa dos 20 bilhões de cruzeiros em 1981, quando as contas daquele exercício forem encerradas.

A Ação do Governo

De início, as autoridades de Brasília declararam, formalmente, que não iriam intervir no Projeto Jari e nem mesmo interferir nos aspectos econômicos e financeiros do empreendimento, apesar das inúmeras questões fundiárias existentes na área ocupada pelo projeto e de sua importância para o desenvolvimento da região. Até mesmo outros sérios problemas afetos à área de Segurança Nacional pareciam não pesar na linha de conduta oficial.

Isso, entretanto, acabou não acontecendo. O governo entrou no negócio e entrou fundo, desde os ministros de estado das áreas envolvidas até o próprio Presidente da República, que pessoalmente se manteve informado do desenrolar das gestões feitas para a concretização do acordo.

A ideia da nacionalização do projeto começou a ganhar corpo, embora as autoridades do Planalto, em princípio, tivessem evitado a negociação direta para afastar qualquer hipótese de estatização do empreendimento. Jari deveria ser nacionalizado, mas pertencendo à iniciativa privada.

Daí a convocação do industrial brasileiro Augusto Trajano de Azevedo Antunes, grande amigo de Ludwig, para uma espécie de missão nacional – intermediar a transação, objetivando fundamentalmente dois pontos: – o interesse nacional de manter vivo um projeto destinado, juntamente com Carajás, a se transformar no polo dinâmico da economia brasileira no próximo século; e – a nacionalização do empreendimento, mantendo-o na iniciativa privada através da formação de um consórcio de empresários nacionais que viabilizasse a fórmula de refinanciamento da dívida pelo estado, sem caracterizar mais um caso de estatização de uma empresa particular.

A Solução Encontrada

O trabalho de Azevedo Antunes, para atingir os objetivos traçados, foi exaustivo e levou quase dois anos. Experimentou marchas e contramarchas, levando-o; por vezes, a pensar em desistir da empreitada. Porém os obstáculos, quase intransponíveis, foram aos poucos sendo superados, tendo sua missão alcançado pleno sucesso – a compra do projeto e a criação da Companhia Jari. Para esse êxito, Antunes contou,

entre outras, com a importante ajuda do advogado José Luiz Bulhões Pedreira, contratado por Daniel Ludwig e designado também pelo governo brasileiro como intermediário entre o estado e os empresários nacionais que irão integrar o novo grupo econômico.

A Nova Companhia

Vinte e duas empresas nacionais, além do Grupo Caemi, pertencente a Azevedo Antunes, resolveram comprar o Projeto Jari e para tanto decidiram pela constituição oficial da Companhia Jari, com investimentos da ordem de 100 milhões de dólares, sendo 40 milhões de dólares do Grupo Caemi e os outros 60 milhões de dólares divididos entre os outros 22 grupos nacionais que integram a nova empresa. Além dos 100 milhões de dólares dos empresários, o Banco do Brasil entrará com 180 milhões de dólares, assumindo parte da dívida contraída por Ludwig para importar a fábrica de celulose do Japão. Esses 280 milhões de dólares, que serão injetados no curso dos próximos três anos, são considerados suficientes para a manutenção da nova empresa até 1985, quando se espera que ela se torne autossuficiente. De acordo com o protocolo firmado com Daniel Ludwig, a Companhia Jari incorporará a Jari Florestal e a Caulim da Amazônia, além de reservas de bauxita refratária. Os outros projetos que compõem o empreendimento global poderão ser, no futuro, também incorporados pela Companhia Jari.

A Assinatura do Contrato

A cerimônia da formalização da transferência do Projeto Jari a grupos nacionais foi realizada em Brasília, na presença do Presidente da República, João Figueiredo, de diversos ministros de estados e de dirigentes de empresas estatais, além de inúmeros empresários brasileiros. [...]

A ODISSÉIA DO JARI

M
AMAZÔNIA

Em 1967, o milionário americano Daniel Ludwig sonhou construir na Amazônia um monumental conjunto de indústrias. Comprou 1,6 milhão de hectares de terras onde o Pará e o Amapá se confundem. Aos 70 anos de idade, tinha pressa. Por isso ele, que nunca foi um jogador, apostou alto nesse lance, o mais excitante de sua carreira. Investiu um bilhão de dólares do seu dinheiro e, audacioso, mandou vir do Japão uma fábrica de celulose, construída e transportada sobre duas balsas, através de três oceanos, numa viagem de 87 dias. Quinze anos mais tarde, desencantado, perdia a aposta e vendia o Projeto Jari. Hoje, às vésperas de tornar-se lucrativo, o empreendimento continua sendo um desafio. Dessa vez, não mais de um homem só, mas de um grupo de empresários e simples cidadãos brasileiros, que têm depositadas naquele imenso latifúndio as suas esperanças.

DEBORAH BERMAN
FOTOS: JOÃO MÁRIO NUNES

Imagem 63 – Projeto Jari (Manchete, n° 2.256)

M JARI

A celulose, a bauxita e o caulim garantem a economia da região

Jari produz 300 mil toneladas de celulose / ano e tem, segundo Nelson Lubi, a maior floresta de eucalipto do mundo. Carlos Henrique gerencia a usina de bauxita.

Nos campos naturais de várzea, a Jari cria 15 mil cabeças de búfalos mediterrâneos, indianos e indochineses.

Na Fazenda Saudade, Benedito da Silva Neto, 44 anos, à frente do gado, equilibra-se no seu cavalo. O rio Jari é o campo do vaqueiro.

Um carregamento de oito mil toneladas de celulose é embarcado para a Antuérpia. Da produção total da fábrica, 90% seguem para os mercados internacionais. Na margem esquerda do rio Jari, a indústria de beneficiamento de caulim, um minério utilizado no branqueamento do papel.

Imagem 64 – Projeto Jari (Manchete, n° 2.256)

O Presidente do Novo Grupo

Para presidir a companhia foi escolhido o empresário carioca Sérgio Quintella, que destacou entre outros fatos a importância do modelo associativo do novo grupo empresarial, até mesmo para o desenvolvimento de Carajás, pois ele quebrou o tabu de que os grupos empresariais não se associam. Para Sérgio Quintella o Jari é um bom negócio para todos os que dele fazem parte.

No morro do Felipe, uma área de corte, onde o motosserrista derruba até 200 árvores por dia.

Os plantios de florestas cultivadas são intercalados com faixas de 400 metros de largura de matas nativas, que protegem os rios e as encostas.

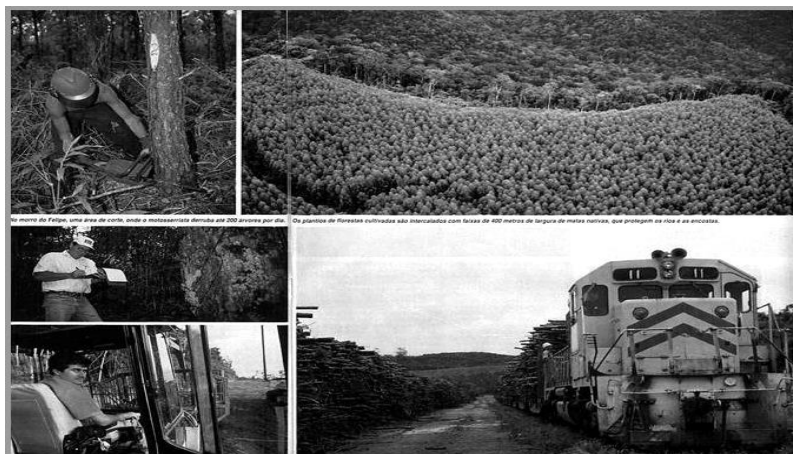



Imagem 65 – Projeto Jari (Manchete, n° 2.256)

JARI

Os sonhos e esperanças de 70 mil pessoas estão plantados naquele pedaço da Amazônia

"O QUE EU GANHO NO JARI DÁ PARA O NOSSO SUSTENTO"

O BEIRADÃO JÁ FOI CHAMADO DE O MAIOR CABARÉ DO BRASIL

O casal José Maria e Eunice Lopes, com as filhas, sobrinhos e netas Anne Pamela, Sálua Cristiane, Tamara Tamy, Natasha Chelsea e Ingrid Talita.

O rio separa os Municípios de Monguba de Vitória do Jari, mais conhecido como Beiradinho, onde cerca de cinco mil famílias vivem em casas de palafitas

No Beiradão, Montana fatura R$ 60,00 por dia com o aluguel de videogames. A loja Detonando Games funciona em sua própria casa.

Imagem 66 – Projeto Jari (Manchete, n° 2.256)

Por 350 milhões de cruzeiros, para cada integrante do grupo, é bom negócio participar. Sobre a nova programação do Jari, Quintella esclareceu que ela será objeto de aprofundados estudos, devendo sua elaboração levar de 6 a 12 meses, quando então estará em condições de ser submetido aos acionistas para aprovação. Contudo, concluiu Quintella, é preciso, desde já, desmistificar o Projeto Jari, que por muitos anos foi envolvido em denso mistério. (MANCHETE, N° 1.555)

Revista Manchete, n° 2.256

Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 01.07.1995

30 Anos Depois
A Odisseia do Jari

[Deborah Berman e João Mário Nunes]

Em 1967, o milionário americano Daniel Ludwig sonhou construir na Amazônia um monumental conjunto de indústrias. Comprou 1,6 milhão de hectares de terras onde o Pará e o Amapá se confundem. Aos 70 anos de idade, tinha pressa. Por isso ele, que nunca foi um jogador, apostou alto nesse lance, o mais excitante de sua carreira. Investiu um bilhão de dólares do seu dinheiro e, audacioso, mandou vir do Japão uma fábrica de celulose, construída e transportada sobre balsas, através de 3 oceanos, numa viagem de 87 dias. Quinze anos mais tarde, desencantado, perdia a aposta e vendia o Projeto. Hoje, às vésperas de tornar-se balzaquiano, o empreendimento continua sendo um desafio. Dessa vez, não de um só homem, mas de um grupo de empresários e cidadãos brasileiros, que têm depositadas naquele imenso latifúndio as suas esperanças.

A Celulose, a Bauxita e o Caulim Garantem a Economia da Região Em Plena Floresta, a Ambição de Abrigar a Maior Indústria de Celulose do Brasil

Na década de 60, Daniel Ludwig imaginou que o "*rush*" das comunicações aumentaria a demanda de papel no mundo. A profecia estava certa, mas o empresário estava adiantado no tempo. O negócio de celulose prosperou, só que era tarde demais para o milionário que costumava dizer: "*Na vida, é preciso ter sorte e um pouco de discernimento*".

Na falta do primeiro requisito, em 1982, ele sucumbiu e vendeu o seu projeto mais ambicioso a um "*pool*" de empresas brasileiras, sob o comando da Caemi, presidida por Trajano de Azevedo Antunes. De lá para cá, o Jari insistiu em contrariar a fama de caveira de burro, e já começa a despontar como um empreendimento rentável. "*Podemos ser a maior indústria de celulose do país*", diz o catarinense Lineu Wadousky, diretor florestal.

Pesquisa Florestal Para Evitar os Erros do Passado

Há seis anos morando em Monte Dourado – a vila criada por Ludwig e espécie de capital da região – ele gosta do desafio: "*O Jari é como um menino de rua. Teve infância, mas pulou direto para a idade adulta. Queimou etapas e, por isso, tem problemas que precisamos enfrentar sem errar muito*". Para não repetir os desacertos dos tempos pioneiros, quando mais de cinco mil hectares derrubados se mostraram impróprios para o plantio, só este ano, a Jari Celulose S.A. destinou US$ 900 mil dólares para projetos na área florestal. Roberto Miranda Pacheco, responsável por este trabalho, atravessa as estradas que cortam as matas cultivadas com o olhar atento do pai que supervisiona o crescimento do filho.

Os Sonhos e Esperanças de 70 mil Pessoas Estão Plantados Naquele Pedaço da Amazônia

Um programa de reservas genéticas, em convênio com a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], abrange 34.500 hectares de florestas preservadas, onde 10.000 árvores de 630 espécies diferentes já foram catalogadas e marcadas como matrizes de sementes. As plantações de Pinus e Eucaliptos ocupam 78 mil hectares – 5% do total da área de propriedade do Jari.

Por ano, cerca de 30 milhões de mudas de árvores comerciais são produzidas para serem transformadas em celulose na fábrica que Ludwig mandou vir do Japão. Neste processo, as toras de Pinus e Eucaliptos são descascadas e picadas até virarem cavacos. Os cavacos são peneirados e vão para uma espécie de panela de pressão, onde recebem vapor e o tempero de produtos químicos. Durante o cozimento, as fibras se separam e daí sai a primeira pasta de celulose. A cada ano, a produção aumenta. Mas, apesar do faturamento, que hoje vai de US$ 180 a US$ 200 milhões anuais, e do bom preço da celulose no mercado, acima de US$ 800,00 a tonelada, a empresa continua fechando a sua contabilidade no vermelho.

Os encargos de infraestrutura – da rede escolar à assistência médica –, que nunca viram contrapartida do poder público, representam um ônus pesado para a companhia. "*Além disso, os custos de produção são altos e a nossa base florestal ainda não está muito boa*", explica Nelson Lubi, diretor industrial da Jari Celulose S.A. Mesmo assim, a empresa está entre as 15 maiores do mundo no setor, e Lubi diz:

> Nossa expectativa é ter a maior floresta de eucalipto do mundo. Sem querer parecer uma projeção "*jarilina*", até 98 queremos ser a melhor.

"O Que eu Ganho no Jari dá Para o Nosso Sustento"

Como o Jari, com sua fábrica de celulose e usinas de caulim [Cadam S.A.] e de bauxita refratária [MSL Minerais S.A.], constitui o principal núcleo econômico da região, se o sonho de Lubi virar realidade, quem sai ganhando são os cerca de 70 mil habitantes daquela região. Muitos deles ali chegaram ainda no tempo de Ludwig e depositam naquelas terras a sua última esperança de uma vida digna.

Há duas décadas, José Maria das Mercês Lopes, o Piquiá, 49 anos, fugiu de uma namorada em Belém e foi para Monte Dourado, onde acreditava existir uma colônia de plantação de pimenta. Foi reprovado no teste para motorista de picape, acabou arranjando emprego na Cadam.

Nunca mais saiu: "*Deus foi me iluminando. Fui pegando os conhecimentos e agora sou supervisor na fábrica. Tenho três filhas e sete netos nascidos e criados aqui. Como nenhuma das moças casou, mandei capar. O que eu ganho no Jari dá para o nosso sustento. Por isso, não penso em ir embora. Para viver particularmente está muito difícil*". Piquiá mora do lado paraense do rio Jari. Em frente, no Estado do Amapá, fica o Beiradão, oficialmente registrado como Laranjal do Jari. Nascido à revelia de Daniel Ludwig, cerca de 50 mil pessoas ali equilibram suas casas sobre palafitas.

O Beiradão já foi Chamado de o Maior Cabaré do Brasil

Sem esgoto e água encanada, o lugar é uma espécie de cidade dormitório da mão-de-obra das empreiteiras que prestam serviços à fábrica de celulose ou às minas de caulim e de bauxita, além de colonos, garimpeiros, comerciantes e prostitutas. Beiradão já foi chamado de "*o maior cabaré do Brasil*". [...] (MANCHETE, N° 2.256)

Jornal do Brasil, n° 70

Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 18.06.2001

Economia
Jari Construirá, em Julho, Maior Usina da Amazônia

8 JORNAL DO BRASIL — SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2001

Economia

Jari construirá em julho maior usina da Amazônia

As empresas do Jari, em Monte Dourado, terão 100 MW da usina

BRASÍLIA – A Jari Energética, subsidiária do projeto de produção de celulose na floresta amazônica, vai iniciar a construção da maior hidrelétrica particular da Amazônia, até o fim de julho. Com investimento previsto de R$ 100 milhões, a usina vai gerar 100 megawatts com a vantagem ambiental das turbinas funcionarem a fio d'água, ou seja, aproveitando o fluxo natural do rio Jari, sem a necessidade de um reservatório.

Com isso, a hidrelétrica do projeto Jari será a única da região a não prever a inundação de florestas. O objetivo é resolver a demanda energética das principais empresas consumidoras do Amapá: a Jari Celulose e a Caulim da Amazônia. os problemas com o fornecimento de energia na área existem desde que o Projeto Jari foi concebido no fim da década de 60 pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig, já falecido.

Energia extra – A usina deverá estar pronta no primeiro semestre de 2004. Vai atender prioritariamente as fábricas de celulose e de caulim – usados, respectivamente, na produção de papel e indústria gráfica – além da vila residencial da empresa, em Monte Dourado, no norte do Pará. A energia excedente será vendida para a Eletronorte, estatal encarregada da gerar energia na Amazônia.

Em fevereiro de 2000, o grupo Orsa comprou a Jari Celulose, que pertencia ao grupo Caemi, da área de mineração. Os novos donos já tinham em mente a construção da hidrelétrica da Cachoeira de Santo Antonio, na divisa do Pará com o Amapá.

Na verdade, o comprador assumiu uma dívida de US$ 300 milhões, herdada do grupo Caemi, um segmento do maior grupo mineral brasileiro montado desde a década de 50 pelo empresário Augusto Trajano Azevedo Antunes, já falecido.

Subsídio oficial – A favor da Caemi, o governo brasileiro patrocinou financiamento vantajosos para nacionalizar o projeto Jari, atendendo reivindicações de setores nacionalistas e de esquerda. Era um protesto contra um projeto de megainvestidor estrangeiro.

A futura hidrelétrica vai substituir a usina termelétrica de 50 megawatts trazida do Japão, pelo oceano, até o Amapá, numa megaoperação realizada em 1977. A termelétrica navegou 20 mil quilômetros numa estrutura flutuante.

A engenhosa viagem foi concebida para suprir uma das principais deficiências do complexo agroindustrial de US$ 800 milhões montado por Ludwig em uma área de 1,6 milhão de hectares entre o Pará e o Amapá. (A.G.)

Imagem 67 – Jari Energética (Jornal do Brasil, n° 70)

Brasília – A Jari Energética, subsidiária do projeto de produção de celulose na floresta amazônica, vai iniciar a construção da maior hidrelétrica particular da Amazônia, até o fim de julho. Com investimento previsto de R$ 100 milhões, a usina vai gerar 100 MW com a vantagem ambiental das turbinas funcionarem a fio d'água, ou seja, aproveitando o fluxo natural do rio Jari, sem a necessidade de um reservatório. Com isso, a hidrelétrica do Projeto Jari será a única da região a não prever a inundação de florestas. O objetivo é resolver a demanda energética das principais empresas consumidoras do Amapá: a Jaú Celulose e a Caulim da Amazônia. Os problemas com o fornecimento de energia na área existem desde que o Projeto Jari foi concebido no fim da década de 60 pelo milionário norte-americano Ludwig, já falecido.

Energia Extra – A usina deverá estar pronta no primeiro semestre de 2004. Vai atender prioritariamente as fábricas de celulose e de caulim – usados, respectivamente, na produção de papel e indústria gráfica pronta além da vila residencial da empresa, em Monte Dourado, no norte do Pará.

A energia excedente será vendida para a Eletronorte, estatal encarregada da gerar energia na Amazônia. Em fevereiro de 2000, o grupo Orsa comprou a Jari Celulose, que pertencia ao grupo Coará, da área de mineração, Os novos donos já tinham em mente a construção da hidrelétrica da Cachoeira de Santo Antônio, na divisa do Pará com o Amapá. Na verdade, o comprador assumiu dívida de US$ 300 milhões, herdada do grupo Caemi, um seguimento do maior grupo mineral brasileiro montado desde a década de 50 pelo empresário Augusto Trajano Azevedo Antunes, já falecido.

Subsídio Oficial – A favor da Caemi, o governo brasileiro patrocinou financiamentos vantajosos para nacionalizar o Projeto Jari, atendendo reivindicações de setores nacionalistas e de esquerda. Era um protesto contra um projeto de megainvestidor estrangeiro. A futura hidrelétrica vai substituir a usina termelétrica de 50 MW trazida do Japão, pelo oceano, até o Amapá, numa megaoperação realizada em 1977. A termelétrica navegou 20 mil quilômetros numa estrutura flutuante. A engenhosa viagem foi concebida para suprir uma das principais deficiências do complexo, agroindustrial de US$ 800 milhões montado por Ludwig em uma área de 1,6 milhão de hectares entre o Pará e o Amapá. (JB, N° 70)

O Novo Argonauta VI
(José Agostinho de Macedo)

[...] Hei mister outra voz, estro mais alto,
Outro fogo que escalde a fantasia;
Outros pincéis insólitos que tracem
O desusado quadro. Apenas soa
A voz da Fama nos doirados Paços ([64]),
E do Monarca enternecido à vista
Tão estranho espetáculo se mostra,
E o vacilante Barco as praias toca;
E desde a popa o triunfante Nauta
Alça a voz, e anuncia a liberdade,
E da Pátria o grilhão quebrado e roto.

Nunca no peito humano afetos tantos
Entraram de uma vez! Dum lado, assombro
De ver domado o túmido Oceano,
Vencida a estrada perigosa, imensa
Para um mortal, que as ondas assoberba
Em tão pequeno Lenho; e doutro lado,
Da libertada Pátria a imagem doce,
Dos Vassalos o amor ao Trono Augusto,
Com caracteres imortais expresso
No grão Navegador, que ao Soberano
Da vitória imortal conduz o brado,
E a cena expõe da mísera derrota
De avarentos, cobardes opressores [...]

---

[64] Paços: o piloto Manuel de Oliveira Nobre foi recebido no Rio de Janeiro com aquelas demonstrações e aplausos que merecia uma ação tão heróica, inspirada pelo patriotismo, e por ele conduzida: ação de que não se acha um só exemplo, quando se considera a pequenez da embarcação em que este grande homem se atreveu a passar o Oceano na sua maior extensão. Foi recebido por Sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor com muita satisfação, por entre vivas e admiração da Corte: foi condecorado com a insígnia da Ordem Militar de Cristo e com a patente de Tenente da Armada Real, e seus companheiros igualmente condecorados com uma medalha de honra ganhada numa ação que assombra a presente idade, e assombrará a futura.

Expedição Alemã ao Jari

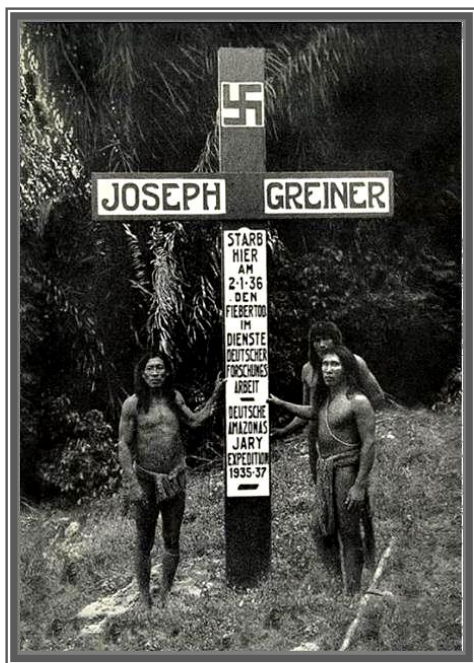



Imagem 68 – Cruz de Greiner

No capítulo anterior constatamos que os repórteres da "*Revista Manchete*" encontraram, em um pequeno cemitério no Jari, uma cruz tombada, com uma suástica, marcando o local onde fora enterrado o alemão Joseph Greiner, membro de uma "*Expedição Científica Germânica*" à região amazônica, que ali falecera em 02 de janeiro de 1936.

Vamos reproduzir, na íntegra, três interessantes artigos publicados pela mídia nacional a respeito da reais intenções da expedição nazista que, na década de 30, passou desapercebida pelos editores da "*Gazeta de Notícias*" e do "*Correio Paulistano*", mas que, anos mais tarde, mereceria especial atenção da Revista Super Interessante apresentando-nos a manobra maquiavélica arquitetada nos subterrâneos da cúpula nazista.

Gazeta de Notícias, n° 187
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 09.08.1935

Na Véspera da sua Sensacional Expedição ao Jari

Fala à "*Gazeta de Notícias*" o Jovem Cientista Alemão Sr. Schulz-Kampfhenkel, que Pretende Estudar as Nossas Florestas com o Auxílio de um Pequeno Avião

Uma Viagem que Mereceu da Legação Brasileira em Berlim os mais Francos Aplausos e que o Governo do Reich Oficializou

Gazeta de Notícias teve ontem ensejo de avistar senhor Schulz-Kampfhenkel, que em breve, em companhia dos Srs. Gerd Kahle e Krame pretende realizar uma excursão de estudos zoológicos à zona do rio Jari, no Estado do Pará.

O sr. Schulz-Kampfhenkel é uma expressão brilhante da moderna geração, essa geração que ora está surgindo cheia de vida e de coragem, disposta a levar de roldão todos os obstáculos que ainda estão entravando a marcha da civilização. Tem vinte e poucos anos, mas fala várias línguas, possui uma biografia cheia de triunfos e já é um nome conhecido e acatado nos meios científicos europeus. Logo que abandonou os bancos escolares, a sua paixão pela zoologia levou-o aos mais afastados rincões da África, numa viagem que ficou célebre.

Os resultados dos seus estudos no hinterland africano deram-lhe tal prestígio que o governo do Reich resolveu oficializar a sua, próxima viagem ao Jari, cujas derradeiras notícias científicas datam de 1891 e cuja maior parte ainda permanece desconhecido da humanidade.

Nas Vésperas da sua Arriscada Aventura

Palestrando com o repórter da "*Gazeta de Notícias*" o sr. Schulz-Kampfhenkel disse o seguinte:

> Dediquei-me, desde há anos, à ciência, e com especialidade ao estudo da fauna das matas virgens tropicais. Para esse fim, com a ajuda do Jardim Zoológico de Berlim realizar uma viagem de estudos, que me levou para as grandes florestas virgens da Libéria, na África, Ocidental. Viajando pelos grandes rios que percorrem aquela região, veio-me a ideia de que o emprego de pequenos aviões em tais viagens devia ser de real vantagem. Assim, de volta à Berlim, tratei de me fazer piloto, ao mesmo tempo que estava ocupado com a verificação exata dos resultados de minha primeira viagem. Não tardei em receber os diversos brevês de aviador, depois de um treinamento intenso, e então achei chegado o momento para iniciar os preparativos para uma nova viagem em que empregaria o avião, podendo dessa maneira verificar a exatidão das minhas teorias sobre o valor da aviação nas viagens científicas. Como a Amazônia conta entre as partes cientificamente mais interessantes do globo, possuindo uma das mais ricas faunas do mundo, resolvi experimentar as minhas teorias naquelas zonas, e dessa maneira começaram os preparativos para a primeira viagem de estudos zoológicos em que será empregado um pequeno avião com flutuadores.

A Miragem Sedutora da Amazônia

O nosso ilustre entrevistado prossegue:

> Como já frisei, o território da Amazônia constitui uma das zonas florestas mais ricas e zoologicamente mais interessantes do mundo. Outra razão que me levou a escolher a Amazônia para campo dos meus estudos foi o excelente acolhimento, e o real interesse que encontrei em prol dos meus planos por parte da Legação brasileira em Berlim.

> Assim, não hesitei em formular, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores do Reich, um pedido às autoridades brasileiras para a necessária licença, tanto mais quando o governo do Reich, interessando-se igualmente por meus planos, concedeu-me os auxílios financeiros que garantem a execução do empreendimento. A época, favorável para os estudos zoológicos é a estival, que se estende até janeiro. Assim, para não perder tempo, arrumei as malas e fiz-me de viagem para Belém do Pará, onde deixei os meus companheiros Gerd Khale e Krause entregues à arrumação da bagagem. Tomando passagem para o Rio, aqui estou a fim da apresentar-me ao governo, e renovar-lhe pessoalmente, o pedido de licença, de bom acolhimento de meus planos e de ajuda moral em favor desse importante trabalho da cooperação científica teuto-brasileira. O Sr. Governador do Pará e as autoridades daquele Estado nortista, bem como as daqui receberam-me com a máxima gentileza e, assim espero, uma vez conseguida a licença aqui no Rio, retomar à Belém dentro de poucos dias, por via aérea, para, iniciar as meus trabalhos.

Os Objetivos Científicos da Sensacional Viagem

O jornalista faz várias perguntas ao sr. Schulz-Kampfhenkel, curioso por saber detalhes acerca do seu avião e dos objetivos da viagem:

> O meu avião é um pequeno aparelho desportivo, de dois lugares. O comprimento de 8 metros das asas classifica-o entre os menores aviões que existem. A máquina está provida de flutuadores e tem um raio de ação máximo de duas horas de voo. Esses característicos impedem que ele seja empregado para grandes voos de exploração, destinando-se, apenas, à verificação da via fluvial que a nossa canoa, com a bagagem terá de percorrer. Outrossim, pretendo empregar o avião para o reabastecimento com víveres e material científico de acordo com as necessidades de nossa caravana.

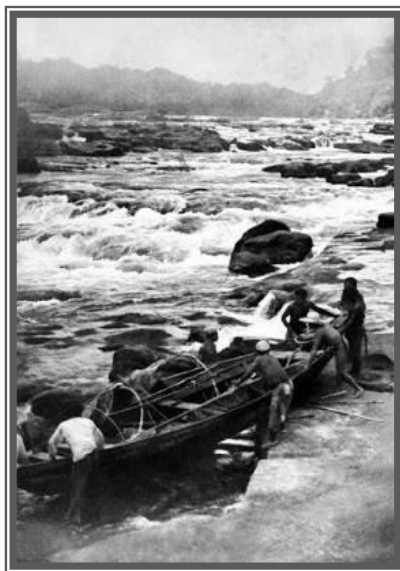



Imagem 69 – Subindo o Rio Jari

Quanto aos objetivos científicos especiais da viagem, devo frisar que eu e os meus companheiros somos zoologistas e auxiliares científicos de zoologia, com os respectivos cursos especializados. Assim. pretendemos estudar a vida animal "*In loco*", de preferência a dos mamíferos, anfíbios e répteis. Os resultados desses estudos biológicos serão publicados numa monografia científica, que certamente interessará os círculos da ciência brasileira e alemã. Outrossim, pretendemos facilitar à imprensa de ambos os países a publicação continua de nossos diários a fim de darmos conta do nosso trabalho a um círculo mais vasto possível do público leigo. Não quero concluir essa pequena exposição sem a declaração sincera, e faço-o com especial satisfação, de que jamais em outras partes do mundo e nas minhas viagens de estudos tive recepção tão amável e atenciosa como no Pará e aqui na linda Capital do Brasil o que me enche de esperanças da que dessa íntima colaboração com as autoridades brasileiras, resultem novos valores culturais apreciáveis para ambas as nações. (GAZETA DE NOTÍCIAS, N° 187)

Correio Paulistano, n° 25.155

São Paulo, SP – Domingo, 13.03.1938

Uma Expedição Alemã ao Jari

Como o Chefe-Piloto Gerd Kahle Relata as Peripécias da Acidentada Viagem – O Interesse Demonstrado pelo Marechal Goering, Ministro da Aeronáutica da Alemanha

BERLIM, 11 [Transocean] – [Especial para o "*Correio Paulistano*"] – A expedição alemã ao Jari é descrita na edição matutina do "*Berliner Tageblatt*", de hoje, pelo chefe da organização, piloto Gerd Kahle, que focalizou seus aspectos mais pitorescos.

Diz o sr. Gerd Kahle que se trata da primeira penetração na direção norte-sul, pelo Jari. Eram membros da expedição Schults-Krampfhenkel, Gerd Kahle, G. Krause e o jovem Joseph Greiner, a única vítima que a febre não poupou. Os expedicionários permaneceram em plena floresta amazônica durante 17 meses a fio.

Gerd Kahle e Kampfhenkel já eram amigos antes de partir para a aventura da expedição ao Amazonas. Conheceram-se há cerca de 5 anos, quando aprendiam a voar. O estudante de zoologia Schultz-Kampfhenkel é um dedicado amador do esporte aviatório e o aviador profissional Gerd Kahle é caçador apaixonado. Os dois juntos se completavam para a arrojada aventura. O ministro da Aeronáutica da Alemanha, Marechal Goering, informado dos projetos tios dois jovens audaciosos, pôs um hidroavião "*Heinkel*" à disposição do piloto Gerd Kahle, avião esse que foi o principal elemento da expedição.

O Relato do Chefe Piloto

O expedicionário-escritor conta: – Nossa primeira tarefa, de início, consistiu em buscar uma entrada para penetrar na mata virgem do Jari, onde antes de nós nenhum homens branco jamais pisara. Essa mata estava marcada no mapa que levávamos da região por uma mancha branca. A penetração era praticamente impossível. Os rios que cortam a mata do Jari são traiçoeiros e ninguém ao certo conhece seu curso de modo perfeito. As árvores, os troncos, que descem ao sabor da corrente águas abaixo, impedem uma tentativa de descida do nosso "*Heinkel*" com grandes probabilidades de êxito.

Não obstante, tentamos e vencemos. Foi o nosso aviãozinho, o mais moderno meio de locomoção, que apareceu naquelas longínquas paragens, despertando a quietude da floresta brasileira ao ruído do seu motor. Desembarcamos com todas as precauções requeridas pela situação. Iniciamos desde logo a instalação na orla da floresta e nos preparamos para penetrar no coração da grande mata virgem.

O serviço cartográfico que realizamos tomou-nos meio ano de trabalho. Fixamos a posição de dois rios e localizamos uma tribo de índios. Só então nos foi possível iniciar a "*viagem*" em um pequeno bote que nós mesmos construímos.

No Rio de Janeiro nos haviam afirmado que naquela região do Jari não havia mais índios selvagens. Disseram-nos que as tribos dali haviam desaparecido há muitos anos, dizimadas pelas epidemias completamente. Assim, foi com surpresa que encontramos os primeiros entes humanos tão distantes de qualquer aglomeração civilizada. E então se iniciou uma das fases mais interessantes da expedição – a vida ao lado desses indígenas.

Participamos da sua existência, assistimos às suas festas no mais autêntico colorido. Foi assim que conseguimos filmar momentos do mais vívido interesse que ontem todo Berlim viu e apreciou na sua primeira passagem pelos cinemas da nossa capital. Também fixamos cantos índios em discos de gramofone, do mais curioso efeito musical. Esses índios fizeram-nos compreender que éramos os primeiros homens brancos que haviam penetrado naquela zona e os primeiros que eles viram. Devo dizer que os silvícolas brasileiros não nos receberam precisamente com manifestações de jubilo. Ficámos muito tempo em observação, sob a aguçada desconfiança dos índios. A ligação entre nós e eles se fez lentamente. Entretanto, devo dizer que se tratam de índios bem inteligentes.

Um feliz acaso nos favoreceu. O nosso companheiro Joseph Greiner, que conosco partira do Rio, sabia falar perfeitamente o português. Os índios que nos acompanharam como remadores do nosso barquinho, compreendiam alguma coisa de português e nos fizemos compreender sem grandes dificuldades por intermédio de Greiner. Mas, os índios da mata eram outros, diferentes dos remadores e nada, absolutamente nada entendiam de português. Nunca tinham ouvido falar em homem branco. Acontece, porém, que descobrimos um deles que deixara a tribo, há tempos passados, para trabalhar numa fazenda distante, segundo nos disse mais tarde. Ali, em contato com a família do fazendeiro, aprendeu algumas palavras de português Esse pequeno cabedal serviu-nos muito. Lembrava-se ele de certas expressões e palavras e fomos para diante. Desse início partimos em conquista dos índios. Conquista pacífica, já se vê. Pouco tempo depois os principais da tribo conheciam palavras portuguesas e o entendimento entre nós melhorou dia a dia. Foi mesmo ao ponto dos índios aprenderem palavras alemãs!

É curioso notar que esses selvagens não têm nenhuma vontade de se civilizar. Não se interessaram por nossos fuzis e nossos aparelhos científicos. Não mostraram nem mesmo curiosidade de conhecê-los ou possuí-los. Parece que preferem ficar afastados da civilização...

Gerd Kahle conta, em seguida, um episódio que quase ia custando a vida nos expedicionários. Arrojadamente, ele e seus companheiros quiseram realizar um voo no pequeno hidroavião que há tanto tempo não se fazia ouvir no zumbido "*civilizado*" do seu motor. Levantaram voo sobre a floresta. Mas, talvez empolgados pela magnificência do espetáculo, esqueceram que a gasolina se consumia rapidamente. Em dado momento o motor deu sinal. O combustível chegava ao fim. Em baixo era a floresta enorme infindável, um imenso oceano verde. Nem o menor sinal de um rio. Nenhum regato apontava entre as árvores. A situação era de quase desespero.

Todos os tripulantes já haviam feito mentalmente o testamento quando surgiu entre o verde da floresta um fio d'agua, um pequeno riozinho cheio de troncos de árvores que desciam a corrente e tornavam difícil a descida. Mas, não havia remédio. Era tentar ou cair na floresta!

A tentativa foi realizada e o avião desceu regularmente na água torrentosa. Mas, dali não passou. Os troncos não permitiam qualquer movimento. Não sabiam como sair da situação. Estavam todos na angústia da espera de algum "*milagre*" quando surgiram na volta da corrente as canoas indígenas. Os selvícolas, atraídos pelo ruído do "*Heinkelzinho*" se aproximavam. Um deles, que estava só na sua canoa, fez sinal aos expedicionários que o seguissem. A pequena embarcação apenas coube para tanta gente. Pouco depois, civilizados e selvícolas chegavam ao acampamento indígena.

A expedição estava salva. Tratava-se agora de voltar ao acampamento primitivo a fim de prover o avião de combustível. Foi outro capítulo movimentado dessa aventura que terminou tão felizmente e que hoje todo Berlim comenta com simpatia. (CORREIO PAULISTANO, N° 25.155)

Super Interessante
São Paulo, SP – Terça-feira, 21.11.2017

O Plano Nazista para Roubar a Amazônia
[Emiliano Urbim]

Conheça o "*Projeto Guiana*", o Plano Alemão de Invadir a Maior Floresta do Mundo que Incluía a Construção de Hidrelétricas e a Exploração de Minerais

Em um cemitério de Laranjal do Jari, no Amapá, uma sepultura se destaca. Trata-se de uma cruz de madeira com dois metros de largura, três de altura e suástica no topo. Abaixo do símbolo nazista, palavras em alemão informam:

> Joseph Greiner faleceu aqui em 2-1-36 de morte febril em serviço de exploração para a Alemanha. Expedição Jari, 1935-1937.

Durante 17 meses, alemães exploraram o afluente do Amazonas com fins científicos – entre eles, Greiner. E seu líder, Otto Schulz-Kampfhenkel, foi além: elaborou um plano de invasão e colonização da Amazônia pelo norte do Brasil, que foi apresentado aos comandantes do Terceiro Reich. Se o seu Projeto Guiana tivesse vingado, o Amapá seria invadido por soldados de Hitler.

Schulz-Kampfhenkel, nascido em 1910, era geógrafo, explorador, escritor e produtor de filmes. Em 1931, aos 21 anos, liderou uma expedição à Libéria, na África, de onde levou vários animais [vivos e mortos] para o Zoológico de Berlim e colecionadores.

Seu livro sobre a empreitada fez sucesso, e o jovem Otto ganhou moral entre os nazistas, recém-chegados ao poder e interessados em mandar pesquisadores para os quatro cantos do planeta. Sim, aqueles vilões dos filmes do Indiana Jones têm um fundo de verdade. Heinrich Himmler, chefe da SS, a tropa de elite nazista, tinha predileção por excursões exóticas.

Principalmente se visse nelas relação com suas pirações ocultistas: Himmler acreditava que, com os pesquisadores certos, provaria a existência de Atlântida e do martelo de Thor e sua conexão com as origens da tal "*raça ariana*". O chefe da SS bancou expedições para lugares como Tibete, Antártida e Cáucaso. Obedientes, os pesquisadores sempre voltavam com supostos indícios que reescreviam a história segundo as teorias nazistas.

Em 1935, Schulz-Kampfhenkel foi encarregado da Expedição Jari: além de buscar indícios de arianos na América do Sul, mapearia a região. O geógrafo, que nesse meio tempo havia se tornado aviador, veio com outros dois pilotos: Gerd Kahle e Gerhard Krause.

Sem se preocupar com excesso de bagagem, o trio trouxe 11 toneladas de suprimentos, munição para 5 mil tiros e um avião. Os alemães chegaram ao Rio de Janeiro em junho, mas perderam dois meses enredados em labirintos burocráticos. Apoio oficial não faltava: naquela época, militares, cientistas e membros do governo Vargas expressavam sua admiração pelos novos rumos da Alemanha.

Os exploradores precisavam de alguém versado no jeitinho brasileiro e chegaram ao marinheiro Joseph Greiner, um Auslandsdeutscher [alemão criado no exterior]. Havia anos no Brasil, Greiner ficou encarregado das bagagens, alimentação e contratação de mão de obra local.

A imprensa saudava a empreitada. Em 9 de agosto de 1935, o jornal carioca "*Gazeta de Notícias*" publicou uma matéria em que "*a Sensacional Expedição ao Jari*" recebia "*os mais francos aplausos*". Schulz-Kampfhenkel era descrito como "*uma expressão brilhante da moderna geração que ora está surgindo cheia de vida e coragem, disposta a derrubar os obstáculos que entravam a marcha da civilização*". A voz contrária foi de Curt Nimuendaju, alemão que vivia em Belém trabalhando para o Serviço de Proteção aos Índios, atual Funai. Considerado por Darcy Ribeiro "*o pai da antropologia brasileira*", ele foi convidado a se juntar aos pesquisadores, mas recusou. Motivo: odiava nazistas.

Os alemães trouxeram o avião para fazer fotos aéreas. Quando a aeronave pifou, o jeito foi exigir o máximo de seus caboclos para percorrer longas distâncias a pé – o Jari, rio raso e com fundo repleto de pedras, era de difícil navegação. Para chegar até a fronteira com a Guiana Francesa, destino final dos alemães, foi preciso contar com o serviço de tribos locais. Os pesquisadores acabaram desenvolvendo uma relação próxima com os índios Aparaí. Segundo algumas fontes, até próxima demais: Schulz-Kampfhenkel teria engravidado uma índia.

Com o tempo, a selva foi cobrando seu preço. O calor era imenso, a chuva, paralisante. Todos tiveram malária, Schulz-Kampfhenkel desenvolveu difteria e uma febre misteriosa acabou matando Greiner, posteriormente homenageado com a cruz.

Ao final da expedição, em 1937, os pesquisadores enviaram para a Alemanha peles de 500 mamíferos diferentes, centenas de répteis e anfíbios e 1.500 objetos "*arqueológicos*" – aspas porque tratava-se de uma arqueologia fraudulenta que buscava reescrever a história segundo os nazistas. Além disso, foram produzidas 2.500 fotografias e 2.700 metros de filme 35 mm, que resultariam no documentário Rätsel der Urwaldhölle ["*Enigma da Selva Infernal*"], que Otto lançou em 1938 junto com um livro de mesmo nome. Com muitas imagens e precisas descrições de paisagens, a obra vendeu incríveis 100 mil exemplares na época.

Conquista e Colonização

A expedição científica, apesar de pouco conhecida, nunca foi segredo. A revelação é que aquela empreitada inspirou um plano nazista para ocupar parte da Amazônia – usando o Brasil como porta de entrada. A estratégia concebida por Schulz-Kampfhenkel é detalhada no livro Das Guayana-Projekt – Ein deutsches Abenteuer am Amazonas, ["*O Projeto Guiana – Uma Aventura Alemã no Amazonas*", sem edição brasileira], de Jens Glüsing, correspondente da revista alemã Der Spiegel no Brasil.

O geógrafo best-seller, recém-filiado à SS, bolou o plano de conquista ao voltar para a Alemanha. Com a 2ª Guerra estourando em 1939 e os nazistas empilhando vitórias, viu a oportunidade de voltar à Amazônia. Desta vez, no entanto, como conquistador das três Guianas: a Francesa, a Holandesa [hoje Suriname] e a Britânica [hoje simplesmente Guiana]. No documento, Schulz-Kampfhenkel afirmava: "*a tomada das Guianas é uma questão de primeira importância por razões políticoestratégicas e coloniais*". Os soldados nazistas entrariam pela região que ele conhecia, onde hoje é o Amapá.

Imagem 70 – Os Caboclos da Expedição

A conquista começaria sem alarde: uma tropa de 150 homens subiria o Rio Jari para chegar a Caiena, capital da Guiana Francesa. Ao mesmo tempo, pequenas embarcações e dois submarinos atacariam a costa da Guiana Britânica. Situada entre esses dois territórios, a Guiana Holandesa cairia na sequência. Uma vez dominada, a região serviria como base para um futuro ataque ao Japão via Canal do Panamá – curiosamente, os EUA não entravam na equação.

Na avaliação do pesquisador, nenhum dos países vizinhos impediria a invasão – como argumento, citava o apoio que recebeu durante sua primeira viagem no Brasil. Para ele, aquilo não era assunto de sul-americanos, mas de europeus, uma simples troca de colonizadores.

O pesquisador ainda argumentava que a baixíssima densidade demográfica e sua amizade com as tribos locais garantiria a conquista germânica. "*O plano parece romântico, mas é factível*", defendeu Schulz-Kampfhenkel. No livro em que revela a estratégia do compatriota, Glüsing escreve que o nazista não queria apenas participar da invasão; ele sonhava em governar a futura Guiana Alemã.

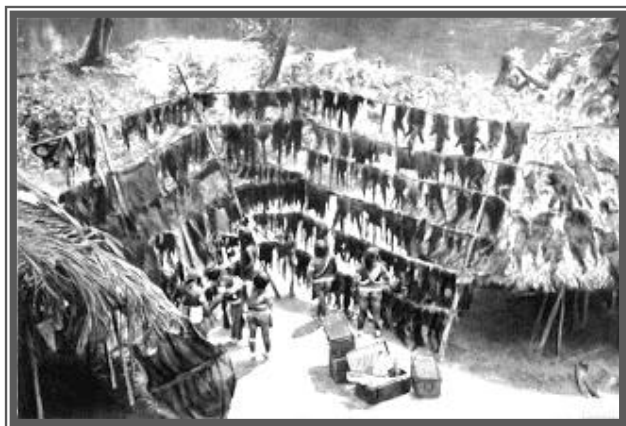



Imagem 71 – O Laboratório da Selva

O documento parece ter circulado dentro da SS. Em 03.04.1940, um oficial chamado Heinrich Peskoller escreveu uma carta para Himmler dizendo que Adolf Hitler deveria tomar as Guianas por seu subsolo. "*Na Guiana Britânica, a extração de ouro e diamante é mantida em baixa para não atrapalhar o mercado sul-africano [dominado também por ingleses].*

Nas mãos do Führer, cada metro quadrado de solo poderia ser em pouco tempo explorado pela grande Alemanha", escreveu o oficial. "*O empenho e a técnica alemã poderiam domar as inúmeras cachoeiras na forma de usinas hidrelétricas colossais. Todo o país teria bondes, navegação fluvial, produção de madeiras nobres, pontes, aeroportos, escolas e hospitais. A comparação entre antes e depois da tomada dos alemães contaria pontos para o Führer*".

Apesar de chegar até os altos escalões da SS, o Projeto Guiana nunca saiu do papel. Naquele verão de 1940, os nazistas tinham todas as suas atenções voltadas para a Europa Ocidental. Com Holanda e França ocupadas pelos alemães, suas colônias [o que incluía Guiana Holandesa e Francesa] estavam automaticamente sob domínio de Hitler.

Na visão triunfante dos alemães, assim que vencessem a guerra na Europa, bastaria vir até a América tomar posse dos territórios. Como sabemos, não foi assim. O fracasso no front soviético e o desembarque dos americanos na França fez com que qualquer plano de soldados nazistas circulando em nossas selvas fosse abortado. Já Otto Schulz-Kampfhenkel teve um final de guerra agitado. Com outros cientistas, formou uma tropa de elite de pesquisadores a favor do nazismo. Fazendo fotos aéreas e analisando terrenos, passou pelo Deserto do Saara, Itália, Grécia, Iugoslávia, Finlândia, Polônia e Ucrânia. Em 1945, foi preso pelas forças americanas, sendo solto no ano seguinte. Foi para Hamburgo, onde produziu filmes, escreveu livros e fundou o Institut für Weltkunde in Bildung und Forschung [Instituto de Formação e Pesquisa de Ciência do Mundo]. Funcionando até hoje, a instituição fornece material de ensino de geografia para escolas alemãs.

O Projeto Guiana, Passo a Passo

1. Entrando discretamente pela Foz do Amazonas, 150 soldados alemães subiriam o Rio Jari para tomar a capital da Guiana Francesa, Caiena.
2. Pequenos barcos e dois submarinos avançariam pela costa da Guiana Britânica.
3. O passo seguinte seria o domínio da Guiana Holandesa.
4. A região serviria como base para patrulhar o Atlântico e atacar a Ásia. (SUPER INTERESSANTE, 21.11.2017)

Macapá

Histórico

Macapá se originou de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, a partir de 1740. Este destacamento surgiu em razão de constantes pedidos feitos pelo governo da Província do Grão Pará e Maranhão [a quem as terras do Amapá estavam juridicamente anexadas], João de Abreu Castelo Branco, que desde 1738, sentindo o estado de abandono em que se encontrava a Fortaleza, solicitava à Coroa portuguesa providências urgentes. Em 1740, veio a resposta do Rei português D. João, que não só autorizou o Governador do Pará a construir um fortim no mesmo local das ruínas da fortaleza de Santo Antônio, como também enviou um projeto de construção de um pequeno forte idealizado pelo Sargento-mor Manuel de Azevedo Fortes e pelo engenheiro-mor do reino, Miguel Luís Alves. Deste forte originou-se Macapá.

Depois que D. José I assumiu o trono português, o Marquês de Pombal assumiu o Ministério real e nomeou, em seguida, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o comando das Armas da Província do Pará, assim como para a presidência da própria província, gozando de plenos poderes para promover a fundação e colonização de vilas na Amazônia Setentrional.

É nesta época que Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores.

Em 2 de fevereiro de 1758, Mendonça Furtado instala os poderes Legislativo e Judiciário da vila, e em 4 de fevereiro, dois dias depois, eleva o povoado à categoria de vila. A emancipação de Macapá despertou a cobiça de holandeses, ingleses e franceses que ameaçavam a todo custo invadir a vila.

Após intensa campanha Mendonça Furtado vem a falecer, não realizando o sonho de ver Macapá fortificada condignamente. A grande fortaleza só foi inaugurada em 19 de março de 1782, 18 anos depois de iniciados os trabalhos. Erguida a imponente fortaleza, a vila começou a desenvolver-se, sempre gozando das vantagens inerentes à sua qualidade de centro militar, até os dias que precederam à proclamação da Independência do Brasil. Macapá cresceu à sombra desta fortaleza, testemunho do esforço luso-brasileiro na conquista, colonização e manutenção da Amazônia e representa a mais vigorosa afirmação do domínio português no Território do Amapá. Teve papel relevante no laudo arbitral de Berna, em 1° de dezembro de 1900. O topônimo é de origem tupi, com uma variação de macapaba, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região. (Fonte: www4.ap.gov.br)

Cronologia Histórica

1758 – Foi elevado a vila com a denominação de São José de Macapá, em 1758. Sede na antiga povoação de São José de Macapá. Instalada a 04.02.1758.

1856 – Elevado à condição de cidade com a denominação de Macapá, pela Lei n° 281, de 06.09.1856.

1911 – Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município é constituído do distrito sede.

1920 – Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01.09.1920.

1930 – Com o Decreto Estadual n° 6, de 04.11.1930, Macapá adquiriu o território do extinto Município de Mazagão com um único distrito.

1933 – Pelo Decreto Estadual n° 931, de 22.03.1933, desmembra do Município e Macapá o distrito de Mazagão. Elevado novamente à categoria de Município. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Município é constituído do distrito sede.

1936 – Em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937, o Município aparece constituído de 2 distritos: Macapá e Bailique.

1938 – Pelo Decreto lei Estadual n° 3.131, de 31.10.1938, é criado o distrito de Amapari [ex-Araguari], com território desmembrado do Município de Amapá e anexado ao Município de Macapá.

1943 – O Decreto Federal n° 5.812, de 13.09.1943, que criou o Território Federal do Amapá e complementado pelo de n° 5.839, de 21.09.1943, dividiu o Território em 3 municípios: Amapá, Mazagão e Macapá [desfalcado do Distrito Bailique] foi transferido do Estado do Pará para a nova unidade da Federação.

1944 – Em virtude do Decreto lei Federal n° 6.550, de 31.05.1944, que retificou os

de n° 5.812 e 5.839, a cidade de Macapá foi investida na categoria de capital do novo Território e o Município readquiriu o distrito de Bailique e perdeu parte do território do distrito de Macapá, anexado ao Estado do Pará.

1945 – Pelo Decreto lei Estadual n° 7.578, de 23.05.1945, o distrito de Amapari tomou a denominação de Ferreira Gomes.

1950 – Em divisão territorial datada de 01.07.1950, o Município é constituído de 3 distritos: Macapá, Bailique e Ferreira Gomes.

1951 – Pela Lei Federal n° 1.503, de 15.12.1951, é criado o distrito de Porto Grande, com território desmembrado do distrito de Ferreira Gomes e anexado ao Município de Macapá.

1955 – Em divisão territorial datada de 01.07.1955, o Município é constituído de 4 distritos: Macapá, Bailique, Ferreira Gomes e Porto Grande.

1956 – Pela Lei Federal n° 3.055, de 22.12.1956, é criado o distrito de Serra do Navio e anexado ao Município de Macapá.

1960 – Em 01.07.1960, a divisão territorial do Município é constituído de 5 distritos: Macapá, Bailique, Ferreira Gomes, Porto Grande e Serra do Navio.

1979 – Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01.01.1979.

1981 – Pela Lei Municipal n° 153, de 31.08.1981, foram criados os distritos de Itaubal de Piririm, Santana e São Joaquim do Pacuí, todos [ex-povoados] e anexados ao Município de Macapá.

1983 – Em divisão territorial datada de 01.07.1983, o Município 8 distritos: Macapá, Bailique, Ferreira Gomes, Itaubal de Piririm, Porto Grande Santana, São Joaquim do Pacuí e Serra do Navio.

1987 – Pela Lei Federal n° 7.639, de 17.12.1987, desmembra do Município de Macapá os distritos de Ferreira Gomes, Santana e Serra do Navio, elevando-os à categoria de Município.

1988 – Em 1988, o Território Federal do Amapá é elevado à categoria de Estado, conservando o Município de Macapá como capital. Em divisão territorial datada de 1988, o Município é constituído de 6 distritos: Macapá, Bailique, Fazendinha, Itaubal de Piririm, Porto Grande e São Joaquim do Pacuí.

1992 – Pela Lei Estadual n° 3, de 01.05.1992, desmembra do Município de Macapá o distrito de Porto Grande. Elevado à categoria de Município. Pela Lei

Estadual n° 5, de 01.05.1992, alterada pela Lei Estadual n° 345, 19.06.1997, desmembra do Município de Macapá o distrito de Itaubal do Pririm. Elevado à categoria de Município com a denominação de Itaubal.

2001 – Em divisão territorial datada de 2001, o Município é constituído de 4 distritos: Macapá, Bailique, Fazendinha e São Joaquim do Pacuí.

2005 – Em divisão territorial datada de 2005, o Município é constituído de 5 distritos: Macapá, Bailique, Carapanantuba, Fazendinha e São Joaquim do Pacuí.

2009 – Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. (Fonte: www4.ap.gov.br)

Aspectos Físicos e Geográficos

A cidade está localizada na mesorregião do Sul do Amapá e na microrregião de Macapá nas coordenadas 00°02’18,84” N e 51°03’59,10” O.

A maior parte de seu território encontra-se acima da linha do Equador.

Limita-se ao norte com o Município de Ferreira Gomes, ao leste com o Oceano Atlântico, ao sudeste com Itaubal e ao sudoeste com Santana. Macapá é uma cidade bem traçada. Segundo o IBGE [2013] sua população era estimada em 437.256 habitantes. (Fonte: cidadedemacapa.openbrasil.org)

Eventos

A EXPOFEIRA é realizada todos os anos no Parque de Exposições da Fazendinha [Distrito de Macapá]. [...]

O Sermão da Montanha é um evento de caráter religioso [cristão protestante] realizado todos os anos na Sexta-feira da Paixão pela Igreja do Evangelho Quadrangular. Sua primeira edição foi em 2008 na Praça da Bandeira. Depois, mudou-se para a Praça do Barão do Rio Branco. [...]

O Círio de Nazaré é um evento católico adotado do Estado do Pará, realizado na capital Belém.

A Festa de Nossa Senhora de Nazaré foi realizada no ano de 1934, quando Macapá ainda pertencia ao Estado do Pará, e foi idealizada pelo entusiasmo do Senhor Major Eliezer Levy, Prefeito Municipal da cidade, que, juntamente com outras pessoas [...] organizou e levou em frente a feliz ideia, dando origem ao primeiro "*Círio*" de Nazaré em 6 de novembro de 1934, que, apesar das dificuldades da época, revestiu-se de grande beleza. [...]

Hoje, o Círio de Nazaré de Macapá reúne mais de 250.000 pessoas. Acontecendo anualmente no segundo domingo do mês de outubro, a festa se tornou o maior evento religioso do Estado, atraindo turistas e movimentando o setor econômico do Município. (Fonte: cidadedemacapa.openbrasil.org)

Gentílico

Macapaense.

Charles Marie de La Condamine (1744)

Entre Macapá e o Cabo Norte, no lugar em que o grande Canal se acha mais apertado pelas Ilhas, e, principalmente, defronte da Foz do Araguari, que deságua no Amazonas pelo lado Norte, o fluxo do mar oferece um fenômeno único. Durante os três dias mais vizinhos do plenilúnio e do novilúnio, ocasião das marés mais altas, o mar, em vez de empregar seis horas para subir, chega em um ou dois minutos ao seu máximo: logo se vê que isso não pode ocorrer tranquilamente. Ouve-se de uma ou duas léguas de distância um barulho aterrador que anuncia a pororoca: é o nome que os índios daí atribuem a tão terrível enchente. À medida que ela se aproxima, o rumor aumenta e bem cedo se vê um promontório de água de 12 a 15 pés ([65]) de altura, e logo a seguir um outro, e outro ainda, e não raro um quarto, que se seguem de perto, e que preenchem toda a largura do Canal; a vaga acomete com uma rapidez prodigiosa, rompe e arrasa tudo quanto lhe resiste.

Eu vi, nalguns lugares, um grande bloco de terra arrebatado pela pororoca, grossas árvores erradicadas, devastações de toda espécie. Por onde quer que ela passe a assolação é completa, como se se tratasse de uma varredura cuidadosa. As canoas, as pirogas, os barcos não têm outro meio de furtar-se ao furor dessa "*barra*" [é o nome que se lhe dá em Caiena], senão ancorando num lugar de muito fundo. Não insistirei em grandes pormenores do fato, nem em sua explicação. Creio indicar apenas as causas dele, dizendo que, depois de o ter examinado com atenção em diversos lugares, sempre notei que

[65] 12 a 15 pés: de 3,5 m a 5 m.

ele não ocorria senão quando o fluxo montante e internado num Canal estreito encontrava no caminho um banco de areia, ou um baixio que lhe fazia obstáculo; é aí e não alhures que começa esse movimento impetuoso e irregular das águas, e que cessa um pouco além do banco, quando o canal de novo se torna profundo, ou se alarga consideravelmente. Dizem que acontece qualquer coisa de muito parecido nas ilhas Órcades, ao Norte da Escócia, e na entrada do Garona, nos arredores de Bordéus, onde se denomina tal efeito das marés "*a mascarada*". (CONDAMINE)

Marcos Carneiro de Mendonça (1751)

Instrução que Levou o Capitão-Mor João Batista de Oliveira quando foi Estabelecer a Nova Vila de São José de Macapá

Acontecendo [o que não espero] que os ditos franceses venham cometer algum atentado com algum corpo de gente, a embaraçar-nos aquela Povoação, depois de lhes fazer os pretextos de nossa justiça, da possessão mansa e pacífica em que nos achamos; da declaração dela feita ultimamente em um dos capítulos do Tratado da Paz de Utrecht, da boa harmonia e correspondência em que se acham as duas Coroas; se depois de tudo isto quiserem continuar no atentado, neste caso usará V. mercê de todos os meios que são permitidos a uma rigorosa defesa, fazendo-os retroceder para a sua Praça, e dando-me no mesmo instante conta.

Para este e outro qualquer caso que pode acontecer, deve V. mercê sempre ter os soldados prontos e bem disciplinados, os quais juntos com os mesmos povoadores podem fazer um corpo capaz de rebater qualquer insulto, prevenindo-se sempre com a maior cautela, até mandando examinar e explorar os matos das nossas vizinhanças.

Também me consta que várias vezes têm vindo holandeses com embarcação carregar madeiras àquele distrito; e sucedendo vir com este ou outro qualquer pretexto, usará da mesma repulsa que com os franceses, não lhos consentindo que desembarquem fazenda alguma em terra, ou que tenham trato algum com os nossos, antes, obrigando-os a que logo se apartem dos Domínios de S. Majestade, e de tudo me avisará com a maior brevidade. [...]

Pará, 18 de dezembro de 1751.

João Daniel (1752)

Capítulo XXI

Da parte do Norte a primeira povoação, que se segue sobre o Rio Amazonas, e perto da sua Foz, é a Vila de Macapá, intitulada de S. José, e fundada pelos anos de 50 e seguintes com ilhéus da Ilha Formosa, e pouco a pouco irá crescendo e povoando-se mais; pois está em bizarra paragem, muito lavada dos ventos Norte e Nordeste, muito farta de pescado e de caça. Como está tanto no seu princípio não tinha senão um vigário para a administração dos Sacramentos, até o ano de 57; agora poderá ter já algum hospício de Religiosos. Tem imediata a Fortaleza de Macapá, que é a primeira que da parte do Norte defende a sua Foz com um inteiro regimento de presídio. Também tem ao pé a Vila de Santa Ana de índios estabelecida para serviço dos moradores daquela cidade, que é uma das mais importantes, com a sua Fortaleza para segurança de todo o Estado Amazônico, pela sua boa situação na Foz do Rio. (DANIEL)

José Monteiro Noronha (1768)

33. Da última saída superior do canal de Tagipuru, 20 léguas pelo rumo de Norte está situada a Praça, e

Vila de S. José do Macapá na margem Setentrional do Amazonas, e em três minutos ao mesmo Polo do Norte, ficando-lhe inferior o Rio Curiuau, e superior ao de Matapi, em cuja Foz teve a sua primeira fundação. As terras de Macapá são abertas, e com interposição de algumas matas, continuam os campos por todo o comprimento dos montes de Guiana. (NORONHA)

Alexandre Rodrigues Ferreira (1783)

Pelos anos de 1763 até 1772, governando o Ilm° [e] Exmo. Sr. Fernando da Costa de Ataíde de Teive, foi o Estado, por diferentes vezes, acometido dos sobreditos contágios de bexigas e sarampo. A capital, contudo, não sofreu em proporções do estrago que experimentou a Vila de São José do Macapá, porque, sendo menor o número dos habitantes da vila, foi sem comparação maior o número dos mortos. Então se viu obrigado o Coronel Nuno da Cunha Ataíde Verona, comandante interino daquela praça, a prover os doentes do que lhes era necessário. [...]

No governo do Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde de Teive, desde o mês de setembro de 1763 até novembro de 1772.

Sendo próprias do grande espírito deste General as grandes obras que empreendeu e fez executar, da regular praça do Macapá, do reduto de São José, na marinha da cidade do Pará; do magnífico palácio da residência do governo; do decoroso e cômodo hospital militar; do estabelecimento das novas vilas Vistosa e Magazão; e do acabamento da nau Belém; bem se manifesta que, absorvendo todos estes grandes objetos, não só a maior parte dos índios aldeados, como também um avultado número de escravos alugados, todos esses braços vinham a

faltar para a lavoura; e que ela, assim embaraçada, não podia prosperar, por mais que, no tempo do mesmo governo, tanto maiores e mais oportunos fossem os meios pecuniários, que do real erário se facilitaram e permitiram.

Os cortes e remessas de madeiras para o arsenal real da marinha de Lisboa, tanto mais se aumentaram naquele tempo ou governo; e nele se ofereceram os transportes de dois Generais para o Mato Grosso; de outros militares àquela capitania; e de outras diversas expedições que ocorrerem e que muito incomodaram e fizeram diminuir os índios das povoações; mais consternadas estas ainda, com o que também lhe fez padecer outra grande epidemia de bexigas. (FERREIRA, 1983)

João Vasco Manoel Braum (1789)

MACAPÁ

Oitenta léguas distante da capital, três minutos ao Norte da equinocial, na costa Setentrional do Rio das Amazonas, se acha edificada a Praça de Macapá, que, até o ano do 1758, foi somente povoada por famílias, que para ali vieram das Ilhas de Santa Maria e Graciosa, por ordem do Sr. Rei D. João V. Em 4 de fevereiro do dito ano, por ordem do Sr. Rei D. José I, se criou Vila; e, no ano de 1764, por determinação do mesmo senhor, se flanqueou, e pôs em defensa, com uma Fortaleza, ou cidadela de pedra e cal, que importou além de dois milhões; constando de um quadrado fortificado pela maneira de Vauban, guarnecido com 84 peças de grosso calibre [...]. As suas campanhas são de planícies sem vegetação, com diversas pequenas matas, que cobrem outros tantos lagos que ali formam as cabeceiras dos Rios [...] (BRAUM)

Manuel Aires de Casal (1817)

Entre Macapá e Cabo do Norte, onde as Ilhas lhe estreitam o Canal, nota-se um fenômeno raro, denominado Pororoca, durante os três dias mais próximos aos novilúnios, e plenilúnios tem, tempos das maiores marés. Um rolo d'água de praia a praia de doze a quinze pés de altura, seguido de segundo e terceiro e as vezes quarto iguais com pouco intervalo, e prodigiosa rapidez, despedaçando tudo o que se lhe opõe. A maré, em vez de empregar seis horas ou quase, chega num ou dois minutos à sua maior altura com um ruído, que se ouve duas léguas distante. (CASAL)

Hercule Florence (1829)

Na esperança de fundar o mais vasto Império do mundo e querendo levantar-lhe a capital à margem do maior Rio da Terra, tinha o Ministro escolhido a cidade do Grão-Pará em razão de sua colocação sobre o Amazonas, cujo curso de milhares de léguas é caminho franco e aberto para os Andes, tornando-se os seus grandes tributários outros tantos braços de comunicação com a América Meridional. Li uma memória escrita, na qual vinha uma exposição desse gigantesco plano. Quimérico ou não, diz o autor, a ele deve a província do Pará os progressos que fez no governo do Marquês de Pombal, vendo sua capital enriquecida de grandes edifícios, tais como o palácio do governo, o teatro, o arsenal, etc. Nesse tempo também se construiu a fortaleza de Macapá, mudando-se, talvez para tornar mais portuguesa a região toda, os nomes das cidades e povoações de indígenas que eram para outros de caráter perfeitamente lusitano, tais como Santarém, Óbidos, Alter do Chão, Almeirim, etc. (FLORENCE)

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)

O imperfeito sistema dos terços auxiliares de infantaria, e o de cavalaria de Macapá, que haviam sido organizados em 1752 e em 1761, passou, em 1801, na forma do alvará de 1° de setembro de 1800, a ser convertido em uma organização regular intimamente conexa com a constituição militar da tropa de linha. Em virtude desta nova organização os ditos terços foram denominados Regimentos das Milícias, e formados de homens compreendidos na idade de dezoito a quarenta anos, que, não tendo emprego público incompatível com este serviço, possuíam a disposição necessária para ele; e que por serem casados, por excederem a idade de trinta anos, ou por algum privilégio estavam isentos do serviço da tropa da primeira linha. (BAENA, 2004)

Padre José de Moraes (1860)

Estas mesmas ilhas não deixam de ser profícuas à navegação das canoas, que entre elas e a terra firme e passam a outra banda, ainda que para piratas não deixam de ser grande covil, mas para os sacudir do ninho não faltarão soldados e canoas, de que está presidiada, e pelo tempo adiante como promete o ministério presente mais nervosamente defendida a Capitania do Macapá no Cabo do Norte, como chave da porta principal do nosso famoso Rio das Amazonas. (MORAES, 1860)

Robert Southey (1862)

Julgando esta a parte mais vulnerável da América portuguesa, mandara Oeyras erguer um Forte em Macapá, algumas léguas abaixo de Mazagão, perto dos primeiros campos daquela margem. Dirigiu as obras Fernando da Costa Ataíde de Teive, que ao do Piauí reunia os governos do Maranhão, Pará e Rio

Negro. Deixou honrada memória, por ter despendido no serviço do Estado não só o seu ordenado mas todas as suas rendas particulares; levando porém ao excesso um princípio generoso, contraiu na prodigalidade do seu patriotismo dívidas, de que nunca mais pôde desvencilhar-se no correr de uma longa vida. Muito desejava Oeiras fortificar o Brasil, aumentando-lhe o número dos moradores, pelo que tomou muitas famílias das ilhas de oeste e estabeleceu-as em Macapá e Mazagão. Eram dos portugueses mais industriosos estes ilhéus, oferecendo tanto homens como mulheres bons exemplos aos brasileiros. (SOUTHEY)

Luiz R. Cavalcanti de Albuquerque (1893)

Assim Macapá, que depois de haver sido um dos pontos mais saudáveis do Estado do Pará, tornou-se, em virtude de pântanos abertos pelas escavações feitas para a construção da sua célebre Fortaleza e dos fossos e outras obras incompletas que a rodeiam, um foco de impaludismo, voltou a ser hoje lugar saudável e onde rareiam de dia, a dia os casos dessa infecção. O mesmo dá-se com o Município de Cametá, onde têm sensivelmente diminuído nos últimos anos as febres palustres. (ALBUQUERQUE)

Euclides da Cunha (1909)

O maior dos Rios não tem delta. A Ilha de Marajó, constituída por uma flora seletiva, de vegetais afeitos ao meio maremático e ao inconsistente da vasa, é uma miragem de território. Se a despissem, ficariam só as superfícies rasadas dos "*mondongos*" empantanados, apagando-se no nivelamento das águas; ou, salteadamente, algumas pontas de rochedos de arenito endurecido, esparsas, a esmo, na amplidão de uma baía. [...]

A sua corrente escura, adensada nos últimos lances de seu itinerário de 6.000 milhas, com os desmontes dos litorais, que dia a dia se desbarrancam, fazendo recuar a costa que se desenrola desde o Peru ao Araguari, decanta-se toda no Atlântico. E os resíduos das Ilhas demolidas – entre as quais a de Caviana que lhe foi antiga barragem e se bipartiu no correr de nossa vida histórica – vão cada vez mais delindo-se e desaparecendo, no permanente assalto daquelas correntezas poderosas. Destarte, desafoga-se mais e mais a desembocadura principal da grande artéria e acentua-se o seu desvio para o Norte, com o abandono contínuo das paragens que lhe demoram a Leste e sobre as quais ele passou outrora, deixando ainda, nas áreas recém-desvendadas dos brejos marajoaras, um atestado tangível daquele deslocamento lateral do leito, que tem dado aos geólogos inexpertos a ilusão de um levantamento ou de uma reconstrução da terra. Porque, na realidade, esta se reconstitui mui longe das nossas plagas.

Neste ponto, o Rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos Rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. Herbert Smith, iludido ante a poderosa massa de águas barrentas, [...], imaginou-lhe uma tarefa portentosa: a construção de um continente. Explicou: depondo-se aqueles sedimentos no fundo tranquilo do Atlântico, novas terras aflorariam nas vagas e ao cabo de um esforço milenário encher-se-ia o golfão aberto, que se arqueia do Cabo Orange à Ponta do Gurupi, dilatando-se desta sorte, consideravelmente, para Nordeste, as terras paraenses.

The king is building his monument! bradou o naturalista encantado e acomodando às ásperas sílabas britânicas um rapto fantasista capaz de surpreender a mais insofregada alma latina.

Esqueceu-lhe, porém, que aquele originalíssimo sistema hidrográfico não acaba com a terra, ao transpor o Cabo Norte; senão que vai, sem margens, pelo mar dentro, em busca da corrente equatorial, onde aflui entregando-lhe todo aquele plasma gerador de territórios. Os seus materiais, distribuídos pelo imenso Rio pelágico que se prolonga com o Gulf-Stream, vão concentrando-se e surgindo a flux, espaçadamente, nas mais longínquas zonas: a partir da costa das Guianas, cujas lagunas, a começar no Amapá, a mais e mais se dessecam avançando em planuras de estepes pelo mar em fora, até aos litorais norte-americanos, da Geórgia e das Carolinas, que se dilatam sem que lhes expliquem o crescer contínuo os breves cursos d'água das vertentes Orientais dos Aleganis.

Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro, e está pisando em terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contrassenso pasmoso: à ficção de direito *estabelecendo por vezes a extraterritorialidade*, *que é a pátria sem a terra*, *contrapõe-se uma outra*, *rudemente física*: *a terra sem a pátria*. *É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica*. *A terra abandona o homem*. *Vai em busca de outras Latitudes*. (CUNHA, 1909)

Marcos Albuquerque (2008)

Arqueologia da Fortaleza de S. José de Macapá

A Fortaleza de S. José de Macapá integrou um grande plano de defesa da Amazônia no período pombalino. O seu traçado arrojado e a sua imponência garantiram a ação de presença na região. Embora esta fortaleza já apresentasse dimensões apenas comparáveis ao Príncipe da Beira, de traço do mesmo arquiteto, muitas de suas estruturas externas de defesa já não estavam à mostra no fim do século XIX.

Mudanças nos armamentos, nos conceitos das estratégias de defesa, haviam tornado obsoletas algumas estruturas. A própria expansão da cidade de Macapá, assim como mudanças naturais na rede hídrica, paulatinamente, destruíram e encobriram várias obras externas de defesa. A pesquisa arqueológica realizada revelou um conjunto de obras de defesa que já não se conhecia no século XX. O resgate destas obras externas de defesa proporcionou uma retomada da real dimensão da fortaleza e permitiu um novo entendimento da complexidade militar do monumento.

Na maquete exposta no interior da fortaleza, pode-se observar que não há referência a nenhuma outra obra de defesa externa, além do Revelin. O visitante que não possua olhos de pesquisador fica impressionado com as dimensões da Fortaleza de São José de Macapá, sobretudo considerando o período em que a mesma foi construída. Entretanto, se o mesmo se aprofundar um pouco mais na sua observação, concluirá que a obra de engenharia militar realizada tem ainda maior complexidade do que se encontra aparente. Saberá que este monumental edifício foi construído em uma área bastante alagada.

O entorno da Fortaleza, bem como parte da cidade de Macapá, era um grande charco banhado por um Igarapé, que hoje se encontra disciplinado nas suas proximidades.

À época da sua construção, os engenheiros militares deparavam-se com o problema de adaptar o traçado da fortaleza a um terreno que apenas em parte era de terra firme. Do ponto de vista da defesa, isto poderia não representar um problema, mas uma vantagem para os defensores, considerando-se que dispunham de técnicas construtivas adequadas a este tipo de terreno.

Naquela realidade ambiental, os engenheiros militares necessitavam construir esta fortaleza, cujas muralhas gigantescas estariam assentadas em uma região encharcada. A técnica conhecida consistia na elevação das muralhas sobre um "*engradado*" de madeira. Atualmente, esta técnica utilizada no século XVIII é conhecida através de referências textuais e iconográficas, entretanto não se conhecia sua aplicação prática em monumentos no Brasil. A pesquisa arqueológica na Fortaleza de São José permitiu identificar ali o emprego desta técnica.

Por ocasião das pesquisas arqueológicas, foram encontradas, sob as muralhas do ângulo saliente de dois baluartes, estacas de madeira que confirmaram a utilização desta técnica naquela obra militar. Eram estacas de "*acapu*", madeira resistente à água e que ainda se conservam após vários séculos. Inclusive, quando retiramos um fragmento para análise laboratorial, ainda identificamos o odor característico desta madeira. Com o prosseguimento das pesquisas, acreditávamos que deveriam ter havido baluartes externos que extremavam um caminho coberto.

Caminho que permitiria o deslocamento dos defensores da fortaleza sem risco de serem atingidos por tiros inimigos. E baluartes que aumentariam o poder de fogo da fortaleza. Sobretudo "*cobrindo*" ângulos mortos de tiro, decorrente da impossibilidade da colocação de canhões sobre os terraplenos que recobriam as casamatas. Foi, portanto, iniciada uma escavação em uma área recoberta por aterro, vegetação e construções. O resultado comprovou a hipótese da pesquisa. Começaram a aparecer vestígios de uma muralha que se constataria, em seguida, que realmente se tratava de um baluarte. Na altura deste baluarte também foi encontrada uma rampa de acesso ao caminho coberto.

Esta rampa, bilateral, era o único acesso dos defensores da fortaleza ao caminho coberto e a mesma se encontrava completamente protegida do tiro inimigo. Após a descoberta deste baluarte, não tínhamos mais a menor dúvida de que a Fortaleza de S. José de Macapá era contornada por obras de defesa externas. Demos prosseguimento às pesquisas na busca de outro baluarte, que deveria se encontrar próximo à Av. Cândido Mendes, na área Oeste.

A área se encontrava revestida de asfalto que foi removido e, em seguida, começaram a aparecer os primeiros vestígios do outro baluarte que comporia as obras de defesa externa da fortaleza. As escavações seguiram a possível interligação entre os baluartes, de modo a localizar o caminho coberto com seus ângulos reentrantes. Atualmente, após a realização das pesquisas arqueológicas, a Fortaleza de São José de Macapá aparenta uma outra feição que demonstra a pujança da engenharia militar da época.

A Fortaleza de São José de Macapá é um monumento tombado pelo Governo Federal, e a pesquisa arqueológica ali realizada se deve à ação do Governo Valdez Góes, que integrou a Fortaleza a um Parque da cidade, agenciando todo o entorno da Fortaleza, integrando o monumento à cidade que dela se orgulha. A importância deste monumento para os amapaenses é de tal monta que o traçado da Fortaleza consta na Bandeira do Estado. A equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco sente-se honrada por ter podido dar a sua contribuição para o melhor entendimento deste monumento. Monumento que poderia ser utilizado como escola para o entendimento da complexidade e pujança da arquitetura e engenharia militar de uma época, como servir de referência da preocupação com a defesa da Amazônia brasileira. (ALBUQUERQUE, 2008)

Muhuraida – Canto Primeiro, I a VII
(Henrique João Wilkens)

HENRIQUE JOÃO WILKENS

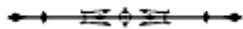
MUHURAIDA

OU O TRIUMFO DA FÉ
NA BEM FUNDADA ESPERANÇA DA ENTEIRA CONVERSÃO,
E RECONCILIAÇÃO DA GRANDE, E FERÓZ NAÇÃO DO
GENTIO MUHÚRA
POEMA HEROICO COMPOSTO, E COMPENDIÁDO EM SEIS
CANTOS
DEDICÁDO E OFFERECIDO AO ILLUSTRISSIMO E
EXCELLENTISSIMO SENHOR JOAM PEREIRA CALDAS, DO
CONCELHO DE SUA MAGESTADE FIDELISSIMA,
ALCAIDE-MÓR, COMMENDADOR DE S. MAMEDE DE
TROVISCOZO NA ORDEM DE CHRISTO, GOVERNADOR, E
CAPPITTÃO GENERAL, QUE ERA DO ESTÁDO DO
GRAÕPARÁ, E AGORA NOMEADO DAS CAPPITTANIAS DE
MATTO-GROÇO, E CUYABA, E NOS DISTRICTOS DELLAS, E
DESTE ESTÁDO DO PARÁ, ENCARREGÁDO DA EXECUÇÃO
DO TRACTÁDO PRELIMINAR DE PAZ E LIMITES, POR PARTE
DA MESMA AUGUSTISSIMA RAINHA FIDELISSIMA.

Mediante a Luz, e Graça, que se implora,
De quem é dela Fonte; Autor Divino,
A Musa Época indica, que até agora
De horror enchia o peito mais ferino.
Do Muhura a examinar, já se demora,
Usos, Costumes, Guerras, e o Destino,
Que, entre as informes Choças, inaudito,
Ao Prisioneiro dá, mísero, aflito.

Canto o sucesso venturoso, inopinado,
Que as faces banha em lágrimas de gosto,
Depois de ver num Século passado,
Correr só pranto, em abatido rosto,
Canto o Sucesso, que faz celebrado
Tudo o que a Providência tem disposto,
Nos impensados meios admiráveis,
Que os altos fins confirmam inescrutáveis.

Mandai raio da Luz, que comunica
A entendimento, acerto verdadeiro,
Espírito da Paz! que vivifica
Afrouxa ideia, e serve de roteiro
No abismo das Trevas em que fica
O mísero mortal, que em cativeiro
Da Culpa, e da Ignorância navegando
Sem voz, é certo, incauto ir naufragando.

Invoco aquela Luz, que difundida
Dos corações nas Almas obstinadas,
Faz conhecer os erros, e a perdida
Graça adquirir, ficar justificadas,
A Luz resplandecente, apetecida
Dos Justos; das Nações desenganadas
Da pompa, da vaidade do Inimigo,
Que ao eterno conduz, final perigo.

Mais de dez Lustros eram já passados,
Que a Morte, e o terror acompanhava
Aos Navegantes tristes, que ocupados
Estavam com o perigo, que esperava
A cada passo ter, nos descuidados
Segura preza em que se alimentava,
Despojo certo, e vítima inocente,
Na terra, ou mar, do Rio na Corrente.

Rio, que de Pantasilea a Prole
Habitando, algum tempo, fez famoso,
Enquanto não efeminada, a mole
Ociosidade deu o valoroso Peito,
Buscando agora quem console
A mágoa, no retiro vergonhoso,
Que fez aos densos Bosques, em que habita,
Inconstante, e feroz, qual outro Cita.

Entre os frondosos Ramos, que bordando
As altas margens vão, de esmalte raro
Servindo estão mil Rios, tributando
Correntes argentinas, que no avaro
Seio recolhe o Amazonas, quando
Descendo vem soberbo, sem reparo,
A terra, os arvoredos arrastando
Para no Mar os ir precipitando.

Conhecendo Macapá, AP (I Parte)

Ficamos hospedados no Hotel Tupinambá, seguindo a orientação de um oficial da PM do Amapá ex-instrutor do nosso caro amigo e Ir:. Sargento PM Edilson A. Bezerra do Nascimento de Monte Alegre, PA.

17.03.2015 – Macapá, PA

Depois do café no hotel fomos a pé até a orla conhecer alguns dos principais sítios históricos e pontos turísticos da capital amapaense.

Macapá

Macapá é conhecida como a "*Capital do Meio do Mundo*".

Complexo Beira Rio

O complexo Beira Rio é formado pela Fortaleza de S. José de Macapá, pelo Trapiche Eliezer Levy, pela Pedra do Guindaste, pela Casa do Artesão e pelas Praças Isaac Zagury e do Coco. O complexo concentra, nos fins de semana, a vida social de Macapá às margens do Rio Amazonas onde se encontram quiosques de restaurantes, bares e sorveterias.

Fortaleza São José De Macapá

Iniciamos nossa visitação à Fortaleza pela área externa e depois pelo interior da formidável Praça que é um fantástico exemplo de como as estratégias de ocupação e defesa eram levadas a efeito pelas autoridades portuguesas para a conquista e manutenção definitiva da Amazônia.

Engarupei-me na anca da história e afastando as empoeiradas cortinas das eras vislumbrei aqueles obstinados homens que levaram quase duas décadas para erguer esta obra monumental. Acompanhei emocionado o seu esforço titânico de extrair e lavrar as pedras, desde Rio Pedreira, e transportá-las por 32 km até o sítio da Fortaleza.

A maioria das Fortificações do Amapá, até então, caracterizavam-se pela simplicidade e fragilidade que o tempo se encarregou de sepultar. Somente as construções mais sólidas permanecem como marcos atemporais da determinação e competência lusitana. A mais significativa delas, sem sombra de dúvidas, é a Fortaleza de São José de Macapá, considerada como a mais importante e grandiosa Fortificação histórica de toda América do Sul.

O projeto inicial da Fortaleza foi idealizado, nos idos de 1740, pelo engenheiro português Manuel Luiz Alves fazendo parte de um grande complexo defensivo. Em 1764, porém, um novo projeto de restauração e ampliação foi entregue ao Engenheiro italiano Antônio Enrico Galluzzi (conhecido na literatura luso-brasileira por Henrique Antônio Gallucio). O pesquisador Flávio dos Santos Gomes faz interessantes observações à respeito do sistema defensivo empregado na sua construção:

> O projeto que realmente levaria à construção que hoje existe foi traçado pelo Capitão de Engenheiros Henrique Antônio Gallucio, que tinha vindo para o País com a comissão demarcadora de limites [1753], enviada para cá em função do Tratado de Madri de 1750. Este engenheiro italiano propôs uma Fortificação que já teria as características básicas do que seria a Fortaleza: uma posição "*abaluartada*" de

> quatro faces. Mas este desenho ainda não seria o final [...] a documentação histórica aponta que o Forte de Macapá seguiria os preceitos de Vauban, o que se verifica apenas até certo ponto. Na verdade, ela é uma fortificação do que é conhecido como "*traçado italiano*", introduzido no século XVI, o qual se caracteriza pelo uso de baluartes pentagonais nos cantos das cortinas [muralhas], para garantir o fogo de flanqueamento às mesmas.
>
> Vauban, engenheiro francês do século XVII, introduziu algumas modificações ao sistema, no que tange a proporções e complementos, como o paiol de pólvora anteriormente citado, mas cremos ser mais correto dizer que a fortificação de Macapá é "*abaluartada*" e não do sistema do engenheiro francês. (GOMES, 1999)

A fortificação "*abaluartada*", também conhecida como "*traçado italiano*" ou ainda "*fortificação em estrela*" foi um sistema desenvolvido na Itália (final do século XV) para se contrapor ao aperfeiçoamento da artilharia cujos canhões já eram capazes de arrasar as muralhas dos antigos castelos medievais.

Galluzzi, portanto, aplicou na construção os princípios básicos da engenharia militar italiana do século XVI embora se note alguma influência do modelo francês de Sébastien Le Preste (Marquês de Vauban) e do português de Manoel de Azevedo Fortes.

A obra encomendada por Fernando da Costa Ataide Teíve, Governador do Pará e Maranhão, em 1763, teve o lançamento da pedra fundamental, em 29.06.1764, no ângulo do baluarte de São Pedro, e inaugurada em 19.03.1782, dia de invocação de São José, em homenagem ao Rei Dom José I.

O impaludismo endêmico da região pantanosa vizinha à Fortaleza vitimou Galluzzi que veio a falecer no dia 27.10.1769, conforme atesta-nos o Cirurgião-mor Julião Alves da Costa, assumindo, temporariamente, a direção dos trabalhos o Capitão de engenheiros português Henrique João Wilkens, que acompanhava os trabalhos de construção desde o início da obra. Wilkens coordenou os trabalhos até a vinda do Sargento-mor de engenheiros Gaspar João Geraldo de Gronfeld, nomeado pelo Governador Fernando da Costa Ataide Teíve.

Cabe aqui uma referência interessante ao Capitão Henrique João Wilkens. Wilkens foi o autor, em 1785, do poema "*Muhuraida*" ou "*Triunfo da Fé na bem Fundada Esperança da Inteira Conversão, e Reconciliação da Grande, e Feroz Nação do Gentio Muhúra*" escrito no quartel da Vila de Ega, atual Tefé, AM. "*Muhuraida*" é considerado o primeiro poema épico português, composto em oitava rima, retratando um tema amazônico. Anteriores a ele, reportando temas de outras plagas, temos o "*Uraguay*", de Basílio da Gama, em 1769, e "*Caramuru*", de Santa Rita Durão, em 1781.

Muhuraida – Canto Segundo, III
(Henrique João Wilkens)

Na densa treva, assim, da adversidade,
Do terror, do receio e da incerteza,
Vivia absorto o povo da cidade,
Das vilas, do sertão, em que a fereza
Dos bárbaros Muras, sem piedade,
Amontoando estragos, sem defesa
Achava o vigilante e o descuidado,
De todos sendo igual a sorte, o fado.

Os quatro baluartes da Fortaleza foram batizados, pelo Governador Fernando da Costa de Ataíde Teíve, com os nomes de: Madre de Deus, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição e São José. No interior da Fortaleza encontram-se os antigos armazéns, capela, casa de oficiais, casa do comandante, casamatas, paiol e hospital e na parte externa da mesma o revelim, redente, fosso seco e baterias baixas.

Pedra do Guindaste

A Pedra do Guindaste fica em frente da Fortaleza e ao lado do trapiche Eliezer Levy. A Pedra que servia, antigamente, de porto para pequenas embarcações foi derrubada, na década de 1940, por um navio que colidiu com a mesma. No local do sinistro foi erigido um bloco de concreto armado sobre o qual foi colocada a imagem de S. José criada pelo escultor Antônio Ferreira da Costa. Reza a lenda que sob essa pedra vive uma Cobra Grande que bebe a água do Rio-Mar impedindo que suas águas inundem a cidade o que fatalmente acontecerá se a cobra abandonar sua morada.

Trapiche Eliezer Levy

O Museu Joaquim Caetano da Silva.03.2015 estava fechado mas nos informaram que deveríamos voltar às 09h00 do dia seguinte. Fomos então até o Trapiche Eliezer Levy. A construção do trapiche, na década de 40, foi executada pelo Prefeito Moisés Eliezer Levy cumprindo determinação do interventor do estado do Pará, o Tenente-Coronel Magalhães Barata. O Trapiche originalmente tinha 472 m de comprimento e foi usado, durante muito tempo, pelas embarcações que anteriormente aportavam na Pedra do Guindaste.

O trapiche sofreu diversas reformas, até que, finalmente, sua estrutura foi reconstruída com concreto armado e possuía um bonde elétrico usado para transportar os turistas até a estação de desembarque de passageiros onde existe uma pequena praça de onde se tem uma vista privilegiada de toda orla e da Fortaleza de São José de Macapá. Hoje se encontra em total estado de abandono.

Museu Sacaca

O Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca ([66]) é subordinado ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), responsável por fomentar e divulgar a produção científica e tecnológica amapaense. O Centro, inaugurado em 1997, está instalado numa área de 12 mil metros quadrados, no bairro do Trem, e tem por objetivo:

> promover ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, abrangendo o saber científico e o saber popular dos povos amazônicos, além de divulgar as pesquisas realizadas pelo IEPA, por meio de exposições e atividades didáticas. Tem como destaque maior o circuito expositivo a céu aberto, construído com a participação das comunidades indígenas, ribeirinhas, extrativistas e produtoras de farinha do estado. [...] Em 1999, o museu foi rebatizado como "*Museu Sacaca de Desenvolvimento Sustentável*", em homenagem a Raimundo dos Santos Souza [1926-1999], o "*Sacaca*", curandeiro local de grande importância para a difusão da medicina natural junto à população amapaense.

[66] Sacaca: a sacaca (Croton cajucara) é uma planta de uso medicinal, da família das Euphorbiaceae, usada pelos amazônidas para curar diversos males.

Em 2002, após a criação de um novo estatuto, o museu foi reinaugurado com o nome atual: "*Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca*". (www.agenciaamapa.com.br)

As instalações muito bem conservadas retratam os principais ambientes e formas de organização social da região.

Muhuraida – Canto Primeiro, VIII a XIV
(Henrique João Wilkens)

Compete o cabedal do novo Oceano,
Com as produções da terra preciosas,
Servindo à Ambição de útil engano,
Valor, e variedades prodigiosas,
Úteis à Sociedade, e trato humano,
A não serem Colheitas perigosas,
Que a liberdade, e vida têm custado
A muitos, que as haviam frequentado.

Entre nações imensas, que habitando
Estão a inculta brenha, os bosques, os Rios,
Da doce liberdade desfrutando
Os bens, os privilégios, e os desvios
Da sórdida avareza, e desprezando
Projetos de ambição, todos ímpios,
A bárbara fereza, a ebriedade,
Associada se acha com a crueldade.

Nas densas trevas da gentilidade,
Sem templo, culto ou rito permanente,
Parece, da noção da divindade,
Alheios vivem, dela independente,
Abusando da mesma liberdade,
Que lhes concede esse Ente Onipotente,
Por frívolos motivos vendo a terra
Do sangue tinta, de uma injusta guerra.

Algumas nações há, que as mais excedem
No bárbaro costume, e crueldade,
Com que o esforço, e valentia medem,
Repugnante à razão, à humanidade.
Da envenenada flecha, que despedem,
A escolha pende da voracidade,
Com que o inerme peito acometendo,
Da vida o privam, para o ir comendo.

Quais Tártaros, os outros, vagabundos,
No corso, e na rapina se empregando,
Em choça informe vivem, tão jucundos,
Como em dourados tetos; Espreitando
Nas margens lá do Rio, e Lagos fundos,
O incauto Navegante, que passando,
Vai de perigos mil preocupado,
Só do mais iminente descuidado.

Qual lobo astuto, que o rebanho vendo,
Passar, de ovelhas, do pastor seguido
A desgarrada logo acometendo
Faz certa presa, sem ser pressentido,
A ensanguentada face então lambendo,
A negra gruta já restituído,
Cruel, insaciável, se prepara,
Medita nova empresa, e se repara.

Tal do feroz Muhura, agigantado
Costume é certo, invariável uso;
Que desde o Rio Madeira, já espalhado
Se vê em distância tal, e tão habitado
Parece só por ele, e ao confuso,
Perplexo passageiro intimidando,
Seus bárbaros intentos vai logrando.

Imagem 72 – Rua Beira Rio – Macapá, AP

Imagem 73 – Fortaleza S. José de Macapá, Macapá

Imagem 74 – Fortaleza São José de Macapá

Imagem 75 – Fortaleza São José de Macapá

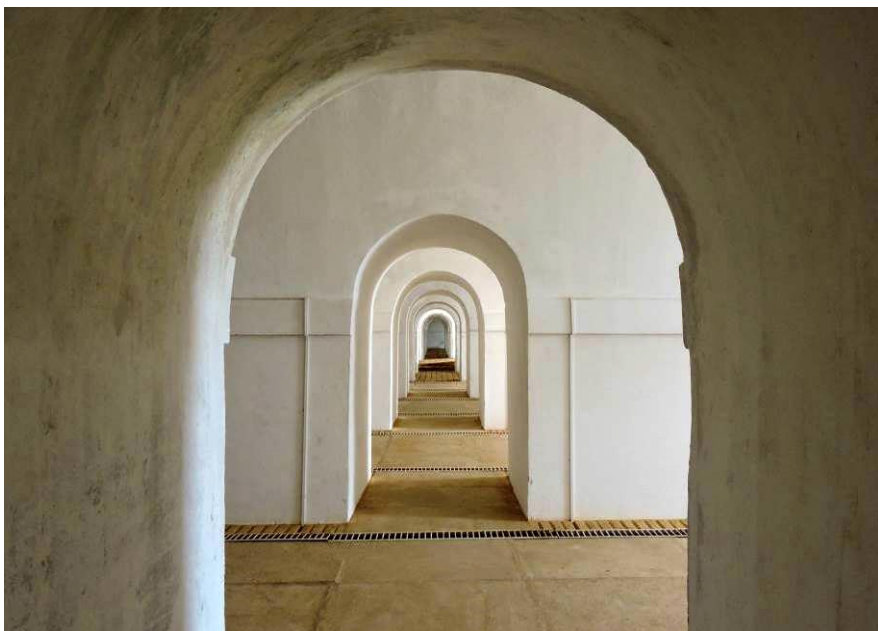



Imagem 76 – Fortaleza São José de Macapá

Imagem 77 – Fortaleza São José de Macapá

Imagem 78 – Urna de J. C. da Silva – Macapá

Imagem 79 – Museu J. C. da Silva – Macapá, AP

Imagem 80 – Marco Zero – Macapá, AP

Imagem 81 – Trapiche Eliezer Levy – Macapá, AP

Imagem 82 – Museu Sacaca – Macapá, AP

Imagem 83 – Sacaca – Museu Sacaca – Macapá, AP

Muhuraida – Canto Primeiro, XV a XXII

(Henrique João Wilkens)

Dali, vê o Navegante embaraçado
Em passo, que parece se despenha
A margem sobranceira, ou já parado
Na forte correnteza, que se empenha
O barco a submergir, arrebatado;
Lá quando esperançado, que só tenha
O descanso lugar; trégua a fadiga
Então a Vida, e bens, tudo periga.

Daqui de agudas flechas um chuveiro,
Por entre espessos ramos, despedindo,
Traspassa o Navegante, e o Remeiro,
Ou do terror da morte possuído,
O faz precipitar na onda, primeiro
Preferindo deixar tudo perdido,
Que expor a amada vida, à morte certa,
Em Ara impura, involuntária oferta.

Qual ave de rapina, insaciável,
Ligeira desce, e despedaça a presa,
Ou de corvos o bando inumerável,
Acode a saciar-se na indefesa,
Assim deste Gentio a formidável
Coorte repartida, com destreza
Em barcos, tão ligeiros, como informes,
Mais temíveis se fazem; mais enormes.

Não mitiga o cruel o feroz peito.
A tenra idade do mimoso infante.
Nem a piedade move, nem respeito
Do decrépito velho, o incessante
Rogo, e clamor, só fica satisfeito
Vendo o Cadáver frio, ou palpitante
O coração; o mar, e a terra tinta
De sangue, que não deixa a raiva extinta.

Sem distinção de sexo, ou qualidade,
Ou tudo mata, ou leva manietado,
Em duro cativeiro onde a maldade,
O trabalho combina, destinado
Aos diferentes sexos, e à idade
Dos Prisioneiros; sendo castigado
O negligente, com tal aspereza,
Que prova é convincente da fereza.

De insípido manjar alimentando
A robustez, na vida vagabunda
Perigos, e trabalhos desprezando,
Só de fereza na miséria abunda
Todo o vigor dos tempos tolerando,
O maior bem na independência funda.
Sem lei, sem pouso, e sem autoridade,
Só os acidentes tem da Humanidade.

A mesma foge, às vezes, consternada
Vendo infernal abuso de impiedade,
Que até no frágil sexo exercitada
Depois da morte, extinta a crueldade,
Do modo mais sensível ultrajada,
Que aos tiranos lembrou, em toda idade,
Transforma a mesma barca de Aqueronte ([67]),
Em templo da lascívia, altar e fonte.

Mas minha casta musa se horroriza;
Vai me faltando a voz; destemperada
A lira vejo; a mágoa se eterniza.
Suspenda-se a pintura, que enlutada
Das lágrimas, que pede, legaliza,
Vendo a mesma natureza ultrajada
A dor, o susto, o pasmo, o sentimento
Procure-se outro tom, novo instrumento

[67] Aqueronte: rio mítico que divide o mundo dos vivos e o dos mortos.

Conhecendo Macapá, AP (II Parte)

A simpatia dos amapaenses contrasta visivelmente com o precário estado de conservação dos prédios públicos e a caótica situação da limpeza pública cujo pior exemplo é o representado pelo mau cheiro que exala dos putrefatos canais artificiais do Centro, Beirol e do Perpétuo Socorro que cortam a cidade. Os Canais repletos de mato, lixo doméstico e carcaças de animais, mais parecem uma enorme cloaca a céu aberto. A única solução, a médio prazo, seria a Prefeitura de Macapá promover a educação ambiental nos estabelecimentos de ensino e espaços públicos e intensificar a fiscalização. Infelizmente o que se verifica em toda a Amazônia, praticamente sem exceção, é um descaso total com a higiene e a limpeza pública. O lançamento do esgoto "*in natura*" nos mananciais hídricos também é a tônica em todos os conglomerados urbanos amazônicos.

18.03.2015 – Macapá, AP

No dia seguinte, chegamos, exatamente às 09h00, ao Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva onde fomos gentilmente recepcionados pelas Senhoras Rosângela Ramos e Socorro Monteiro profundas conhecedoras da história, dos costumes e da gente amapaense.

Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva

O Decreto n° 112, de 16.11.1990, criou o Museu com sua sede no prédio da antiga Intendência de Macapá. O Museu guarda um importante acervo de informações e artefatos da História, Antropologia e Arqueologia do Amapá.

A qualidade da cerâmica exposta permite-nos aquilatar o grau de sofisticação das civilizações Cunani e Maracá. As pesquisas arqueológicas no Amapá, a partir da segunda metade do século XIX, tiveram como precursores: Domingos Soares Ferreira Penna, Aureliano Pinto de Lima Guedes e Emílio Goeldi.

> **Cunani**: quase na confluência do Igarapé do Holanda com o Rio Cunani, no topo do Monte Curu, foram encontrados, em 1895, os dois primeiros sítios arqueológicos. Os vasos e as urnas encontrados eram decorados com esmero por elementos da flora e da fauna complementados com motivos geométricos.
>
> **Maracá**: nos idos de 1872, foram encontrados os três primeiros sítios arqueológicos da Fase Maracá, em Mazagão, na região do Rio Maracá/Igarapé do Lago. As impressionantes urnas funerárias tinham algumas a forma humana e outras de animais como o jabuti. Os elementos geométricos são simples com predomínio de linhas retas e polígonos.

No nosso tour pelo Museu, encontramos diversas fotografias históricas e objetos pessoais do controverso herói do Amapá, Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), da célebre frase – Um brasileiro não se rende a bandidos!

O farto material sobre o simpático e dinâmico Governador do Amapá Capitão Janari Gentil Nunes, mais tarde Presidente da Petrobras, despertou minha atenção. Pesquisando achei no seu livro "*Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*", editado, no então Território Federal do Amapá, pela Imprensa Oficial, em 1962, alguns parágrafos que faço questão de compartilhar com os leitores:

> A Mística do Amapá é o ideal de tornar o Território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Ela não tem dono nem autor. Não pertence a um grupo, a uma seita, a um partido. Existe na alma do povo, palpita no coração de todos os que creem na beleza do seu futuro. Como nasceu essa mística? Fruto do amor, através da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vividos para torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. A mística do Amapá quer o bem do povo. Não de uma parte do povo, de uma aristocracia, de uma classe, dos que comunguem com o governo ou dos que dele discordem. (NUNES)

Foi um momento de pura emoção quando cheguei ao nicho onde se encontra a bela urna mortuária que guarda os restos mortais do maior herói do Contestado do Amapá. Um herói que, segundo o Dr. José Alexandre Teixeira de Mello "*pronunciou a última palavra nesta melindrosa controvérsia internacional, que assoberbara o talento de um dos nossos mais inteligentes homens de Estado*" e cujos argumentos expostos na monumental obra tinham o poder de um exército de "*trezentos mil homens*". Depois da visita ficamos conversando com as amigas historiadoras que nos relataram que, no dia 20 de outubro, o monumento Marco Zero seria palco de uma extensa programação que contava com atividades de cunho turístico, educacional, cultural, científico, astronômico e social.

Marco Zero

Do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva fomos de táxi até a Praça do Marco Zero. A Praça possui, no mesmo alinhamento da linha do Equador, um obelisco de concreto, com cerca de 20 metros de altura, que permite que se visualize o fenômeno do

Equinócio, e um relógio do Sol. A palavra latina "*aequinoctium*", significa "*dia igual a noite*". No Equinócio os dias e as noites têm a mesma duração em todo o planeta. O fenômeno ocorre em duas oportunidades, nos dias 21 ou 22 de março – Equinócio da Primavera e nos dias 22 ou 23 de setembro – Equinócio de Outono.

Muhuraida – Canto Segundo, I a III
(*Henrique João Wilkens*)

Já frustrados os meios, que a brandura
Da religião, e humanidade inspira,
Quando os da força desviar procura
Do Onipotente se suspende a ira,
Um paraninfo desce, ao feliz Muhura,
Disfarçado, anuncia a Luz, que gira
Da fé, na órbita eterna, sacrossanta;
O apostata confunde; ao Muhura espanta

Do inverno a longa Noite, e tenebrosa,
Em nuvem densa envolta, que ameaça,
Além da obscuridade, ser chuvosa,
E o Caminhante em dívidas enlaça,
Temendo, sem saber, se já enganosa
Vereda, que então segue, nova traça
Do destino será, que à sepultura
Aproximando-o vai, certa, e segura.

Do temor e cansaço enfim rendido,
O passo então suspende, irresoluto;
Mil pensamentos tendo no sentido,
Que lhe inspira o pavor, aumenta astuto.
Até, que alegre se acha surpreendido
Do Sol, que no horizonte, o negro luto
Desterrando, lhe infunde um novo assento
Com que admire o sucesso, qual portento.

Macapá, AP – Almeirim, PA

Uma estranha sensação tomou conta de mim em Macapá, AP. Uma dor desconhecida afligia minha alma causando um profundo desconforto a todo meu ser. Cada órgão, cada célula do meu corpo estava impregnado de uma assombrosa sensação de vazio, uma intensa angústia que me atormentava cruelmente.

A conclusão de um Projeto que se iniciara no dia 1° de dezembro de 2008 e que ora se concluía longe de me alegrar trazia consigo um abissal desconforto. A "*Descida do Juruá*", a mais desafiadora de todas do "*Projeto Desafiando o Rio-mar*" tinha sido reconhecida e festejada por mim, pelos meus parceiros de jornada, pelos meus amigos mais caros, minha querida família e pela própria mídia. Teriam faltado desafios maiores nessa descida? Certamente que sim. Cumpri cada etapa planejada, vasculhei belos sítios arqueológicos conheci pessoas maravilhosas mas apesar de tudo a nostalgia me acompanhou diuturnamente. Deixar para trás tudo isso me incomodava e me entristecia profundamente.

19.03.2015 – Macapá, AP – Foz do Rio Cajari, AP

Partimos do Porto de Santana às 08h00. O Marcos nos conduziria até Almeirim, PA, onde o Mário subiria a bordo. Ainda faltavam duas horas para o pico da maré baixa de modo que enfrentaríamos até à tarde a força da torrente do poderoso Amazonas. A variação da Maré oscilaria, neste dia, de 0,0 m a 3,3 m o que provocou um sensível atraso na nossa jornada.

A Delta, na parte da manhã e início da tarde, raramente conseguia ultrapassar os 08 km/h e nos preparamos para aportar na Foz do Cajari.

O Marcos desdobrava-se alternando entre o leme e o fogão e tive, várias vezes, de auxiliá-lo pilotando a Delta que se arrastava languidamente pelas águas barrentas do Rio-mar. À tarde a velocidade aumentou lenta e progressivamente, o pico da maré cheia acontecera às 14h53.

> *[...] afluir nos seus grandes afluentes, tornando-se ilogicamente tributário dos próprios tributários [...]*
> *(CUNHA, 2000)*

Aportamos no nosso destino, a 150 km da Foz do Amazonas, às 18h20, com uma média sofrível de 9,7 km/h. Quando chegamos, a parte superior do trapiche da Comunidade Santa Ana estava a 30 cm acima do nível das águas que ainda continuavam a subir embora o pico da maré cheia tivesse ocorrido às 14h53. As águas do Amazonas afluíam cada vez mais rapidamente para dentro do Rio Cajari transformando-o temporariamente em mais um de seus inúmeros tributários transitórios. Às 21h00, quando fui me deitar, as águas tinham submergido o trapiche que estava exatamente a 50 cm da superfície das águas.

20.03.2015 – Foz do Rio Cajari, AP – Almeirim, PA

Partimos às 06h30, em plena escuridão. Passou por nós, às 08h40, o Seabourn Quest, um belíssimo transatlântico, construído na Itália com um design assaz arrojado, de propriedade da Companhia de cruzeiros Seabourn, baseada na cidade americana de Seattle. Conseguimos falar, pelo celular, com o Mário que já estava nos aguardando em Almeirim e solicitamos a ele que fizesse uma reserva em um hotel de Almeirim. Íamos chegar às 20h30 e, sendo sexta-feira, seria difícil. Navegamos 160 km, em 14 horas, numa média de 11,4 km/h, ligeiramente superior à de ontem.

A cada quilômetro que nos afastávamos da Foz do Amazonas ia diminuindo lenta e progressivamente a influência das marés em relação à velocidade da correnteza do "*Mar Dulce*".

O Mário nos aguardava na rampa de jusante do Hidroporto de Almeirim e nos conduziu até o hotel. À noite, fizemos contato com nosso guia Ricardo Costa Netto e programamos, para a manhã de sábado, uma ida na sua lancha até a cidade de Gurupá.

21.03.2015 – Gurupá, PA

O Rio-mar parecia um grande Lago, não havia maresia, o deslocamento fluvial, de 120 km, foi vencido em pouco mais de duas horas e aportamos, em Gurupá, às 12h35. Antes de aportar fizemos um reconhecimento do Forte de Santo Antônio de Gurupá por água. O prédio da Prefeitura, a Igreja e mesmo o Forte estão mal conservados. A cidade é suja e nada atraente. A viagem de volta foi, igualmente serena e sem contratempos.

Muhuraida – Canto Segundo, IV a VIII
(Henrique João Wilkens)

Na densa treva, assim, da adversidade,
Do terror, do receio, e da incerteza
Vivia absorto o povo da cidade;
Das vilas; do sertão, em que a fereza
Dos bárbaros Muhuras sem piedade,
Amontoando estragos, sem defesa
Achava o Vigilante, e o Descuidado,
De todos sendo igual a Sorte, o fado.

Não se cansava o zelo, e a piedade,
De meios procurar mais adequados
A conversão de tal gentilidade.
Mas sempre os lamentava então frustrados
Mil vezes, com o fervor da caridade,
Das religiões os filhos, animada,
Entre perigos mil, e a mesma morte,
Se esforçavam buscar-lhes melhor sorte.

Mil vezes reduzi-los se intentava
Com dádivas, promessas e carícias;
Do empenho nada enfim mais resultava
Que esperanças de paz, todas fictícias.
Nada a fereza indômita abrandava;
Nada impedia as bárbaras sevicias.
A confiança achava o desengano
De mão traidora, em golpe desumano.

Qual incauto menino, que afagando
A fera, que em descanso está lambendo
A presa, que matou, se vai chegando
No descuido, que o leva se entretendo;
De repente se alcança estar gritando.
Já nas garras da fera, e já morrendo;
De inocente descuido; de imprudente
Confiança, exemplar mais convincente.

Assim perdida já toda esperança
De sossego, de paz ou de amizade,
De conversão, comércio ou aliança,
Só lembrava evitar-se a crueldade.
Castigo casual jamais alcança
Emenda permanente, da impiedade;
Fomenta a tolerância, o sofrimento,
O desprezo, ousadia e atrevimento.

Imagem 84 – Forte de Santo Antônio de Gurupá

Imagem 85 – Forte de Santo Antônio de Gurupá

Imagem 86 – Paraná Chicáia

Imagem 87 – Surfistas e Balsa no Amazonas

Gurupá, PA

Histórico

A colonização da região nos remete às disputas territoriais durante as Grandes Navegações. Segundo o Historiador Dércio A. Gusmán [História do Xingu: Fronteiras, espaços e territoriedades, 2008] o navegador inglês John Ley esteve na área nos idos de 1598 e os holandeses, no primeiro decênio do século XVII, liderados por Jan de Moor, construíram o Forte de Tucujus com o objetivo de dar suporte ao seu comércio de extração das Drogas do Sertão. A colonização portuguesa da região iniciou-se em 1623 com a destruição do Forte neerlandês por Bento Maciel Parente em 1623 e a construção de um novo Forte sobre as ruínas do de Tucujus. Esta fortificação recebeu o nome de Forte de Santo Antônio de Gurupá que emprestou seu nome à Vila. (IBGE)

Cronologia Histórica

1639 – O Distrito é criado com a denominação de Gurupá, em 1639. Neste mesmo ano é elevado à categoria de Vila com a denominação de Gurupá.

1885 – A Lei Provincial n° 1209, de 11 de novembro, eleva a Vila à condição de cidade mantendo a denominação de Gurupá.

1911 – Na divisão administrativa deste ano, o Município é formado pelo Distrito sede.

1930 – O Decreto Estadual n° 6, de 04 de novembro, incorpora o extinto Município de Porto de Moz.

1933 – Na divisão administrativa deste ano o Município é constituído de 2 distritos: Gurupá e Porto de Moz.

1936 – Nas divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937, o Município é constituído de 5 distritos: Gurupá, Carrazedo, Baquiá Preto, Taiassu e Areias.

1938 – O Decreto Lei Estadual n° 2972, de 31.03.1938, extingue os Distritos de Carrazedo, Baquiá Preto, Taiassu e Areias. O Decreto Lei Estadual n° 3131, de 31.10.1938, cria novamente o Distrito de Carrazedo e o anexa ao Município de Gurupá.

1939 – Na divisão territorial que vigorou de 1939-1943, o Município é constituído de 2 Distritos: Gurupá e Carrazedo.

1943 – Com o Decreto Lei Estadual n° 4505, de 30.12.1943, o Município de Gurupá adquiriu o Distrito de Itatupã, ex-Sacramento, transferido do Município de Mazagão, AP.

1960 – Na divisão territorial de 01.07.1960, o Município é constituído de 3 Distritos: Gurupá, Carrazedo e Itatupã.

2005 – A divisão territorial de 2005 ratifica a de 1960, permanecendo até hoje.

Aspectos Físicos e Geográficos

O Município de Gurupá está localizado no NE do Estado do Pará, na zona fisiográfica do Marajó e Ilhas. A sua sede está localizada na margem direita da Rio Amazonas logo abaixo da foz do Rio Xingu, nas coordenadas são 01°24'18" S e 51°38'24" O, e a uma altitude de 20 metros. O Município é cortado longitudinalmente pela Ilha Grande de Gurupá, a 2ª maior Ilha do Delta do Amazonas e 4ª do Brasil, com uma área de 4.864km², localizada a jusante da confluência dos Rios Amazonas e Xingu e a Oeste da Ilha do Marajó. A população, em 2004, era de 25.285 habitantes. O Município de Gurupá possui duas unidades de conservação de uso sustentável: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá e Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço. (IBGE)

Eventos

Embora o Santo padroeiro da cidade seja Santo Antônio, o Santo mais festejado é São Benedito. Os festejos religiosos se confundem com atividades pagãs, principalmente nos dias 22 a 27 de dezembro, onde as "*Festas Vesperais*" são regidas pelos DJs e regadas a muita cerveja, destacando o "*Banho de Cerveja*", uma tradição local que atrai turistas das vizinhanças. (IBGE)

Gentílico

Gurupaense. (IBGE)

Forte Santo Antônio de Gurupá

O Forte de Santo Antônio de Gurupá localiza-se na Ilha grande de Gurupá, na confluência do Rio Xingu com o delta do Rio Amazonas, sobre um rochedo em posição dominante daquele canal de navegação, no atual Estado do Pará. Existiu sobre os escombros de um Forte erigido por holandeses no primeiro decênio do século XVII [Forte de Tucujus] e conquistado em 1623 por Bento Maciel Parente, que o reconstrói em taipa de pilão, sob a invocação de Santo Antônio.

Sofreu ataques em 1629 [dois navios ingleses sob o comando de Roger North] e em 1639, quando sob o comando do Capitão João Pereira Cáceres, afugentou forças holandesas que para ali retornavam.

Em 1647, um novo assalto holandês a esta posição foi tentado: uma expedição de oito navios adentra a Boca do Rio Xingu e, entre o Rio Pery e o Rio Acaraí, erigiu o Forte de Mariocai. Foram batidos pelo Capitão-mor do Pará, Sebastião Lucena de Azevedo, que arrasou essa posição.

Arruinado pelo tempo e pela natureza, o Governador e Capitão-General do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ordenou a reconstrução do Forte de Gurupá em 1690, trabalhos que se iniciaram no ano seguinte, dando-lhe a forma poligonal. Para o século XVIII, a praça foi artilhada com peças de bronze para ela mandadas fundir em Gênova, em 1735, por D. João V [1705-1750].

Trabalhos de reconstrução de sucederam em 1742, com o Engenheiro genovês Domingos Sambucetti; em 1761, com o Capitão Engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfeld; e entre 1771 e 1774, com a audácia do Ajudante Antônio José Pinto, seu comandante à época.

Neste período, a fortificação exercia a função de Registro, visitado, em 1784, pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira [1783-92], que sobre ela observou que se encontrava em boa posição, sobre um rochedo, dominando perfeitamente a boca do Rio Xingu, sendo os navios obrigados a irem aí apresentar os seus passaportes.

À época do Império, BAENA afirmava que esse Registro era meramente para servir de alguma coisa, e não por ser apropriado para esse fim, visto oferecer o Rio Amazonas naquela paragem muitos trânsitos fora da sua vista; entretanto "[...] *essa fortaleza foi obrada com alguma luz de arquitetura militar*".

BARRETTO [1958] ilustra a referência a esta fortificação com uma foto de 1949, onde se observam as muralhas [de alvenaria de pedra] em bom estado de conservação, com uma edificação [Quartel da Tropa] sobre o terrapleno, e algumas peças de artilharia pelo lado do Rio. O portão, pelo lado de terra, é acessado por uma pequena escadaria.

O autor informa que, à época [1958], a estrutura encontrava-se guarnecida por um pequeno destacamento da 8ª Região Militar.

O acesso é feito por um portão de ferro batido. Pelo lado do Rio, existe um obelisco de construção posterior.

Essas ruínas encontram-se tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1963, estando atualmente sob jurisdição do Ministério da Defesa. (Fonte: fortalezas.org)

José Monteiro de Noronha (1768)

41. Em distância de 12 léguas da Fortaleza do Gurupá pelo rumo de Norte está a Boca do Rio Jari na contracosta do Rio Amazonas. E 9 léguas pelo Rio acima – estava fundado o Lugar de Fragoso à parte esquerda. Experimentando-se porém aquele sítio pouco conveniente para a conservação da saúde dos seus habitantes, se passaram estes para mui perto da Boca do Rio, e à parte direita dele, aonde hoje se conservam. As fontes deste Rio ficam vizinhas às do Rio Yapoco referido no §36.

42. Nove léguas da mesma Fortaleza do Gurupá pelo rumo de Oeste está a Boca inferior do Rio Toeré na costa oposta do Amazonas. E penetrando o Rio 5 léguas dentro, se acha a Vila de Arraiólos na margem Oriental. A Vila de Espozende está na margem Ocidental de um ramo do Rio, e distante de Arraiólos três léguas e meia. Da Boca do Rio Toeré até a Praça de Macapá corre a costa do Amazonas ao Nordeste.

43. Para continuar a viagem do Gurupá para o sertão do Rio Amazonas se costeia para cima a mão esquerda até a Boca do Rio Xingu distante do Gurupá 12 léguas, em cuja distância, e na mesma margem está o lugar de Carrazedo longe do Gurupá 8 léguas. (NORONHA)

Von Spix e Von Martius (1819)

A **10** de setembro (1819) navegamos para Oeste, ao longo do continente. Já ficavam atrás de nós as maiores das Ilhas de Gurupá; entretanto não podíamos avistar a margem Setentrional do Amazonas, por causa de umas Ilhas menores, de certo modo a continuação da Ilha Grande de Jarauiuba, que ficam

de permeio. Essas Ilhas formam, em comum, dois grandes canais; o que está mais ao Norte é considerado como a Foz principal do Amazonas; o mais Meridional, como Foz secundária, e, ao mesmo tempo, como Boca do Rio Xingu.

Este último Canal é geralmente chamado, pelos habitantes de Rio de Gurupá, e as suas águas, misturadas do Rio Amazonas e Xingu, são de tonalidade um tanto menos amarela do que as do próprio Amazonas; isto prova o volume de águas claras que rola no Xingu. (SPIX & MARTIUS)

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1833)

Os holandeses pretendiam a exemplo dos franceses estabelecerem-se no Pará, e já tinham formado diversas feitorias na foz do Amazonas, tratando ao mesmo passo de fortificarem-se e de conciliar a afeição dos indígenas. No dia 07.08.1616 teve Francisco Caldeira notícia de que vários navios holandeses existiam na Foz e dentro do Amazonas, chegando até o Gurupá com o intento de formarem uma colônia, para o que tratavam de aliciar os índios, espalhando a notícia da prontificação de uma esquadra da Holanda para essa conquista; ordenou pois Caldeira a Pedro Teixeira, e Gaspar de Freitas de Macedo fossem examinar a embarcação, que estava surta à distância de quarenta léguas da Capital, e debaixo de qualquer perigo a abordassem; e partindo em duas canoas guarnecidas de vinte soldados, na noite de 9 do mesmo mês de agosto conseguiram, entre a resistência dos holandeses, abordar o navio e incendiá-lo, escapando deles um único Trombeta, que pretendendo salvar-se a nado, foi conduzido prisioneiro para a Capital, tirando-se depois toda a artilharia da embarcação por ser de pouco fundo o lugar em que fora a pique. (CERQUEIRA E SILVA)

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)

GURUPÁ: Vila criada em 1639 e situada na margem austral do Amazonas em plano de quatro braças de altura distante 14 léguas para cima do furo ou canal do Tajupuru sobre a terra firme da costa, que do dito furo corre aos rumos do Sul, Sudeste, e Sudoeste. A sua posição geográfica é a Latitude Meridional 01°46′ e a Longitude 325°24′. Trinta e sete casas cobertas de palha, e sete telhadas, formam duas ruas, uma denominada de Santo Antônio, e a outra de São José e duas pequenas praças, a do Pelourinho, e a da Aldeia contígua da parte do Sul, cuja primitiva denominação foi a de Mariocay, e cujos indianos desde a sua fundação eram aplicados ao serviço da guarnição da fortaleza, e depois sujeitos à administração dos Capuchos da Província da Piedade.

A Igreja, cujo Orago é Santo Antônio, não é telhado com folhagem. O termo da Vila começa do furo do Tajupuru, e acaba no Igarapé Macupá acima do lugar da Boa Vista. Formam a totalidade de moradores 828 Brancos, 248 escravos, 117 mestiços, 183 indianos, e 80 mamelucos. Os que são lavradores plantam maniva, arroz, milho, café, algodão, e tabaco: e, os que comerciam, vendem salsa, cravo, café, cacau pirarucu, e castanha doce. Destes gêneros o cacau e o café são do termo da Vila, a salsa dos distritos das Vilas de Almeirim e Arraiólos, o cravo do Rio Xingu e também das duas Vilas precedentes, o pirarucu dos lagos de Monte Alegre, e a castanha doce das Vilas de Arraiólos e Espozende. Também fabricam azeite de andiroba, aguardente de beiju e redes de toda a qualidade.

O continente da Vila é bom para a plantação do cacau, algodão, arroz e feijão: e as ilhas fronteiras vulgarmente chamadas do Gurupá para a da mandioca, café, cacau e tabaco.

A maior parte desta ilha é inabitável, por que é sujeita às inundações do inverno, e sem embargo disso é abundante de pacas, cutias, veados, porcos, e de cacau espontâneo, que os moradores aproveitam no tempo da colheita. A criação de gado vacum não tem ali apaixonados: só a cultura dos gêneros referidos é que absorve alguma atenção; apenas é uma fazendinha, onde aparecem dezesseis cabeças e também uma manada de porcos. Na entrada da rua de S. Antônio da banda do porto sobre a beira do Rio defronte dos escolhos pouco empinados acima d'água, ainda são vistos os vestígios de um pequeno hospício, que havia sido principiado de Ordem Régia em 1692, e de que tomaram posse no seguinte ano os religiosos da Província Capucha de Nossa Senhora da Piedade. Também os carmelitas fundaram nesta Vila um conventinho no ano de 1645: e o demoliram em 1674 por causa de uma peste, que arredou muitos moradores assustados dela.

Há na direita da Vila à borda d'água uma fortaleza com o nome de S. Antônio do Gurupá, obrada com alguma luz da arquitetura militar. Ela foi plantada em 1623 pelo Capitão-Mor do Pará Bento Maciel Parente depois de terem sido batidos os holandeses, que guarneciam casas fortes por eles alçadas para abrigo das suas feitorias e da navegação do Amazonas. Era tal a avidez desta gente dos Estados Gerais das Províncias Unidas, e era tão subsidiada pelos silvícolas do Cabo do Norte e da costa Setentrional da Ilha Grande de Joannes que no artigo peixe-boi, carregavam dele mais de vinte navios no ano. Como cessasse a necessidade que havia suscitado a construção desta fortaleza, passou ela a figurar de registro da navegação mediterrânea assim na ida como na volta, meramente para que servisse de alguma coisa: [...] pois é bem sabido que o Amazonas naquela paragem oferece muitos trânsitos fora da vista da mesma fortaleza. (BAENA)

Henry Walter Bates (1849)

Às 11h00, de 03.10.1849, chegamos a Gurupá, pequena aldeia situada em margem pedregosa de 30 ou 40 pés de altura. Aí desembarcamos e tivemos oportunidade de caminhar pelos matos vizinhos, que se apresentavam cortados por numerosas veredas alcatifadas de licopódios que atingiam a uma altura de oito ou dez polegadas, e animados por bandos de borboletas azuis da família Theclidae. A terra sobre a qual está Gurupá parece uma área pedregosa isolada, pois o resto da região é baixo e sujeito a inundações na época das chuvas. Às 17h00 tornamos a partir.

Logo depois do pôr do sol, quando cruzávamos a boca do Xingu, que é o primeiro dos grandes tributários do Amazonas, de 1.200 milhas de extensão, ergueu-se de repente uma nuvem negra. João da Cunha ordenou que se ferrassem todas as velas, e imediatamente soprou furioso furacão, levantando do Rio rajadas de espuma e produzindo pavoroso ruído nas florestas vizinhas. Seguiu-se formidável aguaceiro; mas dentro de meia hora tudo voltara à calma e a lua cheia apareceu boiando em céu escampo. (BATES)

Richard Spruce (1849)

De manhã cedo passamos Gurupá, uma Aldeia da margem direita, onde se divisa uma Fortaleza cuja construção é atribuída aos holandeses, durante o breve período em que eles se apossaram do Amazonas. Todavia, de acordo com Baena, sua construção dever-se-ia a Bento Maciel Parente, Capitão-mor do Pará, depois que ele expulsou os holandeses, em 1623. (SPRUCE)

Luís Agassiz e Elizabeth Cary (1865)

Vila de Gurupá. **23** de agosto (1865) – Ontem, antes de chegarmos à pequena Vila de Gurupá, paramos em frente duma floresta de miritis. Foi a primeira vez que vimos uma floresta unicamente composta de palmeiras, com exclusão de qualquer outra espécie. À tarde, paramos em Gurupá e descemos em terra, mas apenas nos achamos na margem que um violento temporal misturado com chuva e trovoada arrebentou sobre nós. Quase nada vimos, portanto, da Vila e só conhecemos o interior da casa que nos deu abrigo. Agassiz obteve aqui uma preciosíssima coleção de peixes-do-mato ([68]), contendo várias espécies novas; mas como os índios enumeram cerca de 70 diferentes, muito ainda resta a fazer para os que virão depois dele. Partimos durante a noite e entramos esta manhã no afluente Xingu, para fazer parada no Porto do Moz. (AGASSIZ)

César Augusto Marques (1870)

FRANCISCO COELHO DE CARVALHO

Sargento-mor do Maranhão [1846-1848], era conhecido pelo apelido de Sardo, por ser desta pinta, diz Baena – "*Compêndio das Eras da Província do Pará*", por distinção do tio do mesmo nome e cognomes, primeiro Governador do Estado do Maranhão, explica Berredo – "*Annaes Históricos*" §929. Filho ilegítimo de Antônio Coelho do Carvalho, Desembargador do Paço e Embaixador do Portugal na Corte de França, teve muitas recomendações porque possuía merecimentos, que o faziam digno dos maiores despachos.

---

[68] Peixes-do-mato: peixes que habitam nos lagos.

Por espaço de 21 anos tinha servido no Estado do Brasil, e achou-se em Maranhão, e até aconselhou a Bento Maciel todo o rigor de guerra, quando se deu a invasão holandesa. Veio do Pará para S. Luís e tomou posse do seu encargo no Senado da Câmara em 17.06.1646. No terceiro dia de sua administração nomeou para Capitão-mor do Grão-Pará o Capitão Paulo Soares de Avelar, que em 28 de junho tomou posse.

Havia muitas queixas no Pará contra o Ouvidor Geral Francisco Barradas de Mendonça, e por isso Francisco Coelho deu ordem ao Capitão Soares para que lhe fosse tirada a Ouvidoria, o que se cumpriu com geral satisfação daqueles moradores. Em seu governo El-Rei D. João IV determinou que os Príncipes primogênitos da Coroa de Portugal tivessem o título de Príncipes do Brasil para o possuírem em título somente, e se chamassem dali em diante – Príncipes do Brasil e Duques de Bragança.

O seu governo foi quase todo pacífico, como que procurando restabelecer as forças do Estado, gastas na luta heroica contra os holandeses. Governava, então, a Capitania do Pará Sebastião de Lucena de Azevedo. Foi o primeiro que se apresentou com diploma assinado pelo régio punho do D. João IV. Este homem era áspero e desabrido em seu modo de proceder e de governar, pelo que, dentro em pouco tempo, tornou-se aborrecido por todos.

Em 1647 informou o Senado da Câmara, e os cidadãos mais notáveis ali reunidos, que o Comandante da Fortaleza de Gurupá lhe participara estarem fundeados na Foz do Amazonas oito navios holandeses, e com ânimo hostil pois procuravam aliciar índios para atacarem a Fortaleza e, se fossem felizes, talvez a Capital da Capitania.

Terminou dizendo que só defenderia a fortaleza, da qual fez preito ([69]) e menagem ([70]), e portanto que os moradores cuidassem de defender a sua vida e fazenda, podendo até eleger pessoa capaz para os governar. Despeito, covardia ou imprudência, o fato é que todos ali presentes lhe fizeram ver a inconveniência do seu procedimento, tudo porém foi debalde, porquanto dissolveu a junta, firme ainda em sua resolução, e daí a pouco deu ele princípio à sua louca intenção cerrando os ouvidos a todos os clamores. Receando o Senado da Câmara, a nobreza e o povo "*serem injuriados na sua conhecida fidelidade, que de novo queriam empenhar para a expulsão dos holandeses até a última gota do sangue*", resolveram, com justo sentimento, enviar ao General do Estado, o Juiz Amaro de Mendonça Furtado, a fim de narrar-lhe de viva voz todas estas ocorrências, "*para que pudesse prover em tudo do pronto remédio, que era necessário para a conservação e sossego público da Capitania*".

Sebastião de Lucena, enquanto se passavam estes fatos, seguiu para a Fortaleza de Gurupá, onde desembarcou sem o menor obstáculo. Marchou sobre o "*Forte sítio de Maricari*", ocupado pelas tropas holandesas sob o comando de Bandergus, soldado valoroso, atacou-o destemidamente, venceu, e coberto de glória militar recolheu-se à cidade de Belém. Foi tão bem desempenhada a comissão do Amaro de Mendonça, que o Governador julgou a propósito ir ao Pará conhecer pessoalmente dessas queixas, o que realizou em agosto de 1647. A princípio procurou o governador apaziguar os ânimos irritados, talvez em consideração aos bons serviços que inegavelmente prestou Sebastião de Lucena.

---

[69] Preito: manifestação de respeito.
[70] Menagem: homenagem.

Assim permaneceu até o começo do ano seguinte, porém eram repetidas as queixas, constantes as recriminações, e a todos os momentos as representações o vinham tirar da sua natural brandura. Mandou enfim abrir devassa e saiu culpado Sebastião de Lucena, porém o Governador, desejando valê-lo, suspendeu-o, e degradou-o para o Gurupi ([71]).

Achava-se bem doente então Francisco Coelho, e receando que pela sua morte se dessem distúrbios, tão prejudiciais ao Estado confiado aos seus cuidados, nomeou, por patente de 10.01.1648, para substituí-lo a Ayres de Sousa Chichorro, "*escolhido já repetidas vezes para o mesmo emprego pelas recomendações do seu merecimento*". Quando saiu do Maranhão tinha ele deixado no governo dessa Capitania, com a patente de Capitão-mor, Manoel Pita da Veiga, Provedor-mor da Fazenda Real.

Lembrando-se das desordens que se deram por ocasião da morte do seu tio, acrescentou na patente de Ayres Chichorro, que em caso de sua morte, ficariam as duas Capitanias, que formavam o Estado, inteiramente independentes uma da outra até resolução do Ministério de Portugal, a quem dariam conta com toda a brevidade.

A 15.02.1648 faleceu com todos os sacramentos, dando sempre evidentes sinais de seu espírito verdadeiramente religioso.

Segundo uma das verbas do seu testamento, foi o seu cadáver sepultado na porta da igreja dos religiosos de Santo Antônio na cidade de Belém. (MARQUES)

---

[71] Gurupi: fronteira dos atuais estados do Pará e Maranhão.

João Fernando de Almeida Prado (1986)

A vinda de povoadores holandeses àquele sítio sugeriu aos ingleses mudarem-se para Gurupá, precaução para manter cordialidade com os ádvenas, porquanto ambos eram inimigos da Espanha. Em 1623, aproveitou O'Brien o aparecimento de navio holandês, comboiado por um patacho, para voltar à Europa com carregamento de fumo e algodão reunido durante sua estada no Brasil, carga que lhe rendeu na Holanda dezesseis mil escudos. No Forte, foi substituído por outro irlandês, Purceli, menos venturoso por ter de arcar com assalto de portugueses a que não pôde resistir, caindo prisioneiro com os demais da guarnição. Na mesma altura, feriu-se combate dos lusos brasileiros com a nau Golden Haen, a mesma que trouxera os povoadores de Flessinghe.

Comunicava Luís Aranha, vencedor do embate, tê-la destruído, perecidos no naufrágio tripulantes e seis fidalgos ingleses, um deles de nome Parqua [Parker] que na América Central saqueara Trinidad e matara o governador espanhol. Nas proximidades de Gurupá, construíram os portugueses o Forte que devia proteger a povoação de N. S. do Desterro, para impedir que os reforços esperados pelos vencidos pudessem lá chegar. Com os contrários aprisionados, contavam-se despojos que foram divididos entre o promovido a Capitão-mor Pedro Teixeira e as demais autoridades do Pará. Nos lotes havia um de alto valor, composto de cativos negros trazidos com grande dificuldade de Angola para serem empregados na cultura de fumo na Amazônia. Necessitavam os brancos de braços e se serviam de índios, o que poderia provocar perigosas reações, sendo preferível, no caso, utilizar a conversão de selvagens empreendida por frades capuchinhos, que talvez conseguissem amansá-los e torná-los bons trabalhadores.

Em 1625, chegou ao Presépio Frei Cristóvão de Lisboa com alguns Frades empenhados em conversões, munidos de toda sorte de ferramentas, pentes, anéis e bugigangas apreciadas pelo gentio que, em poucos dias de navegação pelos Rios, atraíram mais de mil índios, acompanhantes em canoas aos Frades e ao Capitão dessa bandeira religiosa.

O expediente de agradar aos índios também era usado naquelas paragens desde cinco ou seis anos pelos holandeses, segundo informavam os prisioneiros do Gurupá, a pressagiar dificuldades futuras para os portugueses. (PRADO)

Maria Adelina Amorim (2005)

A 19.03.1693 deu-se um acontecimento de superior importância para regular a administração dos índios por zonas geográficas: a Repartição das Missões da vasta Amazônia pelos vários institutos religiosos que lá operavam:

> Aos Padres de Santo Antônio assinala por Distrito tudo o que fica ao Norte do mesmo Rio das Amazonas, e o Sertão chamado Cabo do Norte, para que, discorrendo pela margem do dito Rio, compreendam os Rios de Jari, do Paru e Aldeia de Urubuquara, que é Missão dos Padres da Companhia; e nela se limitará o Distrito dos ditos Religiosos de Santo Antônio, quanto ao Rio das Amazonas, ficando-lhes sem limitação todo o interior do sertão deste Distrito, no qual já têm um hospício e várias residências. – D. Pedro II (Carta Régia)

O Diploma Régio demarcou os novos distritos missionários e distribuiu-os pela Companhia de Jesus, pelos Capuchos de Santo Antônio, pelos Mercedários e Carmelitas e também pelos Franciscanos da Província portuguesa da Piedade, que neste contexto se instalam no Gurupá e terras adjacentes à fortaleza.

É-lhes, ainda, atribuído todo o espaço situado para cima da Aldeia de Urubuquara, subindo o Rio das Amazonas e que compreendia os Rios do Xingu, do Trombetas e de Gueribi.

1.5. AÇÃO DOS TRÊS COMISSARIADOS CAPUCHOS

Deste modo, no ano de 1693, instala-se, no estado maranhense, o Comissariado da Província da Piedade de Portugal no Maranhão e Pará, novo braço de frades Franciscanos, que teria um desenvolvimento profícuo, atendendo ao número de missões e conventos que conseguiu criar. Em 1693 funda o Convento da Piedade de Gurupá e, em 1706, o Hospício de S. José, em Belém do Pará, uma vez que não podia levantar convento, devido à existência do Convento de S. Antônio da mesma Ordem. (AMORIM)

Muhuraida – Canto Segundo, IX a XXII

(Henrique João Wilkens)

Dos Monarcas inata piedade;
O desejo da fé ver propagada,
De rêmora servindo a lealdade
Embaraça a vingança desejada,
Lamenta o valor a ociosidade
Das armas, que algum dia só empregada,
Hora em louros tecer, com que adornava
A fronte, que os triunfos desprezava.

Mas lá desde o divino consistório ([72]),
Do eterno, imutável, sábio e justo,
Onipotente Ser, desse alto empório,
Desce veloz o Mensageiro Augusto,
Do continente em alto promontório.
Descansa o voo ligeiro, e vê o robusto
Indômito Muhura fatigado;
Estragos meditando, e descuidado.

[72] Consistório: junta de cardeais.

Entre eles, nos apostatas repara,
Que a fé; a igreja; os dogmas desprezando,
Quais aptos emissários já prepara
O príncipe das trevas, que inspirando
Aos bárbaros, rancor; astúcia rara,
Mais que eles infiéis, fossem guiando
O pressuroso passo; a mão armada
Empresa a executar premeditada.

Em zelo e caridade então ardendo,
No amor dou seu Senhor todo abrasado,
O Embaixador Celeste removendo
As trevas vai; e tudo transformado,
Aos que está vendo;
Se chega mansamente, ao que encostado
Em arco informe, aguda flecha aponta,
Só mortes meditando, estrago apronta.

Que fazes? Meu irmão! – lhe diz sereno –
De inimigos se teme novo insulto?
Quando eu cuidara, que Regato ameno,
Banhando te acharia, e dando indulto
Aos lassos membros; veja, que o terreno,
De frutas; plantas, produções inculto,
Coberto está de flechas; de instrumentos,
Que indicam todos bélicos intentos!

Ah! Deixa estar, um pouco, já ocioso,
Esse valor cruel, bárbaro insano!
Dá-me atenção, ouvindo-me, oficioso
Em relatar-te o que parece arcano.
Conheces, que aborreço o mentiroso;
Ouve-me, enfim; verás o desengano;
Notícia te darei, que não te assuste;
Que lágrimas de gosto, só te custe.

Perplexo então o Muhura, olhando atento,
Ver parecia no mancebo adusto,
Um seu parente, que um golpe violento,
De ramo, separado, mas robusto,
Nas ondas fez cair; sanguinolento.
Despojo reputado, que do injusto
Fado, alimento estava destinado,
De um crocodilo enorme, e devorado.

És tu! – lhe diz enfim – parente amado!
Como evitar pudeste tais perigos?
Ou de entre os mortos vens ressuscitado,
A visitar-me a mim aos teus amigos?
Vem a meus braços...
O coração... esta alma... já os antigos...
Esforços... mas a língua... não me ajuda!
Não faz efeito tal flecha aguda!

Sou teu irmão, não temas, respondendo
Lhe diz o paraninfo disfarçado.
Igual o gosto meu, ao que estou vendo
Em ti; mas o que eu tenho é consumado.
Descansa, diz o Muhura, que atendendo
Te vou, com gosto, alegre, e admirado:
Eu o arco, a flecha, e tudo enfim deponho,
Sentado, ouviste atento me disponho.

À sombra, em relva agreste, reclinados,
Na margem de um Riacho cristalino,
Juntos os dois, fingindo descansados
Passos, reposto estar, o que em Divino
Serviço e diligência os elevados
Espaços, tão imensos, repentino,
Veloz, qual pensamento per agrado.

Com plácido semblante, alegre rosto,
Assim falou o Celeste Mensageiro;
Mostrando absorto estar no maior gosto,
De aromas exalando suave cheiro;
Amado irmão! Não sei qual mais ditoso
De nos eu considere; tu primeiro
Escolhido já foste do Destino,
Para um Deus conhecer; um Ser divino.

Aquele, que da queda, e do perigo
Do abismo me livrou, precipitando
Soberbos ramos desse tronco antigo,
Que ao mais alto igualar, se ia jactando;
Aquele Onipotente, que contigo,
Com todos, tão piedoso se ostentando,
O céu, a Terra, as aves, feras, tudo
Criou, dá vida ao morto, a fala ao mudo.

Absorto, ouvindo o Muhura a novidade,
Dos desusados termos, de admirado,
Responde aflito: Ah! Temo na verdade,
Que algum abalo a queda tem causado.
Talvez do tronco, ou ramo a qualidade,
Nocivo humor, veneno disfarçado,
No sangue introduziu, que delirante
Se inspire um pensamento extravagante.

Ah! Quantos acertos – diz o Mensageiro –
Em dizer, que fatal veneno, insano,
Introduziu oculto, o verdadeiro
Motivo do destino, que esse humano,
Mais perfeito, que nós, sendo o primeiro,
Na culpa fez cair, do grande Arcano
Indagar pretender da Divindade,
Comendo o pomo da infelicidade.

Almeirim, PA – Santarém, PA

Os Lusíadas – Canto Segundo, I
(Luís Vaz de Camões)

[...] A luz celeste às gentes encobrindo,
E da casa marítima secreta
Lhe estava o Deus Noturno a porta abrindo,
Quando as infidas gentes se chegaram
As naus, que pouco havia que ancoraram.

22.03.2015 – Almeirim, PA – Prainha, PA

Partimos de Almeirim, depois do café da manhã, por volta das 08h00, não havia muita pressa tendo em vista de que o percurso a ser vencido, até Prainha, era de apenas 113 km. Passamos novamente pelo belo Morro da Velha e pelas duas torres monumentais do Linhão Tucuruí-Macapá-Manaus.

O Mário resolveu atalhar pelo Paraná Chicáia em vez de enfrentar a forte correnteza do Amazonas. Tínhamos agora a oportunidade de avistar ambas as margens e admirar, de perto, a paisagem, a flora, a fauna, as palafitas e as cenas do cotidiano ribeirinho. As brincadeiras de dois bezerros bubalinos chamaram minha atenção e, em especial, por ser um deles albino. Foi a primeira vez que tive a oportunidade de apreciar uma raridade destas.

Chegamos a Prainha, por volta das 17h00 e a nossa querida amiga Maria do Socorro Lima de Souza, Diretora de Cultura do Município já tinha reservado dois quartos no Hotel Ágape e realizado um reconhecimento prévio de petróglifos da Serra de São Roque para visitarmos.

23.03.2015 – Prainha, PA

O dia estava chuvoso e acompanhamos a Socorro numa extensa visitação que teve início nas diversas Secretarias do Governo de Prainha, onde tivemos a oportunidade de conhecer cada um de seus titulares. Mais tarde a Socorro levou-nos para conhecer cada um dos estabelecimentos de ensino e saúde de Prainha. A agradável surpresa ficou por conta dos disciplinados alunos da rede pública em seus uniformes imaculados.

Negrinho do Pastoreio
(Jayme Caetano Braun)

[...] o meu peito de índio vago
Também sofreu igual sorte,
E hoje vagueia, sem norte,
Sem fugir, por mais que ande,
Deste formigueiro grande
Onde costumes malditos
Tentam matar aos pouquitos
As tradições do Rio Grande!

No período de 17 a 22 de junho de 2013, a convite dos Poderes Executivos Municipais de Frederico Westphalen e Alpestre, na serra gaúcha, cumpri uma intensa pauta de 11 palestras, tratando de assuntos relativos à região Amazônica. Protagonizei palestras na UFSM (Campus de Frederico Westphalen) e diversos estabelecimentos de ensino das cidades anfitriãs, para um público superior a 1.000 pessoas, além de conceder uma entrevista na Rádio Luz e Alegria AM-FM. Em cada sala de aula ou auditório, desde o ensino fundamental ao de pós-graduação, pude sentir o interesse, o clima de respeito e educação de todo o corpo discente e docente.

Nas grandes cidades o ser humano perde sua individualidade e acaba transformando-se apenas em mais um número. As ações e manifestações coletivas por sua vez, não raramente, perdem o foco e acabam sendo manipulados por lideranças espúrias que representam apenas a vontade dos mais exaltados e mais radicais.

24.03.2015 – Prainha, PA (Almeirim, PA)

A Socorro tinha informações de que no Projeto de Manejo Florestal Sustentado da Fazenda Pica-pau, localizado em Almeirim, PA, havia uma caverna onde poderíamos encontrar inscrições rupestres. Foi uma viagem longa, por estradas ruins, passamos por Jatuarana e Vista Alegre do Cupim, nossas velhas conhecidas, e quando estávamos chegando ao nosso destino encontramos a porteira fechada. Tivemos de fazer uma longa caminhada até o acampamento da Fazenda Pica-pau onde encontramos a engenheira florestal Silvia Maria Alves da Silva que nos ofereceu um bem-vindo almoço.

A Silvia nos informou, porém, que precisaríamos dormir no acampamento para, no dia seguinte, irmos até a caverna, a caminhada para a caverna demandava uma jornada inteira. Descartamos esta alternativa e para não perder a viagem fomos com ela e sua equipe visitar as cachoeiras do Rio Águas Brancas. Chegamos à noite em Prainha e fomos direto para o hotel.

25.03.2015 – Prainha, PA (Rio Outeiro)

Partimos, depois das 09h00, com destino ao Rio Outeiro (antes denominado Rio Urubaquara) com o objetivo de conhecer a belezas naturais da Serra de

São Roque e as inscrições rupestres da Pedra do Padre. Depois de alguns contratempos, como a troca de guias, chegamos ao nosso destino às 14h00, e visitamos pequenas cavernas e a Pedra do Padre cujas inscrições se encontram bastante deterioradas pela ação do tempo.

26.03.2015 – Prainha, PA – Santarém, PA

Pôr do sol em Cajazeiras
(Constantino Cartaxo)

O anoitecer é bem tranquilo em minha terra.
Como é bonito o sol cair lá no horizonte,
Descer, qual tocha em fogo aceso atrás do monte,
Dando a impressão de que mergulha em plena serra!

Quanta beleza junta a natureza encerra!
Eleve, amigo, o olhar e soerga a sua fronte
E conte a todo mundo e ao mundo inteiro conte
Que é muito lindo o pôr do sol na minha terra.

Cenários a florir nós vemos desenhados,
Embelezando os céus, no açude refletindo,
E, embaixo d'água, o sol, talvez vendo outro sol,
Com raios a jorrar uns tons avermelhados
Trazendo ao nosso olhar um panorama lindo:
O rosicler também formoso no arrebol.

Partimos cedo, tínhamos uma longa jornada pela frente até Santarém. Novamente o Mário optou por navegar em águas mais calmas adentrando no Paraná de Monte Alegre. No Paraná fiz contato com nosso caríssimo amigo Sargento PM Edilson Antônio Bezerra do Nascimento e com a Dona Jesuína, Secretária do Tenente-Coronel de Engenharia Cláudio José dos Santos Menezes. Informei ao Bezerra o horário de nossa chegada em Monte Alegre e à Dona Jesuína nossa previsão de chegada em Santarém bem como a

solicitação de uma viatura de apoio, para às 10h00 de 27.03.2015, para me conduzir até a Casa de Hóspedes (CHO) do 8° BEC.

Quando chegamos a Monte Alegre o nosso querido amigo Bezerra já nos esperava para o almoço com uma caldeirada em sua casa mas, como o Coronel Teixeira tinha marcado sua passagem aérea para o dia seguinte, fomos obrigados a declinar do convite.

Fomos até a residência do Bezerra nos despedir de sua amável família onde a dona Branca, sua esposa, brindou-nos com uma porção generosa de bombons de sabores típicos da região.

Partimos dando continuidade à nossa empreitada com muita saudade dos queridos amigos que deixávamos em Monte Alegre. O Mário optou por retornar pelo Lago Grande de Monte Alegre. Iniciamos a navegação pelas calmas águas do Lago Grande, por volta das 14h25, e, às 17h10, passamos pela Comunidade Cueiras antes de adentrar no Rio das Amazonas.

Para afastar o desânimo que tentava se apossar de meu ser, o Grande Arquiteto do Universo providenciou um Pôr do Sol apoteótico. As nuvens apresentavam uma fantástica variedade de cores, que ao se refletir nas águas do grande Rio formavam um conjunto harmônico singular, capaz de estimular o coral de pássaros a reverenciar com mais primor a jornada que ora se encerrava.

Nos últimos lampejos o G∴A∴D∴U∴ mostrou-me, nitidamente que minha missão na Amazônia não se encerrara e apontou-me um novo objetivo que se encontrava à Oeste.

Meus pensamentos voltaram-se imediatamente para a Foz do Rio Jau, afluente do Rio Negro – Velho Airão, onde eu encontrara, na minha descida pelo Rio Negro (2009-2010), os mais belos petróglifos que avistara nos meus 11.500 km de navegação pela Amazônia Brasileira.

Aportamos em Santarém à meia noite e pernoitamos na Delta. De manhã o Coronel Teixeira foi para o aeroporto e eu aguardei a viatura que me conduziria até a CHO, por volta das 10h00. Mais uma vez contamos com o apoio irrestrito e cavalheiresco do Comandante do 8° BEC, Tenente-Coronel de Engenharia Menezes. A cortesia característica da arma azul turquesa mais uma vez me maravilhava. Dia 30 de março de 2015, despedi-me dos irmãos de arma e retornei a Porto Alegre, RS.

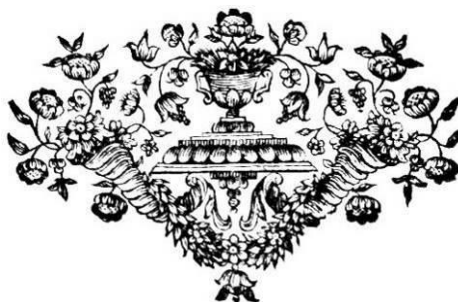
Coletânea Desafiando o Rio-Mar – Santarém, PA

Em julho de 2014, o editor chefe da Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS) prometeu-me que publicariam uma edição bilíngue da Coletânea do "*Projeto Desafiando o Rio-mar*" em papel "*couchê*" e sem qualquer ônus.

Entusiasmado com a proposta informei, antes de realizar a descidas do Rio Roosevelt (em outubro de 2014) e do Amazonas II (Santarém, PA a Macapá, AP), às Prefeituras, Instituições de Ensino e Polícias Militares dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, amigos, investidores e apoiadores, de todo o Brasil que lhes enviaria gratuitamente a coletânea.

Ao aportar em Porto Alegre, RS, depois de concluir a 8° e última etapa do meu Projeto, contatei a

EDIPUCRS para informar que estava prestes a concluir o 8° livro e, só então, fui informado de que a edição fora abortada e a justificativa apresentada era de que o cancelamento ocorrera em virtude de mudanças na direção das editoras do Paraná e do Rio Grande do Sul. Fiquei sabendo, portando, da anulação do contrato apenas porque tomei a iniciativa de contatá-los, uma falta de respeito total.

Durante a 1ª Circunavegação da Lagoa Mirim, em Jaguarão, tive de pernoitar em uma pousada para atender às sugestões dos revisores da PUCRS em relação ao livro do Rio Negro, tendo em vista que no veleiro não tínhamos acesso à internet. Observei, na oportunidade, que diversas sugestões apontadas pela revisora tinham um teor meramente político e temi pela edição da "*Coletânea Desafiando o Rio-mar*", embora a iniciativa de sua edição tivesse partido do corpo de editores da própria PUCRS. Trabalhei, no livro, até as duas horas da manhã e às 04h30 estava indo até o Iate Clube de táxi para a nova jornada. Continuamos na estaca ZERO, novamente, procurando uma editora competente e RESPONSÁVEL, e que seja capaz de honrar compromissos assumidos, para publicar nossa obra. Abrimos mão de quaisquer lucros ou direitos autorais, nosso intuito foi e sempre será o de divulgar a história e assuntos relativos à Amazônia Brasileira.

Muhuraida – Canto Segundo, XXIII
(Henrique João Wilkens)

Menos te entendo agora; misterioso
Parecendo o sentido, em que falaste!
– O bárbaro responde, já ansioso –
Mas já que apertar vai-me principiaste
O trabalho, e que gostoso,
A ouvir-te me produz; embora gaste
O dia, a noite e que se perca a caça,
É justo o meu desejo eu satisfaça.

Fim do Segundo Canto

Muhuraida – Canto Terceiro, I a II
(Henrique João Wilkens)

Do céu o Muhurificado Mensageiro,
Prossegue a persuadir ao Muhura atento,
No Imaripi, que busque o verdadeiro
Desengano e ventura do portento.
Já convencido o bárbaro primeiro,
Aos companheiros patenteia o intento;
Mas de um ancião repulsa encontra irada,
Que em sucessos passados é fundada.

O Zéfiro mais brando, que movendo,
A flor mimosa, a gala lhe acrescenta,
Tão sereno não é, nem vai fazendo
Efeito tão suave, assim violenta
Torrente das paixões já suspendendo,
As luzes da razão fazem ser atenta,
O anjo, quando relata a formosura
Do Criador, credo e criatura.

Os Nheengaíba do Amazônico Delta

O Delta que os geógrafos alarmados julgam diluído e flutuante a caminho da Geórgia e das Carolinas, está ali, em bilhões de camadas, plasmando a gleba das futuras várzeas e das futuras campinas equinociais. Só a Ilha de Marajó, quase toda aumentada pela sedimentação nas fímbrias de sotavento, onde a tranquilidade potâmica e a suavidade das brisas permitem o depósito aluvial das toalhas barrentas, vale por um país. Portugal, por exemplo, equipara-se-lhe mais ou menos em superfície. Outras Ilhas, do porte da Grande de Gurupá, ainda representam espaços enormes, sem meter os numerosos arquipélagos, levantados aqui, acolá, e, o que é tudo, o fundo do Golfo que se alteia e seca. Labor estupendo, despercebido em conjunto, mas apreendido em minúcias, provoca esta interrogação: donde vem tanta terra? Quem o autor desse trabalho ingente? A terra vem dos Andes, das pálias estrangeiras, dos parapeitos da portentosa Cordilheira que se arqueia em muralha no Ocidente do vale. A tarefa ciclópica é do Amazonas, seus afluentes, confluentes e defluentes. Bancos, baixios, praias, restingas, além do que já foi balanceado, são as resultantes da faina perene daquele fabuloso dragão, que vomita dia e noite, anos e anos, a matéria sorvida nos cimos.
(DE MORAES)

Marajó

O Escritor, Jornalista e Historiador paraense Leandro Tocantins, no seu livro "*O Rio Comanda a Vida: uma Interpretação da Amazônia*", editado em 1952, assim define Marajó:

> A Ilha da Foz possui tamanho superior a países europeus, tais como a Bélgica, a Dinamarca, a Suíça. É a maior Ilha da costa brasileira e, também, de toda a América Meridional, com seus 47.964 km^2 de superfície. Quase um pequeno continente.

> Infringe as teorias geológicas de formação de deltas, porque é resto de terra continental desagregada pela água. Eis alguns traços singulares da Ilha de Marajó. Seu nome, provindo da língua tupi, "*Mbarayó*", que significa anteparo do mar, dá mesmo a ideia de uma atalaia colossal postada na porta do anfiteatro amazônico. Assim chamavam-na os indígenas que transmitiram aos portugueses a denominação. (TOCANTINS)

O Escritor Aurélio M. G. de Abreu, no seu livro "*Civilizações que o Mundo Esqueceu*", publicado em 1992, por sua vez:

> Conhecida desde o século XVI, época em que foi batizada como "*Ilha Grande de Johannes*", Marajó só foi explorada parcialmente em 1616, ano em que a frota portuguesa de Francisco Caldeira de Castello Branco a utilizou como base provisória durante sua ação de levantamento topográfico da região, atividade desenvolvida em paralelo com a caça aos corsários franceses e ingleses. Inicialmente ocupada por missões católicas de padres Franciscanos e Carmelitas, que deram lugar à Missão de Jesuítas, a Ilha não parecia diferir das demais regiões da Amazônia. Os índios, pertencentes à nação Aruaque, mostraram-se arredios a todas as tentativas de catequese, e conseguiram manter uma relativa independência até 1816, ano em que as derradeiras tribos abandonaram a Ilha para se refugiar nas florestas de terra firme. Com a fuga dos índios, a Ilha, com suas pastagens e campos férteis, não tardou a ser ocupada por fazendeiros e colonos, totalmente desinteressados por objetos indígenas, os quais, quando encontrados, eram rapidamente destruídos, dificultando assim as pesquisas que ocorreriam décadas depois. (DE ABREU)

Meu Adeus ao "*Santa María del Mar Dulce*"

O Haver

(Vinícius de Moraes)

Resta esse constante esforço
Para caminhar dentro do labirinto
Esse eterno levantar-se depois de cada queda
Essa busca de equilíbrio no fio da navalha
Essa terrível coragem diante do grande medo,
E esse medo infantil de ter pequenas coragens.

O magnífico Delta Amazônico é perene em superlativos predicados. Sua imensa teia formada por infindáveis Rios, Igarapés e Furos recordam o lendário labirinto de Cnossos. O arrojado navegante hodierno, como o Teseu de outrora, precisa conhecer cada meandro, cada banco de areia, cada embocadura, cada praia, graças a uma mágica, singular e sutil trilha gravada indelevelmente no Inconsciente Coletivo. Este fantástico Arquivo Ancestral onde são armazenadas as opções manifestadas por pensamentos, emoções e ações geradas por atos ou palavras de toda a humanidade e que a Escritora, Filósofa e Teóloga russa Helena Petrovna Blavatsky chamava de Registro Akhasico. Absorvo, inebriado, a energia destas águas que ofegantes arquejam acompanhando o ritmo das marés, águas ora doces, ora salinizadas, placentas mornas plenas de vida, águas que choram e que cantam, que embalam ternamente ou assombram audazes Argonautas, águas que descem rudes, ruidosa e tumultuariamente desde o Nevado Mismi na longínqua Cordilheira Andina e se amansam progressiva e inexoravelmente ao adentrar nas dolentes planuras de nossa adorada "*Terra Brasilis*" embrenhando-se lenta e silentemente nos serenos Lagos, Igapós e Várzeas sem fim.

Ao navegar nestas míticas águas, mergulho meu remo no útero fecundo do Rio das Amazonas, artéria inesgotável que pulsa possante no coração da mãe Terra, sinto estimularem-se as percepções sensoriais de cada um de meus sentidos. Deixo-me embalar pelo ritmo da natureza e sigo encantado observando cada paisagem, cada elemento que me cerca, desde os colossais gigantes arbóreos aos ínfimos representantes da mais heterogênea flora e fauna do Planeta. Emociono-me, por demais, nesta derradeira jornada em que me despeço do Rio-mar e minha memória, engarupada no longínquo pretérito, vaga pelos curiosos vestígios da raça extinta. Revejo antigos aborígenes manufaturando sofisticadas cerâmicas e participando de elaborados e místicos rituais funerários.

Expedição Morgan

O geólogo canadense Charles Frederick Hartt havia realizado duas viagens ao Brasil dedicadas exclusivamente ao estudo da geologia e geografia e, somente a partir da Expedição Morgan, é que suas pesquisas se estenderam ao estudo da antropologia. Como Mestre de Geologia em Cornell, a partir de 1868, iniciou o planejamento de uma nova Expedição ao Brasil. Um de seus maiores incentivadores foi o Coronel Edwin Barber Morgan que doou US$ 1.000,00 ao projeto e, novamente, em 1871, destinaria idêntico valor para a segunda parte da Expedição – em virtude disso, seu nome passou a designar a empreitada.

Hartt publicou um artigo intitulado "*The Ancient Indian Pottery of Marajó"* no *Volume V, de julho de 1871, N° 5, páginas 259 a 271,* do *"The American Naturalist*" apresentando, pela primeira vez, a Cerâmica Marajoara à comunidade científica internacional.

Lúcio Menezes Ferreira, no seu "*Território Primitivo: a Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*", comenta:

> Ferreira Penna, com efeito, indicou a Hartt ocorrências de sítios arqueológicos e sugeriu, por conseguinte, que ele os escavasse. Tais indicações se deram durante a 1ª Expedição Morgan, realizada a partir de julho de 1870, e resultaram em artigos publicados na "*The American Naturalist*" e nos Arquivos do Museu Nacional. O geólogo canadense, portanto, quando organizou seu projeto para a Comissão Geológica Imperial, cujas Expedições se iniciaram em 1875, já conhecia a localização de alguns sítios arqueológicos. Seu projeto para a Comissão Geológica, assim, não incluiu apenas o estudo das estruturas geológicas e veios fossilíferos amazônicos. Silvia Figueirôa, com base em documentação primária, mostra que Hartt planejara pesquisar o seguinte tópico: "*Estudo da Arqueologia do País e da Etnologia das Tribos Existentes*".
>
> As relações entre o cientista brasileiro e o canadense estreitaram-se durante os trabalhos da Comissão Geológica. Ferreira Penna foi contratado pela Comissão para fazer um levantamento cartográfico dos sítios arqueológicos da Ilha de Marajó. Contudo, ele só os escavaria em 1873, depois que William S. Barnard [1849-1887] e Orville A. Derby [1851-1915], alunos de Hartt, o fizessem. Eles foram à Ilha de Marajó em 1870 e novembro de 1871. Contudo, foram precedidos em alguns meses por Joseph Beal Steere [1842-1940], da Universidade de Michigan, que foi o primeiro a escavar um "*teso*" de Marajó, entre janeiro e maio de 1871. Os resultados das escavações de Derby em sambaquis paraenses e nos aterros da Ilha de Marajó publicaram-se na "*The American Naturalist*" em 1879. Assim, Ferreira Penna não teve precedência científica na Amazônia.

> Seus trabalhos foram tão importantes para a institucionalização da Arqueologia Amazônica [ou, para situá-los de uma forma mais geral, para a institucionalização da Arqueologia Brasileira] quanto foram os de Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, Gonçalves Tocantins, Couto de Magalhães, Hartt e Derby. Ademais, deve-se convir que Hartt escreveu vários textos arqueológicos e etnológicos, com detalhadas descrições geométricas de artefatos amazônicos, registros de ocorrência de arte rupestre, além de análises sobre cemitérios indígenas em grutas de Minas Gerais. (MENEZES FERREIRA)

Nheengaíbas e Aruãs (Aruans)

Embora se saiba que os Aruás pertenciam ao tronco Aruaque, que costeou o Norte da América do Sul até o Marajó duzentos anos antes da chegada dos europeus com os quais mantiveram boas relações, a origem dos Nheengaíbas continua envolta em mistério. Nheengaíba, em Tupi, significa "*gente de língua incompreensível*". O Padre Vieira afirma, nas suas "*Cartas*", que os Nheengaíbas eram formados por 29 nações indígenas diferentes, dentre as quais os Anajás, Mapuás, Paucacas, Guajarás, Pixipixis, Boccas, Pauxis, Mamaianazes, Mocõoes, Jurumas, Muanás e Sacacas.

Vejamos o que nos relata Antônio Manoel Gonçalves Tocantins em "*Relíquias de uma Grande Tribo Extinta*", nos idos de 1876:

> Os Nheengaíbas [...] representavam papel importante entre os indígenas do Vale do Amazonas. Já dissemos as razões, porque nos parece que estas tribos não pertenciam à grande raça Tupi, da qual viviam separadas em sua Ilha imensa. Já vimos que não falavam a língua tupi, e que apresentavam em sua existência uma feição particular.

O Padre Antônio Vieira, que, assim como todos os outros Padres da companhia de Jesus destas Missões, era mui versado nesta língua, só por meio de intérpretes pôde entender-se com os Nheengaíbas. Donde vieram, pois, estes indígenas plantar suas tabas no meio das numerosas Aldeias espalhadas pelo Vale do Amazonas, e pertencentes quase todas aos Tupinambás e outros Tupis? Desde que começamos estas pesquisas, fomos logo de parecer que os Nheengaíbas ou habitantes de Marajó eram descendentes de alguma tribo peruana descida pelo Amazonas no tempo dos Incas. [...]

Naquela Ilha, quer-me parecer que se fixou e floresceu por largos anos a tribo mais industriosa e mais culta de quantas povoaram a princípio o Brasil; e tenho que ali é que por mais tempo se tem conservado os vestígios e as pálidas tradições da civilização andina, transferida para essa porção da América, onde mais tarde duas grandes nações, a Tupi e a Guarani, tanto medraram sem, contudo, alcançarem nunca esse grau de rude cultura de seus maiorais.

Veio em tão boa hora isentar-nos de tamanha falta o Sr. Ferreira Penna com o seu belo presente, composto quase todo de fragmentos de vasos [procedentes de Marajó] mui diversos dos que têm sido até hoje desenterrados noutras paragens do Brasil: estes apresentam de ordinário a forma do fruto das sapucaias ([73]), e são lisos ou toscamente escamados, como se houvera a intenção de copiar neles a pele de jiboia; os de Marajó são multiformes, e delicadamente esculpidos ou pintados à maneira dos da Bolívia ou do Peru.

[73] Sapucaia (Lecythis pisonis): o fruto tem a forma de uma cumbuca com tampa (cumbuca de macaco), de 12 a 18 cm. No fruto se encontram sementes arredondados ou ovais, semelhantes à castanha da Amazônia.

> Quando os espanhóis invadiram o Peru, submeteram os índios que encontraram em sua passagem; no momento, porém, que quiseram entrar em Cuzco, os habitantes, que a princípio tentaram defender-se, vendo depois que este partido era impossível, abandonaram sua capital e emigraram. Ora, o movimento geral de emigração nessa época foi para os Andes, onde muitos peruanos ficaram com seu Príncipe Tito, do sangue dos Incas, e outros desceram pela vertente Oriental e seguiram pelo Amazonas no mesmo rumo que depois seguira Orellana. [...] Ora Nheengaíbas em sua significação Tupi quer dizer – povo que fala mal, ou que fala língua desconhecida ou confusa. É assim que os romanos também chamavam de bárbaros a todos os povos que não falavam a língua latina. (GONÇALVES TOCANTINS)

Lúcio Menezes Ferreira concorda com Gonçalves Magalhães apresentando a teoria do Médico, Professor e Ornitólogo teuto-brasileiro Hermann von Ihering:

> Uma série de vestígios arqueológicos comprovaria, para Ihering, os contatos dos Incas para além de seu território imediato: o cultivo de plantas muito específicas, como a coca, o milho, a mandioca, o feijão e o algodão, encontradas na Venezuela, no Paraguai, na Argentina Setentrional e no Rio Grande do Sul; os machados de cobre e motivos pictográficos da "*arte rupestre*" da Argentina, sobretudo os de Catamarca, seriam semelhantes aos do Rio Grande do Sul. Hermann von Ihering, em seguida, define duas regiões arqueológicas, ou, como ele preferiu dizê-lo, uma síntese de duas "*regiões transitórias*". Haveria dois territórios arqueológicos de um Brasil andino. De um lado, Catamarca ligar-se-ia à Ilha de Marajó. Pois as refinadas urnas funerárias, lá e acolá, apresentariam figurações simbólicas semelhantes. Assim, uma primeira região arqueológica formou-se numa zona

> de confluência entre os grupos "*incaicos*" assentados no Noroeste argentino e os habitantes da Ilha de Marajó. As cerâmicas Incas, e aqui Ihering fala hipoteticamente, teriam descido o Amazonas e aportado na Ilha de Marajó, onde se transfiguraram num novo estilo cultural. (MENEZES FERREIRA)

Emigração da Cultura Chavin

A Arqueóloga, Historiadora e Professora peruana Rebeca Carrion Cachot no seu livro "*La Cultura Chavin*", considerava que a Fase Marajoara teve como origem a "*Cultura Chavin*" em decorrência de algumas semelhanças nas suas artes cerâmicas. A Cultura Chavin, que se desenvolveu nas montanhas do Peru há aproximadamente 4.000 mil anos, teria emigrado da região andina em decorrência de uma invasão oriunda da região do Pacífico (CACHOT). O Antropólogo venezuelano Mario Sanoja Obediente, como tantos outros, reforça esta teoria da emigração da Cultura Chavin para diversas regiões, dentre as quais a região da Foz do Amazonas afirmando:

> Entre 1500 y 1000 años antes de Cristo hay evidencias concretas de la migración de pueblos ligados a las culturas formativas andinas de la vertiente amazónica y el altiplano, particularmente Kotosh y Chavín, hacia el litoral atlántico del Bajo Orinoco que se hallaba para entonces ocupado por grupos humanos recolectores cazadores. La excelencia de la manufactura ceramista del formativo andino, dio origen a hermosas tradiciones culturales locales conocidas como Tradición Barrancas y Tradición Marajoara, entre otras, pero que no reprodujeron en las extensas sabanas y selvas de galería que bordeaban el cauce de grandes ríos como el Orinoco y el Amazonas, las complejas pautas de la organización social ni de la vida urbana de las sociedades formativas andinas.

> Sin embargo los pueblos y la cerámica barranqueña, de tradición andina, se difundieron desde inicios de la Era Cristiana a lo largo del arco antillano, constituyendo el fundamento de la Sociedad Taína que se desarrolló posteriormente en las Grandes Antillas. (OBEDIENTE)

Primeiros Contatos

Quando Francisco Caldeira de Castello Branco fundou a Capitania do Grão-Pará, nos idos de 1616, e deu início ao desbravamento das terras do Amazonas, encontrou os Nheengaíbas e Aruãs dominando a imensa Ilha de Marajó estabeleceu, inicialmente, uma salutar convivência com os mesmos.

> Em 1616 foi começada a edificação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará por Francisco Caldeira de Castelo Branco, a quem o General Alexandre de Moura logo depois de haver conquistado o Maranhão aos franceses seus usurpadores tinha mandado na qualidade de Capitão-mor do descobrimento do Grão-Pará debaixo da justa cláusula de fazer obediência a Jerônimo de Albuquerque em atenta consideração deste homem benemérito ter pisado ovante ([74]) no Rio Miari e no Forte de Itapari os grandes Lírios, que La Touche ardido ([75]) caudilhara ([76]). [...] Esta comarca compreende toda a Ilha Grande de Joanes; a qual nos tempos mais remotos chamava-se geralmente Ilha dos Nheengaíbas por serem de línguas diferentes e dificultosas as muitas cabildas ([77]) gentílicas que nela tinham habitáculo ([78]). (BAENA, 2004)

---

[74] Ovante: triunfante.
[75] Ardido: ousado.
[76] Caudilhara: liderara.
[77] Cabildas: tribos.
[78] Habitáculo: morada.

Não demorou muito, porém, para que as hostilidades surgissem. Não podia ser de diferente, já que os portugueses logo tentaram submeter à escravidão aqueles que antes tratavam como aliados. O Padre Antônio Vieira, na sua "*Carta de 11 de fevereiro de 1660*", e Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, nas suas "*Relíquias de uma Grande Tribo Extinta*", relatam as origens das hostilidades provocadas exclusivamente pelos colonizadores portugueses:

> VIEIRA: De mais destas duas Missões, se fez outra à Ilha dos Nheengaíbas de menos tempo, e aparato; mas de muito maior importância e felicidade. Na grande Boca do Rio das Amazonas está atravessada uma Ilha de maior comprimento largueza que todo o Reino de Portugal, e habitada de muitas nações de índios, que por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente Nheengaíbas.
>
> Ao princípio receberam estas nações aos nossos conquistadores em boa amizade, mas depois que a larga experiência lhes foi mostrando que em nome de falsa paz com que entravam se convertia em declarado cativeiro, tomaram as armas em defesa da liberdade e começaram a fazer guerra aos portugueses em toda a parte. (VIEIRA)
>
> GONÇALVES TOCANTINS: A princípio Castelo Branco estabeleceu relações de paz e de amizade, tanto com os Tupinambás, que dominavam no continente, como com os insulares Nheengaíbas ou Marajoaras.
>
> A guerra, porém, não tardou a rebentar, e continuou longa e porfiada. Nem podia ser de outra maneira, porque os portugueses procuraram desde logo pôr em prática a sua antiga e fatal pretensão de reduzir à escravidão aqueles que na véspera tratavam de aliados. (GONÇALVES TOCANTINS)

Máquina de Guerra Nheengaíba

Na virada do século XVII, os portugueses realizaram diversas expedições ao interior da Ilha com o objetivo de apresar e escravizar os indígenas para usá-los nos seus empreendimentos econômicos.

Estas deletérias ações eram condenadas veementemente pelos Clérigos que pretendiam encaminhar os nativos para as Missões convertendo-os à Fé Católica e tornando-os súditos fiéis à Coroa Portuguesa.

Os colonos encontraram dois obstáculos importantes – a Legal, diversas Leis e Decretos foram promulgadas com o intuito de regular a captura dos índios, evidenciando o prestígio do Poder Temporal da Igreja junto à Coroa contrapondo-se aos interesses divergentes dos colonos, e a Econômica – tendo em vista que as campanhas eram extremamente afanosas e onerosas.

Na sua grande Ilha, os Nheengaíbas adotavam uma tática de guerrilha que os tornava simplesmente imbatíveis. Os Nheengaíbas tinham consciência de seu poderio, conheciam perfeitamente o terreno, os Igarapés e furos tortuosos e de difícil navegação forçando os portugueses a evitar as incursões ao interior da Ilha.

Segundo o Padre Antônio Vieira, assim que os Nheengaíbas decidiram fazer frente aos portugueses, abandonaram suas Aldeias e se pulverizaram pela região:

> *ocupando ao mesmo tempo toda a Ilha e nenhum lugar, sendo capazes de surpreender o inimigo ao longo do labirinto intrincado de Rios e florestas*.

Em resposta às investidas portuguesas, os Nheengaíbas, que possuíam uma esquadrilha de embarcações ligeiras e bem armadas, atravessavam a Baía e contra-atacavam levando "*o espanto e o terror até junto os muros da cidade*" (GONÇALVES TOCANTINS).

O Padre Antônio Vieira assim descreve o terreno e a ação destes indígenas no seu formidável reduto aproveitando as peculiares características do terreno:

> Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas que nesta terra são todas por água, em que roubavam e matavam muitos portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas Aldeias, ainda daquelas que estavam mais vizinhas de nossas Fortalezas, matando e cativando. Até os mesmos portugueses não estavam seguros dos Nheengaíbas dentro de suas propriedades e fazendas, do que se veem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas Capitanias dentro de certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do Mar, da terra e dos Rios, nem ainda a passagem deles, senão debaixo das armas.
>
> Por muitas vezes quiseram os governadores passados, e ultimamente André Vidal de Negreiros, tirar este embaraço tão custoso ao Estado, empenhando na empresa todas as forças dele, assim de índios, como de portugueses, com os Cabos mais antigos e experimentados; mas nunca desta guerra se trouxe outro efeito mais que o repetido desengano, de que as nações Nheengaíbas eram inconquistáveis pela ousadia, pela cautela, pela astúcia e pela constância da gente, e mais que tudo pelo sítio inexpugnável com que os defendeu e fortificou a mesma natureza.

É a Ilha toda composta de um confuso, e intrincado labirinto de Rios e bosques espessos: aqueles com infinitas entradas e saídas; estes sem entradas nem saída alguma, onde não é possível cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver o inimigo, estando ele ao mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores apontando e empregando as suas flechas.

E porque este modo de guerra volante e invisível não tivesse o estorvo natural da casa, mulheres e filhos, a primeira coisa que fizeram os Nheengaíbas, tanto que se resolveram à guerra com os portugueses, foi desfazer e como desatar as povoações em que viviam, dividindo as casas pelas terras adentro a grandes distâncias, para que em qualquer perigo pudessem uma avisar às outras e nunca ser acometidos juntos.

Desta sorte ficaram habitando a Ilha sem habitarem nem uma parte dela, servindo-lhe, porém, em todos os bosques de muro, os Rios de fosso, as casas de atalaia ([79]) e cada Nheengaíba de sentinela, e as suas trombetas de rebate ([80]). (VIEIRA)

Aliança dos Nheengaíbas com os Portugueses

Em 1668, chegou ao Pará D. Pedro de Melo, com a notícia da guerra declarada contra os holandeses. Como os Nheengaíbas já tinham, anos antes, se unido aos holandeses enfrentando os portugueses, os moradores do Pará consideraram que se não conseguissem uma aliança com os indígenas isso representaria a extinção da Capitania. Enviaram, então, um emissário ao Governador para chamar sua atenção sobre a questão e providências a respeito.

[79] Atalaia: guarita.
[80] Rebate: grito ou sinal com que se anuncia o aparecimento do inimigo.

O Governador depois de consultar as autoridades políticas, militares e eclesiásticas concordou com a iminência do perigo e a proposta de reunir todos os recursos à disposição da Capitania para enfrentar os aborígenes antes de uma possível aliança deles com os holandeses.

O Padre Vieira, porém, ofereceu-se como mediador, na tentativa de arquitetar um Tratado de Paz com os Nheengaíbas, enquanto, sigilosamente, a Capitania se preparava para a guerra. Graças ao seu invulgar talento e prestígio junto aos Nheengaíbas, conseguiu que alguns Principais Nheengaíbas viessem à cidade buscá-lo. Vejamos como nos relata este episódio o Padre Vieira na sua "*Carta de 11 de fevereiro de 1660*":

> Chegou finalmente no ano passado de 1658 o Governador D. Pedro de Melo com as novas da guerra apregoada com os holandeses, com os quais alguma das nações dos Nheengaíbas há muito tempo tinham comércio, pela vizinhança dos seus portos com os do Cabo do Norte, em que todos os anos carregam de peixe-boi mais de vinte navios de Holanda.
>
> E entendendo as pessoas do governo do Pará que se unindo os holandeses com os Nheengaíbas, seriam uns e outros senhores destas Capitanias, sem haver forças no Estado [ainda que se ajuntassem todas] para lhes resistir mandaram uma pessoa particular ao Governador, por meio da qual lhe pediam socorro e licença para logo, como maior poder que fosse possível entrarem pelas terras dos Nheengaíbas, antes que com a união dos holandeses não tivesse remédio esta prevenção e com ela se perdesse de todo o Estado.

Resoluta a necessidade e justificação da guerra por voto de todas as pessoas Eclesiásticas e Seculares, com quem Vossa Majestade a mandou consultar, foi de parecer o Padre António Vieira, que enquanto a guerra se ficava prevenindo, em todo o segredo, para maior justificação e ainda justiça dela, se oferecesse primeiro a paz aos Nheengaíbas, sem soldados nem estrondo de armas que a fizessem suspeitosa, como em tempo de André Vidal tinha sucedido.

E porque os meios desta proposição de paz pareciam igualmente arriscados pelo conceito que se tinha da fereza da Gente, tomou à sua conta o mesmo Padre ser o mediador dela; supondo, porém, todos que não só a não haviam de admitir os Nheengaíbas, mas que haviam de responder com as flechas aos que lhes levassem semelhante prática, como sempre tinham feito por espaço de vinte anos, que tantos tinham passado desde o rompimento desta guerra. Em dia de Natal, do mesmo 1658, despachou o Padre dois índios Principais com uma Carta Patente sua, a todas as nações dos Nheengaíbas, na qual lhes assegurava que por benefício da nova Lei de Sua Majestade, que ele fora procurar ao Reino, se tinham já acabado para sempre os cativeiros injustos e todos os outros agravos que lhes faziam os portugueses e que em confiança desta sua palavra e promessa ficava esperando por eles ou por recado seu, para ir às suas terras: e que em tudo o mais dessem crédito ao que em seu nome lhes diriam os portadores daquele papel. Partiram os Embaixadores que também eram de nação de Nheengaíbas, e partiram como quem ia ao sacrifício [tanto era o horror que tinham concebido da fereza daquelas Nações, até os de seu próprio sangue] e assim se despediram, dizendo que se até o fim da Lua seguinte não tornassem, os tivéssemos por mortos ou cativos.

Cresceu e minguou a Lua aprazada e entrou outra de novo, e já antes desse termo tinham profetizado mau sucesso todos os homens antigos e experimentados desta Conquista, que nunca prometeram bom efeito a esta embaixada, mas provou Deus que valem pouco os discursos humanos, onde a obra é de sua providência. Em dia de Cinzas, quando já se não esperavam, entraram pelo Colégio da Companhia os dois Embaixadores vivos, e mui contentes, trazendo consigo sete Principais Nheengaíbas, acompanhados de muitos outros índios das mesmas Nações. Foram recebidos com as demonstrações de alegria e aplausos que se devia a tais hóspedes, os quais depois de um comprido arrazoado, em que desculpavam a continuação da guerra passada lançando toda a culpa, como era verdade, a pouca fé e razão que lhes tinham guardado os portugueses, concluíram dizendo assim:

> Mas depois que vimos em nossas terras o papel do Padre Grande, de quem já nos tinha chegado fama, que por amor de nós e da outra gente da nossa pele se tinha arriscado às ondas do mar alto, e alcançado El-Rei para todos nós as coisas boas; posto que não entendemos o que dizia o dito papel, mais que pela relação destes nossos parentes; logo no mesmo ponto lhe demos tão inteiro crédito, que esquecidos totalmente de todos os agravos dos portugueses, nos vimos aqui meter entre suas mãos e nas bocas das suas peças de artilharia; sabendo decerto que debaixo das mãos dos Padres de quem já de hoje adiante nos chamamos filhos, não haverá quem nos faça mal.

Com estas razões tão pouco bárbaras desmentiram os Nheengaíbas a opinião que se tinha de sua fereza e barbaria: e se estava vendo nas palavras, nos gestos, nas ações, e afetos com que falavam, o coração e verdade do que diziam.

Queria o Padre logo partir com eles às suas terras, mas responderam com cortesia não esperada, que eles até aquele tempo viviam como animais do mato, debaixo das árvores, que lhes déssemos licença para logo descer uma Aldeia para a beira do Rio, e que depois que tivessem edificado casa e Igreja em que receber ao Padre então o viriam buscar muitos mais em número, para que fosse acompanhado como convinha. Sinalizando nomeadamente que seria para o S. João, nome conhecido entre estes gentios, pelo qual distinguem o Inverno da Primavera. Assim o prometeram, ainda mal compreendidos, os Nheengaíbas. E assim o cumpriram pontualmente; porque chegaram às Aldeias do Pará 5 dias antes da festa de S. João com 17 canoas, que com 13 da Nação dos Combocas, que também são da mesma Ilha, faziam número de 30; e nelas outros tantos Principias, acompanhados de tanta e tão boa gente, que a Fortaleza e a Cidade se pôs secretamente em armas.

Não pôde ir o Padre nesta ocasião por estar totalmente enfermo, mas foi Deus servido que o pudesse fazer, em 16.08.1659, em que partiu das Aldeias do Cametá em doze grandes canoas, acompanhado dos Principais de todas as Nações Cristãs, e de somente seis portugueses com o Sargento-mor da Praça, por mostrar maior confiança. Ao quinto dia da viagem, entraram pelo Rio dos Mapuaefes, que é a Nação dos Nheengaíbas, que tinha prometido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos Padres. E duas léguas antes do porto saíram os Principais a encontrar as nossas canoas em uma sua grande, e bem equipada, enfeitada de penas de várias cores, tocando buzinas, e levantando grande algazarra, que são vozes de alegria e aplauso, com que gritam todos juntos a espaços, e é a maior demonstração de festa entre eles: com que também de todas as nossas se lhes respondia.

Conhecida a canoa dos Padres, entraram logo nela os Principais e a primeira coisa que fizeram foi apresentar ao Padre António Vieira a imagem do Santo Cristo do Padre João de Soto Maior que havia quatro anos tinham em seu poder: e de que se tinha publicado que os gentios o tinham feito em pedaços, e que por ser de metal a tinham aplicado a usos profanos; sendo que a tiveram sempre guardada, e com grande decência, e respeitada com tanta veneração e temor, que nem a tocá-la, nem ainda a vê-la se atreviam.

Receberam os Padres aquele sagrado Penhor com as manifestações que pedia a ocasião, reconhecendo eles, os portugueses, e ainda os mesmos índios, que a este Divino Missionário se deviam os efeitos maravilhosos da conversão e mudança tão notável dos Nheengaíbas, cujas causas se ignoravam.

Logo disseram, que desde o princípio daquela Lua, efetivaram os Principais de todas as nações esperando pelos Padres naquele lugar. Mas vendo que não chegavam ao tempo prometido, nem muitos dias depois, resolveram que o Padre Grande devia de ser morto e que com esta resolução se tinham despedido; deixando porém assentado antes, que dali a quatorze dias se ajuntariam outra vez todos em suas canoas para irem ao Pará saber o que passava: e se fosse morto o Padre, chorarem sobre sua sepultura, pois já todos o reconheciam por Pai.

Chegados enfim à povoação, desembarcaram os Padres com os Portugueses e Principais Cristãos e os Nheengaíbas naturais os levaram à Igreja, que tinham feito de palma ao uso da terra, mas muito limpa e arrumada a qual logo se dedicou à sagrada Imagem com o nome da Igreja do Santo Cristo e se disse o "*Te Deum laudamus*" em ação de graças.

Da Igreja a poucos passos trouxeram os Padres para a casa que lhes tinham preparado, a qual estava muito bem traçada com seu corredor e cubículos, e fechada toda em roda com uma só porta; enfim com toda a clausura que costumam guardar os missionários entre os índios.

Mandou-se logo recado às Nações que tardaram em vir mais ou menos tempo conforme a distância. Mas enquanto não chegaram as mais vizinhas, que foram cinco dias, não esteve o demônio ocioso, introduzindo no ânimo dos índios, e ainda dos portugueses, ao princípio por meio de certos agouros e depois pela consideração do perigo em que estavam se os Nheengaíbas faltassem à Fé prometida, tais desconfianças, suspeitas e temores que faltou pouco para não largarem a empresa e ficar perdida e desesperada para sempre.

A resolução foi dizer o Padre António Vieira aos Cabos que lhe pareciam bem as suas razões e que conforme a elas se fossem embora todos, que ele só ficaria com seu companheiro, pois, só a eles esperavam os Nheengaíbas e só com eles haviam de tratar. Mas no dia seguinte começou a entrar pelo Rio em suas canoas a Nação dos Mapuaefes, de quem havia maior receio por sua fereza; e foram tais as demonstrações de festa, de confiança e de verdadeira paz, que as suspeitas e temores dos nossos se foram desfazendo; e logo os rostos, e os ânimos, e as mesmas razões e discursos se vestiram de diferentes cores.

Tanto que houve bastante número de Principais, depois de se lhes ter praticado largamente o novo estado das coisas, assim pelos Padres como pelos índios das suas doutrinas, deu-se ordem ao juramento de obediência e fidelidade, e para que se fizesse com toda a solenidade de cerimônias exteriores se

dispôs e se fez na forma seguinte, ao lado direito da Igreja estavam os Principais das Nações Cristãs com os melhores vestidos que tinham, mas sem mais armas, que as suas espadas. Da outra parte estavam os Principais Gentios despidos e empenados ao uso bárbaro, com seus arcos e flechas na mão; e entre uns e outros os portugueses. Logo disse Missa o Padre António Vieira em um altar ricamente ornado, que era da Adoração dos Reis, à qual Missa assistiam os Gentios de joelhos lendo grandíssima consolação para os circunstantes vê-los bater nos peitos, e adorar a Hóstia e o Cálice com tão vivos efeitos daquele precioso Sangue, que sendo derramado por todos, nestes mais que em seus avôs teve sua eficácia.

Depois da Missa, assim revestido nos ornamentos sacerdotais, fez o Padre uma prática a todos, em que lhes declarou pelos intérpretes a dignidade do lugar em que estavam e a obrigação que tinham de responder com limpo coração e sem engano a tudo o que lhes fosse perguntado e de guardá-lo inviolavelmente depois de prometido.

E logo fez perguntar a cada um dos Principais se queriam receber a fé do verdadeiro Deus, e ser vassalos d'El-Rei de Portugal, assim como o são os portugueses e os outros índios das Nações Cristãs e avassaladas, cujos Principais estavam presentes? Declarando-lhes juntamente que a obrigação de vassalos era haverem de obedecer em tudo às ordens de S. Majestade, e ser sujeitos às suas leis, e ter paz perpétua e inviolável com todos os vassalos do mesmo Senhor, sendo amigos de todos os seus amigos, e inimigos de todos seus inimigos; para que nesta forma gozassem livre e seguramente de todos os bens, comodidades e privilégios que pela última Lei do ano de 1655 eram concedidos por S. Majestade aos índios deste Estado.

A tudo responderam todos conformemente que sim; e só um Principal chamado Piyé, o mais entendido de todos, disse que não queria prometer aquilo. E como ficassem os circunstantes ([81]) suspensos na diferença não esperada desta resposta, continuou dizendo que:

> as perguntas e as práticas que o Padre lhes fazia, que as fizesse aos portugueses e não a eles, porque eles sempre foram fieis a El-Rei e sempre o reconheceram por seu Senhor desde o princípio desta conquista e sempre foram amigos e servidores dos portugueses e que se esta amizade e obediência se quebrou e interrompeu fora por parte dos portugueses, e não pela sua. Assim que os portugueses eram os que agora haviam de fazer ou refazer as suas promessas, pois as tinham quebrado tantas vezes: e não ele e os seus, que sempre as guardaram.

Foi festejada a razão do bárbaro e agradecido o termo com que qualificava sua fidelidade. E logo o Principal que tinha o primeiro lugar, se chegou ao Altar onde estava o Padre, e lançando o arco e flechas a seus pés, posto de joelhos, e com as mãos levantadas e metidas entre as mãos do Padre jurou desta maneira:

> Eu, Fulano, Principal de tal Nação, em meu nome e de todos meus súditos e descendentes, prometo a Deus e a El-Rei de Portugal a Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e de ser, como já sou de hoje em diante, vassalo de S. Majestade, e de ter perpétua paz com os portugueses, sendo amigo de todos seus amigos, e inimigo de todos seus inimigos, e me obrigo de assim o guardar inteiramente para sempre.

Dito isso, beijou a mão do Padre, de quem recebeu a bênção; e foram continuando os mais Principais por sua ordem na mesma forma.

---

[81] Circunstantes: presentes.

Acabado o juramento, vieram todos pela mesma ordem abraçar aos Padres, depois aos Portugueses e ultimamente os Principais das nações Cristãs, com os quais tinham até então a mesma guerra que com os portugueses. E era coisa muito boa dar graças a Deus ver os extremos de alegria e verdadeira amizade com que davam e recebiam estes abraços e as coisas que a seu modo diziam entre eles.

Por fim, postos todos de joelhos, disseram os Padres o "*Te Deum laudamus*" e, saindo da Igreja para uma Praça larga, tomaram os Principais Cristãos os seus arcos e flechas que tinham deixado fora e para demonstração pública do que dentro da Igreja se tinha feito, os portugueses tiravam as balas dos arcabuzes e as lançavam no Rio e disparavam sem bala; e logo uns e outros Principais quebravam as flechas, e atiravam os pedaços ao mesmo Rio, cumprindo-se aqui à letra: "*Arcum conteret et confringet arma*". ([82]).

Tudo isto se fazia ao som de trombetas, buzinas, tambores e outros instrumentos, acompanhados de um grito continuo de infinitas vozes, com que toda aquela multidão de gente declarava sua alegria: entendendo-se este geral conceito em todos, posto que eram de diferentes línguas. Desta Praça foram juntos todos os Principais com os portugueses que assistiram ao ato à casa dos Padres, e ali se fez Termo Jurídico e autêntico de tudo o que na Igreja se tinha prometido e jurado que assinaram os mesmos Principais estimando muito como se lhes declarou que os seus nomes houvessem de chegar à presença de Vossa Majestade; em cujo nome se lhes passaram logo Cartas para em qualquer parte e tempo serem reconhecidos por vassalos.

---

[82] "*Arcum conteret et confringet arma*": Destruir o arco e despedaçar as armas – Bíblia Sagrada, Salmos 46:09

Na tarde do mesmo dia, deu o Padre seu presente a cada um dos Principais, como eles o tinham trazido conforme o costume destas terras que a nós é sempre mais custoso que a eles. Os atos desta solenidade que se fizeram foram três, por não ser possível ajuntarem-se todos no mesmo dia; e os dias que ali se detiveram os Padres, que foram quatorze, se passaram todos de dia em receber e ouvir os hóspedes e de noite em contínuos bailes assim das nossas nações como das suas, que como diferentes nas vozes, nos modos, nos instrumentos e na harmonia, tinham muito que ver e que ouvir. Rematou-se este triunfo da fé com se arvorar no mesmo lugar o estandarte dela uma formosíssima Cruz, na qual não quiseram os Padres que tocasse Índio de menor qualidade e assim foram 53 Principais os que a tomaram aos ombros e a levantaram com grande festa e alegria assim dos cristãos como dos gentios e de todos foi adorada. As nações de diferentes línguas que aqui se introduziram foram os Mamaynás, os Aruans, e os Anayás, debaixo dos quais se compreendem Mapuás, Guajarás, Pixipixís e outros.

O número de almas não se pode dizer com certeza; os que menos o sabem, dizem que serão 40.000 entre os quais também entrou um Principal dos Tricujus, que é Província à parte na terra firme do Rio das Amazonas defronte da Ilha dos Nheengaíbas, e é fama que os excede muito em número: e que uns e outros fazem mais de cem mil almas. (VIEIRA)

Cultura Extinta

A "*Cultura Marajoara*" extinguiu-se antes mesmo da chegada dos europeus à "*Terra Brasilis*", não existindo nenhuma comprovação científica que os Aruans ou os Nheengaíbas sejam seus descendentes ou mesmo tenham participado de seu extermínio.

Relata-nos Marcus Cláudio Acquaviva em "*Lendas e tradições das Américas: Arqueologia, Etnologia e Folclore dos Povos Latino-americanos*":

> O naturalista paraense Ferreira Penna afirmava que o povo que originou a fase marajoara seria bastante adiantado, involuindo culturalmente em razão da natureza agreste da região, em integral apoio, portanto, à teoria de Steward, que pressupõe o inevitável declínio das culturas que se põem em contato com as condições mesológicas da floresta tropical. Esta tese seria comprovada mais tarde por Betty Meggers e Clifford Evans, que demonstraram, através de escavações estratigráficas, que a cultura marajoara aportou a Marajó no ápice de seu desenvolvimento, passando, a partir de então, a ingressar em irreversível decadência. (ACQUAVIVA)

Muhuraida – Canto Terceiro, III a VIII

(Henrique João Wilkens)

Não te posso explicar, irmão amado!
De altos mistérios, maravilhas tantas.
O Autor Supremo – diz o anjo humanado –
O seu poder, as providências santas,
De densas trevas inda estás cercado,
Das causas naturais inda te espantas,
Tão débil é, tão fraca a natureza
Que malograr faria a minha empresa.

Só por ora, dizer-te é permitido,
Que o tempo já feliz, da fé o reinado
Finalmente chegou, em que admitido
O Muhura venturoso, enfim chamado
Ao rebanho é daquele, que escolhido
Bom Pastor e Supremo – resgatado
Por mais subido preço o cativeiro –
Quis, sendo Deus, ser Homem verdadeiro.

Que este rebanho seu, e povo amado,
Na unidade da fé, da caridade
Um corpo constitui, que aterrado
Tem o poder das trevas, da maldade,
Um povo santo e justo, destinado
A lograr, com seu chefe, eternidade
De gosto, de sossego e de doçura,
Na habitação celeste da ventura.

E para que conheças a verdade
De tudo, que eu relato, vai correndo,
Vai logo, ajunta os teus, com brevidade,
Verás, se é certo, o que te estou dizendo,
Vamos Seguindo, enquanto há claridade,
O caminho da aldeia ([83]), em que vivendo
Tapuias, como nós, mas satisfeitos,
A lei de um Deus conhecem seus preceitos.

O povo dessa aldeia é conhecido,
No repetido estrago, que tem feito
Dos Muhuras a nação, jamais vencido,
Nesses vizinhos seus, que o fraco peito
Só sabem lastimar, quando ferido,
Sem do valor ter no despique efeito.

Há quem servil temor, pálido susto,
Já mais assalto nosso enfim causando,
Nos encaminhe a quem o Nome Augusto
Do precursor de um Deus, desempenhando,
No Ministério, Rito Santo e justo,
Só da piedade os meios adotando,
Os braços seus abrindo com ternura
Justiça e Paz fará só ser ventura.

---

[83] Lugar de S. Antônio de Imarapi, no Rio Japurá, atacado sistematicamente pelos Muhuras que foram, finalmente, vencidos e afugentados por Matias Fernandes. (WILKENS)

Imagem 88 – Rio Águas Brancas – Fazenda Pica-pau

Imagem 89 – Lago Grande de Monte Alegre

Imagem 90 – Lago Grande de Monte Alegre

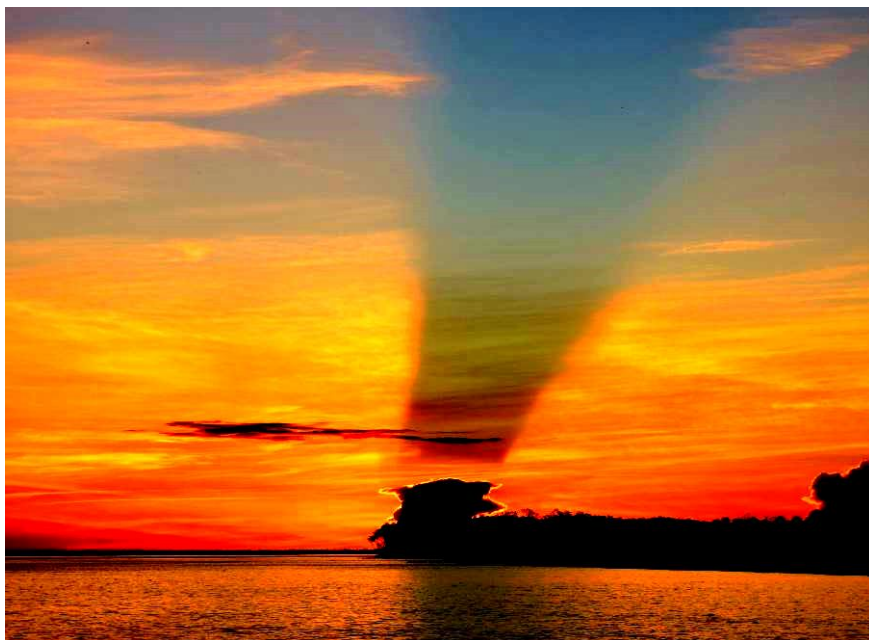



Imagem 91 – Pôr do Sol – Santarém, PA

Os Tesos de Marajó

Os sítios mais característicos da cultura marajoara são, normalmente, aterros artificiais, conhecidos como "Tesos", que têm alguns metros de altura e dezenas de metros de comprimento. Os "Tesos", bastante numerosos, são distribuídos na parte Leste da Ilha de Marajó, numa área de extensos campos naturais, alagados durante boa parte do ano, localizada ao redor do Lago Arari. (NEVES)

Os "*Tesos*" ou "*Mounds*"

Pesquisadores, desde o século XIX, vêm encontrando sinais de que a Ilha de Marajó teria sido ocupada por uma notável cultura indígena. Tendo em vista que a região é, em grande parte, formada por grandes planícies sujeitas a inundações cíclicas, esses grupos teriam construído aterros artificiais – conhecidos como "*Tesos*" – à margem dos Rios e Lagoas. Nestes "*Tesos*", que podem chegar alcançar 200 m de comprimento, 30 m de largura e 10 m de altura, os aborígines construíram suas Aldeias. Nas escavações realizadas, foram encontrados nos "*Tesos*" maiores um considerável número de urnas mortuárias e peças cerâmicas bastante elaboradas.

Algumas especulações consideram que a população da Ilha pode ter atingido, no seu apogeu, mais de 100.000 habitantes.

Evidentemente para manter uma população desta magnitude, estes grupos teriam de ter dominado uma técnica agrícola intensiva e sofisticada, na vazante eles aproveitavam para cultivar as várzeas ricamente fecundadas pelas águas do Rio-mar e nas cheias eram obrigados a limitar-se aos "*Tesos*".

Relatos Pretéritos - Tesos ou Mounds

Gen José Vieira Couto de Magalhães (1876)

Na Província de Mato Grosso existem à margem do Rio Cuiabá e do Paraguai grandes aterros feitos pelos antigos indígenas com o fim de, elevando o solo acima do nível das maiores enchentes, tornarem habitável uma região de sua natureza baixa, e que por tanto se cobre d'água durante a estação pluvial.

Entre os aterros do Rio Cuiabá citarei o que deu o nome ao furo do Bananal, e que é especialmente notável por seu tamanho, e pelo trabalho que devia ter custado a homens que nem conheciam o uso do ferro para preparar objetos onde pudessem carregar a terra, e nem eram auxiliados por nenhum animal de transporte como o eram os peruanos com o guanaco a lhama e talvez a vicunha e a alpaca.

Na Bacia do Amazonas, conhecem-se numerosos desses aterros, e alguns deles, talvez os mais notáveis, na Ilha de Marajó, onde, entre outros, há um que forma uma Ilha artificial dentro do Lago Arari.

Esses aterros, mais ou menos extensos, assumem por vezes formas de animais; existe um no centro de Marajó, sobre o qual já passei, e que tem a forma de um jacaré colossal, sobre cujo dorso deve ter vivido outrora uma tribo inteira. Serve ainda hoje para lugar de construção de casas dos fazendeiros de gado e seus vaqueiros, que habitam aquela região, que se cobre de água durante as cheias do Amazonas.

Considerando-se que as regiões onde eles existem são alagadiças em muitas dezenas de léguas; que, se as tribos eram errantes e nômades, as guerras em que se empenhavam continuamente umas com outras, as deviam impedir de alargar-se por muitas

léguas dessas regiões, conclui-se que eles, desde que ocuparam tais regiões, começaram esses aterros, sem os quais seria impossível explicar sua existência durante a estação pluvial em lugares que se convertem em verdadeiros mares mediterrâneos.

Portanto, o princípio de tais aterros é mais ou menos contemporâneo da ocupação dessas regiões pelos selvagens.

Se os princípios de tais aterros são contemporâneos mais ou menos da povoação dessas regiões, o estado de civilização que eles indicarem será o estado de civilização dos selvagens quando para aí emigraram.

Dentro dessas urnas encontram-se não só instrumentos como ornatos de pedra polida, a que no Pará chamam "*itan*", além de que a própria urna funerária, de argila cozida, indica só por si um período de civilização mais adiantado do que o da pedra lascada.

Pois bem, no fundo desses aterros, encontram-se as mais antigas urnas funerárias, sem comparação mais grosseiras, tanto pelo preparo da argila como pela estrutura e lavores, do que as que se encontram nas camadas médias e superiores. (COUTO DE MAGALHÃES, 1874)

João Barbosa Rodrigues (1880)

Poucos são os lugares em que encontrei estes aterros no Vale do Amazonas; apenas posso mencionar os da ilha de Marajó antiga "*Joannes*" o da costa do Óbidos e o de uma ilha que existe no Lago Paru, entre os Rios Jamundá e Trombetas. Os mais notáveis são os da ilha de Marajó, estando os outros quase destruídos pela cultura.

> **Joannes**: este nome deriva-se do da tribo Juiona, posteriormente chamada dos Sacacas. A origem do nome sacaca nasceu da palavra "*sacacon*", que repetiam comumente quando trabalhavam no Forte da Barra, querendo dizer que "*apressassem o trabalho*". Os índios de outras nações ouvindo sempre esta palavra, começaram a apelidá-los de "*Sacacas*", que depois se estendeu a toda nação Juiona. (Nota do autor)

Os da ilha de Marajó, em número de quatro, estão situados na ilha de Camuti no Rio Anajás, perto da fazenda de São Luiz; nos campos da fazenda da Fortaleza; no campo perto do lago Guajará e na Ilha das Pacovas, no lago Arari, ao Sul da foz do Igarapé das Almas.

Conquanto não seja novo o achado destes aterros, pois não só daí tem se extraído muitos fragmentos de urnas e mesmo algumas inteiras das quais o professor C. F. Hart já deu uma notícia como mesmo fossem incidentemente mencionadas pelo Sr. Dr. Couto de Magalhães, contudo ninguém ainda ligou importância à sua forma, nem pensou nas relações que existem entre eles e os da América do Norte.

O ilustrado Sr. Dr. Couto de Magalhães, atribui estes aterros a necessidade que tiveram os índios, de então, para evitar as inundações produzidas pelas cheias, de aterrarem a localidade, para sobre ela habitarem, não podendo se estenderem muito por causa das guerras. Mas o erudito escritor há de permitir que discorde de sua opinião.

Outro, julgo era o motivo que tinham para assim proceder. Se compararmos os aterros de Marajó, com os dos Estados Unidos, veremos que geralmente em terrenos alagadiços eram eles levantados e alguns são tão pequenos, que, quando muito darão lugar à construção de uma oca sobre eles.

Não é crível, que se destacasse da tribo uma família para viver separada da dela muitas léguas distante. Além disso, aqueles que têm viajado o sertão do Amazonas, que estudaram os diversos usos das tribos selvagens, sabe que nunca os gentios moraram sobre a sepultura dos seus.

Aqueles como os Maués e os antigos Omáguas que enterram seus mortos nas casas que habitam, sob a rede em que o morto viveu, abandonam a casa que serve de túmulo ao finado e constroem outra às vezes bem longe da primeira. Geralmente a gentilidade tem um cemitério separado da maloca.

A superstição, creio, era o motivo que levava o homem de então, a fazer em toda a América cemitérios na proximidade d'água ou em lugares alagadiços. [...]

O Sr. Dr. Couto de Magalhães, isto mesmo confirma dando notícia de um monumento muito separado dos aterros. Seu Ensaio de Antropologia à página 60 diz:

> É uma espécie de forte circular de terra, que existe na ilha de Marajó, na citada fazenda dos Cajueiros, propriedade do Dr. Joaquim José de Assis. Este monumento é evidentemente contemporâneo, ou posterior aos aterros da mesma ilha.

Não tivemos infelizmente ocasião de ver este monumento, pelo que não podemos entrar em considerações. Começaremos, pois, a tratar dos aterros sepulcrais que se encontram na ilha de Marajó.

Antes, porém, de descrevê-los, obriga-me o dever, entrar em algumas investigações, para sabermos por quem foram erguidos esses monumentos, que daqui a alguns anos talvez tenham desaparecido. (BARBOSA RODRIGUES)

Angyone Costa (1934)

CAPÍTULO VI – MOUNDS – O PACOVAL, CAMUTINS E SANTA ISABEL

No Brasil, a terra dos "*mounds*" ([84]) é a Amazônia. Dentro da Amazônia, a Ilha de Marajó. Fica ela situada na Foz do grande Rio e os primeiros cronistas chamavam-na Ilha de Joanes, nome tirado a uma antiga aldeia de índios, estabelecida no local onde foi erigida a Vila que ainda hoje se chama Joanes. Mais tarde, depois da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, que a instalou em 10.01.1616, segundo documento encontrado por Capistrano de Abreu e estudado por Garcia, os portugueses começaram a se estabelecer no Rio Marajoaçu e, desenvolvendo seu comércio, vieram a dar o nome de Marajó à Ilha, pelo qual se tornou conhecida.

Marajó, conhecido e valioso depósito de "*mounds*" segundo o testemunho de vários viajantes que a têm percorrido em diversas épocas, inclusive o próprio autor, é de formação aluvial, de nível baixo e deprimido. Não tem rocha a não ser o grés ferruginoso e é sujeita a inundações gerais, no período de janeiro a junho, época das grandes chuvas, quando se transforma em Lago, de onde emergem os "*Tesos*", cobertos de capões de mato, nos quais se edificam as casas das fazendas ou se reúnem as manadas até que as terras enxuguem. Na região Sul e Ocidental, ela se veste de matas e seringais. Estes seringais já hoje muito abandonados são situados de preferência nas cabeceiras e no Alto dos seus Rios de curso perene, como o Anajás e o próprio Arari, navegáveis por pequenas embarcações a vapor.

[84] Mounds: cerâmicos.

Constantemente batida pelas refregas do Oceano, apenas na sua orla do Nordeste vê aflorar o grés, sendo sujeita a um constante rebaixamento produzido em parte pela erosão dos terreno movediços, que as águas levam, a se verificar a hipótese de Reclus, divulgada por Euclides da Cunha, e combatida por Raimundo Morais, a enriquecer o patrimônio territorial das Antilhas e do Golfo México.

O PACOVAL

É no Lago Arari, situado na parte Oriental de Marajó, na zona dos campos de pastagens, a meio caminho das cidades de Cachoeira e de Soure, e propriamente a 48 km a Sudoeste desta última, que emerge a pequena Ilha do Pacoval, valioso "*mound-building*", rigorosamente uma Ilha dentro de outra, e de evidente construção artificial.

O Arari é um extenso lençol de água derramado por 30 km de Norte a Sul, por 05 de Este a Oeste, pouco fundo, muito piscoso, como muito farta é toda a Ilha de Marajó, e se atribui a formação dos "*mound-builings*" aí encontrados a tribos riparias ([85]) que para esse lugar acorressem em eras remotas, atraídas pela sedução e fartura do Lago e das extensas campinas em redor.

Numa das suas margens, encontra-se o precioso "*mound*", o Pacoval, riquíssimo pelo seu conteúdo, ao lado de outro Ilhote, apresentando os dois a morfologia, talvez de inspiração totemista, de um jaboti. Por ocasião das vazantes normais, 03 a 04 m da superfície do Pacoval, em sentido oblíquo, ficam expostos ao Sol, permitindo um mais perfeito trabalho de sondagem da sua louçaria. (ANGYONE COSTA)

---

[85] Riparias: ribeirinhas.

Victor Zappi Capucci (1987)

– CERÂMICA MARAJOARA –
– LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DEPÓSITOS –

Os depósitos de Cerâmica Marajoara estão localizados, de um modo geral, nos campos da metade Oriental de Marajó, tendo o Lago Arari como centro. José Ferreira Teixeira, numa monografia apresentada ao Congresso Brasileiro de Geografia, informa-nos que os aterros encontrados em Marajó:

> estão situados dois na Confluência do Rio Anajás, margem esquerda, com o Igarapé Frei Dionísio, nos lugares chamados "*Tezinho*" e "*Guajará*", nas terras da Fazenda Campo Lindo, atualmente de Teixeira & Cia.; cinco necrópoles, na margem esquerda do Rio Camotins, afluente direito do Rio Anajás, e dois na margem direita daquele Rio, nas terras de diversos fazendeiros; dois aterros na fazenda Boa Vista, na margem direita do mesmo Rio Anajás; no Lago Arari, são notados dois aterros, sendo um chamado Pacoval, na margem do Lago, junto à fazenda Severino, dos herdeiros do Dr. Vicente José de Miranda, e outro nas terras da fazenda Diamantina, dos filhos de Luís Lobato, na Ilha denominada Cuieiras. Estas necrópoles pertenceram aos índios Arari, como as do Rio Anajás aos selvagens da tribo dos Anajá.
>
> Na Ilha Macacão, sede da fazenda Laranjeiras, à margem direita do Lago Guará, encontra-se um aterro que pertenceu à tribo dos índios Marauaná; estes selvagens também possuíam outra necrópole menor, na margem esquerda do Rio São Miguel; nos terrenos da fazenda Santa Maria, na margem direita do Rio Camará, pertencente aos filhos de Francisco José Cardoso, existem três aterros dos índios Caiá, de Monsarás; na fazenda Pacoval, nas cabeceiras do Rio Pacoval, afluente esquerdo do Rio Cururu, está colocada uma necrópole dos índios Aruã, como na fazenda Monguba, de Benjamim Magno, no Rio Cururu, há um aterro dos mesmos selvagens.

> Na fazenda Montenegro, de D. Bertina Miranda, e na denominada Naratuba, de Rodolfo Chermont & Irmãos, encontra-se uma necrópole em cada uma, outrora pertencente aos Aruã; no Igarapé Bacabal, afluente esquerdo do Rio Ganhoão, os referidos índios possuíam um cemitério.

Angyone Costa acha provável que em Marajó ainda existam "*Tesos*" riquíssimos em cerâmicos na área intercalada entre os Rios Ganhoão, Cururu, Lagos Mututi e Assapão.

OS TESOS DO IGARAPÉ CAMUTINS

O Igarapé dos Camutins, afluente do Anajás, é famoso pela existência de inúmeros "*Mounds*" situados às suas margens. Nesses "*Mounds*" coroados de terra preta, abunda a louça do ameríndio, donde se deduz pelo solo e pelos despojos que os indígenas enterravam o defunto na mesma colina em que viviam.

Este Rio, ao contrário dos outros, cheios de meandros, é quase reto, levando os moradores da zona a supor que o solo das beiradas convexas, motivo das curvas, tenha sido levado para os aterros artificiais que depois se cobriam de cinzas, sobejos de cozinha, substâncias domésticas geradoras da terra preta. Curioso, entretanto, de notar é que os especialistas apenas se referem, ao tratar da cerâmica indígena de Marajó, ao cemitério do Pacoval de Arari, quando o cemitério do Pacoval do Rio Cururu, também afluente do Anajás, é muito maior e menos mexido pelos exumadores de louça. Basta dizer que o "*Mound*" de Arari tem de 02 a 05 m de altura, ao passo que o "*Mound*" de Cururu chega a 10 m.

É oportuno transcrevermos aqui um interessante estudo de Peter Paul Hilbert, etnólogo do Museu Goeldi, relativamente à situação dos "*Tesos*" marajoaras do alto Camutins.

Nesta obra, trata Hilbert dos "*Tesos*" do curso superior do Igarapé dos Camutins, incluindo-os no número dos já conhecidos com segurança, ou dos "*Tesos*" arqueologicamente explorados, descrevendo a sua sequência de Sul para Norte. Conforme confessa o citado autor, não se trata de um estudo completo de tais sítios, em virtude das explorações insuficientes, mas de uma orientação básica geral que poderá servir futuramente. Diz-nos o etnólogo Hilbert:

> Sobre o número e a distribuição geográfica dos sítios da Fase Marajoara, situados ao longo do Igarapé dos Camutins, ainda existem hoje algumas incertezas.

O Igarapé dos Camutins é um afluente da margem direita do Alto Anajás, situado aproximadamente ao centro da metade Oriental da Ilha de Marajó. A primeira referência sobre a existência de urnas funerárias provenientes dessa região data do tempo de Martius [1867]. Devemos a Ferreira Penna a primeira investigação científica [1870], cuja coleção, oriunda desse mesmo lugar, encontra-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Na primeira descrição feita por Derby, no ano de 1876, são mencionados, além dos três primeiros "*Tesos*", situados Rio abaixo, e mais ao Sul, outros doze "*Tesos*", que podem ser encontrados a uma distância de meia légua Rio acima.

> Quase todos se acham na estreita zona da mata que margeia o Igarapé, mas consta que há dois no campo. Encontram-se às vezes fragmentos de louça no campo, e na mata, no nível ordinário.

Esses "*Tesos*", porém, não foram visitados por Derby, que termina sua descrição com uma comparação com a cerâmica do Pacoval, no Lago Arari.

Farabee visitou em 1913 a mesma região dos "*Tesos*", localizada mais ao Sul, tal como o fizera Derby, e empreendeu extensivas escavações no "*Magno Mound*". Procedeu ele também a uma escavação superficial no "*Teso*" mais Meridional do grupo dos Camutins. O grande "*Teso Cemitério*" visitado por Derby não pôde ser incluído entre suas pesquisas porque o seu proprietário de então não o permitiu. Com relação aos "*Tesos*" situados mais acima desta região, Farabee se expressou da seguinte forma:

> Numa distância de 2 milhas para cima, na mesma margem do Rio, encontram-se outros dezessete "*Tesos*" de diferentes tamanhos, todos ao longo da margem do Rio. Os dois últimos estão perto um do outro, a uma distância de 150 pés, e, com exceção do "*Teso*" Camutins e o do "*Magno Mound*", são os maiores do grupo. Tem 20 pés de altura e terminando em ponta, como montes de feno na primavera. A posição dos "*Tesos*" era devida a pequenos Regatos ao longo da margem do Rio; 18 encontravam-se à margem esquerda. O Rio corre aqui de Norte para Sul, o vento sopra de Leste e o campo aproxima-se do Rio a leste, e não a Oeste, onde há pragas de toda espécie.

Outros "*Tesos*" não são mencionados por Farabee acima dos dois últimos que ele descreveu. O relatório de Sandoval Lage, datado de 1944, é o último antes do dos Evans. Suas descrições dos "*Tesos*" do Camutins são sem dúvida um pouco exageradas; ele enumera 40 Tesos, entre os quais alguns, segundo ele, alcançaram de 20 a 40 metros. [...]

Lage, pela primeira vez, chama a atenção para o número de Tesos do Alto Camutins, na fazenda São Marcos, os quais ele crê haverem escapado às observações até então feitas, por causa de seu pequeno tamanho.

Temos razões para supor que se trata aqui da sequência dos "*Tesos*" descritos abaixo, no presente trabalho, embora os "*Tesos*" citados por Lage estejam situados, segundo este, à margem de um afluente do Alto Camutins.

> Devemos a Clifford Evans Jr. e a Betty Meggers Evans as últimas e sem dúvida as mais completas pesquisas feitas no Igarapé do Camutins, por ocasião de uma extensiva exploração arqueológica levada a efeito nas Ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana, bem como no Território do Amapá, entre 1948 e 1949. Realizaram seus trabalhos sob os auspícios do Departamento de Antropologia da Universidade de Colúmbia, em colaboração com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, com o Museu Territorial do Amapá. O autor deste trabalho teve a honra, como representante do Museu Goeldi, de participar das pesquisas arqueológicas levadas a efeito no centro de Marajó. [...]

O último "*Teso*" do grupo dos Camutins situado mais acima, e que foi visitado e pesquisado pelos Evans, é o "*Teso*" chamado Inajasal.

É o sítio citado no relatório de Evans e Meggers como tendo uma altura de 6,25 m, uma profundidade da camada-cultura de 2,15 m, e do qual se deriva o nome do tipo da cerâmica designado como Inajá plain, do segundo tipo da Fase Marajoara [Camutins plain] e que se distingue pelas particularidades acima descritas.

Comparando-se os sítios do curso Superior com os do Médio e Baixo Camutins, observa-se que aqueles possuem menor extensão e menor altura. Isto se poderia explicar pela sua própria disposição primitiva. Por outro lado, parece, no entanto, que os sítios em questão são mais erodidos que os demais situados Rio abaixo.

Imagem 92 – Meggers e Evans – Ilha de Marajó, 1948

Demonstra isso o fato de que a maior parte dos "*Tesos*" fica debaixo d'água durante a época das chuvas, sendo, portanto, apenas rudimentos de suas formas primitivas. Somente cinco sítios – Pau d'Arco, Aratengá, Urubu, Cuieiras e Furinho – acham-se acima d'água no inverno, e estes, mesmo assim, só com pequenas áreas de sua superfície. Parece que essa redução data de pouco tempo e tem relação com a parcial mudança do aspecto hidrográfico do Camutins, a qual se observa desde alguns decênios. Antigamente, o Rio possuía, segundo dizem alguns nativos, um leito relativamente profundo e contínuo, mesmo durante a seca. A pesca era abundante apesar de grande número de jacarés, hoje tão raros. No entanto, quando há cerca de trinta anos foi introduzido o búfalo ([86]) aquático nessa região, o aspecto se modificou.

---

[86] Búfalos: A primeira importação foi feita, em 1902, por Bertino Lobato de Miranda, para Fazenda São Joaquim, às margens do Rio Ararí.

Esse animal vive de preferência nas proximidades dos cursos d'água e passa a maior parte do dia dentro d'água. Frequentemente muda, dia e noite, de uma para outra margem, deslocando, deste modo, permanentemente, parte dos barrancos, com o seu peso, que em média é mais que duas vezes o peso de um boi. As consequências desse seu sistema de vida, entre a água e a terra, devem ser visíveis também na formação do próprio leito do Rio, e isto é o que se verifica. O Camutins está se obstruindo cada vez mais; hoje em dia, no verão, está parcialmente seco, e peixes maiores, como pirarucu, tucunaré, apaiari etc., estão desaparecendo.

Os próprios "*Tesos*", quase sempre situados à margem do Igarapé, representam, por causa da vegetação mais rica, pontos especiais de atração para o gado de toda espécie e, dessa forma, estão particularmente expostos à influência devastadora dos cascos de animais. Não é de todo impossível que desta maneira, em combinação com o efeito erosivo das inundações anuais, pequenos sítios já se tenham nivelado. [...]

Relativamente à distribuição geográfica dos "*Tesos*", pode-se constatar que a grande maioria deles está localizada à margem esquerda, particularidade que já foi apontada por observações anteriores no Baixo e Médio Camutins.

Escavações foram feitas tanto em Cuieiras como em Furinho, por uma Expedição do Museu Paulista, integrada, em 1950, por Harold Schultz e Myrthes Nogueira e da qual participou também o autor, como representante do Museu Goeldi. Os objetos arqueológicos aí encontrados se acham no Museu Paulista. Cuieiras e Furinho são "*Tesos-cemitério*", o que já se manifesta nos muitos cacos pintados e ornados encontrados à superfície.

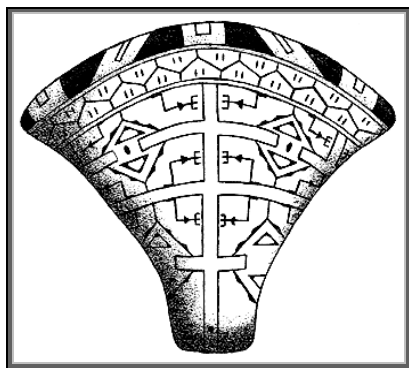



Imagem 93 – Tanga de cerâmica – Ilha de Marajó

É interessante observar a completa ausência de cacos de tangas, quer do tipo pintado simplesmente em vermelho, quer do tipo vermelho sobre branco, os quais geralmente estão presentes em qualquer coleta feita à superfície dos "*Tesos-cemitério*" da Fase Marajoara. Também nas urnas escavadas posteriormente em Cuieiras, só uma tanga foi encontrada. Uma acentuada escassez de cacos de tanga em Furinho também se faz sentir.

A maior profundidade atingida em Cuieiras não chega a dois metros e em Furinho a cerca de 1,70 m em um corte geral de aproximadamente um metro e meio. Na região marginal do "*Teso*", as urnas estão colocadas em diferentes alturas, mas numa só camada. Mais para o centro do "*Teso*", a colocação se torna de duplas camadas, nas quais as urnas ou estão depositadas imediatamente umas sobre as outras, ou separadas por uma camada mais ou menos espessa de terra.

As urnas estavam cobertas por meio de uma tampa com abertura para baixo. Essa tampa ou se salientava sobre os bordos da urna ou caia sobre eles. Muitas vezes, tais tampas foram quebradas pela pressão das urnas depositadas acima ou pela pressão da terra, e caíram para dentro das urnas.

A maior parte das urnas continha restos de ossos humanos misturados com terra, os quais, na maioria dos casos, tinham-se decomposto inteiramente, formando na parte mais baixa da urna uma massa cinzenta escura misturada com terra, mas com restos de cinza de ossos humanos foram achadas pelos Evans no Baixo Camutins e no monte Carmelo; não puderam ser observadas. Tratava-se, neste caso, de urnas pequenas policrômicas ou sem pintura e que se encontravam sempre nas camadas superiores dos depósitos. (CAPUCCI)

Correio da Manhã, n° 16.963
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 07.07.1948

Premiado pela Universidade de Columbia

Fará Estudos Arqueológicos no Amazonas

Nova York, [Especial do "*Correio da Manhã*"] – Dwight David Eisenhower, Presidente da Universidade de Columbia, fez o seguinte comunicado, através do Departamento de Informações daquela universidade: "*Clifford Evans Jr., assistente de pesquisas do Departamento de Antropologia desta Universidade, acaba de ser agraciado com o prêmio William Bayard Cutting, de viagem de pesquisa, referente ao ano acadêmica de 1948-1949*". Esse prêmio é conferido anualmente aos alunos graduados que hajam contribuído com mérito para o aprimoramento das artes e ciências em geral, sendo Evans Jr. e terceiro a ser contemplado. Os outros dois do William E. Weld e William T. DeBary.

Evans Jr. receberá Cr$ 12.000.00, devendo viajar de avião para o Brasil, ainda esta semana, para realizar estudos arqueológicos no vale do Amazonas. Será membro de uma Expedição organizada pelo Museu Nacional do Brasil e pelo Departamento de Antropologia da supracitada Universidade, e custeada pelo "*Viking Fund*", da cidade de Nova York.

O agraciado serviu durante três anos na Força Aérea dos E.U.A., tendo trabalhado como assistente do professor William D. Strong no chamado "*Projeto do Vale do Viru*", projeto esse que consistiu numa Expedição às planícies litorâneas do Peru, levada a efeito cm 1946, sob os auspícios, das Universidades de Columbia e Nova York, do Instituto Smithoniano e do Museu de História Natural de Chicago. A próxima Expedição terá como ponto de partida a cidade de Belém, na Foz do Rio Amazonas, devendo o Sr. Evans Jr. fazer-se acompanhar de sua esposa, Betty Meggers Evans, que é, também, uma candidata no cargo de Doutora em Filosofia do mesmo Departamento de Antropologia. (CDM, N° 16.963)

Revista O Cruzeiro, n° 01
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 16.10.1954

Ricas Peças de Cerâmica Marajoara Desenterradas dos "*Mounds*" da Zona do Ilha de Marajó pelos Cientistas Americanos Clifford e Meggers Evans, que ali Estão Realizando Observações.

O Tesouro Sepultado na Ilha do Marajó

RICAS PEÇAS DE CERÂMICA MARAJOARA desenterradas dos "mounds" da zona da Ilha de Marajó pelos cientistas americanos Clifford e Meggers Evans, que ali estão realizando observações.

DURANTE UM ANO E QUINZE DIAS os antropólogos da Universidade de Colúmbia escavaram a ilha e procederam a estudos à base de exames estratigráficos. Êles empregam os mais modernos métodos.

O TESOURO SEPULTADO NA ILHA DO MARAJÓ

Os cientistas Evans (Universidade de Colúmbia) derrubaram as teorias fantasiosas que giravam em tôrno do povo marajoara.

A ILHA de Marajó, no delta do Amazonas (48 mil km²), tornou-se famosa no mundo pela beleza da cerâmica indígena desenterrada de seus "mounds", restos de uma civilização muito anterior ao descobrimento do Brasil. A partir de 1876, numerosas foram as expedições científicas que cavaram a ilha, à procura de peças. Até 1932, escavaram Marajó os antropólogos Barnard, Beckley, Orville Derby, Jobert, W. Schavaeke, Ladislao Neto, Gustavo Rumbelsperger, Algot Lange (que coletou 4.888 espécimes de louça marajoara), William E. Farabee, Curt Nimuendajú, Carlos Estêvão de Oliveira, Antônio Mordini, Carlos Quadrone, Heloisa Alberto Tôrres e Desmond Holdridge. Mas a grande contribuição para conhecimento do tesouro, sepultado na ilha, foi obra dos cientistas Evans, que palmilharam Marajó ao lado do Jornalista Frederico Barata, dos "Diários Associados". Os Evans trabalharam na ilha durante um ano e quinze dias (1 de julho de 48 a 15 de julho de 49). Os artigos posteriormente publicados por Clifford Evans Jr., concluem que os marajoaras eram um povo originário de uma área onde se haviam entregado a uma agricultura desenvolvida, graças à qual obtiveram um avanço cultural superior. Possuíam organização social e religiosa mais desenvolvida que os demais povos da Planície. O trabalho dos Evans serviu para superar as teorias fantasiosas — essas que acenam para uma comum origem do povo marajoara e das nações orientais do Nilo e da Indo-China, conforme pretendia um grupo de estudiosos, muitos dos quais (como Ladislao Neto) identificavam a cerâmica da ilha com as antigas cidades de Tróia e Micenas.

NA MONTARIA (canoa do caboclo amazônida), uma urna atravessa o igarapé Fra Dionisio em busca do pôrto de onde embarcará para Belém do Pará. Antes do descobrimento do Brasil, uma grande civilização indígena fabricou a peça, para um cerimonial fúnebre, em homenagem a mortos ilustres.

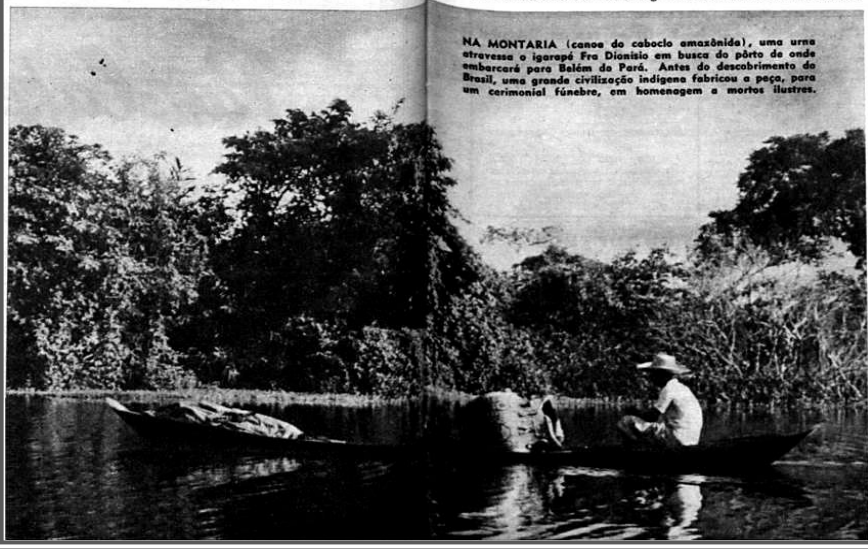



Imagem 94 – Revista O Cruzeiro, n° 01, 16.10.1954

Os cientistas Evans [Universidade de Colúmbia] derrubaram as teorias fantasiosas que giravam em torno do povo marajoara. Durante um ano e quinze dias os antropólogos da Universidade de Columbia escavaram a ilha e procederam a estudos à base de exames estratigráficos. Eles empregam os mais modernos métodos. A ilha de Marajó, no delta do Amazonas [48 mil km^2], tornou-se famosa no mundo pela beleza da cerâmica indígena desenterrada de seus "*mounds*", restos de uma civilização muito anterior ao descobrimento do Brasil. A partir de 1876, numerosas foram as expedições científicas que cavaram a ilha, à procura de peças. Até 1932, escavaram Marajó os antropólogos Barnard, Beckley, Orville Derby, Jobert, W. Schavaeke, Ladislao Neto, Gustavo Rumbelsperger, Algot Lange [que coletou 4.888 espécimes de louça marajoara], William E. Farabee, Curt Nimuendajú, Carlos Estêvão de Oliveira, Antônio Mordini, Carlos Quadrone, Heloísa Alberto Tôrres e Desmond Holdridge. Mas a grande contribuição para conhecimento do tesouro, sepultado na ilha, foi obra dos cientistas Evans, que palmilharam Marajó ao lado do Jornalista Frederico Barata, dos "*Diários Associados*". Os Evans trabalharam na ilha durante 1 ano e 15 dias [01.07.1948 a 15.07.1949]. Os artigos posteriormente publicados por Clifford Evans Jr., concluem que os marajoaras eram um povo originário de uma área onde se haviam entregado a uma agricultura desenvolvida, graças à qual obtiveram um avanço cultural superior. Possuíam organização social e religiosa mais desenvolvida que os demais povos da Planície. O trabalho dos Evans serviu para superar as teorias fantasiosas – essas que acenam para uma comum origem do povo marajoara e das nações orientais do Nilo e da Indochina, conforme pretendia um grupo de estudiosos, muitos dos quais identificavam a cerâmica da ilha com as antigas cidades de Tróia e Micenas. (O CRUZEIRO, N° 01)

Geólogos do INPE mapearam, graças a imagens de satélite, uma considerável rede de paleocanais que cobriu grande parte da Ilha de Marajó até o fim da Era do Gelo (11 mil anos atrás). Estes canais transportavam grandes quantidades de sedimentos que eram progressivamente depositados nos seus meandros e quando estes canais secaram estes enormes bancos de areia transformaram-se em terrenos mais elevados. Esta nova perspectiva apresenta uma interpretação muito mais racional e palatável em relação à formação dos "*Tesos*" marajoaras considerando que os mesmos surgiram graças a um processo natural de deposição. A civilização marajoara, por sua vez, teria somente se aproveitado da existência destes aterros gerados pela ação das águas ampliando-os.

Folha de São Paulo
São Paulo, SP – Segunda-feira, 19.10.2009

Povos Antigos não Fizeram Aterros no Pará, diz Grupo

Tese vai Contra a ideia de que a Amazônia foi Ocupada por Sociedade Complexa

Áreas que Abrigavam Índios pré-históricos na Amazônia são Naturais, Indica Estudo; elas foram Formadas pela terra Carregada por Riachos

[Cláudio Ângelo – Editor de Ciência]

Um grupo de geólogos acaba de apimentar ainda mais uma das maiores controvérsias da arqueologia atual. Eles afirmam que os chamados tesos marajoaras, grandes aterros que abrigavam aldeias indígenas na pré-história, foram formados naturalmente, e não construídos por povos antigos.

Se confirmada, a hipótese será um duro golpe na visão atual dos arqueólogos de que a Amazônia foi habitada por sociedades complexas e altamente hierarquizadas, diferentes dos povos indígenas atuais.

Essa visão, que se estabeleceu na arqueologia sul-americana a partir dos anos 1980, sustenta que as sociedades indígenas de hoje geograficamente espalhadas, com população baixa e cultura material relativamente simples, são resultado do genocídio praticado pelos europeus na Amazônia a partir do século 16. E algumas das principais evidências em favor disso estão justamente na ilha de Marajó, no Pará, foz do rio Amazonas. As elaboradas cerâmicas coloridas marajoaras, que vão de urnas funerárias a tangas de barro, são conhecidas desde o século 19.

E escavações feitas na ilha a partir dos anos 1980, sobretudo pela arqueóloga americana Anna Roosevelt, [então no Museu Field, da Universidade de Chicago], ligaram a produção dessas cerâmicas à construção dos tesos, estruturas de até 90 hectares de área por 20 metros de altura no meio da planície alagável.

Segundo Roosevelt, os tesos foram erguidos por uma sociedade de ceramistas que habitou Marajó e que teve seu apogeu entre os anos 500 e 1500. Eles serviriam de base para as aldeias [já que a região onde se encontram alaga durante metade do ano] e de cemitério.

Como a produção de estruturas monumentais demanda a mobilização de grandes quantidades de mão-de-obra, Roosevelt propôs que a sociedade marajoara fosse um cacicado, uma espécie de organização política intermediária entre uma sociedade tribal e um Estado. Trabalhos posteriores da arqueóloga brasileira Denise Schaan, hoje na Universidade Federal do Pará, sugeriram que os tesos se articulavam em redes políticas regionais em vez de um poder centralizado.

PALEOCANAIS

O problema dessa interpretação arqueológica é que nunca se encontraram, em Marajó, vestígios de agricultura em grande escala que pudessem ter sustentado uma população tão grande quanto Roosevelt, Schaan e colegas supõem que houvesse na ilha. Várias soluções para o problema têm sido propostas nas últimas duas décadas, mas o debate continua aberto.

Neste ano, num estudo publicado no periódico "*Geoarchaeology*", um trio de pesquisadores liderados pela geóloga Dilce Rossetti, do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] fornece uma nova interpretação: a maior parte da monumentalidade dos tesos marajoaras se deve não à ação humana, mas a um processo natural de deposição. A civilização marajoara teria simplesmente aumentado os aterros, ampliando um trabalho realizado pela água.

Rossetti e seus colegas mapearam, usando imagens de satélite, a rede de paleocanais que cobria grande parte de Marajó até o fim da Era do Gelo, cerca de 11 mil anos atrás. Como o nome indica, paleocanais são riachos pré-históricos, que secaram há muito tempo. Esses canais transportavam grandes quantidades de areia e argila, que acabavam sendo depo-

sitadas em seus meandros. Quando eles secaram, esses bancos de areia acabaram virando zonas elevadas. "*Nós notamos a correspondência dos sítios arqueológicos com os paleocanais*", disse Rossetti à Folha, por e-mail.

Segundo Rossetti e seus coautores, Ana Maria Góes e Peter Mann de Toledo, o formato ovalado dos tesos é uma pista de sua origem fluvial. De posse das imagens de satélite, o grupo do INPE também foi a campo. Em Marajó, eles perfuraram tanto os paleocanais quanto dois tesos arqueológicos, o Teso dos Bichos e o Teso Santa Luzia. Em ambos foram coletadas e datadas amostras de sedimento de 18 metros de profundidade. A análise dos testemunhos [cilindros de sedimento de cinco centímetros de diâmetro] mostra que só nos 2 metros de cima [ou seja, as camadas mais recentes] há vestígios de material arqueológico. Abaixo disso, afirma Rossetti, "*registra-se que os sedimentos não foram modificados depois de sua formação*". Em bom português, os humanos participaram da construção dos tesos, mas só de sua parte final. Estruturas menos monumentais também demandariam menos mão-de-obra em sua construção, o que abalaria a visão dos arqueólogos de uma civilização complexa.

REVERSÕES

"*Embora a questão seja interessante e válida, esse estudo não a elucida*", disse Roosevelt. A americana aponta vários problemas no trabalho, sendo o principal deles uma metodologia inadequada para investigar presença humana nos sítios. Segundo a pesquisadora, que se prepara para vir escavar na Amazônia nas próximas semanas, perfurações usadas em geologia, por exemplo, não conseguem "*ver*" objetos maiores que 5 cm de diâmetro ou outros vestígios de ocupação humana espacialmente diversificada.

É por isso que “*buracos*” feitos por arqueólogos em um sítio sempre têm pelo menos 1 m de lado. Além disso, diz Roosevelt, os autores registraram várias reversões de camadas de areia e argila na coluna de sedimentos. [...] (FSP, 19.10.2009)

Muhuraida – Canto Terceiro, IX a XVI
(Henrique João Wilkens)

Tereis nos povos vossos numerosos
Abundantes colheitas sazonadas,
Vereis nos portos vossos vantajosos
Comércios florescer e procuradas
Serão as armas vossas: poderosos
Enfim sereis, amadas, invejadas
Serão vossas venturas, finalmente,
Podereis felizes ser eternamente.

Qual fresco orvalho, que nutre, umectando
A flor, a fruta, a planta proveitosa,
Do bálsamo e de aroma cultivando
A qualidade inata e prodigiosa,
Assim na alma imortal, fertilizando
Doutrina foi, disposição ditosa.
Ah força irresistível da verdade!
Oh de lei Santa, ilustre qualidade!

Qual de pesado sono despertando,
O Muhura se levanta arrebatado,
E se foi pensativo encaminhando,
Só dos cuidados seus acompanhado,
Para onde os companheiros descansando
Estavam do trabalho acostumado:
E ali de estranho impulso comovido,
Lhes diz, ou diz, por quem foi convencido.

Levantai-vos! Parentes meus amados!
Despertai, de letargo tão profundo!
Olhai, que para empresa sois chamados,
Que nome vos dará, já em todo o mundo.
Temidos, até agora, respeitados,
Só fomos com desertos, bosques imundos,
Mas já o destino quer, a nossa sorte
Que o mundo todo admire ao Muhura forte.

Que crédito se alcança? Que proveito,
De sermos vagabundos matadores?
Se a ser cruéis instiga o feroz peito,
Por ventura seremos credores
Da paz, da piedade ou do respeito,
Dos mais do denso bosque habitadores!
Só nos reputam monstros da fereza.

Quem pode duvidar, que carecemos
De tudo, que alcançamos na rapina?
Expor-nos para a posse enfim devemos
A mil perigos, morte, inteira ruína.
Não é loucura, se isto ter podemos
Sem susto ou contingência repentina,
Que os meios adotemos arriscados,
Ter podendo os seguros, acertados?

Por ventura com a paz, sendo aliados
Dos brancos, dos Tapuias moradores
Dos mesmos povos, por nós assolados.
Não seremos também merecedores,
De sermos no comércio contemplados?
De achar para os efeitos compradores,
Se o tempo, que em mil crimes empregado
For na pesca ou colheita aproveitado?

O Argonauta
(Roberto Mutuca)

O homem é um navegador.

À noite, às escuras, busca as estrelas
Para manter-se em direção ao desconhecido.

A vida é um mistério,
Um insólito e insondável navegar,
Por entre furiosas tempestades,
Em meio a tufões e ondas gigantescas,
Ou em meio ao marolar das ondas calmas do mar.

Por um instante penso melhor,
E vejo que o homem não é um navegador,
Ele é argonauta.

Intrépido,
Lança suas velas em direção à Eternidade,
Seu leme e sua bússola apontam para o infinito.

O homem, então, navega,
E feliz conduz a barca de milhões de anos
Pelo misterioso mar do cosmos,
Rumo ao sagrado que há em nós.

Fases Ceramistas de Marajó

A estratificação arqueológica verificada em sítios da Ilha indica para uma sucessão de Fases Arqueológicas Ceramistas: Ananatuba, Mangueiras, Acauã, Formiga, Marajoara e Aruã, com tipos de cerâmicas diferentes e específicos em cada Fase. As pesquisas arqueológicas têm apontado o marco temporal em torno de 700 anos D.C., para o surgimento daquela 1ª Fase, que teve em seu terço final a concomitância com a Fase Mangueiras, que deve ter-se entendido até 1200 D.C., tempo em tomo do qual se implantou a Fase Formiga; esta ainda veio a coexistir, na Ilha, com a Fase Marajoara, entre 1200 e 1300 D.C.; a Fase Marajoara veio a se extinguir com a instalação da última das fases, a Aruã, única que, tendo seu início alguns anos antes da conquista ["descobrimento"], sobreviveu a ela até o Século XVIII, quando foi totalmente extinta.
(SAMPAIO SILVA)

Betty Jane Meggers e Clifford Evans Jr., jovens doutorandos de arqueologia da Columbia University, desembarcaram em Belém, no dia 17.08.1948, onde foram acolhidos por Inocêncio Machado Coelho Neto que era, na ocasião, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Meggers e Evans empregaram nas suas pesquisas arqueológicas as metodologias de campo preconizadas por seus Mestres de Columbia tais como:

> escavação estratigráfica, análise tipológica e quantitativa dos restos cerâmicos, a seriação, a definição de sequências culturais no tempo e no espaço divididas didaticamente em "*Fase*", o estudo dos padrões de assentamento e, ainda, utilizando explicações ecológicas – baseadas no conceito de determinismo ambiental. Porém, acima de tudo havia um grande interesse em estabelecer cronologias. (ROSA)

Depois de analisarem a estratificação arqueológica em diversos sítios da Ilha, no período de 1948 e 1949, publicaram, em 1957, o "*Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*" – uma monografia clássica sobre as culturas arqueológicas do Amazônico Delta, no qual definiram seis fases ceramistas distintas, manufaturadas por povos diversos e baseavam sua teoria no determinismo ambiental, segundo o qual o meio-ambiente, o solo, e outros condicionantes naturais adversos obstaculizariam o desenvolvimento de sociedades mais complexas e desenvolvidas, forçando estas populações a buscar novas plagas. Por isso os pesquisadores americanos consideravam que a Cultura Marajoara teria migrado dos Andes.

Frederico Barata acompanhou fascinado o trabalho dos dois pesquisadores ressaltando sua dedicação e competência profissional:

> Os Evans são dois cientistas de tipo completamente diferente dos habituais caçadores de tesouros artísticos. [...] e ao primeiro contato com eles senti essa diferença. Traziam como programa aplicar em Marajó e nas áreas vizinhas, pela primeira vez, métodos modernos de estratigrafia arqueológica e não revelavam nenhum interesse aparente pela beleza das peças e sim, apenas, pelo que estas lhes poderiam proporcionar de informações precisas quanto à posição no terreno, quanto à análise estilística e quanto a procedência, para, como me diziam, "*datar*" os achados. (BARATA)

Donald Ward Lathrap, em 1970, por sua vez, embora concorde em parte com Meggers e Evans, sugere que o movimento migratório partiu da floresta em direção aos Andes.

Lathrap considera, também, que a infertilidade do solo era um fator fundamental na história dos povos amazônicos, mas defende que a limitação ecológica não impediu sua evolução tendo mesmo servido de alavanca propulsora levando-os à uma expansão dominadora.

A Teoria de Meggers e Evans, no início da década de 1980, foi refutada por uma conterrânea do casal, Anna Roosevelt que afirmava que as sociedades marajoaras eram nativas, argumentando que o seu desenvolvimento poderia ser comparado a outras grandes sociedades da Antiguidade Clássica. O grande mérito de Roosevelt, porém, não foi a inconsistente "*Teoria dos Cacicados*" e sim uma datação mais apurada obtida através de datação absoluta das "*Fases cerâmicas*" definidas por Meggers e Evans.

Meggers e Evans tinham empregado, na ocasião, um método de datação relativa (bastante empírica), que considerava que cada 10 cm de profundidade escavado corresponderia a 100 anos de ocupação. Meggers e Evans justificaram a aplicação do método tendo em vista que as escavações realizadas em 1948 e 1949 não tinham conseguido coletar quantidade suficiente de carvões sem contaminação para serem datados por C14. (MEGGERS & EVANS, 1954)

Roosevelt fundamenta a "*Hipótese do Cacicado*" baseada nas suas pesquisas de campo onde teve a oportunidade de utilizar de uma sofisticada tecnologia para a época e contesta a Teoria da "*Pobreza Ambiental*" afirmando que:

> a sequência pré-histórica que está emergindo na Amazônia não sustenta a visão de uma ocupação prejudicada por um meio ambiente pobre de recursos.

> Ao invés de sequências temporais curtas e derivadas, e de ocupações ligeiras, temos agora uma sequência de prolongada duração de sociedades complexas de larga escala e de consideráveis inovações e influências partindo da Amazônia para outras áreas. (ROOSEVELT)

A Arqueóloga Denise Maria Cavalcante Gomes embora se refira aos Tapajó rebate Roosevelt afirmando:

> Que raio de cacicado é esse que permite sociedades autônomas a 100 km de seu centro?

Denise reforça sua tese afirmando que os sítios foram abandonados e reocupados diversas vezes – o que não se coaduna, absolutamente, com populações sedentárias. Meggers, aos 86 anos de idade, curte a recuperação de sua credibilidade assegurando que:

> Eu li a tese de Gomes e ela chega às mesmas conclusões que eu usando diferentes tipos de evidências.

Fases Cerâmicas

Sabemos que dentro de uma cultura pode surgir um ou outro elemento novo, e algum tradicional pode desaparecer mas isto não deve atrapalhar a caracterização de uma cultura arqueológica.
(Wolfgang Dehn)

Algumas destas Fases coexistiram durante longos períodos, ultrapassando, por vezes, centenas de anos ocupando, eventualmente, o mesmo espaço físico. Estas fases de ocupação são assim dispostas partindo das mais antigas para as mais recentes:

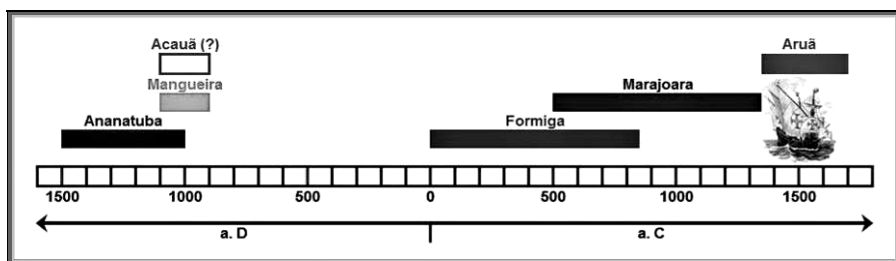



Imagem 95 – Fases Arqueológicas (Schaan, 2004)

1. Fase Ananatuba;
2. Fase Mangueiras;
3. Fase Acauã (?);
4. Fase Formiga;
5. Fase Marajoara propriamente dita;
6. Fase Aruã.

1. Fase Ananatuba

El fechado de carbono 14 ([87]) más temprano ([88]) obtenido hasta ahora para Amazonia, es de 980 a.C. Se obtuvo en un sitio de habitación en la Isla de Marajó, en donde se encontraron fragmentos de pequeñas ollas redondas y de grandes cántaros, algunos ornamentados con líneas incisas anchas ([89]) o zonas rellenadas ([90]) con finas líneas cruzadas. El hecho de que este tipo de incisión en zonas fuera popular varios siglos antes en la región andina hace probable que esta cultura, conocida como "Fase Ananatuba", haya obtenido en la región Occidental sus conocimientos sobre la elaboración de cerámica. La coincidencia de esta fecha con la del período más reciente de retroceso de la selva sugiere que la vegetación más abierta pudo haber facilitado la penetración en las tierras bajas, de grupos sedentarios que fabricaban cerámica. (MEGGERS, 1976)

---

[87] Fechado de carbono 14: datação de carbono 14.
[88] Más temprano:mais antigas.
[89] Anchas: grandes.
[90] Rellenadas: preenchidas.

Imagem 96 – Vaso marajoara (J. A. Fonseca)

ACQUAVIVA: Esta cultura, a mais antiga Cultura Ceramista da Bacia Amazônica que se tem notícia, surgiu por volta de 1500 a.C. e se estendeu até 1000 a.C. Habitou a costa Norte da Ilha e desdobrou-se, mais tarde, para a região a Sudeste do Lago Arari no Rio Camará apresentando, desde o início, uma cerâmica de boa qualidade. (ACQUAVIVA)

2. Fase Mangueiras

ACQUAVIVA: Mangueiras abarca um período de duração estimado em novecentos anos, iniciado, como a fase anterior, por volta 1100 a.C. até 900 a.C. Localizada a Oeste de Ananatuba, esta cultura se espraiou para o Norte, rumo à Ilha Caviana, bem como para a área ocupada pela própria Fase Ananatuba, com a qual coexistiu e acabou por absorver. A cerâmica peculiar a esta fase é de boa qualidade e mantém alguns traços da cultura anterior. (ACQUAVIVA)

3. Fase Acauã

Desenvolveu-se concomitante com a Fase Mangueiras (por volta 1100 a.C. até 900 a.C.).

4. Fase Formiga

ACQUAVIVA: Esta etapa cultural abrange o território entre a atual cidade de Chaves, na costa Norte, estendendo-se na direção do Lago Arari e cabeceiras dos Rios Goiapi e Camará. Sua datação assinala o período compreendido entre 0 e 800 da era cristã. A cerâmica desta fase é "*mole e de ornamentação tosca, e um tipo escovado*", segundo os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans. (ACQUAVIVA)

5. Fase Marajoara

Toda a evidência arqueológica indica que representa uma cultura de nível de desenvolvimento circum-caribenho ou subandino, com uma tecnologia e organização sociopolítica mais avançada do que de seus predecessores ou sucessores no baixo Amazonas. As grandes obras de terra erigidas como sítios de habitação e os cemitérios implicam a organização de trabalho e de liderança para dirigi-los. Estratificação social é mais diretamente revelada no tratamento diferenciado aos mortos. Divisão do trabalho é também sugerida pela elaborada e variada arte cerâmica [...] Ainda que não existam templos, a existência e ídolos e de elaboradas práticas funerárias indica um sistema religioso bem desenvolvido. (MEGGERS & EVANS, 1957)

ACQUAVIVA: A cultura Marajoara no sentido estrito parece ter origem numa área situada entre a Colômbia e o Equador. Localizando-se na margem Ocidental do Lago Arari, irradiou-se em todos os sentidos.

Datação efetuada pelo método do carbono 14 lhe atribui uma antiguidade estimada em mais de 900 anos [400 depois de Cristo a 1350].

O naturalista paraense Ferreira Penna afirmava que o povo que originou a fase marajoara seria bastante adiantado, involuindo culturalmente em razão da natureza agreste da região, em integral apoio, portanto, à teoria de Steward, que pressupõe o inevitável declínio das culturas que se põem em contato com as condições mesológicas da floresta tropical. Esta tese seria comprovada mais tarde por Betty Meggers e Clifford Evans, que demonstraram, através de escavações estratigráficas, que a cultura marajoara aportou a Marajó no ápice de seu desenvolvimento, passando, a partir de então, a ingressar em irreversível decadência.

Os locais de habitação e os cemitérios da fase Marajoara sempre eram edificados em aterros artificiais que chegavam a alcançar 200 m de comprimento e 30 m ou mais de largura, com altura variável de 3 a 10 m. Tais aterros, chamados "*tesos*" ou "*ilhas*", constituem sítios arqueológicos inesgotáveis, sendo o "*teso*" do Pacoval o mais rico de todos, há um século explorado sem se esgotar.

Pelo simples fato da inexistência de animais de carga ou de meios mecânicos para a ereção destes aterros, se pode imaginar o esforço despendido pelos marajoaras!

Em Pacoval se acha o mais rico sítio arqueológico da fase Marajoara: vasos policrômicos ou ricamente adornados com incisões ou excisões, banquetas, pequenas efígies e as famosas tangas. Estas, laboradas em barro, identificam a fase Marajoara mais que quaisquer outras peças arqueológicas, seja pela exclusividade, pela originalidade ou pela

apurada decoração. Apresentam forma triangular e são ligeiramente abauladas, contando com furos de suspensão. Existem dois tipos de tangas marajoaras: um bastante simples, com engobo encarnado, e outro muito mais bem cuidado, com pintura de traços vermelhos sobre fundo branco, desenhos em preto ou combinação de preto e vermelho sobre fundo claro. As tangas marajoaras estariam ligadas a um culto fálico, em razão do grande número de ídolos e outros objetos falomorfos constatados na fase Marajoara.

No dizer de Angyone Costa, que escreveu uma excelente Introdução à Arqueologia Brasileira, as tangas marajoaras seriam paramentos usados pelas mulheres apenas em determinadas festividades religiosas, considerando-se o quanto seriam incômodas num possível atavio cotidiano. Segundo Mordini, algumas tangas, excessivamente delgadas e de curvatura insuficiente deveriam, realmente, acompanhar urnas funerárias femininas em inumações. Aliás as mencionadas tangas do primeiro tipo, isto é, aquelas mais rudimentares, vêm sendo encontradas em cemitérios numa constância que permite deduzir serem objetos cerimoniais.

Outro significativo elemento da Arte Marajoara são as urnas funerárias. Utilizadas em sepultamentos secundários, isto é, aqueles em que apenas os ossos são inumados, aparecem como vasos de forma globular, com gargalo estreito e borda para fora. Merecem lembrança, também, pequenas efígies votivas bastante encontradiças em tesos funerários. Nunca chegando aos 20 cm, caracterizam-se pela cabeça alongada ou triangular, ausência de braços, pernas em forma de "*U*" para apoiar a figura e pela indicação do sexo feminino. São ocas geralmente, e contêm seixos que as transformam em chocalhos. (ACQUAVIVA)

Meggers e Evans, no relatório final de suas escavações em Marajó, fizeram as seguintes considerações sobre a decoração cerâmica da Fase Marajoara:

> **1**. Vasilhas complexas utilizando dois ou mais tipos de tratamento de superfície [...] são mais abundantes nos sítios mais antigos e declinam marcadamente com a passagem do tempo;
>
> **2**. Concorrentemente, a qualidade técnica dos motivos excisos e a quantidade de superfície da vasilha que eles cobrem é notavelmente reduzida;
>
> **3**. As vasilhas mostrando aumento em popularidade [...] são aquelas que requerem menos tempo para sua execução;
>
> **4**. [...] existe alguma indicação de motivos complexos e delicados mais frequentes nos sítios mais antigos. Pode-se discernir a mesma tendência em direção à simplificação quando outras características da cerâmica além do tratamento de superfície são examinados. (MEGGERS & EVANS, 1957)

Os arqueólogos Meggers e Evans apontam as razões para o declínio desta fase:

> Uma análise dos recursos de subsistência da floresta tropical em geral, e da ilha de Marajó em particular, leva à conclusão de que estes não são suficientes para a manutenção de uma cultura altamente desenvolvida.
>
> As demandas da fase Marajoara estavam então em desequilíbrio com a capacidade normal de produção de alimentos do meio-ambiente e, quando esse foi cobrado além de seus recursos, o empobrecimento resultante refletiu-se no conteúdo da cultura.

Imagem 97 – Ídolos Andróginos Marajoaras (Goeldi)

Uma vez que o ambiente não poderia moldar-se às demandas da cultura, a cultura deveria se submeter às limitações do ambiente, o que significa uma simplificação a um nível que era adaptado aos recursos de subsistência. (MEGGERS & EVANS, 1957)

6. Fase Aruã

Do Tupi "*aru'ã*", manso, quieto, pacífico, esta fase apresenta ocupação do Amapá, das Ilhas Caviana e Mexiana, e da costa Norte-oriental de Marajó. Aldeias pequenas, restritas a uma maloca que abriga cinco ou seis famílias, sempre localizada nas proximidades de algum curso d'água, numa permanência jamais superior a vinte anos, bem como uma cerâmica primitiva, dão a tonalidade exata desta fase. Aruã subsistiu até 1820, quando os indígenas foram dispersados pelos portugueses. Com exceção da Fase Aruã, esta sim mais aparentada com indústrias cerâmicas do Amapá e das Guianas, provavelmente produzidas por grupos Arawak. A requintada cerâmica da área marajoara nos leva, de imediato, à seguinte indagação: conheceram os nativos amazônicos a arquitetura? Povos bem mais atrasados têm erguido monumentos. Onde, porém, localizar vestígios de edificações?

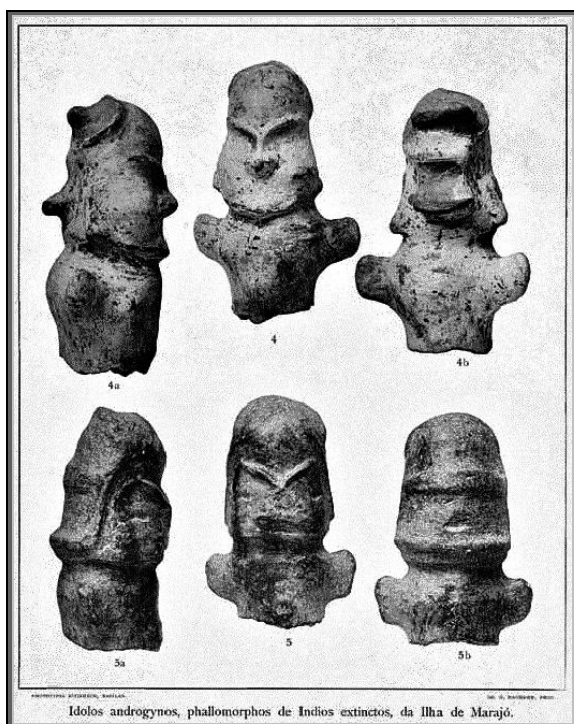



Imagem 98 – Ídolos Andróginos Marajoaras (Goeldi)

Estranhamente, até agora, pelo menos, estes não foram localizados, com exceção dos aterros fluviais da região de Cuiabá, no Mato Grosso, e do Paraguai. Existe, entretanto, uma referência no mínimo curiosa a respeito de uma edificação indígena em Marajó.

Em sua obra clássica, "*O Selvagem*", o General Couto de Magalhães a ela se refere, assim:

Nem um viajante que eu saiba mencionou até agora uma só construção indígena antiga. Creio que sou o primeiro a dar notícia de uma, e vem a ser uma espécie de Forte circular de terra que existe na Ilha de Marajó, na citada fazenda dos Cajueiros, propriedade do Dr. Joaquim José de Assis. Esse monumento, porém, é evidentemente contemporâneo ou posterior aos aterros da mesma ilha. (ACQUAVIVA)

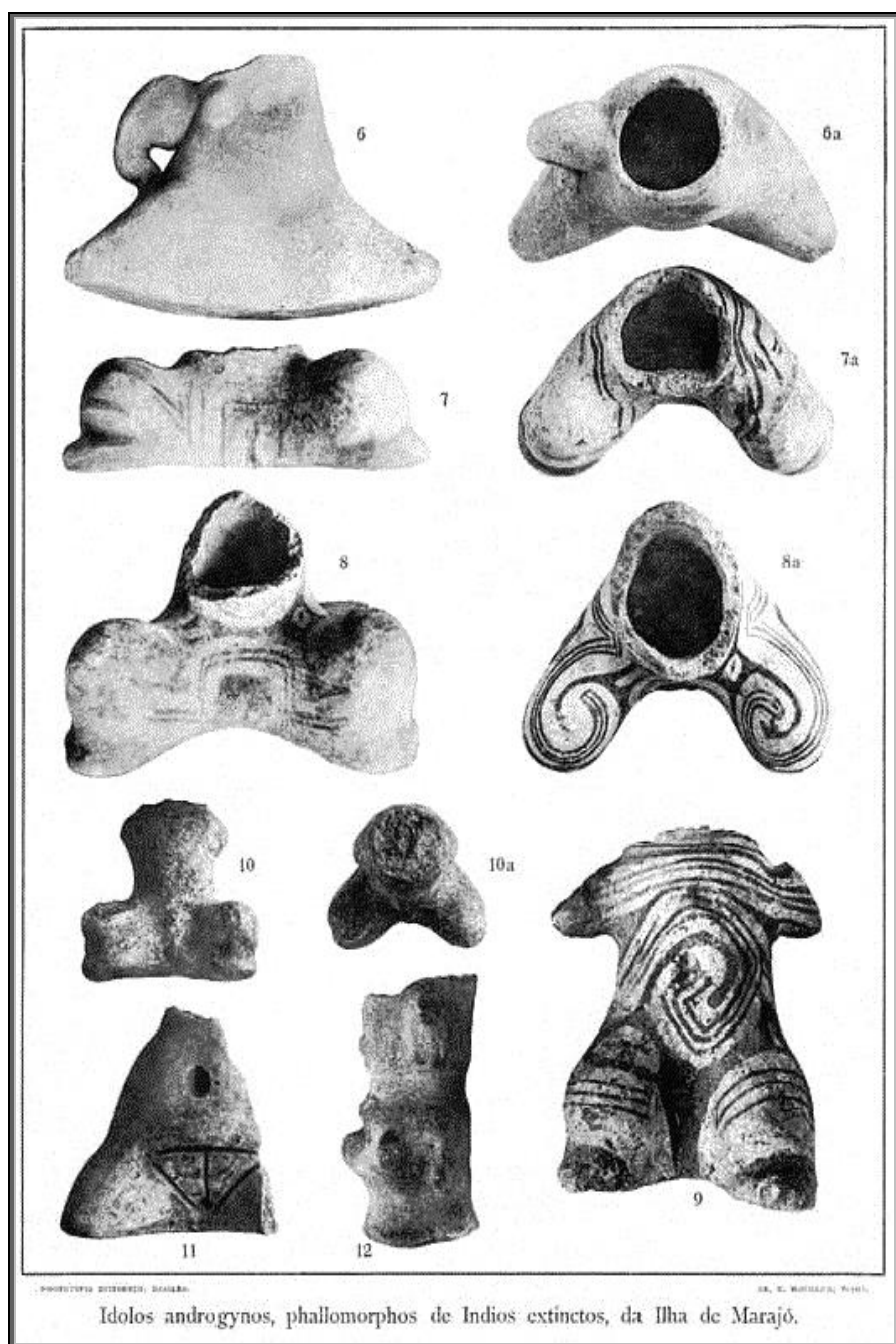



Imagem 99 – Ídolos Andróginos Marajoaras (Goeldi)

O Novo Argonauta VIII
(José Agostinho de Macedo)

E a quem não resta incógnito um só clima,
Com carregada sobrancelha admiram
A portentosa audácia, que obscurece
Quanto em seus Faustos a naval História
De grande e memorável apregoa:
É mais vadear o túmido Oceano,
Onde mor extensão divide os Mundos
Num estreito Caíque apenas apto
À pescaria litoral, que a volta
Que Drake ([91]) deu primeiro ao Mar e à terra,
Em artilhadas Naus; e é mais que o longo
Giro, que fez no Mar em Lenho altivo
Anson ([92]), que as armas leva ao Mundo oposto. [...]

---

[91] Drake: o primeiro circunavegador entre os Ingleses foi o almirante Francis Drake, que embocando o estreito já descoberto por Fernando de Magalhães fez o giro inteiro do globo, vindo para a Europa pelo Cabo da Boa Esperança.

[92] Anson: o almirante Anson é também um dos famosos navegadores ingleses antes de Cook, a quem Bufon chama o maior de todos. Anson fez o giro do globo, porém o motivo da sua longa viagem foi puramente político e militar. Faz muitas descrições de diversas paragens, e mostra nas suas viagens que não só é bom navegante, mas bom observadorCristóvão Colombo: genovês e nativo de Savona, segundo dizem, residiu muitos anos em Lisboa, e daqui começou suas primeiras tentativas nos descobrimentos de ultramar. Foram rejeitadas na Corte as proposições que ele fazia para o novo descobrimento, passou então ao serviço de Espanha, e lá se lhe deram as embarcações que pedia. É tradição entre nós que existindo Colombo na ilha da Madeira em casa de um piloto português, pela morte deste se apoderara de seus papéis, cartas e roteiros, onde achara a derrota da viagem para o Ocidente, e de que se serviria no seu descobrimento. Outros dizem que devera as mais importantes instruções para esta grande empresa a um piloto biscainho, que em companhia de alguns portugueses, levado de um grande temporal, houve primeiro vista da ilha de Cuba.

Biografias

Iniciei na edição do livro "*Descendo o Negro*" a apresentação de textos contextualizados de autores consagrados de nossa história em tópicos intitulados "*Relatos Pretéritos*". Naquela oportunidade procurei fazer uma pequena apresentação aos leitores de cada um destes pesquisadores e escritores de outrora com o intuito único de valorizar o seu trabalho, exaltar seu conhecimento e, sobretudo, reverenciar sua memória.

Nesta "*Coletânea do Amazonas*" alguns escritores se sobressaem e, por isso mesmo, fizemos questão de prestar-lhes um pequeno tributo através da reprodução de suas biografias, aqui colocadas em ordem alfabética. O Museu Emílio Goeldi publicou na Coleção "*Alexandre Rodrigues Ferreira*" – Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi (Belém, PA), em outubro de 1989, excelentes biografias do Professor C. F. Hartt e D. S. Ferreira Penna de autoria do pesquisador Osvaldo Rodrigues da Cunha, que reportamos a seguir:

Charles Frederick Hartt (1840-1878)

O Professor Charles Frederick Hartt passou pela terra como um cometa. Sua vida foi muito curta para uma inteligência viva e extraordinariamente produtiva. Era um cientista por vocação, talentoso e consciente da profissão que abraçou. Acima de tudo, foi um investigador arguto e essencialmente dedicado à pesquisa de campo. Foi, em verdade, um dos

vanguardeiros da moderna Geologia de exploração a céu aberto, em especial a do Brasil e com mais ênfase a da Amazônia, ao estabelecer novas diretrizes, novos conceitos e bases mais seguras para os pesquisadores que o sucederam. Dos estrangeiros úteis que ajudaram a melhor conhecer e desenvolver o Brasil, Charles Hartt foi o mais sincero amigo deste país. Hartt morreu amargurado e frustrado, no Rio de Janeiro, por ter sido tolhido pelo Governo em suas pretensões de querer desenvolver mais ainda a Geologia do Brasil, da qual tanto gostava.

O Museu Paraense muito ficou a dever a este grande geólogo, naqueles anos críticos de 1871 e 1872, quando mais precisava da ajuda de todos, principalmente dos cientistas amigos. Sua contribuição foi decisiva não apenas nas investigações geológicas pioneiras, como, sobretudo, nos estudos fundamentais da arqueologia indígena amazônica, reforçados com a colaboração espontânea de Ferreira Penna.

Pela identidade de caráter e dos estudos preferidos, esses dois homens, embora um muito mais velho que o outro, tornaram-se profundos amigos, cheios de admiração e respeito mútuos, com resultados positivos para a ciência. A inesperada morte de Hartt rompeu para sempre esse exemplar coleguismo.

O Professor Charles Hartt nasceu em Frederickton, New Brunswick, Canadá, a 23.08.1840. Seus pais foram o Sr. Jarvis William Hartt e Prudence [Brown] Hartt. Com sua educação básica supervisionada pelo próprio pai, Hartt estudou na Academia de Horton em Wolfville, Nova Scótia. Passou depois para o colégio Acádia, onde seu pai era professor. Em 1860, foi graduado nessa faculdade com honras, recebendo o grau de "*Bachelor of Arts*", e mais tarde "*Master of Arts*". Em 1869, casou-se com a jovem Lucy Lynde,

da cidade de Buffalo, Estado de New York, com quem teve dois filhos, um menino e uma menina.

Desde os dez anos de idade, Hartt começou a adquirir gosto pelos estudos de história natural, encorajado por um de seus mestres, o Professor Cheeseman. A província de Nova Scótia ele a percorreu em várias expedições, especialmente em investigações geológicas. Seus estudos eram sempre de caráter independente, original e, por seu grande valor, enriqueceu a história do Colégio Acádia. Transferido para St. John, New Brunswick, teve oportunidade de estudar fósseis de insetos em rochas devonianas, e com isso atraiu as atenções do Professor Luiz Agassiz, que convidou Hartt, em 1861, para vir aperfeiçoar-se no Museum of Comparative Zoology em Cambridge, Estados Unidos, onde permaneceu quatro anos.

Quando Luiz Agassiz organizou a Expedição Thayer ao Brasil, em 1865, dois geólogos foram por ele selecionados, Charles Hartt e Orestes St. John. O objetivo primacial da célebre expedição visava à pesquisa da distribuição dos peixes de água doce no Brasil, mas a geologia ocupou, também, muito tempo dos seus trabalhos. Apesar disso, novos depósitos fossilíferos não foram descobertos, apenas encontraram aqueles que já eram conhecidos, tendo sido explorados o Cretáceo da Bahia e o Pós-Plioceno de Lagoa Santa, em Minas Gerais.

Com o retomo da expedição aos Estados Unidos, Hartt já estava convencido de que o Brasil apresentava um vasto campo para investigações mais profundas de sua geologia e, por isso, voltou ao nosso país, em 1867, decidido a continuar suas observações. Começou pela Bahia, estudando as formações fossilíferas, depois passou à ilha dos Abrolhos e dos recifes do litoral do Estado, até Caravelas.

Em 1868, era professor de história natural, a convite, no Vassar College, mas, resignando à posição, aceitou, no mesmo ano, a cadeira de geologia na Universidade Comell, mantendo-se na chefia do departamento até a morte.

Em 1870, Hartt resolveu dedicar-se inteiramente ao estudo da geologia amazônica. Organizou, então, uma expedição a expensas do milionário E. B. Morgan, da cidade de Aurora, New York, composta de dez estudantes da Universidade e mais o Professor W. Prentice, botânico. Dentre os estudantes salientaram-se, pela sua atividade e trabalhos científicos, Orville Derby, T. B. Comstock, Herbert Smith e W. Barnard. Além de explorar a calha do Baixo Amazonas, Hartt visou especialmente aos Rios Tocantins, Xingu e Tapajós.

Neste, foram descobertos os importantes depósitos fossilíferos do Carbonífero, que já haviam sido mencionados pelo Major Silva Coutinho. Ao Norte do Amazonas foi explorada a região de Monte Alegre e serra de Ererê, onde encontrou as camadas areníticas do característico Devoniano, rico em fósseis. Os exploradores estudaram, também, a ilha de Marajó, principalmente no que diz respeito aos sítios arqueológicos, baseando-se nas informações de Ferreira Penna e moradores locais. Com estas pesquisas, Hartt teve então oportunidade de concluir que na Amazônia não tinha havido uma época glacial, como supusera quatro anos antes seu mestre Luiz Agassiz.

Em 1871, Hartt e Derby retornaram à Amazônia para continuar os estudos interrompidos. Nessa ocasião dedicaram-se aos estudos de tribos indígenas e mitos. Em janeiro de 1872, voltou Hartt à Ithaca, New York.

Em 1874, o Ministério da Agricultura criou a Comissão Geológica do Império e, para organizá-la, foi convidado Charles Hartt. Para auxiliá-lo na tarefa, chamou alguns de seus antigos discípulos e especialistas brasileiros, entre os quais se encontrava Ferreira Penna. Grande parte do território do Brasil, em especial a Amazônia, foi explorado pelos membros da Comissão, com resultados satisfatórios e grande acúmulo de amostras petrográficas e fossilíferas, de minérios e de minerais.

Em julho de 1877, o Ministro da Agricultura, alegando economia para a nação, suprimiu a Comissão Geológica, com desastrosos resultados para as pesquisas geológicas do Brasil, retardando-lhe em muito os estudos, e, em consequência, motivando a desilusão de Hartt pelo país e a sua morte precoce no Rio de Janeiro, ocorrida em 18.03.1878. Hartt havia sido dedicado e incansável amigo do Brasil, esforçando-se muito para o seu desenvolvimento. Na antiga Província do Pará, Hartt conseguiu fazer proveitosas amizades com autoridades e pessoas simples. Sua contribuição para o nascente Museu Paraense foi decisiva e de grande alcance, pois, em companhia de Ferreira Penna, valorizou sobremodo as finalidades para as quais este havia sido criado. Com sua presença, Hartt e seus colegas, notadamente Derby, prestigiaram a Geologia e a Arqueologia, dois setores importantes do Museu Paraense em toda a sua existência. Em julho de 1870, o Professor Hartt chegou a Belém com sua importante comitiva para explorar mais detidamente a geologia do baixo Amazonas, coincidindo essa oportunidade com a esclarecida administração do Dr. Abel Graça na Presidência da Província. O Governo emprestou todo o apoio àquele geólogo, inclusive pondo à disposição do mesmo um navio próprio para esses estudos.

Em troca de tais amabilidades, Dr. Abel Graça solicitou de Hartt um relatório oficial do resultado de seus estudos geológicos, especialmente nos Rios Tocantins e Tapajós. As observações feitas por esse geólogo são algum tempo depois apresentadas no relatório que enviou ao Governo. Esses estudos, que, de certo modo tiveram a colaboração direta do Governo, foram os primeiros executados na Província do Pará por um geólogo especializado. Esse relatório foi depois publicado no jornal Diário de Belém, de 11.03.1871, com o título "*Relatório da Exploração dos Rios Tocantins e Tapajós pelo Dr. Charles Hartt*". Mais tarde, em 1894/96, foi reimpresso no Boletim do Museu Paraense, volume 1, páginas 257-273. Do bem elaborado trabalho de Hartt, tiramos os seguintes tópicos:

> Fui recebido com a maior bondade por S. Exa. Dr. Abel Graça, que então administrava a Província, por S. Exa. o Sr. Visconde de Arari e pelos Srs. Inspetor do Arsenal de Marinha, Comendador Pimenta Bueno, Bond e por outros cavalheiros. Tendo alugado uma casa em Nazaré, aí fiquei um mês para facilitar as meus discípulos a oportunidade de praticarem a língua portuguesa e se habituarem ao clima, e ao mesmo tempo percorrermos todas as vizinhanças do Pará [Belém], fazendo coleções importantes na História Natural. Sua Exa. o Sr. Abel Graça, Vice-Presidente, fez-me a honra de ceder o vaporzinho "*Jurupensen*", com uma carga de carvão, para a minha viagem ao Tocantins. Neste vapor, sob o comando do Sr. João G. Ledo Jr, subi com toda a minha comitiva pelo Tocantins até a praia do Urubu, que fica a pequena distância e abaixo da primeira cachoeira. [...]
>
> Depois de uma pequena demora no Pará [Belém], S. Exa. o Sr. Abel Graça honrou-me segunda vez, cedendo-me o "*Jurupensen*" para a exploração ao Tapajós. [...]

> Tanto interesse achei na exploração do Tapajós, que resolvi gastar na Província do Pará todo o tempo a minha disposição.
>
> Voltei ao Pará [Belém]; entreguei o vapor e dividi a minha comitiva. O Sr. Prentice e o Sr. Power foram a Pernambuco, Bahia e Rio; mandei os estudantes Derby e Wilmot fazerem um reconhecimento da costa nas vizinhanças do Maranhão, Ceará e Pernambuco, e o Sr. Barnard à ilha de Marajó para examinar um lugar onde existem sepulturas de índios; o Sr. Johnston ficou no Pará e eu voltei a Monte Alegre, onde tinha deixado os Srs. Comstock, Smith e Staunton. [...]
>
> Nesta viagem estudei, quanto me foi possível, os produtos naturais da Província; sobre alguns deles como o Guaraná, pretendo publicar memórias. [...]
>
> Tenho feito muito empenho em aprender a língua geral e em colher informações sobre os indígenas do Brasil. Das figuras pintadas ou gravadas sobre pedras tenho já grande número de desenhos que esbocei; estes trabalhos, assim como outras diligências que fiz e umas notas que o Sr. Penna ofereceu-me, constituem já uma boa contribuição para a etnologia do País. [...]
>
> Após tantas atenções com que fui recebido por parte do Governo e dos paraenses em todos os lugares que visitei, reputo um dever e ao mesmo tempo um prazer comunicar primeiro ao povo brasileiro, como acabo de fazer, alguns dos resultados dos meus estudos nesta Província.

Este trabalho de Hartt, escrito por ele mesmo em português, foi entregue ao Governo em 06.12.1870. Em agosto de 1871, Charles Hartt retornava a Belém com Orville Derby e E. R. Beckley. O jornal Diário do Grão Pará, do dia 07.12.1871, escrevia sobre os mesmos a seguinte informação:

Dois dias depois seguiu para Santarém, onde gastou alguns dias em aprestos para seguir para Monte Alegre. Ali dirigiu-se para a serra de Ererê e gastou duas semanas dum labor nunca interrompido a fazer investigações, de que os resultados confirmam as observações feitas em sua viagem precedente, e de que demos notícia nos primeiros números do Diário do Grão Pará deste ano.

Foi a pé a serra Tajuri, marcou-lhe a elevação, e estudou-lhe a estrutura geológica e fez magníficas coleções de fósseis devonianos, entre os quais algumas espécies novas.

Coordenados os seus trabalhos, voltou o professor a Santarém e daí seguiu para Itaituba, gastando um mês em exploração nas imediações das cachoeiras. São importantíssimas as suas explorações dos terrenos carboníferos e custosíssimas as coleções de animais fossilizados e antiguidades indígenas.

Num dos montes de conchas das imediações de Santarém, que cavou numa profundidade de 20 pés, achou o ilustre geólogo, muitos cacos de louça, ossos, etc., o que levaram-no a determinar aqueles montes como depósitos feitos pelos índios.

São os mais antigos monumentos indígenas que há no Brasil, e de que a idade parece remontar-se a dos mais velhos da Dinamarca. Em seu regresso a Santarém, visitou as colônias americanas da Diamantina e do Panema e prepara relatórios que hão de animar a fundação de idênticos estabelecimentos.

O Sr. Hartt, além dos seus trabalhos científicos, que o Pará, que até o ano passado era reputado como umas das Províncias de menos importância geologicamente falando, é talvez, uma das partes do mundo que mais interesse contém para o homem de ciência, entregou-se a outros que têm sua importância relativa.

Fez quatrocentas e tantas fotografias dos lugares mais aprazíveis desta capital e do interior, e tirou uma grande série de outras dos costumes dos índios, cujas malocas visitou e de cujas línguas fez um estudo comparativo entre a tupi, a mundurucu e a maué, organizando um vocabulário em que intercalou orações e legendas, que tem um certo cunho de originalidade que encanta. Ao embarcar para New York, dirigiu o ilustre professor ao nosso amigo e colega José Gualdino uma carta, de que em seguida reproduzimos o texto:

> Meu estimado amigo. Peço-lhe que no "*Diário*", enquanto o não faço no livro que estou escrevendo sobre a minha viagem ao Pará, anuncie que muito do que fiz para a ciência e para esta terra que é minha segunda pátria pelo coração, devo a facilidade com que era auxiliado por todos. Ao Exmo. Sr. Presidente da Província muito devo, que ele fez muito pelo bom êxito de minha viagem. O nosso amigo o ilustre Sr. Domingos Soares Ferreira Penna prestou-me o importantíssimo concurso do seu saber, com uma dedicação que só se encontra em caráteres superiores. Em Monte Alegre prestaram muitos bons serviços os Srs. João Valente do Couto e Manuel Ouety. Em Santarém os Srs. José Caetano Correia, Francisco C. Correia, Joaquim Honório da Silva Rebelo, Barão de Santarém e o Sr. Rhom. Aqui na capital merecem-me especial menção aos Srs. Comendador Manuel Antônio Pimenta Bueno e José Luiz da Gama e Silva, digno guarda-mor da Alfândega. Omiti muitos nomes, que a pressa com que escrevo, no momento de embarcar, não me deixa tempo para declinar de todos os cavalheiros a quem sou obrigado. Num trabalho mais aturado, que tenho em mãos, verão eles que não me esqueço do que fizeram por mim, que lhes sou muito reconhecido.
>
> Seu amigo, Charles F. Hartt

Para concluir esta apreciação sobre o Dr. Hartt, em verdade um dos mais sérios e distintos cientistas que perlustraram a Amazônia, divulgamos ainda uns trechos que Domingos Soares Ferreira Penna, um de seus mais íntimos amigos no Brasil, escreveu no Diário do Grão Pará, de 13.08.1872:

> Em uma de suas cartas, o Dr. Hartt diz:
>
> > Pretendo mostrar à Província do Pará que as minhas duas expedições não foram infrutíferas e sem utilidade para ela.
>
> O Professor Hartt já em grande parte o tem bem demonstrado, pois a este ilustre discípulo de Agassiz deve a Província um dos maiores serviços, o mais importante serviço que um sábio estrangeiro lhe podia prestar, o ter combatido com toda a força de vontade com toda a independência do homem científico, os prejuízos e preconceitos que reinavam nos Estados Unidos e alguns outros países cultos, contra o Brasil em geral. Certos semissábios e pedantes estrangeiros, principalmente franceses, vinham ao Brasil, recebiam o mais afetuoso agasalho, pouco ou nada estudavam, porque nada sabiam estudar, mas, regressando a sua terra, escreviam folhetos ou brochuras para venderem e tirarem ao menos as despesas de viagem; e como o ridículo, a mentira e o espírito injurioso dão melhor preço no mercado aos ignorantes, introduziam toda a sorte destas mercadorias em seus escritos, pintando o nosso país com cores as mais extravagantes.
>
> Tudo isso tem sido e continua a ser espancado, combatido e quase totalmente destruído pelo professor Hartt que, devemos confessá-lo francamente, é o nosso gracioso e mais ilustre advogado perante o mundo científico. O Brasil, e particularmente a Província do Pará, deve-lhe já muito por este precioso e importante serviço e, sem dúvida, vai dever-lhe ainda mais com a publicação das obras em andamento. (DA CUNHA)

Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888)

A melhor biografia de Ferreira Penna, até então, foi escrita por José Veríssimo e publicada em 1894 no primeiro Boletim do Museu Paraense, páginas 57 a 73. Veríssimo ainda muito jovem procurou firmar sólida e sincera amizade com esse homem simples e pobre, mas profundo conhecedor da natureza amazônica. Influenciado pelos conhecimentos de Ferreira Penna, o futuro grande escritor com ele aprenderia lições de geografia, história, etnografia e arqueologia: amazônicas e, acima de tudo, sentiria afeição e respeito, como poucos, a este distinto mineiro-paraense. Portanto, ninguém melhor que José Veríssimo, em 1894, já escritor consagrado nas lides literárias nacionais, para contar, com aquele seu estilo literário tão característico, os traços marcantes da vida de Ferreira Penna, tanto que ninguém foi capaz de acrescentar algo por quase 80 anos, mesmo particularidades, a essa biografia.

Viveu Ferreira Penna quase trinta anos no Pará, tornando-se conhecido de todos os habitantes de Belém. Mas poucas, muito poucas pessoas conheciam alguma coisa de seu passado, antes de vir morar no Pará. Acreditamos mesmo que nem José Veríssimo, nem seus amigos mais íntimos, como Joaquim Assis e Jonas Montenegro, sabiam, pois quando o naturalista morreu, em 1888, ninguém sabia dizer exatamente a sua idade.

Possuía Ferreira Penna um caráter muito reservado e circunspecto e com esse comportamento raramente falava sobre sua própria pessoa.

Ferreira Penna viveu em duas épocas diferentes e distintas: Quando nasceu, a 06.06.1818, no distrito de Oliveira, Município de Mariana, antiga Província de Minas Gerais, o Brasil era Reino Unido ao de Portugal, governando-o o Rei D. João VI. Viveu todo o Primeiro Império, tendo por isso uma exata ideia da personalidade do Imperador D. Pedro I. Do segundo Império ele foi ativo participante até quase o ocaso do regime monárquico, pelo qual não tinha nenhuma simpatia. Morrendo em 1888, por pouco não alcançou o advento da República, o terceiro período, de cujo regime era desde rapaz adepto fervoroso.

Existem alguns interessantes pormenores da vida de Ferreira Penna, pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos, os quais conseguimos desenterrar do olvido. Estas notas são uma contribuição a mais para a sua biografia. O cerne desta biografia foi redigido entre 1970 e 1971 e depois oferecido como introdução às Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna, publicado em dois volumes pelo Conselho Estadual de Cultura em 1973/74.

Em 1983 o presente trabalho foi revisado e melhorado com algumas informações. Agora passou por novos acréscimos resultantes de novas pesquisas e uma análise histórica refundida. Mas, apesar de tais melhorias, esta biografia de Ferreira Penna está deficiente em esclarecimentos e com muitas lacunas que não foram possíveis acrescentar por motivos diversos. Uma biografia mais completa do criador do Museu Paraense vem sendo realizada pelo autor, mas devido à sua extensão e porque ainda não se encontra concluída, somente em futuro próximo deverá ser publicada. Nesses últimos 18 anos, conseguimos obter numerosas e valiosas informações sobre a vida de Ferreira Penna, tanto no que diz respeito à fase de juventude ocorrida em Minas

Gerais e depois já adulto no Rio de Janeiro, como durante toda a sua vivência de 30 anos no Pará, em especial em Belém.

Algumas questões dúbias são agora esclarecidas e muitas surpreendentes pesquisas vêm ajudar a desvendar uma imagem mais nítida e ao mesmo tempo viva de um Ferreira Penna que ainda não tínhamos ideia. Ferreira Penna foi mais do que disseram e também daquilo que então sabíamos, mesmo do que vai inserto nesta presente pequena biografia.

Domingos Soares Ferreira Penna já tinha feito 40 anos quando foi convidado, no Rio de Janeiro, pelo Tenente-Coronel Manuel de Frias e Vasconcelos, então recém nomeado Presidente da Província do Pará, para servir como Secretário de seu Governo. Ambos viajaram juntos, chegando a Belém no dia 08.09.1858, e tomando posse dos cargos no dia seguinte. Possuía Ferreira Penna boa cultura, apesar do autodidatismo. Seu gosto pela História e Ciência, demonstrando invulgar inteligência, tornou-o acima de tudo um pesquisador nato, modesto e probo.

Sendo um estudioso, tornou-se um autêntico cientista, um pesquisador, das coisas que dizem respeito ao homem pré-histórico americano, dos eventos históricos e de tudo o que diz respeito à natureza amazônica, desde a Geografia à História Natural.

Ferreira Penna dedicou-se aos estudos geográficos, abordando a geografia física, a geomorfologia, a geologia e a geografia econômica da Amazônia e em particular do Pará. Foi arqueólogo pioneiro nas pesquisas sobre a cerâmica e outros vestígios dos grupos primitivos que aqui viveram. Também se salientou como etnógrafo e mais ainda como historiador do passado paraense.

Enfim, por muitos anos professou o jornalismo com veemente convicção, tendo sido articulista e redator de jornais e revistas de categoria literária e política.

Quando veio morar no Pará já trazia sólidos conhecimentos de cultura geral, dando provas sobejas de sua capacidade intelectual e de trabalho, como o provam a sua nomeação para Secretário da Polícia da Corte e a de Secretário do Governo do Pará.

Até hoje não sabemos se Ferreira Penna aceitou essa incumbência por tempo determinado ou se havia decidido fixar definitivamente sua residência em Belém. Mas, levando-se em conta uma série de fatores a que ficou condicionado e, talvez, a resolução de uma completa mudança em sua vida, é quase certo que tenha vindo ao Pará com decidida disposição de aqui ficar para sempre.

Sua vida apresentou duas fases bem distintas e o fim de uma marcou decididamente o começo de outra, com novos horizontes, plasmando-lhe a verdadeira vocação. Voltado desde a juventude para os ideais de liberdade, apegou-se, ardorosamente, aos postulados republicanos, defendendo-os propagandisticamente em termos de elevado padrão. Como jornalista, articulista e sagaz polemista, as suas ideias republicanas tornaram-se mais fáceis de serem expressas e divulgadas, mas lhe proporcionaram desgostos, contrariedades e, o pior de tudo, inimizades. Assim, encontramos Ferreira Penna naquela primeira fase agitada, inconstante, que vai até os 51 anos de idade. Ele é, então, o jornalista e o político. Nunca aceitou o regime monárquico brasileiro, por achá-lo ultrapassado, antidemocrático e incompatível com as nações modernas. Sua vocação para os estudos geográficos, arqueológicos e etnográficos, a essa altura, já estava perfeitamente definida, e à vista disso e porque não lhe interessavam mais as lutas e

os objetivos políticos, embora conservasse íntegros os seus ideais republicanos até a morte, deles se afasta em 1869, para sempre.

O Brasil não estava intelectual nem politicamente preparado para absorver o regime republicano, tal como existia nos Estados Unidos da América do Norte. Em todo o Segundo Império digladiaram-se apenas dois Partidos, ambos revezando-se no domínio político. Não foi permitido um terceiro Partido, como muitos políticos pretenderam, porque seria perigoso. Havia apenas o Partido Liberal e o Conservador, ambos com pensamentos e ações conservadoras e retrógradas.

Ferreira Penna, já vivendo no Pará, filiou-se ao Partido Liberal, então representado por eminentes próceres políticos e intelectuais, como única possibilidade para externar suas ideias. Mas, o Partido Liberal não era a solução para os que professavam a fé republicana, porque os adeptos daquele não propugnavam pela queda do monarquismo e outras mudanças radicais, pontos que frequentemente se chocavam no torvelinho das discussões partidárias. Essas desavenças ocasionaram muitos dissabores e inimizades constantes, não só entre os próprios amigos do Partido Liberal como principalmente entre os Conservadores, do que resultou contra Ferreira Penna uma acirrada luta destes através da tribuna da Assembleia Legislativa Provincial e dos jornais a eles jungidos.

Foi uma fase vergonhosa para Ferreira Penna no Pará com inimigos sem compostura, atacando-o soezmente, retalhando-lhe o caráter implacavelmente. Alguns desses inimigos não o deixaram em paz até o fim da vida. Mas em ambas as facções possuiu o cientista sinceros e devotados amigos, que admiravam seu caráter, honestidade e sabedoria.

Como Secretário do Governo, Penna desempenhou, cabalmente, a função desde 1858 até 31.10.1867, sob a administração de vários Presidentes da Província que viam nele o homem de confiança e cumpridor de seus deveres. Contudo, nesse espaço de tempo houve duas interrupções que José Veríssimo não assinala. O primeiro afastamento do cargo ocasionou-se por motivos de saúde e prolongou-se por vários meses. Desde que chegara ao Pará, Ferreira Penna não havia ainda se afastado daqui e assim no dia 20.05.1865 viajou até a Província do Ceará para tratamento de saúde. Segundo a portaria de 24.04.1865 o Governo resolveu conceder-lhe três meses de licença com vencimentos, com aquela finalidade. A sua ausência no entanto foi muito mais prolongada, estendendo-se até o mês de novembro, quando retornou a Belém, no dia 8 desse mês.

Em sua companhia seguiu também, um seu criado, como aliás acontecia em todas as suas viagens pelo interior do Pará. Este criado [ou fâmulo, como ele mesmo referia] não era um escravo, condição que ele não aprovava, levado naturalmente pelos seus pontos de vista democráticos e espírito evoluído. Muitas vezes, mesmo executando trabalhos para o Governo quando de suas explorações pelo interior do Pará, costumava pagar os trabalhadores a seu serviço com o dinheiro do próprio bolso.

O segundo afastamento da função de Secretário do Governo deu-se quando Ferreira Penna foi destituído do cargo em 16.12.1866, durante a administração do Presidente da Província Dr. Pedro Leão Veloso. Para aquele cargo havia sido nomeado por Carta Imperial o Dr. Ayres A. Gama. Dessa maneira, Ferreira Penna já se considerava livre e afastado das lides administrativas, podendo assim dedicar-se aos seus estudos prediletos.

A essa altura, os seus inimigos regozijaram-se pelo seu afastamento da Secretaria do Governo. Mas Ferreira Penna tinha sinceros amigos que o consideravam acima de qualquer Partido ou preconceitos, pois viam nele o homem honesto e sempre voltado para os estudos sérios. Ficou afastado da administração cerca de seis meses, até a ocasião de ser nomeado Presidente da Província o Vice-Almirante Joaquim Raimundo De Lamare, que tomou posse em 01.06.1867. Amigo de Ferreira Penna, imediatamente o convidou para ocupar interinamente a função de Secretário enquanto o seu titular se encontrava ainda impedido de assumi-la. Ferreira Penna aceitou e aí permaneceu por pouco tempo, pedindo demissão do cargo no dia 31.10.1867.

Um dos maiores acontecimentos da história da Amazônia no século XIX foi a abertura do Rio Amazonas e alguns de seus afluentes à navegação mercante de todas as nações amigas, em 07.09.1867. Tão transcendental ocorrência há tanto tempo aspirada pelos amazônidas foi determinada pelo Decreto Imperial n° 3.749 de 07.12.1866. Nesse acontecimento, de importância não apenas regional e nacional, mas, principalmente, internacional, Ferreira Penna teve participação capital. Como Secretário Interino do Governo da Província foi ele quem organizou o programa do cerimonial para a referida comemoração, o qual, idealizado a capricho e com pompas, é tornado público uma semana antes da data prevista.

O ato solene que foi secundado por todas as autoridades presentes e pessoas convidadas, em plena baía de Marajó, culminou com a leitura do ato de inauguração por Ferreira Penna. Em seguida, foi o mesmo assinado por ele, pelo Presidente da Província e por todos os presentes.

Ferreira Penna nunca se casou. Viveu solteiro toda a sua vida e jamais se soube por que agiu assim. Não sabemos se em sua vida existiu alguma mulher, mesmo quando jovem, a quem tivesse dedicado amor e estima. Qualquer que tenha sido o motivo, ele preferiu levar a vida em austera compostura, ditada pela sua consciência intransigente. Nos últimos trinta anos tornou-se um verdadeiro ermitão, exclusivamente voltado para o aprimoramento dos seus conhecimentos, divulgando-os ora por escrito ora verbalmente, assim enchendo sua vida de celibatário.

Foi no fragor das dissensões políticas e administrativas que ressurgiu a ideia de instituir-se no Pará um Museu que abrigasse amostras dos três reinos da natureza amazônica e da manufatura indígena, já lançada em outubro de 1861, como artigo aditivo à Lei do Orçamento Provincial de 1862, pelos então deputados Joaquim José de Assis e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. Este artigo estipulava 600 mil réis para que o Governo fundasse o tão desejado museu. Entretanto, nada foi realizado de concreto nesse sentido. Ferreira Penna devia ter conhecimento dessa ideia e não a perdeu de vista. Com o volver de seus estudos sobre a Província do Pará, Ferreira Penna firmou o intento da criação urgente do Museu Paraense.

A estada em Belém do célebre naturalista Luiz Agassiz e sua comitiva, em meado de 1866, acelerou sobremaneira a decisão de Ferreira Penna em fundar o Museu Paraense. A influência de Agassiz nos espíritos cultos e elevados da então sociedade de Belém deve ter produzido acentuada transformação nos velhos conceitos provincianos, pois, muitas décadas após, esse acontecimento ainda era bastante lembrado. É certo que o naturalista suíço teria discutido com Ferreira Penna e outros interessados na

fundação do Museu o projeto de sua criação e mesmo insistido na sua urgente instalação. Contudo, o idealizador do Museu Paraense foi verdadeiramente Ferreira Penna, que envidou esforços para que essa instituição fosse uma realidade.

Não existiu no Pará uma escola de ensino superior durante o Período Imperial. Pouca preocupação houve neste sentido, da parte do governo, de políticos ou particulares. Entretanto, com a viagem de Ladislau Neto, Diretor do Museu Nacional, em fevereiro de 1882, veio à baila a ideia da criação de uma Universidade em Belém. A ideia, parece, teria partido do Governo da Província transmitida pelo cientista, para que opinasse sobre o projeto da referida Universidade, em apelo dirigido ao Ministério do Império. Nada mais sabemos sobre tal projeto. Encontra-se esta informação em uma Ata da Sessão do Conselho Diretor do Museu Nacional, de 05.04.1882.

Quando a avançada visão de Domingos Ferreira Penna idealizou a criação do Museu Paraense, de certo visualizava introduzir no acanhado meio intelectual da provinciana Belém uma instituição que preenchesse a ausência de escolas superiores, e isto ficou perfeitamente expresso nos estatutos da Associação Filomática, instalada em 06.10.1866, como núcleo do futuro Museu, e mais tarde, na sua instalação oficial, em 1871, no regulamento aprovado e baixado em 15 de abril pelo Dr. Joaquim Pires Machado Portela. Ferreira Penna queria que o Museu Paraense fosse um instituto dedicado aos estudos científicos, tendo por base a História Natural e a Etnografia do Vale Amazônico. Mais ainda, divulgaria e mostraria o resultado das pesquisas através de exposições e conferências; serviria também para ministrar aulas de ciências naturais a alunos dos colégios e escolas e aos interessados, atraindo desse modo vocação para a Ciência.

Entre os muitos amigos que Ferreira Penna tinha em Belém figura o Dr. José Coelho da Gama e Abreu [mais tarde o Barão de Marajó], que, indo presidir o Governo da Província do Amazonas, pediu àquele que o acompanhasse para exercer a função de Secretário em sua administração. Ambos deixaram Belém no dia 17.11.1867. Em Manaus permaneceu Ferreira Penna até o final do Governo do Dr. Gama e Abreu, em 08.02.1868. Este afastamento temporário foi altamente proveitoso para o fundador do Museu, pois marcou uma etapa decisiva em seus estudos de geografia, etnografia e arqueologia. Uma ausência mais prolongada do ambiente que o desgostava em certos aspectos de certo lhe proporcionaria maior sossego quando de seu retorno.

Às vésperas de terminar o Governo do Dr. Gama e Abreu, Ferreira Penna recebeu do Presidente da Província do Pará, Vice-Almirante Joaquim Raimundo De Lamare, a incumbência de executar uma missão reservada do Governo no Médio Amazonas. Essa missão incumbia Ferreira Penna de seguir de Manaus para a cidade de Óbidos e aí procurasse obter seguras informações da situação administrativa e política da região. A Comarca de Óbidos fora criada pela Lei Provincial n° 520, de setembro de 1867, e declarada de segunda entrância pelo Governo Imperial em dezembro do mesmo ano. O juiz de direito tomou posse do cargo em 16.02.1868 e foi nessa ocasião que Ferreira Penna recebeu a incumbência sobre a qual prestou depois contas ao Governo.

Quando se achava ainda nessa cidade, recebeu o explorador novo encargo do Presidente Raimundo De Lamare para que ampliasse o seu campo de estudos. Sem prejuízo da Comissão que ainda executava em Óbidos, devia estender as observações pela vizinha Comarca de Santarém. O objetivo era estudar o

estado e condições das localidades por onde tivesse de transitar, coligindo dados geográficos, estatísticos e históricos que interessassem à administração.

O resultado dessa missão, Ferreira Penna apresentou em "*A Região Ocidental da Província do Pará*", publicado pelo Governo em meados de 1869.

Até então Ferreira Penna ainda não havia abandonado a política em defesa de seus ideais republicanos, acreditando ainda numa possível mudança de regime; porém, mais cedo do que poderia julgar, ele percebeu que os tempos propícios ainda estavam ocultos em névoa espessa. Um motivo bastante sério faria com que ele abandonasse para sempre a luta pelos seus ideais. Isto se deu em meados de 1869, quando ele e mais os liberais, Dr. Joaquim de Assis, Dr. José Coelho da Gama e Abreu e Dr. José da Gama Malcher, resolveram fundar o jornal "*O Colombo*" então impresso no jornal Diário de Belém.

O Colombo foi um pequeno jornal político, fundado em conceitos de elevado senso para a propaganda de uma causa popular. Logo porém surgiram atritos que ocasionaram o fechamento do jornal, tendo apenas circulado por cerca de três meses. Como assevera José Veríssimo, havia em Ferreira Penna uma nobreza de espírito e um caráter independente, com pouca flexibilidade, obrigando-o sempre a divergir em pontos que lhe feriam a sensibilidade, mesmo com os próprios amigos. E não transigia, mantendo-se firme nas suas opiniões.

Mal compreendido por amigos e, principalmente, pelos jornais conservadores de Belém, depois de algum tempo, Ferreira Penna veio pelo Diário de Belém defender-se das acusações que lhe atiravam. No dia 15.10.1869, publicava uma declaração no final da qual esclarecia o seguinte:

> Não temos trocado, o Sr. Brígido e eu, comunicação alguma por escrito ou verbal em relação a qualquer pessoa que figura em política; e eu, bem ou mal, sei e tenho por princípio exprimir pela imprensa os meus pensamentos, firmando-os com a minha assinatura, sem mendigar favores de penas alheias.

Depois disto Ferreira Penna afastou-se da política de vez, embora várias vezes tenha sido convidado a ocupar cargos e funções públicas, além de várias comissões do Governo.

A maior contribuição que Ferreira Penna legou ao desenvolvimento cultural do Pará foi a criação e fundação do Museu Paraense Museu Paraense [hoje Emílio Goeldi]. Inegavelmente, teve a ousadia de concretizar uma ideia que a muitos parecia incompreensível e absurda. Ele desenvolveu esforços junto aos amigos, aos intelectuais da terra e mesmo junto ao próprio Governo da Província. Ferreira Penna achava que o Museu não devia ser uma repartição pública, mas uma entidade mantida sob subvenção popular. Do Governo podia apenas receber auxilio material e financeiro e, naturalmente, apoio moral. Com estes objetivos foi fundada a Associação Filomática, entidade inteiramente particular que tinha a finalidade de fundar e instalar o Museu Paraense, conforme estipulava o seu estatuto.

Ferreira Penna conseguiu congregar em torno de si um certo número de intelectuais da sociedade de Belém. Todos estavam interessados na criação do Museu, mas pareceu que entre eles havia indagações sobre o modo como seria o mesmo mantido. Ferreira Penna era o polo dessas questões, o que o deixava atribulado. O problema era o dinheiro e sem ele não se podia fundar nem manter o Museu. No dia 06.10.1866 foi constituída e imediatamente tomou posse a Diretoria da Associação Filomática, mas foi somente em outubro de 1867, que a mesma

Associação conseguiu alojar o Museu em uma casa alugada que se situava na rua de Santo Antônio, n° 26.

Havia um artigo importante dos Estatutos que estabelecia a criação de uma biblioteca própria para os trabalhos científicos do Museu. Aqui se percebe, perfeitamente, a ideia inspiradora de Ferreira Penna, pois já nessa ocasião ele se destacava como cientista, tendo assim exato conhecimento da necessidade de uma biblioteca numa instituição científica.

Quando o Museu foi instalado oficialmente em 25.03.1871, Ferreira Penna teve ocasião de dar começo à formação da referida biblioteca. Mas a mesma teve a infelicidade de surgir ao mesmo tempo que a Biblioteca Pública, da qual também era diretor, suscitando por isso injusta celeuma no Governo e em certos meios, o que obrigou Ferreira Penna a abandonar ambas as instituições e escrever um folheto em sua defesa. O meio intelectual de Belém à época era tão provinciano que os homens de então não tiveram tino bastante para sentir o alcance daquele benefício necessário.

O principal causador de toda aquela celeuma foi o poeta Júlio César Ribeiro de Souza, dotado de espírito ardente e muito inconstante e que mais tarde se tornaria famoso como um dos pioneiros da aeronáutica brasileira. Nascido na então vila do Acará, Júlio César era dotado de inteligência, embora muito dispersivo, o que lhe acarretou grandes transtornos em sua curta vida. Salientou-se como primoroso poeta, em estilo lírico e muitas vezes satírico, publicando uma coleção de poesias no livro "*Pyraustas*" e outras nos jornais de Belém. O futuro aeronauta queria para si a direção da Biblioteca Pública, tendo em vista que Ferreira Penna acumulava os dois

cargos, o desta e o do Museu; de modo que não foi difícil àquele urdir uma trama junto ao então Presidente da Província, Barão da Vila da Barra, para alijar o cientista mineiro da direção da Biblioteca.

Nessa altura, o Museu estava alojado no edifício do Liceu Paraense, contíguo à Biblioteca. Mudou-se então o Museu para uma casa alugada na estrada de Nazaré [hoje Avenida] e logo depois ocorreu a demissão de Penna da Direção da Biblioteca, sendo nomeado incontinenti Diretor do Museu, com os vencimentos que percebia naquela. Penna não aceitou a benevolência do Presidente da Província, motivado principalmente pela maneira como foi tratado por este e posteriormente atacado por Júlio César.

Ferreira Penna defendeu-se fazendo publicar no jornal Diário de Belém, em capítulos, durante o mês de outubro de 1872, um longo arrazoado, respeitoso e convincente, mostrando publicamente as suas razões e seus direitos. Pouco tempo depois Ferreira Penna mandou imprimir este testemunho em forma de folheto, que logo se esgotou.

Para o Museu Paraense, o afastamento de Penna seria fatal, não apenas na ocasião, mas durante todo o período do Império, embora estivesse sempre em contato com o mesmo. Mas, o Museu não seria mais a instituição pela qual ele tanto trabalhara e lutara. Daí por diante, as administrações provinciais limitaram-se apenas a manter precariamente o Museu como um simples mostruário de curiosidades amazônicas. Uma repartição a mais na administração da Província.

Pelos idos de 1882, o Museu declinara tanto em sua utilidade que o Governo da Província foi obrigado a convidar novamente Ferreira Penna para dirigir os destinos da repartição. Esperavam dele milagre, sem

verbas, sem condições. Ferreira Penna relutou, dizendo-se impossibilitado de desempenhar as funções por vários motivos, mas por fim aceitou por insistência do Dr. João Rodrigues Chaves, Presidente da Província.

Em 22 de agosto, Ferreira Penna assumia a Direção do Museu. A essa altura o naturalista, já bastante idoso, achava-se muito abatido; estava no último estágio de vida, cansado, doente e bastante atormentado pelas ciladas que a vida lhe pregara. Não alimentava mais desejos de ocupar funções de confiança na administração pública. Havia passado dez anos desde a última vez que, exatamente em agosto, Ferreira Penna se exonerava amargurado e desolado da direção do Museu.

Durante o ano de 1883 ele tentou reorganizar o combalido Museu, indicando ao Governo as medidas apropriadas para tal; sem grande dispêndio de dinheiro. Replicava então o Governo que o tesouro do Pará não permitia despesas com o Museu, quaisquer que fossem.

Mas Ferreira Penna, apesar das dificuldades financeiras da repartição que dirigia e de suas próprias, dos anos que lhe pesavam nos ombros e da impertinente doença que o atormentava continuamente, ainda trabalhava e estudava, engrandecendo os bens culturais da terra paraense.

Foi nessa época que Ferreira Penna procurou alertar as autoridades da Província a respeito dos saques, que de uns dez anos a essa data, vinham sendo feitos nos sítios arqueológicos de toda a Amazônia, por elementos inescrupulosos nacionais e estrangeiros. Esse problema ele já havia discutido com o Dr. Ladislau Neto, quando este estivera em Belém, em fevereiro de 1882.

O Dr. Ladislau Neto era, desde a década de 1870, Diretor do Museu Nacional e amigo de Ferreira Penna; viera a Belém com o intuito de visitar e estudar alguns sítios arqueológicos na ilha de Marajó e tomar contato com as tribos indígenas Tembé, Amanajá e Turiwara, localizadas no Rio Capim.

Ferreira Penna acompanhou aquele cientista em todas as explorações no Pará. O principal objetivo de Ladislau Neto no Pará era adquirir, tanto quanto possível, material arqueológico e indígena da Amazônia, para uma exposição antropológica, que teria lugar no Museu Nacional em junho de 1882. Às vésperas de viajar para o Rio de Janeiro, o Diretor do Museu Nacional solicito ao Presidente da Província, Dr. José da Gama Malcher, a pretexto de empréstimo, as coleções arqueológicas e etnográficas que se guardavam no Museu Paraense. A petição foi despachada favorável, sem contudo ser consultado o Conselho Administrativo do Museu. Estava na direção deste o Dr. José Coelho da Gama e Abreu, já Barão de Marajó, que relutou cortesmente contra a entrega dessas coleções que desfalcariam completamente o Museu. Ferreira Penna nada pôde fazer, pois além de ser naturalista viajante do Museu Nacional desde 1871, embora não concordasse, como mais tarde insinuou, naquela ocasião acreditava integralmente na palavra do cientista Ladislau Neto. As coleções, que eram pioneiras, foram cedidas por empréstimo, mas até hoje não voltaram ao Museu Paraense, proprietário legal deste patrimônio. Essas coleções tinham duplo valor, histórico e científico; muitas delas foram descobertas e coletadas com o esforço e o trabalho de Ferreira Penna.

Mas, a respeito dos saques aos sítios arqueológicos, Ferreira Penna enviou no dia 04.05.1883 ao Presidente da Província, Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracaju, um ofício:

> solicitando as necessárias ordens para que não sejam transportados para outras Províncias ou para países estrangeiros quaisquer dos artefatos constantes da relação junta, pertencentes aos cerâmios dos antigos índios de Marajó, e fazendo ainda outras ponderações a respeito.

O Presidente da Província sentiu também essa necessidade de coibir o abuso na depredação de um patrimônio nacional. Emitiu ofícios e tomou medidas. Hoje sabemos que elas nunca foram de fato colocadas em execução, pois a dilapidação dos sítios arqueológicos da Amazônia, especialmente os de Marajó, se processou por todo o fim do século passado, e ainda continuou no século XX acintosamente. Por fim, agravando-se a doença de Ferreira Penna, o Governo concedeu-lhe, a pedido, em 26.01.1884, seis meses de licença com vencimentos, da direção do Museu e da função de professor da Escola Normal, para tratar da saúde onde lhe conviesse. Não mais voltaria ao Museu, pois só teria vida por mais quatro anos, e com ele também o Museu Paraense. Nos primeiros dias de 1888 ambos deixariam de existir. Apenas uma diferença, Ferreira Penna desapareceria para sempre e o Museu Paraense, depois de dois anos, seria restaurado pelos governos da República.

José Veríssimo, na citada biografia de Ferreira Penna, deu escassos esclarecimentos sobre a atividade do mesmo como professor. De fato pouco se sabe a tal respeito. Não tinha nenhuma inclinação para o magistério, desempenhando-o em circunstâncias precárias, apenas como medida para solver problemas financeiros. Ferreira Penna era em verdade um pesquisador, um homem voltado para as indagações na natureza e nos estudos históricos. Em 13 de agosto de 1870, o Presidente Abel Graça havia nomeado Ferreira Penna para reger interinamente a

cadeira de história do Liceu Paraense, enquanto o seu titular se encontrava com assento na Assembleia Legislativa. Relutou em aceitar a incumbência, mas acabou cedendo sob as ponderações do Dr. Abel Graça, seu amigo, que o nomeou novamente para a cadeira de geografia, matéria da qual era conhecedor.

E, logo em seguida, oficiou ao Presidente da Província, comunicando-lhe ter entrado no exercício do cargo e informando também que renunciava a "*qualquer vencimento que poderia competir pelo exercício temporário do referido cargo*". Essa decisão, alegou o nobre pesquisador, foi tomada somente com a finalidade de prestar um serviço à Província. A função era provisória e duraria apenas o tempo de três ou quatro meses, enquanto o professor titular, que era Deputado, desempenhasse suas funções durante as reuniões da Assembleia Legislativa. A respeito dessa nomeação, José Veríssimo, desconhecendo o caso, cometeu, ao que parece, um flagrante equívoco, dizendo que Ferreira Penna não aceitou o cargo em 1870, mas que em 1871 o aceitara renunciando aos vencimentos! Não foi assim o acontecido, mas como o descrevemos aqui. A esse respeito, o que ocorreu em 1871, foi que queixas tinham sido feitas ao Governo sobre uma série de irregularidades que estavam sucedendo no Liceu Paraense, em manifesto prejuízo à educação e formação da juventude. Urgia uma reforma completa das normas internas do colégio. Para isso o Presidente Abel Graça achou por bem nomear uma Comissão no dia 21 de agosto daquele ano, composta de Domingos Ferreira Penna, Dr. Joaquim Corrêa de Freitas e Dr. América Marques Santa Rosa. Todos aceitaram a incumbência do Governo, apresentando depois de algum tempo circunstanciado relatório com novo estatuto para o referido Colégio.

Ferreira Penna começou a lecionar pela primeira vez na Escola Normal ao tempo da administração do Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 1874. Por portaria de 15 de foi nomeado professor de geografia e história do Brasil e do Pará, exercendo o cargo a partir de 23 do mês citado, data da instalação oficial da Escola Normal. Esta já havia sido criada desde o tempo do Presidente Joaquim Machado Portela, pelo regulamento de 20.04.1871, mas fatores adversos impediram-na de funcionar regularmente.

No Liceu Paraense voltou Ferreira Penna a lecionar a cadeira de história em 16.02.1876, substituindo o Dr. José Ferreira Cantão, seu titular, enquanto este servia como Deputado na Assembleia Legislativa. Não sabemos ao certo o tempo de duração, mas isto deve ter ocorrido mais vezes.

Na Escola Normal, Ferreira Penna era o titular da cadeira de geografia e história, mas, durante todo o tempo que aí se conservou, passou a maior parte dele em contínuas licenças, ora para tratar da saúde, ora para cuidar de interesses particulares.

Necessitava de tempo para dar conta do cargo de naturalista viajante do Museu Nacional, que se resumia em efetuar constantes viagens de estudo e coleta de material arqueológico, etnográfico e geológico, pelo interior do Pará. Parece que percebia do Museu Nacional, nessa função, 1:800$000 [um conto e oitocentos] por ano.

Depois de muitos anos de trabalho e achando-se muito doente, e impossibilitado de cumprir a função de professor na Escola Normal, enviou um requerimento à Assembleia Provincial em 26.11.1886, pedindo contagem de tempo para a sua aposentadoria.

Os Deputados negaram-lhe a aposentadoria, concedendo-lhe apenas a jubilação, conforme a Lei n° 1.262, de 16.12.1886. A jubilação nada mais era do que o afastamento do professor de sua função, ganhando muito pouco como inativo. Dessa maneira ficava Ferreira Penna reduzido a quase miséria. E, para piorar a situação, o próprio cargo de naturalista viajante do Museu Nacional havia sido suspenso desde o meado de 1884. O Presidente da Província concedeu-lhe a jubilação em 03.08.de 1887, recebendo vencimento até esta data.

Necessitando de dinheiro para tratar-se e naturalmente percebendo o seu fim próximo, Ferreira Penna, em março de 1884, propõe ao Governo a venda de sua biblioteca. Demorou um ano para que o Governo tomasse uma resolução, a qual foi finalmente dada por uma comissão nomeada para examinar os livros, selecioná-los e avaliá-los. Em 09.06.1885, a Presidência autorizou o pagamento da importância de 2:604$000 [contos de réis] pela biblioteca incluindo também oito estantes para acomodação dos livros, os quais foram incorporados à Biblioteca Pública do Pará.

Além de ter exercido a função de naturalista viajante do Museu Nacional, ao qual serviu com dedicação e sabedoria [desde 13.09.1872 até 19.04.1884, quando foi substituído pelo Dr. Hermann von Iehring, futuro fundador do Museu Paulista], orgulha-se aquela vetusta instituição de o ter tido por vários anos em seu quadro ativo de cientistas.

Foi também Ferreira Penna membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, admitido como membro correspondente em 21.07.1876, apresentado então pelos ilustres consórcios conselheiro Homem de Melo, Dr. Perdigão Malheiro e Major Couto de Magalhães.

Nessa ocasião, a Comissão de História, apreciando devidamente a proposta que lhe fora enviada pelos ilustres consórcios citados, resolveu expedir o seguinte parecer sobre Ferreira Penna:

> Nos escritos "*Estudos sobre o Tocantins e o Anapu*", saídos dos prelos em 1864, Região Ocidental da Província da Pará, publicada em 1869, e "*Notícia geral das Comarcas de Gurupá e Macapá*", dada à estampa em 1874, revelou o Sr. Penna espírito investigador, aplicação e gosto pelos estudos da Geografia pátria, coligiu muitos dados estatísticos relativos à indústria e à lavoura de diversas localidades oferecendo aos seus leitores vários conhecimentos sobre a fauna e flora daquelas vastas e riquíssimas regiões. Mostrando-se assim digno sucessor dos distintos historiadores da Província e nossos consórcios o coronel Inácio Accioli e o Major Antônio Baena, de saudosa memória, tem o Sr. Penna os requisitos bastantes para ser admitido ao grêmio deste Instituto.

Domingos Soares Ferreira Penna foi, sem contestação, a personalidade mais marcante na vida cultural da antiga Província do Pará, durante a segunda metade do século passado. Ninguém emprestou tão grande contribuição às Ciências e às Letras no meio intelectual Amazônico, como o fez Ferreira Penna com a sua simplicidade. Muito cauteloso, nada fazia ou divulgava sem primeiro verificar a exatidão do caso a tratar. Escrupuloso e honesto, sua vida e suas obras são monumentos imperecíveis à posteridade.

O talento de Ferreira Penna não ficou preso à mediocridade provinciana, mas transpôs fronteiras nacionais e internacionais, mostrando ao mundo civilizado que no Pará também era possível a realização de trabalhos de alto nível com ideias novas e avançadas. Ferreira Penna teve projeção continental, e hoje seu nome está inscrito junto aos grandes vultos da ciência produzidos no Brasil e no mundo.

O Pará não foi o berço deste homem e, por infelicidade, os paraenses foram ingratos com Ferreira Penna, pagando-lhe o amor entranhado que teve por esta terra e pelos notáveis trabalhos científicos e históricos que realizou com a humilhação e com o olvido e negando-lhe até a sepultura onde foi enterrado.

A obra deixada por Ferreira Penna não é volumosa, mas também não é pequena. As que ele escreveu sobre geografia e história foram comentadas por José Veríssimo, Barão de Marajó e, antes deles, Ciríaco Alves da Cunha e muitos outros na atualidade, Virgílio Corrêa Filho, em "*Vultos da Geografia no Brasil*", publicado em 1946, na Revista Brasileira de Geografia, disse em síntese o que foi Ferreira Penna como geógrafo:

> Embora não seguisse os padrões na análise regional, modernamente sistematizado pelos geógrafos, define com segurança as características fisiográficas e econômicas dos municípios examinados consoante os processos que ainda repetira em "*Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá [1874]*" e "*A Ilha de Marajó [1875]*".

O comentarista nas entrelinhas estava referindo-se às obras anteriores de Ferreira Penna, "*O Tocantins e o Anapu [1864]*", e a "*A Região Ocidental da Província do Pará [1869]*".

Frederico Katzer, na qualidade de cientista geólogo, formulou segura e honesta opinião a respeito das obras deixadas pelo colega brasileiro. Katzer chegou a Belém, em fevereiro de 1896, contratado por Emílio Goeldi para organizar e chefiar a Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Paraense. Na época o nome de Ferreira Penna ainda estava vivo em conversas cotidianas dos que foram seus amigos e dos intelectuais da terra. Katzer teve, pois, oportuni-

dade não apenas de compulsar a obra daquele sabedor das coisas amazônicas [mais do que qualquer outro] como também de ouvir e conhecer fatos de sua vida. Na sua obra "*Grundzuge des Geologie des unteren Amazonasgebietes [des Staates Pará in Brasilian]*", publicada em 1903, e quase trinta anos depois traduzida para a língua portuguesa, em 1933, no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, volume IX, com o título de "*Geologia do Pará*", escreveu uma análise ponderada, desapaixonada [pois Katzer nem brasileiro era] e científica dos trabalhos e da atividade de Ferreira Penna no campo da geografia e geologia amazônicas, como adiante se transcreverá:

> Também aqui o seu temperamento inconstante não o permitiu conservar-se perseverante numa profissão; ocupou, até 1870, vários cargos junto do Governo do Pará e do Amazonas e no decorrer desse tempo desenvolveu a sua atividade como lente de História e Geografia numa antiga escola média do Pará, como diretor da Biblioteca Pública, como diretor do Museu e com especialidade como explorador e consultor geológico do Governo. A esta última atuação devem-se as preciosas informações sobre as condições geográficas de diversas seções da região do Amazonas, as quais indiscutivelmente são das melhores contribuições que a literatura brasileira pode apresentar neste domínio. Contêm os seus relatórios numerosas indicações sobre a geografia física e a geografia da região do Amazonas, porém multifárias comunicações fez também oralmente a Hartt e seus discípulos e outros exploradores especialistas. Nestas informações de Penna, na parte concernente às condições geológicas de diversas regiões, baseiam-se todos os conhecimentos atuais que delas possuímos. É lamentável que várias coleções importantes trazidas por Penna das suas extensas viagens se perdessem, e, ainda mais, que vários trabalhos de grandes empreendimentos por ele iniciados e para os quais possuía material não fossem levados a termo.

> Um destes referia-se ao Salgado, zona litorânea a Leste do Pará. Por ocasião dos estudos preliminares para esta obra, Penna descobriu, em 1876, os depósitos sedimentários muitos fossilizados entre Bragança e Salinas, colecionando ali muitos fósseis que mais tarde foram classificados por White e atribuídos aos sistemas cretáceo. Como cientista, na sua terra natal muito estimado e altamente respeitado por todos os exploradores estrangeiros que penetraram nas regiões amazônicas, aos quais, com o seu saber e as suas experiências, ele sempre auxiliou de bom grado. Outro brasileiro, João Barbosa Rodrigues, como botânico e geógrafo, adquiriu na Europa muito maior notoriedade do que Penna; este, entretanto, o excedia em probidade científica.

Com Barbosa Rodrigues o relacionamento de Ferreira Penna foi efêmero, cheio de atritos e desgostos. Nesta altura o fundador do Museu Paraense com os seus 55 anos de idade teria, em 1872-75, desagradáveis contratempos com o então ousado João Barbosa Rodrigues, jovem de menos de 30 anos. Este, comissionado pelo Governo Imperial para fazer diversos estudos na Amazônia, chegou a Belém em princípios de 1872. Depois desta visita passou aqui várias vezes, onde teve ocasião de tomar contato com o Museu Paraense e com Ferreira Penna. Barbosa Rodrigues, um espírito vivo e muito entusiasmado, encontrava em tudo motivo para qualquer estudo, observação ou mesmo formulação de hipóteses.

Em 1874, Barbosa Rodrigues deparou em Belém, na casa de um senhor bastante conhecido de Ferreira Penna, com a fotografia de duas urnas desenterradas no Pacoval de Marajó por duas pessoas diferentes, sem ter visto as urnas originais. Ferreira Penna, amigo dos coletores, teve oportunidade de as fotografar e de as estudar pormenorizadamente muito antes daquele explorador.

Então o botânico, não tendo conhecimento disso, resolveu fazer um estudo das urnas, baseado em uma das fotos tiradas por Ferreira Penna.

Deste modo os resultados foram publicados no artigo "*Antiguidades do Amazonas*", inserto na revista "*Ensaios de Sciencia [Rio de Janeiro, 1875]*".

Ferreira Penna não perdoava a ninguém a desonestidade e erros por negligência ou ignorância, pelo menos em trabalhos científicos. Por isso procurou desmascarar, correta e lealmente o autor daqueles disparates, nos "*Arquivos do Museu Nacional [1877, pg. 73-76]*". Ferreira Penna resumiu o seu pensamento sobre Barbosa Rodrigues nas seguintes palavras:

> Em matéria de ciência, mais do que na vida prática, a pressa foi e há de ser sempre inimiga da perfeição; e desta vez a pressa, aliás de todo o ponto infundada, arrancou ao Sr. B. Rodrigues uma partícula do mérito do seu escrito.

Algum tempo depois Barbosa Rodrigues, descontente com a lição do mestre, publicou umas notas com o título "*Observações sobre as Duas Urnas Descritas e Figuradas pelo Sr. Domingos Soares Ferreira Penna em seu artigo 'Apontamentos sobre Cerâmios do Pará', inserto na revista Arquivos do Museu Nacional, publicada no seu livro Antiguidades do Amazonas [1879, Rio de Janeiro, pg. 57-74]*", na qual procurou defender-se e ao mesmo tempo vergastar, à sua maneira, a honorabilidade do fundador do Museu, com muita descortesia.

Supomos que Ferreira Penna não tenha tomado conhecimento das digressões de seu opositor, porque este tipo de polêmica não lhe agradaria e porque achava isto sem finalidade· alguma.

Os trabalhos científicos que tornaram Ferreira Penna conhecido são os estudos ordenados e pacientes que efetuou no campo da arqueologia amazônica. Foi pioneiro em todos os aspectos, embora tenham existido e ainda existam controvérsias sobre a prioridade destes estudos. Vinculados à arqueologia de Marajó encontramos os nomes de Charles Hartt, W. Bernard, J. Steere e Orville Derby, esquecendo todos os que a estes estudos têm-se dedicado a importância de Ferreira Penna, e os de um outro nome ilustre daquela época, Dr. Francisco da Silva Castro, nascido no Pará.

O paraense e o mineiro foram, sem dúvida, os primeiros pesquisadores que manusearam, estudaram e deram real valor científico aos objetos de cerâmica dos índios extintos de Marajó, Maracá [Amapá] e provavelmente outros sítios. Foram eles que mostraram àqueles cientistas estrangeiros a existência e a importância dos achados. Entretanto, sagazes e de intuição científica muito apurada, foram especialmente os professores Hartt e Steere. Aquele, com mais elementos, técnica e facilidades, tratou' logo de ganhar a dianteira e divulgar ao mundo [em inglês, nos Estados Unidos] a riqueza arqueológica da bacia amazônica, até então insuspeitada e mesmo tida como pobre ou inexistente.

Fazemos notar aqui que Ferreira Penna era um homem modesto e tímido de natureza, no aspecto científico, o que o prejudicou sobremaneira, como já tivemos oportunidade de focalizar linhas antes. O Dr. Silva Castro, um tanto mais afoito, contudo também muito modesto apesar de ser um homem formado em Universidade estrangeira, com doutorado que lhe facultava o direito da pesquisa. A Arqueologia, contudo, não era sua especialidade, embora tenha demonstrado interesse por ela e pela Etnografia.

Colecionava objetos da indústria indígena, antigos e recentes, com bons conhecimentos deles, porém não os estudou com o objetivo que os especialistas lhes dão, como era o caso de Ferreira Penna na Arqueologia. O Dr. Francisco da Silva Castro além de médico era naturalista, tendo durante sua vida escrito alguns artigos científicos sobre Zoologia e Botânica. Nascera em Belém, em 1815, portanto três anos mais velho que Ferreira Penna e faleceu aos 84 anos, em 1899.

Não sabemos ao certo desde quando o Sr. Francisco Castro colecionava e estudava os objetos de cerâmica de índios extintos, provenientes de vários sítios da região Amazônica. Mas desde a década de 1860 ele já lidava com esses elementos, tendo perfeito conhecimento da significação de tais objetos, como um conjunto da indústria artesanal de povos que viveram em épocas distantes.

De 1865 a 1869 o Dr. Castro ofereceu numerosas e importantes coleções arqueológicas e etnográficas, bem como zoológicas, botânicas e mineralógicas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade de Cristiânia [Oslo] e Academia Real das Ciências de Estocolmo, aquela na Noruega e esta na Suécia, e também ao Museu Paraense, do qual foi prestimoso colaborador. Desde essa época, portanto, o Dr. Silva Castro tinha conhecimento da existência dos sítios arqueológicos de Pacoval em Marajó e do rio Maracá, na antiga Guiana Brasileira, hoje Estado do Amapá.

Foi principalmente através do Dr. Castro que Ferreira Penna veio a tomar conhecimento da existência da arqueologia amazônica, pela qual adquiriu notável admiração, passando a dedicar o resto de sua vida a investigar e interpretar o enigma da origem das populações indígenas amazônicas.

Quando em 25.03.1871 o Museu Paraense foi instalado oficialmente pelo Presidente da Província, Dr. Joaquim Machado Portela, o Dr. Francisco Castro ofereceu [como já o havia feito em 1867] vários objetos de história natural e artefatos indígenas, entre os quais salientou-se um "*sarcófago*" [como então foi chamado], isto é, igaçaba ou urna funerária, imitando a forma humana, contendo ossos. Esta curiosa urna, que chamou logo a atenção dos estudiosos, principalmente de Ferreira Penna, havia sido encontrada no Rio Maracá, nas proximidades da vila de Mazagão, exumada de um antigo cemitério indígena.

Assim, em 1872, Ferreira Penna estava efetuando as primeiras visitas em vários sítios de Marabá, extraindo daí notáveis objetos de cerâmica, cabendo a ele, pois, a primazia de ter estudado e interpretado com algumas considerações o significado da cerâmica desse povo desconhecido.

Antes porém, em meado de 1870, é que Ferreira Penna teve ocasião de mostrar os achados arqueológicos do Pacoval, em Marajó, ao geólogo americano Charles Hartt, quando aqui esteve com discípulos seus, entre os quais Orville Derby e Herbert Smith. Em outubro desse ano, Hartt enviou a Pacoval o seu aluno, W. Barnard que no retorno trouxe várias peças de cerâmicas, confirmando a existência desses sítios índios.

A contribuição de Ferreira Penna ao desenvolvimento dos estudos da arqueologia amazônica e dos levantamentos dos sítios e necrópoles indígenas então conhecidos é pioneira e informativa. Todos os que estudaram este assunto e analisaram a sua obra são unânimes em afirmar que Ferreira Penna foi sensato, honesto e escrupuloso nas informações.

Como todo pesquisador pioneiro, Ferreira Penna abriu uma tosca estrada com acertos e erros, procurando sempre acertar e por isso teve também seguidores e os que não concordaram com suas opiniões. Sobre ele escreveu Orville Derby, muito amigo seu, em 1874, em artigo publicado no jornal Diário do Grão Pará, de 10 de janeiro, sobre a "*Ilha de Marajó*":

> Em 1870, no Pará, um distinto brasileiro, o Dr. Ferreira Penna, chamou para aquelas preciosidades [Pacoval] a atenção do Professor C. F. Hartt, quando este ali se achava na exploração geológica do vale do Amazonas.

De lá para cá, todos quantos vêm estudando a arqueologia do vale amazônico desde C. Hartt, J. Steere, O. Derby, Barbosa Rodrigues, H. Smith, Ladislau Neto, S. Linné, C. Nimuendajú, Carlos Estêvão, Heloisa Torres, H. Palmatary, o casal B. Meggers e C. Evans, P. Hilbert e, mais recentemente, Mário F. Simões, do Museu Paraense, prestaram a devida consideração aos trabalhos de Ferreira Penna, pois os seus estudos têm sido um guia inestimável. Nesse campo poderia Ferreira Penna ter produzido muito mais, se inúmeros fatores adversos não tivessem tolhido sua atividade física e mental. Quanto à saúde, ela lhe atrapalhou bastante o trabalho.

Era de compleição frágil, mais apropriada a trabalhos de gabinete sem esforço físico, do que a viagens longas, penosas e estafantes, que lhe desgastavam ainda mais a pouca saúde que tinha. Vivia sempre recolhido ao lar, doente, ora com febres, ora com cansaço e outros tormentos. Por outro lado, mais não fez porque Ferreira Penna não teve a sua disposição facilidades governamentais, exceto algumas poucas vezes, nem dinheiro suficiente para trabalhos desse tipo, nem ajudantes.

Muitas vezes, como ele mesmo o afirma, teve de tirar do seu bolso algum dinheiro, do pouco que ganhava, para poder efetuar serviços de escavação em sítios arqueológicos que ele considerava de capital importância. Assim o fez várias vezes em Pacoval, Maracá, Miracanguera, litoral de Salinas e Pirabas e nas cachoeiras do Xingu. Com respeito a estas últimas, Ferreira Penna descobriu, em 1879, inscrições indígenas antigas nas rochas que margeiam aquele grande rio, próximo à grande cachoeira de Itamaracá. Dessa viagem pouco ou nada conseguiu, pois acometeu-lhe grave moléstia, impossibilitando-o por muito tempo de executar esse e outros trabalhos. Como jamais poderia executar a cópia das inscrições, Ferreira Penna procurou contratar um fotógrafo e desenhista, para lá ir fazer o serviço. Mas esse homem em 1880 pediu 800$000 [oitocentos mil réis] para executar o trabalho, o que impediu de ser feito, pois Ferreira Penna era por demais pobre e nunca poderia despender tal soma. Mas para não perder a oportunidade, dirigiu-se, em 1885, por meio de uma carta ao Presidente da Província, Dr. Tristão Araripe:

> Repugnando-me contudo a abandonar o meu intento, chamei um fâmulo que sempre me acompanhou nas minhas viagens ao interior da Província, e, dando-lhe instruções práticas sobre o modo de obter um molde da inscrição, dei-lhe os materiais necessários e despachei-o para o Xingu em 18 de dezembro, confiando muito somente na sua inteligência natural, visto faltar-lhe toda sorte de instrução excetuando a primária e essa mesma rudimentar. Regressou, trazendo-me não o molde [de que apenas obteve dois fragmentos ou estampas em folhas de papel] mas uma cópia da pintura, declarando-me que, por estar o sítio já invadido pelas águas das cachoeiras, e não ser o papel de boa qualidade, não lhe foi possível apanhar senão a pintura e aquelas três folhas do molde, mas estampadas.

Este resultado mandou Ferreira Penna ao Dr. Ladislau Neto, Diretor do Museu Nacional, solicitando-lhe que mandasse um homem hábil às cachoeiras de Itamaracá colher por inteiro as inscrições. O homem veio, mas quando lá chegou nada conseguiu obter em virtude da enchente do rio. Justamente em 1885, vem novamente Ferreira Penna pedir ao Presidente da Província que:

> mandasse com urgência às cachoeiras do Xingu um artista capaz de desempenhar tão importante trabalho, ficando o molde depositado no Museu Paraense a quem deve pertencer, se V. Exa. assim o entender, e onde poderá facilmente ser examinado, estudado e mesmo recopiado por alguns homens estudiosos e americanistas nacionais e estrangeiros.

Esta solicitação de Ferreira Penna não foi atendida em tempo oportuno, nem pelo Dr. Tristão Araripe, por ter logo deixado a administração da Província, nem pelos que o sucederam. Apesar da idade e há muito combalido, o velho naturalista ainda se preocupava com questões científicas de relevante importância, e angustiava-se por não ser mais fisicamente capaz de realizar os duros trabalhos de campo. E, como é fácil de observar, o Museu Paraense estava sempre em suas cogitações como instituto de pesquisa e repositório dos objetos preciosos que se encontrassem no interior do Pará. Infelizmente os seus contemporâneos não estavam à altura de entender esta maneira de ver os assuntos verdadeiramente científicos.

Além dos conhecimentos de Geografia, Geologia e Arqueologia, tinha também Ferreira Penna alguns sobre Botânica e Zoologia. Parece-nos que mais daquela que desta. Com respeito à Botânica, ele deu mostras de que conhecia as plantas, referindo-se a elas correntemente em todos os seus trabalhos de reconhecimentos geográficos, já citados.

Ele identificava especialmente todas as árvores, plantas e arbustos conhecidos da flora amazônica. José Veríssimo, na biografia, assevera essa particularidade de Ferreira Penna. No entanto, achamos curioso que no Museu Paraense do tempo da Província pouco interesse foi dado aos representantes florísticos. Foi mesmo muito pobre ou quase inexistente.

Quanto à Zoologia, as noções que dela tinha eram bem mais modestas, mas temos certeza de que ele sabia até certo ponto identificar algumas espécies da nossa fauna e não foi insensível à estupenda riqueza das espécies amazônicas. Fazemos notar que ele tinha bom conhecimento da malacologia, e naturalmente a isso chegou levado pela necessidade de estudar os sambaquis do Pará.

Como é sabido, Ferreira Penna foi também o primeiro a estudar e esclarecer o significado e a existência desses numerosos montes de conchas deixados por índios extintos. Como etnógrafo e linguista salientou-se também Ferreira Penna, deixando em todos os seus trabalhos inúmeras observações sobre várias tribos indígenas com que teve oportunidade de conviver.

E sobre os índios tinha uma opinião formada, na qual abordava o tema difícil de sua origem e expansão, condição tribal e o complexo assunto da catequese sob o ponto de vista histórico e as relações amistosas ou inamistosas com a nossa civilização.

Com o vocabulário da Língua dos Aruans, Ferreira Penna obteve grande sucesso, pois com ele foi possível formar uma melhor ideia a respeito da origem da língua desses povos que habitaram a Amazônia em migrações sucessivas, vindos da América Central, Antilhas e Andes.

Durante quase 20 anos, Ferreira Penna dedicou-se a explorar e investigar o interior da Amazônia, especialmente do Pará, ora sob o aspecto geográfico e geológico, ora com vistas à Arqueologia e Etnografia. Muitas dessas viagens foram bem fixadas, anotadas, contudo outras não estão bem definidas.

Há algumas que foram feitas e sobre as quais não temos ideia alguma. José Veríssimo pouco esclarece a esse respeito, mas é bem possível que Ferreira Penna tivesse, ao morrer, deixado algumas referências sobre as viagens que efetuou. Como naturalista viajante do Museu Nacional, ele realizou muitas explorações e naturalmente sobre o resultado delas tinha de dar conhecimento ao Diretor daquela instituição. Ele o fazia por cartas ou relatórios e por isso esses documentos estão conservados nos Arquivos daquele Museu. [...]

Por fim, a 06.01.1888, Domingos Soares Ferreira Penna deixava de existir, esquecido dos paraenses. Durante 30 anos ele emprestara todo o seu trabalho e o seu saber ao engrandecimento desta terra. Poucos homens nascidos no Pará contribuíram tanto para o seu progresso e desenvolvimento quanto o sábio e modesto mineiro. Por isso José Veríssimo, na biografia do velho naturalista, bem no final exclama aflito:

> Onde param os restos de Ferreira Penna? Repousam ainda na cova em que foram enterrados, ou terá a Misericórdia resgatado aos ossos do honrado e laborioso funcionário, do dedicado e provecto estudioso das coisas paraenses, uns mesquinhos palmos de terra? Ignoramos.

Nessa época, José Veríssimo, no Rio de Janeiro, para onde se transladara, desde 1891, não mais teve conhecimento do que havia ocorrido com os restos do inditoso cientista.

Daí aquela sua exclamação de dúvida e apelo. Onde foram parar os ossos de Ferreira Penna? O que ele chamava de "*Misericórdia*" se referia à Santa Casa de Misericórdia que superintendia os cemitérios de Belém. Temos quase certeza de que José Veríssimo sabia por intuição o que ocorreria aos restos mortais do seu velho amigo. Ferreira Penna foi sepultado em cova simples, quase como um indigente, na sepultura n° 9.686 do Cemitério de S. Izabel, dentro da antiga quadra que se localizava bem próximo ao portão principal. Os seus ossos foram, depois de sete anos, retirados da sepultura referida e jogados anonimamente na vala comum, a primeira que foi aberta no mencionado cemitério. A exumação ocorreu, em 1894, exatamente no ano que coincidia com a reforma do Museu Paraense, levada a cabo pelo Governador Lauro Sodré e Emílio Augusto Goeldi.

Quanto ao apelo que José Veríssimo fez na mesma biografia, pedindo um modesto monumento ao esquecido cientista, foi atendido alguns anos mais tarde, pelo então Governador Augusto Montenegro. Agora vem à baila, tangida pela sequência do assunto, uma questão que tem causado admiração a tanta gente. Por que o Museu ostenta o nome de Emílio Goeldi e não o de Ferreira Penna, que foi o idealizador e fundador do mesmo? Como já é do conhecimento, o Museu foi idealizado e instalado com o nome de Museu Paraense e assim permaneceu até 1900, a despeito das duas importantes reformas por que passou, a primeira em 1891 e a segunda em 1894, sob a direção de Emílio Goeldi. A reforma que este naturalista imprimiu ao Museu foi de tal forma radical que, dentro de seis anos, a fama de suas pesquisas, suas exposições, seus boletins técnicos e seu parque zoobotânico correu mundo. Não se discute aqui o impulso e o trabalho de Emílio Goeldi como cientista.

Durante o período monárquico, nem Ferreira Penna, nem os diretores que lhe sucederam tiveram qualquer verba suficiente para melhorar o Museu, nem sonharam com as quantias que teve Goeldi a sua disposição em 1894, maior ainda em 1895 e nos anos seguintes. Lauro Sodré Como Emílio Goeldi e depois Paes de Carvalho gabavam-se da criação nova do Museu Paraense, pois, como diversas vezes disseram, o antigo Museu nada representava por não ter nunca servido às suas finalidades. De fato, o Museu do tempo do Império e dos primeiros anos da República não alcançou o que dele se esperava porque foi desprezado, incompreendido e relegado a plano de uma inútil repartição pelas autoridades e administradores daquela época. É tempo, contudo, de fazemos justiça ao passado do velho Museu Paraense e à memória de Ferreira Penna e a todos aqueles que o coadjuvaram para sua criação e instalação. Lauro Sodré, Emílio Goeldi e Paes de Carvalho esqueceram-se de que, em 1894, o Museu já existia, funcionando desempenhando suas finalidades, bem ou mal. Existia, desde 1866!

O Governador Lauro Sodré resolveu transformar o velho Museu Paraense, chamando para executar tal serviço o cientista Emílio Goeldi, de nacionalidade suíça e havia nove anos radicado no Rio de Janeiro, e o fez por quê? Porque em Belém já estava funcionando aquele Museu, sem poder executar seus objetivos devido a fatores contrários.

Ora, se o Museu Paraense não existisse, supomos que Emílio Goeldi não viria ao Pará criar um, nem teria o que reformar! Só o fato de existir alguma coisa palpável, funcionando bem ou mal, mas com uma finalidade, foi decisiva motivação para realizações maiores, com horizontes mais amplos. Infelizmente olvidaram tudo isso.

E era natural. A República queria esquecer o passado, mas um dia essa República nova também seria velha e banida a toque de revolução e substituída por outras Repúblicas, sucessivamente até os dias de hoje. Esqueceram-se das lições da História para se empolgarem, apenas, com o presente. Na mensagem ao Congresso Legislativo do Estado em 07.09.1920, o Governador Lauro Sodré, quando governava o Pará pela segunda vez, escreveu:

> Houve dantes aqui alguma coisa a que se deu a denominação de Museu Paraense. Cabia dentro de uma sala. Sabendo embora que era o resultado da boa vontade e dos patrióticos esforços de brasileiros muito interessados pelo progresso da antiga Província do Império, em nada depreciei essa instituição quando dela falei em 1893.

Na realidade, o Museu, de 1893 ou 1894, não era uma "*coisa com a denominação de Museu Paraense*" dos tempos do Império, pois em 1891, o Governo republicano efetuara nele radical transformação, embora não a tendo levado a sério. Parece que Lauro Sodré foi mais tarde censurado pela maneira com que se referiu ao Museu, negligenciando os esforços e o patriotismo de Ferreira Penna e de outros ilustres paraenses que ao mesmo se ligaram.

Depois de três décadas com a denominação que lhe atribuíram os seus fundadores, em 1901, deixaria de ser Museu Paraense para tornar-se Museu Goeldi. O Governador José Paes de Carvalho, entusiasmado com a obra magnífica executada por Emílio Goeldi, na total restauração do Museu e, por outro lado, cheio de contentamento pela valiosa e decisiva contribuição daquele cientista em defesa dos direitos do Brasil no caso do Contestado do Amapá contra a França, não titubeou em mudar o nome tradicional da instituição, homenageando-o com a denominação de Museu Goeldi.

O próprio Goeldi não queria aceitar tão grande benevolência do Governo, mas acabou se conformando e então o Governador baixou o Decreto n° 933 de 21.12.1900, estabelecendo aquela denominação. Ainda que a homenagem e o preito de gratidão do Estado do Pará fossem perfeitamente justos, parece que não agradou aos espíritos mais sensíveis da época, porque acima de tudo obliterava a memória do sábio Ferreira Penna, que não ficava a dever, como brasileiro, ao pesquisador estrangeiro que foi Emílio Goeldi.

Grande injustiça acabava de ser cometida contra Ferreira Penna, o que levou o Dr. Augusto Montenegro, como Governador, algum tempo depois a tomar a resolução patriótica de homenagear aquele grande conhecedor da Amazônia. Em 1902, esse Governador tomou a decisão de mandar erigir, no parque botânico do Museu, um monumento com o busto de Ferreira Penna, projeto do qual se encarregou o Dr. Emílio Goeldi, que se mostrou regozijado pela justa decisão.

É preciso que se note um fato importante a respeito de Goeldi. Geralmente era muito parcimonioso em elogios, mas tinha grande admiração e respeito pelos trabalhos e valor de Ferreira Penna e nunca poupou-lhes encômios, aliás combatendo vivamente o esquecimento em que jazia. No Rio de Janeiro, José Veríssimo foi incumbido de promover a confecção do pedestal, em granito carioca, e o busto em bronze foi esculpido pelo renomado artista chileno-brasileiro Rodolpho Bernardelli. Aquele escritor, ao concluir a biografia de Ferreira Penna em 1894, apelava para que o Governo erigisse um modesto monumento ao esquecido cientista:

> ou sobre sua cova ou onde melhor caiba tão justa e devida homenagem.

Foi ele, afinal atendido e, por força do destino, também o encarregado, de tão nobre concretização. A obra demorou bastante tempo, mas, finalmente, o monumento foi inaugurado pelo Governador Augusto Montenegro, o Intendente de Belém, Antônio José de Lemos e o então Diretor do Museu, Dr. Jacques Huber, no dia 22.06.1908. Depois de 20 anos de sua morte, o Estado do Pará pagava, modesta mas significativamente, a dívida para com Ferreira Penna. Emílio Goeldi, que tanto o admirava, já não estava presente, pois, em 22.03.1907, resignara o cargo de Diretor do Museu, que vinha exercendo desde 1894, viajando de vez para a Suíça, sua terra natal. O monumento inaugurado compõe-se de três peças trabalhadas em rochas diferentes, encimado busto do notável amazonólogo. A peça em mármore assenta no solo como base; é um quadrado com 2,05 m de lado e cerca de 0,26 m de altura. Sobre esta repousa um grande bloco de granito, trabalhado, com as arestas arredondadas, medindo de cada lado 1,60 m com 0,50 m de altura. Assentado neste, ergue-se o longo pedestal de granito trabalhado, em forma de obelisco equilátero; mede na base 0,85 m de cada lado, de altura 1,67 m e no ápice, em cone truncado, 0,35 m. Sobre ele se ajusta perfeitamente o busto de Ferreira Penna, em bronze, um pouco maior que o tamanho natural. O monumento mede 2,36 m de altura, sem o busto. Esculpidas nas quatro faces do pedestal encontram-se as seguintes legendas:

> Face frontal – D. S. FERREIRA PENNA (1818-1888), INICIADOR DA IDEIA DO MUSEU PARAENSE;
>
> Face direita – GEOGRAPHO E ETHNOGRAPHO;
>
> Face esquerda – MANDADO ERIGIR PELO GOVERNADOR MONTENEGRO 1907;
>
> Face posterior – FILHO DA TERRA MINEIRA, CONHECEDOR PROFUNDO DA NATUREZA AMAZÔNICA, ONDE VIVEU E MORREU.

Segundo relata o Dr. Jacques Huber em “*Relatório dirigido ao Governo em 1908*”, a figura em bronze esculpida pelo grande artista Rodolpho Bernadelli:

> apresenta com flagrante verdade os traços fisionômicos do fundador do Museu Paraense.

Assim testemunharam várias pessoas vivas e que conheceram ou trataram mais de perto com Ferreira Penna; entre essas, encontravam-se assistindo à inauguração o Dr. Jonas Montenegro, seu amigo particular, o Coronel Ciríaco Alves da Cunha, aluno do mestre, Virgílio Melo e outros.

Na inesquecível e brilhante inauguração, o Dr. Jacques Huber, compenetrado da significação do ato, pronunciou uma pequena alocução, da qual extraímos o seguinte trecho, citado no Boletim do Museu Paraense, volume 6, 1910, publicado junto ao Relatório acima:

> Não se trata aqui de celebrar a memória de um grande guerreiro ou estadista eminente ou de um príncipe da Igreja, mas sim de um homem que, vivendo em condições modestas, fez do estudo da Geografia e da História da sua pátria adotiva a sua ocupação predileta, conseguindo pela dedicação e amor ao trabalho ser um mestre universalmente reconhecido nestas matérias.
>
> E bem que os seus belos trabalhos infelizmente não sejam acessíveis a todos, sendo mesmo alguns deles dificílimos de se obter e por isso quase olvidados, o seu nome será de hoje em diante conhecido e repetido por todos que hão de visitar o nossa Museu, não só pelos milhares de habitantes da capital que, semana por semana, afluem a este estabelecimento científico mas também pelas centenas de nacionais e estrangeiros que, de passagem pelo Pará, recebem aqui as primeiras impressões do que é a natureza amazônica.

> Todos eles aprenderão que os estudos pátrios já tiveram aqui um cultor sagacíssimo, e oxalá que um ou outro deles se anime de seguir tão nobre exemplo. Conhecer o seu próprio país deve ser a primeira preocupação dos que têm a sede da instrução, e uma das mais belas manifestações do patriotismo consiste, indubitavelmente, no estudo da natureza e da história da própria Pátria. Ferreira Penna com certeza tinha plena consciência disto quando ele, com os seus dignos consócios da Associação Filomática, tratou de fundar o Museu Paraense de História Natural e Etnografia.
>
> A sábia restrição dos fins do Museu, assinalando-lhe em primeiro lugar o papel de um Museu regional, embora abrangendo uma região vastíssima, já existia no pensamento de Ferreira Penna, constituindo desde o renascimento do Museu sob a égide do meu ilustre predecessor, cujo nome para sempre lhe fica aliado, um dos mais fortes esteios do edifício que se elevou sobre os alicerces lançados pelo inolvidável investigador das coisas paraenses.

De 1901 até 1931, portanto, 30 anos, o Museu permaneceu com a denominação que lhe dera Paes de Carvalho. O tempo passara, os ânimos amainaram e o natural regionalismo acabou amortecido. Mas, em 1925, o Diretor do Museu Dr. Ó de Almeida, em Relatório ao Governador, sugeria que ao:

> Museu deverá ser restituída sua antiga denominação de Museu Paraense, homenageando-se as memórias de Emílio Goeldi e Jacques Huber erigindo-lhes ermas no Parque do mesmo.

Em 1930, a revolução sacudiu todo o Brasil e alijou os conspurcados ideais da velha República, nascida em 1889. Um violento e inflamado patriotismo tomou conta das massas e dos líderes. O nacionalismo foi a tônica reinante, acompanhado de uma camuflada xenofobia.

O Pará congregou-se ao conjunto da nação, moldado dentro das ideias revolucionárias. Foi nomeado para Interventor Federal o Major Joaquim Magalhães Barata, paraense jovem e cheio de amor à terra e boa vontade para desenvolver honesto e sincero trabalho pelo seu progresso. Com entranhado nacionalismo regionalista, o Major Barata teve desde o início de seu Governo o Museu na mira.

Pelo Decreto n° 525, de 03.11.1931, resolveu fazer voltar a tradicional denominação de Museu Paraense, mas considerando que o nome de Goeldi era justa homenagem do Estado ao grande cientista, esta instituição passaria de então em diante a denominar-se Museu Paraense Emílio Goeldi. E assim mais uma dívida de gratidão estava sendo saldada para com Ferreira Penna.

Embora o Museu Paraense não ostente o seu nome, convém lembrar que aquela denominação foi ele quem criou e, portanto, a sua presença continua assim bem viva. Por outro lado o nome de Emílio Goeldi permanece para lembrar a todas as gerações o inquestionável restaurador do Museu Paraense.

Em 1966, comemorou-se solene e brilhantemente o centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi, prestando-se, cumulativamente, justa homenagem a Domingos Ferreira Penna e à instituição que lhe deve o nome e a criação. Nesse ano do centenário, dois importantes acontecimentos tiveram grande repercussão nacional e internacional, sob o direto patrocínio das autoridades da República, do Estado e de numerosas instituições científicas de vários países estrangeiros. O primeiro acontecimento foi a realização do "*Simpósio sobre a Biota Amazônica*", ocorrido de 06 a 11 de junho. Foi organizado pela Associação de Biologia Tropical, com a colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e

inúmeras instituições científicas e entidades estatais e paraestatais, tendo o Dr. José Cândido de Melo Carvalho, zoólogo do Museu Nacional e homem de cultura, como Presidente Executivo. O Simpósio homenageava especialmente o Museu Paraense Emílio Goeldi no seu centenário, ao qual se emprestou caráter internacional.

O Simpósio, que na realidade foi um congresso de cientistas, apresentou uma frequência de 611 pessoas. Inscreveram-se 16 países, representados por 97 instituições, além da presença de quase todos os Estados do Brasil. Apresentaram trabalhos científicos 256 pesquisadores, dos quais se ouviram 22 conferências. Mais tarde, em 1967, foram editadas as Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, sob o patrocínio do então Conselho Nacional de Pesquisas. Nelas estão incluídos, em sete volumes, 198 trabalhos originais de cientistas nacionais e estrangeiros. Cada volume corresponde a uma das seções do Simpósio: Geociências, Antropologia, Limnologia, Botânica, Zoologia, Patologia e Conservação da Natureza e Recursos Naturais.

O "*Simpósio sobre a Biota Amazônica*" foi a maior consagração prestada pelo Brasil e por algumas nações a uma instituição de pesquisa nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi, e à memória de um homem, Domingos Ferreira Penna. Por outro lado, foi, principalmente, a maior contribuição conjunta da Ciência, para o melhor conhecimento da Amazônia.

O segundo importante acontecimento do ano do centenário foram as solenidades levadas a efeito no dia 6 de outubro, data da criação da Associação Filomática· em 1866, como núcleo do Museu Paraense.

Nesse dia, o Correio Nacional lançou, no salão da biblioteca do Museu, um selo comemorativo do centenário, no qual estava representada uma peça de cerâmica característica dos extintos índios de Santarém [Tapajós]. Domingos Soares Ferreira Penna tinha grande e sincera estima pelo Museu, e ninguém tem dúvidas sobre isso, em face do que ele escreveu em 1872, no folheto "*Correspondência Oficial entre o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-encarregado do Museu Paraense*":

> Sempre procurei servir ao Museu pelo qual farei tudo quanto estiver ao meu alcance, fazendo os mais ardentes votos para que a ilustrada Assembleia Legislativa Provincial do Pará continue a ter sob seu patrocínio esse Instituto Científico de que tantos e tão fecundos resultados hão de colher a Província, o mundo industrial, as ciências, a civilização e essa juventude esperançosa que ora desperta no horizonte do nosso País. (DA CUNHA)

João Barbosa Rodrigues

O Diretor do Museu Paulista, Dr. Hermann Von Ihering, no Volume VIII da Revista do Museu Paulista, de março de 1910, faz uma homenagem ao controvertido sábio João Barbosa Rodrigues:

Os sentimentos, que me levam a prestar esta modesta homenagem à memória do eminente sábio há pouco falecido, não são só os do admirador e do amigo, mas antes de tudo os do naturalista que conhece as dificuldades que se opõem a grandes empreendimentos e que sabe avaliar o imenso trabalho, documentado pelas numerosas e valiosas publicações do pranteado biólogo.

Infelizmente o culto das ciências naturais ainda está em fase atrasada e infantil no Brasil, onde em geral se deseja ver resultados práticos dos estudos científicos, isto é sua utilidade imediata. E foi sob o peso destas circunstâncias que sofreram o diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o estabelecimento que ele dirigiu.

Quanto mais raros forem, numa época de compilações e retórica, os investigadores que, incessantemente, enriquecem a ciência por trabalhos sérios, tanto mais numerosos são os adversários e inimigos mesquinhos, que se erguem contra tais figuras proeminentes, para salientar-lhes os defeitos e avançar conclusões atrevidas, procurando sombrear-lhes os méritos incontestáveis. Barbosa Rodrigues lutou desde o começo de sua carreira de naturalista contra esta dificuldade.

A sua valiosa monografia das orquídeas por este motivo nunca foi publicada, e, provavelmente, o mesmo teria acontecido com o "*Sertum Palmarum*" sem a intervenção do meu saudoso amigo Dr. A. G. de Miranda Azevedo, que no Congresso Nacional propôs e conseguiu a impressão desta obra. É o fim principal desta biografia pôr em evidência o valor real dos trabalhos botânicos do autor do "*Sertum Palmarum*".

João Barbosa Rodrigues nasceu no Estado de Minas Gerais, onde seu pai era comerciante. Em 1869 terminou o seu curso de letras e formou-se pela antiga Escola Central de Engenharia. Naquele tempo publicou várias poesias e um volume em prosa intitulado "*Veladas Noturnas*". Daí por diante dedicou-se a trabalhos científicos, cujos méritos foram amplamente reconhecidos na Europa, onde Barbosa Rodrigues mantinha relações com numerosos sábios e com as maiores sociedades científicas.

Nesta época desempenhou o cargo de secretário do antigo Instituto Comercial e o de secretário e professor de desenho do Colégio D. Pedro II. Em 1871 foi encarregado pelo Governo de explorar o vale do Amazonas. Nessa comissão se demorou 3 anos e meio e teve ensejo de explorar os Rios Capim, Tapajós, Trombetas, Jamundá, Urubu e Jatapu, sobre os quais publicou 5 relatórios importantes, cujas edições foram esgotadas em poucos meses.

Em 1878, ocupou-se com o estudo de Curare, sobre o qual fez uma bela conferência em presença de S. M. D. Pedro II. Em Junho de 1883, foi nomeado diretor do Museu Botânico do Amazonas, com sede em Manaus, e aí dedicou-se o naturalista a estudos sobre etimologia e botânica do Estado do Amazonas, publicando os resultados de suas investigações no periódico "*Velosia*".

Em 25 de Março de 1890, recebeu a nomeação de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que com grande brilho ocupou até a sua morte, em 06.03.1909.

Era casado em matrimônio feliz com a Exmª Sra. D. Constança, que o acompanhou em muitas das suas viagens, cheias de perigos e de privações. No Congresso Latino-Americano de Montevidéu esta sua digna consorte foi distinguida com significativa homenagem, e o seu marido, no segundo volume do "*Sertum Palmarum*" a pg. 35, publicou o retrato dela, exprimindo-se do modo seguinte por ocasião de lhe dedicar uma espécie nova, Bactris constancioe:

> Le nom de l'espèce rappelera le courage, l'amour des découvertes scientifiques et l'héroisme dont elle a donné tant d'épreuves, notament le 2 octobre 1873 lorsque notre piroque coula á fond dans la rivière Yatapú, entraînée par le tourbillon de la grande chute d'eau nommé Udidy et dans d'autres

> circonstances, lorsque pendant la nuit nous fûmes attaqués par un tigre dans la forêt ou nous avions nos hamacs près de la Corredeira Picapó, sur les rives de la même rivière.

Barbosa Rodrigues residia com sua família no parque particular do Jardim Botânico e ao morrer deixou 13 filhos e 22 netos. Entre os filhos varões conta-se o Sr. J. Barbosa Rodrigues Filho, seu ajudante no Jardim.

Com Barbosa Rodrigues desapareceu o último representante da plêiade de excelentes botânicos do Rio de Janeiro, que por meio de numerosas publicações e coleções contribuíram para o conhecimento da flora do Brasil. Refiro-me a Schwacke, Glaziou, E. Ule e Dusen; vive ainda lá o eminente mestre Theodor Peckolt, cujas numerosas publicações versam particularmente sobre o exame químico e farmacológico das plantas medicinais do Brasil. Retiraram-se do Brasil Ule e Dusen e morreram Fritz Mueller, Glaziou e Barbosa Rodrigues. A situação da Capital Federal [Rio de Janeiro] que, com relação ao estudo da flora do país era tão vantajosa em tempos há pouco passados, atualmente não se apresenta de modo algum lisonjeira.

Foi muito notado e criticado que, no enterro do grande brasileiro, o Governo da Republica não se fez representar e pior ainda foi a injustiça da última mensagem do Presidente da República, Dr. Afonso Penna onde, ao tratar do Jardim Botânico, nem mencionou a morte do único diretor competente daquele estabelecimento, criticando ainda injustamente a sua obra e prometendo fazer uma reforma, pela qual o Jardim devia entrar em outra fase de maior utilidade prática. Deste assunto queremos ocupar-nos mais minuciosamente.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro não é e nunca foi o que sob esta denominação se compreende em outros países. É, entretanto, um dos mais notáveis parques do mundo, com um grande número de belos exemplares de plantas raras e esplêndidas e, sob este ponto de vista, não há outro igual na América Meridional. As belezas deste jardim são tão encantadoras que Barbosa Rodrigues [n° 25, p. XXXII], tinha razão quando declarou que uma modificação completa do jardim devia ser considerada como um ato de "*vandalismo*".

Não há regras gerais para os traçados dos jardins botânicos, mas há 2 pontos de vista principais para sua organização: a disposição sistemática, isto é a reunião das plantas segundo as suas afinidades naturais e a distribuição geográfica dos vegetais. Em grandes jardins estes dois pontos de vista são ambos decisivos para a confecção da planta do jardim, mas o sistema moderno antes de tudo quer apresentar ao visitante as diferentes formas de vegetação no seu conjunto natural. Isto, com relação ao Brasil, significaria a representação de campos e serrados, de capoeira, caatinga, pinhais, ervais, etc. e das diversas formas das matas.

Parece-me que a parte do Jardim do Rio de Janeiro que fica situada na planície, não tem a necessária extensão e devia ser aumentada pela aquisição de terrenos anexos. Talvez deste modo ainda fosse possível corrigir em parte os defeitos orgânicos do jardim, e, se isto não for possível, ao menos devem ser reunidos, quanto mais possível nos mesmos canteiros, os diversos membros da mesma família.

É segundo estes princípios que organizei o pequeno parque botânico do Museu Paulista e já consegui ter boa representação de muitas famílias.

Assim já me foi possível reunir nada menos de 16 espécies de samambaias arborescentes, todas do Estado de S. Paulo e estou completando agora a coleção de palmeiras. Já se vê em certos lugares, uma ao lado da outra, as diversas espécies de Latana ou de Tibouchina e outras Melastomaceas, bem como Cactaceas, Gramíneas, Bromeliaceas, etc.

É admirável o modo como as diferentes floras da Europa e da Ásia estão representadas no novo Jardim Botânico de Berlim. Também no Jardim de Buenos Aires organizou-se a representação especial dos vegetais das diversas Províncias do País. O que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro será sob outras direções, o futuro nos mostrará.

O merecimento de Barbosa Rodrigues está em ter acabado com o sistema antigo, que fazia do Jardim um parque de recreio e de "*pic-nics*", com a "*desordem que a arte estabeleceu para imitar a natureza*", e de ter aumentado e classificado as plantas e, se assim mesmo o estabelecimento não chegou ainda à perfeição por ele mesmo desejada, a culpa disto estava antes de tudo na escassez dos meios.

Em todo caso este célebre Jardim Botânico deverá ser conservado perfeitamente no mesmo caráter segundo o qual estão organizados os estabelecimentos congêneres em outros países. Jardins de caráter científico os há de diversas qualidades, e, além do Jardim Botânico destinado ao estudo científico e à representação sistemática dos vegetais de uma ou de diversas regiões do globo, há hortos de pomicultura, arboricultura, de aclimação, campos de experiência para a agricultura, etc.; mas somente raras vezes, e por motivos especialíssimos, estas diversas funções podem ser combinadas no mesmo Jardim.

Se a mensagem presidencial se queixou do caráter improdutivo do Jardim Botânico da Capital Federal, querendo por isto atribuir-lhe as funções de um campo de experiências de um Instituto Agronômico, manifesta-se nesta ideia o desconhecimento completo dos fins verdadeiros dos Jardins Botânicos.

Para campos de experiências de agricultura não faltam terrenos mais apropriados e mais extensos fora da Capital Federal e nos Estados da República; mas no interesse da ciência é para desejar que o "*vandalismo*" projetado pela referida mensagem, como o falecido sábio chamaria esta prometida reforma, não seja executado e que a mão competente de um naturalista acentue sucessivamente cada vez mais o caráter científico do belo jardim, que é um dos pontos de atração mais notáveis da bela Capital Federal do Brasil.

Barbosa Rodrigues é sem dúvida a figura mais proeminente entre os naturalistas que nasceram no Brasil. Comparável ao seu grande colega Martius, ele ocupou-se com igual sucesso da botânica, da etnografia e da arqueologia do País. Nestes ramos de ciência Barbosa Rodrigues tem verdadeiros e grandes merecimentos, que em nada perdem pelo diletantismo com que tratou de vários problemas dos mais difíceis, para os quais não tinha a mesma competência. Os seus trabalhos botânicos B. Rodrigues começou com estudos sobre as orquídeas do País. Naturalista entusiasmado, viajante intrépido e artista aperfeiçoado, conseguiu reunir imensos materiais desta família de parasitas tão características do Brasil. A sua grande obra "*Iconographie des Orchidées du Brésil*" nunca foi publicada, o que é muito para lastimar. Muitas centenas de orquídeas aí são descritas como espécies novas e vem figuradas em mais de mil estampas.

Se de fato o imperador D. Pedro II tivesse sido o protetor das ciências, com o qual gostava ser considerado particularmente na Europa, ele não teria deixado de cuidar da impressão desta obra monumental. Mas, não obstante as suas repetidas viagens à Europa e o seu interesse pela literatura e pelos estudos científicos, D. Pedro II não se elevou acima do nível da civilização no meio da qual vivia. Certamente lhe teria sido fácil chamar ao País ilustres cientistas europeus e fundar com eles uma universidade no Rio de Janeiro. Não falta à mocidade nacional talento e vontade de aprender e de dedicar-se a estudos sérios, mas o sistema de concursos e de proteção oficial inutiliza as melhores intenções dos legisladores. Uma vítima de tais circunstâncias lastimáveis foi Barbosa Rodrigues. Concordo perfeitamente com meu amigo Dr. Orville A. Derby que algum dia me disse:

> Se este Barbosa Rodrigues tivesse tido a sorte de gozar de uma instrução científica superior de universidade, hoje seria um dos naturalistas mais notáveis do mundo.

A um talento desta ordem o Imperador devia ter facultado todos os meios para desenvolver-se; mas aconteceu justamente o contrário. Fizeram crer ao Monarca que as novas descobertas do jovem naturalista brasileiro não passavam de fantasias e esta opinião, quanto às orquídeas, se conservou no Brasil até que o monógrafo desta família, que colaborou na monumental obra da "*Flora Brasiliensis*", A. Cogniaux reconheceu bem fundada a maior parte destas espécies. Segundo esse autor o número de espécies de orquídeas brasileiras importa em 1795 e, de entre estas, 538 foram descritas e figuradas por Barbosa Rodrigues, o que quer dizer que quase a terça parte de todas as orquídeas do Brasil foi descoberta e determinada por Barbosa Rodrigues.

Cogniaux, na "*Flora Brasiliensis*" reconheceu os méritos de Barbosa Rodrigues, que lhe confiara todas as suas estampas e descrições até então não publicadas, dizendo a propósito o grande naturalista belga que ao autor das mesmas pertencem "*a honra bem como o perigo*" destas descrições. Claro é que tais materiais, consistindo apenas em descrições e figuras, não podem substituir exemplares autênticos de herbários, mas deve-se tomar em consideração as dificuldades com as quais o naturalista lutou nas suas expedições à Amazônia e ao sertão do Brasil.

Mais tarde Barbosa Rodrigues ocupou-se de preferência com as nossas palmeiras e, como resultado destes estudos, temos, além de grande número de valiosas monografias, a obra admirável "*Sertum Palmarum brasiliensium*", 2 volumes, ricamente ilustrados e publicados à custa do Governo Federal.

É esta uma obra indispensável para o estudo das palmeiras brasileiras. Em dois grossos volumes o autor trata de todas as espécies de palmeiras do Brasil, cujo número total é de 382, sem contar as variedades e das quais 166 [isto é quase a metade] foram descobertas por B. Rodrigues. Deve-se tomar em consideração, ainda, que muitas destas espécies novas crescem em regiões longínquas e pouco accessíveis e que as 174 estampas magníficas foram todas aquareladas pelo próprio autor, durante as suas viagens.

Em conversa comigo Barbosa Rodrigues mostrou-se descontente com a pouca importância, que no país se ligou à publicação desta obra monumental. Neste sentido encontra-se uma confirmação da leviandade com que se procedeu à distribuição do "*Sertum Palmarum*" na nota curiosa narrada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1908, vol. XV, n° 34, pg. 129:

> Um desses exemplares, que são vendidos a 750$000 cada um, foi dado à repartição da polícia. Essa régia oferta foi naquela repartição por tal modo mal empregada, que poucos dias depois viam-se as belas estampas pregadas nas sujas paredes do corpo da guarda!

> Pelo momento o verdadeiro valor científico desta obra não pode será julgado com todo rigor; mas quando casualmente me vi obrigado a ocupar-me no ano passado com o estudo das palmeiras do Estado de São Paulo, cheguei a apreciar mais a obra de Barbosa Rodrigues do que a monografia da "*Flora Brasilienis*", publicada por Drude. Este último monógrafo por exemplo, baseado em diversidades de somenos importância, faz da nossa palmeira comum, gerivá [Cocos romanzoffiana] uma porção de pretendidas espécies diferentes; um fato destes não é apropriado para fazer-nos considerar um trabalho como sendo de grande merecimento. Compreende-se bem que os biólogos que vivem no Brasil e particularmente especialistas da competência de Barbosa Rodrigues, não se deixam iludir por tais erros e, estudando a variação da espécie, reúnem as muitas pretendidas espécies análogas. Procurando reunir no Jardim Botânico do Museu Paulista as diversas espécies de palmeiras do Estado de São Paulo, verifiquei que esta parte da flora do nosso Estado é ainda muito incompletamente conhecida. (VON IHERING)

Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, no seu "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro – 4° volume*", reporta-nos, na biografia de João Barbosa Rodrigues, uma das muitas polêmicas em que se envolveu o controvertido naturalista, desta feita na sua obra "*Les palmiers: Observation sur la Monographie de Cette Famile dans la Flora Braziliensis*", editada no Rio de Janeiro, em 1882.

Contém a diagnose botânica de novas espécies de palmeiras pelo autor descobertas, e a contestação das que não foram aí aceitas como novas, mas como sinônimas na monografia das Palmáceas escrita pelo botânico Drude na "*Flora Brasiliensis*".

Aqui reproduzo o que escreveu por essa ocasião um dos mais conceituados de nossos publicistas:

> Expondo as suas relações pessoais com o Sr. Trail, com quem se encontrou e herborizou por vezes no Amazonas, o autor reclama ainda o direito de prioridade na descoberta de algumas palmeiras e contesta ao professor Drude os motivos em que se fundou e que o levaram a confundir algumas das espécies descobertas pelo botânico brasileiro com outros tipos, a despeito das diferenças de característicos que, agora aponta.
>
> Nas suas queixas contra a usurpação da originalidade dos seus estudos, parece o Sr. Barbosa Rodrigues ter inteira razão, e nem seria esta a primeira vez que a pouca probidade de um naturalista estrangeiro ocasionaria grave prejuízo aos créditos e à gloria de um botânico brasileiro, porquanto Freire Alemão, que foi distintíssimo cultor da botânica no Brasil, viu, muitas vezes, o resultado de seus assíduos estudos aparecerem publicados sob a paternidade de classificadores pouco escrupulosos. Todavia, para dar juízo seguro acerca dos fundamentos do protesto do Sr. Barbosa Rodrigues faltam-nos os elementos necessários, isto é, os materiais, que serviram aos dois botânicos em questão e que deveriam ser submetidos à rigoroso confronto científico.
>
> O que acreditamos é que muito mais elevado teria sido o número das suas espécies aceitas na Europa como originais, se o Sr. Barbosa Rodrigues tivesse recebido do Governo Imperial melhor acolhimento.

> Pobre, mas inteligente, estudioso e dedicado como é este botânico brasileiro, o governo poderia ter-lhe dado os recursos pecuniários que a outros tem concedido, e certamente em tal caso estaria, há muito tempo, publicada a grande monografia das nossas palmeiras, com os desenhos completos de cada espécie, ou então o auxílio do Estado teria permitido que o Sr. Barbosa Rodrigues fosse a Europa com os materiais botânicos que possui, afim de por si mesmo verificar a originalidade de seus trabalhos e contribuir para maior esplendor da "*Flora Braziliensis*". (BLAKE)

VON IHERING: Barbosa Rodrigues tratou também de assuntos cujos métodos de investigação e cuja literatura não lhe eram familiares. É assim que, procurando esclarecer a fecundação das palmeiras em sua publicação "*Les noces des palmiers*", não conseguiu o apoio dos especialistas profissionais. Com relação à conhecida controvérsia que se estabeleceu entre ele e o Dr. João B. de Lacerda sobre o curare, também temos alguma dúvida.

Claro está que estudos desta ordem só podem ser executados com completo sucesso por pessoas perfeitamente versadas em experiências de fisiologia animal. Sem ter mesmo opinião própria sobre esta questão, limito-me a chamar para ela a atenção dos leitores. Parece que há diversas qualidades de curare e que isto, em parte, explica as divergências. É singular, entretanto, que esta divergência de opiniões tenha surgido só na referida controvérsia do Rio de Janeiro e não entre os experimentadores dos laboratórios europeus. Não faltaram a Barbosa Rodrigues desgostos e polêmicas com os colegas da Capital Federal, e a mais veemente entre elas foi a que teve com Ladislau Netto e que versava sobre objetos arqueológicos da Amazônia e particularmente sobre uma preciosíssima pedra trabalhada, denominada "*o ídolo amazônico*".

O que é certo é que Ladislau Netto procurou diminuir os méritos de Barbosa Rodrigues com referência às suas descobertas arqueológicas. Assim, o assunto primitivo, do ídolo, foi prejudicado na discussão, o que, afinal, provocou censuras na literatura respectiva. Barbosa Rodrigues me deu informações minuciosas sobre esta questão e afirmou que, tendo mandado objetos arqueológicos da Amazônia ao Museu Nacional, estes ali foram indicados como provenientes do Rio Grande do Sul. Em discursos sobre o assunto, porém, ele provou a exatidão de suas afirmações, mostrando que a proveniência se achava ainda indicada a lápis nos respectivos machados polidos.

Nas suas viagens, B. Rodrigues coligiu informações minuciosas sobre as tribos de indígenas que visitou e publicou depois na sua Poranduba numerosos vocabulários. Um grande serviço prestou ao Estado do Amazonas com a catequese e aldeação dos "*chrichanãs*".

De valor especial são as suas comunicações sobre antiguidades da Amazônia. As observações de Ladislau Netto e Goeldi limitam-se aos municípios de Belém e Marajó e mais ou menos o mesmo vale com relação a Hartt; mas B. Rodrigues percorreu grande parte dos Estados do Amazonas e do Pará. Foi assim que dos artefatos zoo e antropomorfos de pedra polida, que ali se denominam "*muyrakitans*", ele reuniu exemplares dos mais valiosos. Um certo número de entre eles é de nefrite e o autor do livro "*Sobre os Muyrakitãs*" chegou à conclusão de que eles constituiriam uma prova das antigas migrações e relações culturais entre a Ásia e a América Meridional. Foi isto ao tempo em que o professor Fischer, na Alemanha, também defendia a origem asiática dos artefatos de nefrite e jadeíte, encontrados na Europa.

No correr dos últimos dois ou três decênios foi, entretanto, provado que o nefrite ocorre naturalmente em vários países da Europa e o mesmo demonstrei com relação ao Brasil, onde o nefrite é encontrado nativo em blocos brutos em Amargosa, no Estado da Bahia. Sobre este assunto compare-se o que escrevi nesta Revista, vol. VI, pag. 538. Sobre a questão do nefrite já houve polêmica entre o autor do "*Muyrakitan*", Ladislau Netto e Sílvio Romero.

Ladislau Netto era tão audacioso e diletante em assuntos de americanismo e linguística como o próprio Barbosa Rodrigues, mas a crítica de Sílvio Romero é perfeitamente justa e bem fundada; e os que ainda tratam, com a maior leviandade possível, das origens americanas, migrações pré-históricas e filiações linguísticas, deveriam estudar a "*Etnografia Brasileira*" de Sílvio Romero, em seu próprio proveito e para o da literatura.

Por minha parte, tais discussões ousadas, para não dizer ridículas, não me diminuem o apreço era que tenho as obras arqueológicas de Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues, pois que deixo de lado as teorias disparatadas e aproveito o material positivo que estes autores reuniram. Certo é que isto não pôde ser feito sem a devida crítica, e, com relação a Barbosa Rodrigues, aconteceu que ele indicou uma cabeça mumificada como tendo sido feita pelos "*Mundurucus*", quando, de fato, era do tipo dos troféus que são preparados unicamente pelos índios "*Jivarós*", do Equador.

A respeito do assunto não consegui ter resposta de B. Rodrigues e os colegas mais competentes, com os quais tive correspondência sobre o assunto, entendem que a narração de B. Rodrigues não deve ser tomada em consideração, por ser contraria às observações de todos os outros observadores. [...]

Numerosas são as contribuições de Barbosa Rodrigues para o conhecimento das línguas indígenas e, posto que nesses escritos só se tratasse de materiais autênticos por ele coligidos, é sem dúvida um grande serviço prestado á etnografia do País. A obra mais notável neste sentido é a "*Poranduba*" e o que por minha parte mais aprecio é a "*Anotação das listas de animais e plantas brasileiras publicadas por Luccock*". Neste estudo o autor procura adiantar a elucidação etimológica das palavras indígenas, ou antes da língua Guarani, e este estudo deve ser consultado por todos que se interessam pelas denominações indígenas da nossa fauna e flora.

No último trabalho publicado pelo pranteado naturalista trata ele da diminuição das águas da região do Rio de Janeiro. Se bem que sejam valiosos os dados estatísticos ali publicados, discordo completamente com o resultado principal, segundo o qual a devastação das matas não teria influência sobre a diminuição das precipitações atmosféricas.

O autor neste assunto se perde em teorias complicadas, procurando dar explicações de caráter geral, em vez de local, e expõe ideias sobre o desaparecimento da água no interior da terra, o fato de secarem os Rios da Europa etc., que nem quanto aos fatos, nem quanto às pretendidas causas podem ser aprovadas. O resultado é sempre o mesmo quando qualquer autor se perde em teorias referentes a assuntos que são alheios à sua competência. Pode-se dizer que, até certo ponto, os mais eminentes representantes da biologia na América Meridional procederam do mesmo modo. É assim que R. A. Philippi e Fritz Mueller se ocuparam não só da fauna, mas também da flora do País e Burmeister, além dos numerosos estudos sobre zoologia, paleontologia e geologia, publicou também um excelente volume sobre a climatologia da República Argentina.

Mas todos estes sábios tinham não só perfeita competência para tais trabalhos científicos, mas também possuíam vasta ilustração fora dos limites de seu campo de investigação. Não é para dar sombra ao quadro aqui esboçado do trabalho do naturalista brasileiro que fazemos estas considerações, mas apenas no interesse da verdade. Concluída uma vida tão útil, fechadas as polêmicas literárias e científicas, que não lhe faltaram nesta luta que chamamos a vida, temos o direito e a obrigação de examinar sem prevenção os resultados de tão nobres aspirações e esforços. E, aquilatando assim os merecimentos de Barbosa Rodrigues, também temos de relembrar 05 enganos a que foi levado pelas suas teorias ousadas; mas estas em nada podem alterar o grande valor de seu trabalho científico, cheio de sucessos e de novas descobertas. O falecido sábio deu novos impulsos ao estudo da flora e da arqueologia de seu País, sendo sem dúvida a figura que mais se destaca entre os naturalistas que aqui nasceram. Seus trabalhos e suas descobertas estão definitivamente incorporadas aos alicerces do edifício monumental que nos representa a exploração científica do Brasil.

São Paulo, 16 de Março de 1910. (VON IHERING)

Muhuraida – Canto Terceiro, XVI a XXI

(*Henrique João Wilkens*)

Oh, dos teus poucos anos, louco efeito!
Da confiança vil, temeridade!
Que atenção nos merece, ou que conceito.
Conselho, que envilece a tua idade?
Queres, que ao ferro, generoso peito
Entregue a paz? Ou perca a liberdade,
A doce liberdade, o valoroso
Muhura, em grilhão pesado e vergonhoso?

Já não lembra o agravo, a falsidade,
Que contra nós os brancos maquinaram?
Os autores não foram da crueldade?
Eles, que aos infelizes a ensinaram?
Debaixo de pretextos de amizade,
Levando-os para um triste cativeiro,
Sorte a mais infeliz, mal verdadeiro.

Grilhões, ferros, algemas, gargalheira,
Açoites, fomes, desamparo e morte,
Da ingratidão foi sempre a derradeira
Retribuição, que teve a nossa sorte.
Impediu, por ventura o Muhura forte?
Suas canoas vimos navegando,
Diz, fomos, por ventura, os maltratando? [...]

Que mais fazer o irmão? O amigo?
Que provas queres mais de falsidade?
São estes entre os quais buscas abrigo?
É nesta em que te fias amizade?
Ah Muhura incauto! Teme o inimigo
Que tem de falso toda a qualidade.
O que a força não pode; faz destreza,
Valor equivocando com a vileza.

Assim falando o velho se levanta;
O lento passo ao bosque encaminhando.
Mas o orador de nada já se espanta,
Pois tal oposição estava esperando:
E como nele obrava força santa
De um Deus, que o mesmo esforço ia aumentando;
Nos bárbaros infunde um tal conceito,
Que a preferência alcança com o respeito.

Muhuraida – Canto Quarto, I a XX
(Henrique João Wilkens)

Qual vento impetuoso, que arrancando
Do campo a flor; do bosque alto carvalho,
Sem resistência os leva; e abalando
Vai torres e edifícios, sem trabalho;
No trânsito violento, não deixando
De estrada indícios ou sinal de atalho;
Assim, não de outra sorte, irresistível
Força acompanha a voz, efeito incrível.

Vinde, lhes diz o Mura, oh companheiros!
Que duvidais ainda irresolutos?
Porventura seremos os primeiros?
Entre os mais, só discretos; mais astutos?
Por ser verdade um fato: verdadeiros
Todos serão? Ah, não se imite os brutos!
Sempre ostentais valor em toda empresa,
Valor se ostente nesta com firmeza.

Disse, e voltando o remo, o arco empunha;
À margem já do rio se encaminha.
Segue o bando maior, que então compunha
Desta maloca16 o povo, e da vizinha;
A tal resolução nada se opunha;
O pensamento alheio se adivinha;
A oculta força que movia o peito
Só produzir podia tal efeito.

Não se repara em sexo ou qualidade,
Tudo embarcar pretende com porfia;
Nas ubás não cabendo a quantidade,
Que aos mais associar-se já queria.
Só falta embarcação, sobra a vontade.
Fica o cuidado e cresce em cada dia;
Já as cristalinas águas separando,
Ligeira esquadra vai, vai navegando.

Não despreza a lembrança o próprio meio
De conciliar o afeto contingente;
Servindo a pesca e caça de recreio,
De alimento, e destino de presente.
Já nada inspira horror, nada receio;
Chegar só se pretende brevemente
A Imaripi, lugar de Antônio Santo,
Da Lysia, e Pádua lustre; do orbe espanto.

Se avista, enfim, o porto procurado;
Tanto espanto e terror aos moradores
Causando quanto aos muras já cuidado.
Uns e outros mandando exploradores,
O alvoroço procuram desusado
Saber se é de inimigos agressores.
Mas quem lhes guia os passos e a vontade,
Sossego inspira, paz, tranquilidade.

O remo que o temor tinha suspenso,
De novamente as águas separando,
Faz que veloz o barco já no extenso
Porto e praia se veja ir encalhando.
Entre festivas vozes, gosto imenso,
Os hóspedes estranhos encontrando
Os moradores vão; vê-se, à porfia,
Afago, abraços, mostras de alegria.

A todos precedendo, vai primeiro
Mathias, já dos Mura conhecido,
A quem, por diretor e por guerreiro
Seguindo, respeitavam destemido.
Alvoroçado estava o povo inteiro,
Dali o parente; aqui o filho perdido,
Ao pai, a irmãos, a amigos encontrando,
Com lágrimas o peito ia banhando.

Sossega o alvoroço; mutuamente
Nas praias, ruas, casas, se festejam;
Cada um ao Mura faz lá seu presente;
Este, correspondendo aos que o cortejam,
Reparte a caça, o peixe mui contente;
Mas vendo que saber os mais desejam,
Se como amigos hão de ser tratados,
Lhes diz Fernandes, por quem são chamados.

Oh, muras valorosos! Eu conheço
Esta obra ser da mão do Onipotente,
Que a ele só se deve, enfim, confesso;
Louvor lhe seja dado eternamente!
Resta que conheçais a que professo
Lei santa, imaculada; que esta gente
Vossa nação inteira reconheça
A Deus, à soberana, e lhe obedeça.

Eu sei que agravos tendes na lembrança,
Feitos por quem só enganos meditava;
Nos homens, como em tempos, há mudança;
A ofensa, o sangue derramado lava.
Desafrontado, o Mura agora alcança
A paz que ele, que o rei, que eu desejava.
Sereis nossos irmãos, filhos da Igreja,
Concidadãos, amigos, do orbe inveja.

Este o tempo feliz que destinava
O céu, para que em vós a luz raiasse;
Que aquele, que este Estado governava,
Perto de vós, enfim, também se achasse.
O ilustre João Pereira, que buscava
Os meios que ninguém vos molestasse;
Fé tendo, incontrastável esperança,
Que Deus em vós faria esta mudança.

Pede este herói; Deus lhe concede e vejo
Que da virtude é prêmio este portento;
Que o conheçais e ameis também desejo,
Pois este o meu empenho, o meu intento.
Vereis em outro João justo festejo;
Ao vosso bem vereis como ele, atento
No mesmo nome tendo a dignidade,
Do precursor preenche a qualidade.

Eia! pois filhos meus / Que assim voz chame
Não estranheis, pois vosso bem só quero /
O nosso Deus; A nossa Fé se aclame;
Que Ele vos fortaleça sempre espero;
Que a Sua Graça sobre vós derrame.
Aterre-se esse Monstro hediondo, e fero,
Que em densas trevas; em vil cativeiro,
Vos aparta de Deus, Bem verdadeiro.

Não faz vapor sulfúreo tais efeitos,
Veloz lá de entre as Nuvens despedido.
O mesmo ardor anima logo os peitos;
Do mesmo golpe foi cada um ferido.
Para embarcar não houve mais preceitos;
O Gosto, com a saudade confundido,
O Mura leva o Porto, e o acompanha,
Já o líquido Elemento o remo banha.

Lá o Anjo Tutelar da Mura Gente,
Desce da Etérea Habitação Celeste,
Deputado de um Deus Onipotente.
De luzes desusadas se reveste.
Qual Nuvem no Deserto, ou Facho ardente,
Que o Israelita guia, e lá da Peste,
Das Pragas; de Faraó, do Cativeiro
Do Egípcio o livra, e serve de Roteiro.

De Matias assim; do Mura o peito,
Incita o Anjo, e uniforme guia;
Sendo aquele o Moisés ao Povo aceito
Do Mura, que gostoso obedecia;
Desempenhando em tudo tal conceito,
De mil perigos, e da Idolatria
Da escravidão o livra, felizmente
Do Príncipe das Trevas tão potente.

Soberbo recebia o Amazonas
As Ubás do Gentio, que até agora
Desconhecido sendo noutras Zonas,
Passava já a ilustrar Terras, que Aurora
Visita, quando Febo entre as Matronas
De Ortígia47, nas mantilhas se demora;
E aquelas em que o luminoso giro
Absolvendo, lhes servem de retiro.

Veloz, contente, alegre, e curioso,
Navega o Mura com seu Guia honrado;
Até, que descobrindo já o vistoso
Rio Tefé, tem gosto duplicado.
Concorre tudo, e ainda duvidoso
De ver, o que já ouviu, verificado.
A praia se povoa; Acode a gente,
No sexo, a mesma idade, indiferente.

Já de Ega chega ao porto, diferente
Do que algum usava cauteloso,
No estrago então cuidando ocultamente.
Agora a Paz a procurar gostoso;
Acompanhado enfim por toda a gente,
Chega ao Quartel do Chefe generoso;
Este os recebe em braços, que enlaçando
Demonstrações de gosto lhes vai dando. [...]

Bibliografia

A MANHÃ, N° 808. ***O Inferno Verde do Rio Jari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Manhã, n° 808, 01.08.1928.*

ABREU, João Capistrano Honório de. ***Ensaios e Estudos (Critica e História)*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Edição da Sociedade Capistrano de Abreu – Livraria Briguiet, 1931.*

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. ***Lendas e tradições das Américas: Arqueologia, Etnologia e Folclore dos Povos Latino-americanos*** *– Brasil – São Paulo, SP – Hemus Editora Ltda, 1988.*

AGASSIZ, Luís e Elizabeth Cary. ***Viagem ao Brasil (1865 – 1866)*** *– Brasil – Brasília, DF – Editora do Senado Federal, 2000.*

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcanti de. ***A Amazônia em 1893*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Nacional, 1894.*

ALBUQUERQUE, Marcos. ***Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista da Cultura – Fundação Cultural do Exército Brasileiro – FUNCEB, Ano VIII, 2008.*

AMARAL, Antônio Caetano do. ***Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga D. F. Caetano Brandão*** *– Portugal – Lisboa – Impressão Régia, 1818.*

AMORIM, Maria Adelina. ***Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*** *– Portugal – Lisboa – CEHR – Universidade Católica Portuguesa – Palma de Lima, 2005.*

ANGYONE COSTA. ***Introdução à Arqueologia Brasileira – Etnografia e História*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1934.*

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Barthold. ***Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1961.*

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. ***Compêndio das Eras da Província do Pará (1615–1823)*** *– Brasil – Pará – Editora da Universidade Federal do Pará, 1969.*

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. ***Ensaio Chorographico do Pará (1839)*** *– Brasil – Brasília, DF – Editora do Senado Federal, 2004.*

BARATA, Frederico. ***A História Verdadeira e Diferente dos Marajoaras*** *– em ROSA, Cássia Santos da. Ilusão e Paraíso: História e Arqueologia na Amazônia (1948-1965) – Brasil – Belém, PA – Universidade Federal do Pará, 2008.*

BARBOSA RODRIGUES, João – ***Antiguidades do Amazonas – Aterros Sepulcrais*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ensaios de Ciência por Diversos Amadores, Tomo III, 1880.*

BARRETO, José Velloso. ***Roteiro da navegação do Rio Amazonas do Pará até Iquitos*** *– Portugal – Lisboa – Typographia de J. H.Verde, 1878.*

BASTOS, Abguar. ***A Pantofagia ou as Estranhas Práticas Alimentares na Selva. Estudo na Região Amazônica*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Nacional, 1987.*

BATES, Henry Walter. ***Um Naturalista no Rio Amazonas*** *– Brasil – São Paulo, SP – Livraria Itatiaia Editora Ltda – Editora da Universidade de São Paulo, 1979.*

BECHER, Hans. ***Protásio Frikel (1912-1974)*** *– Alemanha – Berlim – Ibero-Amerikanisches Institut, 1975.*

BERREDO, Bernardo Pereira. ***Annaes Históricos de Berredo*** *– Itália – Florença – Tipografia Barbera, 1905.*

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro (4° volume)*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Conselho Federal de Cultura, 1970.*

BRANDÃO, Frei Caetano. ***Diário das Visitas Pastorais do Exm° D. Frei Caetano Brandão no seu Bispado do Pará*** *– Portugal – Lisboa – Jornal de Coimbra – Volume IV, n° 17 – Imprensa Régia – maio, 1813.*

BRAUM, João Vasco Manoel de. ***Descrição Coreográfica do Estado do Grão-Pará que por Ordem Alfabética Descreveu João Vasco Manoel de Braum, Governador da Praça de Macapá, no ano de 1789*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, 1° Trimestre de 1873.*

CACHOT, Rebeca Carrion. ***La Cultura Chavin*** *– Peru – Lima – Editorial: Museo Nacional de Antropologia y Arqueologia, 1948.*

CAPUCCI, Victor Zappi. ***Fragmentos de Cerâmica Brasileira*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Nacional, 1987.*

CASAL, Manoel Aires de. ***Corografia Brasílica ou Relação Histórico Geográfica do Reino do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Régia, 1817.*

CDM, N° 16.963. ***Premiado pela Universidade de Columbia fará Estudos Arqueológicos no Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, n° 16.963, 07.07.1948.*

CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. ***Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica, e Política do Grão Pará*** *– Brasil – Salvador, BA – Typografia do Diário, 1833.*

CONDAMINE, Charles Marie de La. ***Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*** *– Brasil – Brasília, DF – Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros – Ed. Senado Federal, 2000.*

CORREIO PAULISTANO, N° 25.155. ***Uma Expedição Alemã ao Jari*** *– Brasil – São Paulo, SP – Correio Paulistano, n° 25.155, 13.03.1938.*

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. ***Ensaio de Antropologia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia de Pinheiro, 1874.*

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. ***O Selvagem*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1935.*

CUNHA, Euclides da. ***À Margem da História*** *– Portugal – Porto – Editora Chardron, 1909.*

CUNHA, Euclides da. ***Um Paraíso Perdido*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.*

DA CUNHA, Osvaldo Rodrigues. ***Charles Frederick Hartt*** *– Brasil – Belém, PA – Coleção "Alexandre Rodrigues Ferreira" – Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, 1989.*

DANIEL, Padre João. ***Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Contraponto Editora Ltda, 2004.*

DE ABREU, Aurélio M. G. ***Civilizações que o Mundo Esqueceu*** *– Brasil – São Paulo, SP – Henus Editora Ltdª, 1992.*

DE MORAIS, Raimundo. ***Na Planície Amazônica Brasil*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1936.*

DESCOURTILZ, Jean Théodore. ***Ornithologie Brésilienne, ou, Histoire des oiseaux du Brésil: remarquables par leur plumage, leur chant ou leurs habitudes*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Éditeur, Thomas Reeve, 1854.*

DESCOURTILZ, Jean Théodore. ***Oiseaux brillans du Brésil*** *– França – Paris – Não Editado, 1834.*

DIÁRIO CARIOCA, N° 7. ***A Emigração Forçada dos Trabalhadores do Extremo Norte*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário Carioca, n° 7, 24.07.1928.*

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. ***Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte, pela Coroa de Portugal (24 de abril de 1792)*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil (RIHGB) – Tomo 3 – Páginas 389 a 421, 1841.*

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. ***Viagem Filosófica ao Rio Negro*** *– Brasil – Belém, PA – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.*

FILHO, Virgílio Correa. ***Alexandre Rodrigues Ferreira – Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Nacional,1939.*

FLORENCE, Hercule – ***Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*** *– Brasil – Brasília, DF – Edições do Senado Federal, 2007.*

FSP, 19.10.2009. ***Povos Antigos não Fizeram Aterros no Pará, diz Grupo*** *– Brasil – São Paulo, SP – Folha de São Paulo, 19.10.2009.*

GAZETA DE NOTÍCIAS, N° 187. ***Na Véspera da sua Sensacional Expedição ao Jari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Gazeta de Notícias, n° 187, 09.08.1935.*

GOELDI, Emílio A. ***Urnas funerárias de povos indígenas extintos e curiosos ídolos de barro e pedra da região amazônica*** *– Brasil – Belém – Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, volume 4, n° 1, jan/abr, 2009.*

GOMES, Denise Maria Cavalcante. ***Cerâmica Arqueológica da Amazônia*** *– Brasil – São Paulo – Livraria Itatiaia Editora Ltda – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.*

GOMES, Flávio dos Santos (Org.). ***Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII-XIX*** *– Brasil – Belém, PA – Editora Universitária, 1999.*

GONÇALVES TOCANTINS, Antônio Manoel. ***Relíquias de uma Grande Tribo Extinta*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Tomo 39 – 2ª Parte, 1876.*

HARTT, Carlos Frederico. ***A Geologia do Pará*** *– Brasil – Belém, PA – Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia – Volume I, 1896.*

HARTT, Carlos Frederico. ***Inscrições em Rochedos do Brasil*** *– Brasil – Recife, PE – Revista do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano – n° 47, 1895.*

JB, N° 70. Jari Construirá, em Julho, Maior Usina da Amazônia – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 70, 18.06.2002.

KATZER, Friedrich. ***Geologia do Estado do Pará*** *– Brasil – Belém, PA – Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Volume 9, 1933.*

MACEDO, José Agostinho de. ***O Novo Argonauta*** *– Portugal – Lisboa – Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1809.*

MANCHETE, N° 1.362. ***A Fábrica Flutuante de Daniel Ludwig*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.362, 27.05.1978.*

MANCHETE, N° 1.422. ***Isto Está Acontecendo na Amazônia – É o Projeto Jari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.422, 21.07.1979.*

MANCHETE, N° 1.516. ***Jari uma Vitória na Amazônia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.516, 09.05.1981.*

MANCHETE, N° 1.539. ***A Luta Pela terra III*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.539, 17.10.1981.*

MANCHETE, N° 1.550. ***Empresários Nacionais vão Comprar o Projeto Jari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.550, 02.01.1982.*

MANCHETE, N° 1.555. ***Daniel Ludwig – "Minha Odisseia no Jari"*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.555, 06.02.1982.*

MANCHETE, N° 2.256. ***30 Anos Depois – A Odisseia do Jari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 2.256, 01.07.1995.*

MARQUES, César Augusto. ***Diccionario Histórico-geográfico da Província do Maranhão*** *– Brasil – São Luís, MA – Typografia do Frias, 1870.*

MATOS, José Veríssimo Dias de. ***Teixeira de Mello*** *– Brasil, Rio de Janeiro, RJ – História da Literatura Brasileira, 1906.*

MEGGERS & EVANS, Betty Jane Meggers & Clifford Evans. ***Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*** *– EUA – Washington, D.C. – Bureau of American Ethnology Bulletin – Volume 167 – Government Printing Office, 1957.*

MEGGERS & EVANS, Betty Jane Meggers & Clifford Evans. ***Uma Interpretação das Culturas da Ilha de Marajó*** *– Brasil – Belém, PA – Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954.*

MEGGERS, Betty Jane. ***Amazonia: hombre y cultura en un paraíso ilusorio*** *– México – Cidade do México, D.F. – Siglo Veintiuno Editores, 1976*

MELLO, Dr. José Alexandre Teixeira de. ***Joaquim Caetano da Silva – Biografia dos Brasileiros Distintos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral de História e Geografia – Tomo 492 – Páginas 361-372, 1886.*

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. ***A Amazônia na era Pombalina*** *– Brasil – Brasília, DF – Edições do Senado Federal, 2005.*

MENEZES FERREIRA, Lúcio. ***Território Primitivo: a Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – EDIPUCRS, 2010.*

MONTICELLI, Gislene. ***Deixe Estar: Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – EDIPUCRS, 20100.*

MORAES, Padre José de. ***Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão, Volume I*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia de Brito e Braga, 1860.*

NEVES, Eduardo. ***Arqueologia da Amazônia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jorge Zahar Editor Ltdª, 2006.*

NORONHA, José Monteiro de. ***Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768)*** *– Brasil – Belém, PA – Typographia de Santos & Irmãos, 1862.*

NUNES, Janari Gentil. ***Confiança no Amapá: Impressões Sobre o Território*** *– Brasil – Macapá, AP – Imprensa Oficial, 1962.*

O CEARÁ, N° 935. ***A Escravidão dos Cearenses na Amazônia*** *– Brasil – Fortaleza, CE – O Ceará, n° 935, 22.07.1928.*

O COMBATE, N° 1.024. ***As Violências Políticas*** *– Brasil – São Luís, MA – O Combate, n° 1.024, 03.08.1928.*

O PAIZ, N° 58. ***Beneméritos Esquecidos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 58, 28.01.1886.*

OBEDIENTE, Mario Sanoja. ***El Nacionalismo Revolucionario en Venezuela, desde la Perspectiva Antropológica*** *– EUA – Miami – Ediciones Electrónicas Syllaba Press, 2008.*

PENNA, Domingos Soares Ferreira. ***A Região Ocidental da Província do Pará – Resenhas Estatísticas das Comarcas de Óbidos e Santarém*** *– Brasil – Belém, PA – Typographia do Diário de Belém, 1869.*

PEREIRA, Edithe. ***Arte Rupestre na Amazônia: Pará*** *– Brasil – Belém, PA – Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), 2003*

PINHEIRO, Aurélio. ***À Margem do Amazonas*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1937.*

PINTO, Lúcio Flávio. ***Jari: Toda a Verdade sobre o Projeto de Ludwig*** *– Brasil – São Paulo, SP – Marco Zero, 1986.*

PRADO, João Fernando de Almeida. ***As Bandeiras*** *– Brasil – São Paulo, SP – Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltdª, 1986.*

RAUSCHERT, Manfred. ***Bericht über den Verlauf Meiner Pará-Expedition 1954/55*** *– Alemanha – Berlim – Zeitschrift für Ethnologie – V. 81, 1956.*

REVISTA O CRUZEIRO, N° 01. ***Ricas Peças de Cerâmica Marajoara*** *– Brasil – Rio, RJ – Revista O Cruzeiro, n° 01, 16.10.1954.*

RINKE, Stefan. ***História da América Latina: das Culturas Pré-colombianas até o Presente*** *– Brasil – Porto Alegre – EDIPUCRS, 2012.*

ROOSEVELT, Anna Curtenius. ***Arqueologia amazônica*** *– em Manuela Carneiro da Cunha – História dos índios no Brasil – Brasil – São Paulo – Companhia das Letras, 1992.*

ROSA, Cássia Santos da. ***Ilusão e Paraíso: História e Arqueologia na Amazônia (1948-1965)*** *– Brasil – Belém – Universidade Federal do Pará, 2008.*

SAINT-ADOLPH, J. C. R. Milliet de. ***Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*** *– Volume 2 – França – Paris – Tipografia de Fain e Thunot, 1845.*

SAMPAIO SILVA, Orlando. ***Eduardo Galvão: índios e Caboclos*** *– Brasil – São Paulo – Editora Annablume, 2007.*

SCHAAN, Denise Pahl. ***The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajo Insland, Brasilian Amazon*** *– EUA – Pittsburfh – Tese, 2004.*

SCHAAN, Denise Pahl. ***Uma Janela para a História Pré-Colonial da Amazônia: Olhando Além – e Apesar – das Fases e Tradições*** *– Brasil – Belém – Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas – Volume 2, n° 1, 2007.*

SOUTHEY, Robert. ***Historia do Brasil*** *– Brasil – São Paulo – Editora Melhoramentos, 1977.*

SOUZA. Francisco Bernardino de. ***Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*** *– Brasil – Belém – Typographia do Futuro, 1873.*

SPIX e MARTIUS, Johann Baptist Von, Carl Friedrich Philipp Von. ***Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)*** *– Brasil – São Paulo – Edições Melhoramentos, 1968.*

SPRUCE, Richard. ***Notas de um Botânico na Amazônia*** *– Brasil – Minas Gerais – Editora Itatiaia, 2006.*

SPRUCE, Richard. ***Notas de um Botânico na Amazônia*** *– Brasil – São Paulo – Livraria Itatiaia Editora Ltda – Editora da Universidade de São Paulo, 2006.*

SUPER INTERESSANTE, 21.11.2017. ***O Plano Nazista para Roubar a Amazônia*** *– Brasil – São Paulo, SP – Super Interessante, 21.11.2017.*

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. ***O Vale do Amazonas*** *– Brasil – São Paulo – Editora Nacional, 1937.*

TOCANTINS, Leandro. ***O Rio Comanda a Vida: uma Interpretação da Amazônia*** *– Brasil – Rio de Janeiro – Livraria José Olympio Editora, 1983.*

VIEIRA, António. ***Cartas do Padre António Vieira da Companhia de Jesus*** *– Portugal – Lisboa – Oficina da Congregação do Oratório – Tomo II, 1735.*

WALLACE, Alfred Russel. ***Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*** *– Brasil – São Paulo – Editora Companhia Editora Nacional, 1939.*

WILKENS, Henrique João. ***Muhuraida ou, o Triunfo da Fé...*** *– Brasil – Manaus – Governo do Estado do Amazonas, Biblioteca Nacional – UFAM, 1993.*

Devemos possuir uma força armada capaz de oferecer uma ameaça a qualquer aventura militar, capaz de dissuadir, se não pela possibilidade de vitória, pela capacidade de tornar caro, pesado, o ônus da aventura militar.

Como conceituou o General Beaufre, nos anos 60, capaz de convencer aqueles que nos ameacem, que pagarão caro, em vidas humanas e em recursos logísticos, à decisão de intervir.

Assim estaremos, pela dissuasão estratégica, garantindo a nossa soberania, e evitando [é bem possível] o confronto armado.

(Gen-Div Carlos de Meira Mattos)